INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS MACAMBIRA

Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia

16 a 20 de outubro de 2019

Volume 4, Número 2 – 2019
ISSN: 2525-6580

LaPPRuDes
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

***Campus* Serrinha**

Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

CADERNOS MACAMBIRA – ISSN 2525-6580

Volume 4, número 2, 2019

***Anais* da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia**

Conselho Editorial

Profª Me. Carla Teresa dos Santos Marques, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Profº Dr. Davi Silva da Costa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Profº. Me. Erasto Viana Silva Gama, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Profº. Dr. Heron Ferreira Souza, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Profº. Me. Henrique Oliveira de Andrade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Profª Me. Ivna Herbênia Souza, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Profª Me. Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

Comitê Editorial especial para o número: Jamille da Silva Lima e Henrique Oliveira de Andrade

Editoração de layout e formatação: Erasto Viana Silva Gama e Edeilson Brito de Souza

Comissão científica do número

Ademário Souza Ribeiro - UINTER
Ana Paula Inácio Diório - UFRB
Diana Alexandra Bernal Árias - UNICAMP
Francisco Ramon do Nascimento - UFBA
Henrique Oliveira de Andrade - IFBA
Isabel de Jesus Santos dos Santos - UFRB
Jamille da Silva Lima - UNEB
Kassia Aguiar Norberto Rios - UFRB
Liz Oliveira dos Santos - UFRB
Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho - UNEB
Maria Nalva Rodrigues de Araujo - UNEB
Maria Medrado Nascimento - IFBA
Priscila Brasileiro S. dos Nascimento - UFRB
Silvana Lucia da Silva Lima – UFRB

Realização:

EDITORIAL

A revista ***CADERNOS MACAMBIRA*** é um periódico científico indexado, de abrangência multidisciplinar com foco na divulgação de *ANAIS* de eventos científicos nas diferentes áreas do conhecimento, apoiados ou organizados pelo Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes, pelo IF Baiano, ou mesmo por instituições e grupos parceiros. Nesse sentido, são aceitos resumos simples e expandidos, relatos de experiências de ensino, pesquisa e /ou de extensão.

Nessa edição, temos a honra de publicar e publicizar à comunidade acadêmica, militante e engajada nas questões concernentes à Agroecologia, movimentos sociais, agricultura camponesa, políticas públicas dentre outras temáticas a produção científica apresentada durante a **VI Jornada de Agroecologia da Bahia**, promovida pela Teia dos Povos e realizada no Território Indígena Payayá no município de Utinga, na Chapada Diamantina, entre os dias 16 a 20 de outubro de 2019. Todos os trabalhos aqui publicados são de responsabilidade de seus autores.

Vale ressaltar que a Jornada é um importante espaço de divulgação, debates e reflexões sobre a agroecologia no estado da Bahia, na qual práticas, saberes tradicionais e científicos dialogam, constituindo-se em uma trama de articulação dos povos. A Teia dos Povos durante esses últimos anos vem construindo a união dos povos e movimentos sociais, dentre os quais: povos indígenas, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, movimentos sociais, pequenos e médios agricultores, grupos de agroecologia e extensão, bem como estudantes, pesquisadores, dentre outros.

Nos trabalhos aqui apresentados, os leitores e leitoras podem contemplar e discutir as temáticas da 6ª Jornada, a saber: **1. Água, Terra e Território; 2. Mulheres, Ancestralidade e o Bem viver; 3. Educação, Juventude e Alteridade; 4. Economia, Etnodesenvolvimento e Democracia.** Estes eixos temáticos foram foco de amplo debate crítico com resumos expandidos e relatos de experiências apresentados no modelo rodas de prosa e exposição de pôsteres.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura e convidamos também a conhecer e realizar submissão de seus trabalhos à REVISTA MACAMBIRA através do site www.revista.lapprudes.net.

Aos interessados em publicar os anais de eventos conosco, pode entrar em contato através do email: cadernosmacambira@gmail.com

Conselho Editorial – Cadernos Macambira

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **4** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

SUMÁRIO

LEGADO DA VI JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA - TEIA DOS POVOS, NAS TERRAS PAYAYÁ DA CHAPADA DIAMANTINA **10-11**

JUVENAL PAYAYÁ

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS) **12-171**

EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO **12-68**

TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E A QUESTÃO RACIAL **12-15**

RAUMI JOAQUIM DE SOUZA

HISTÓRIA INDÍGENA E MISSIONÁRIA NAS JACOBINAS, SERTÃO DA CAPITANIA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (1656-1707) **16-19**

SOLON SANTOS

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA CHAPADA DIAMANTINA: IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO **20-23**

MARIA HELOÍSA SANTOS SOUZA, SAMMY HELLEN FALCÃO NOVAES, JEOVANGELA MATOS ROSA RIBEIRO, JOYCE CRISTINA DA SILVA HOLANDA

ETNOASTRONOMIA INDÍGENA DO BRASIL **24-25**

PATRICK SILVA CAVALCANTE

PERCURSOS FORMATIVOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE – FEIRA DE SANTANA (BA) **26-29**

DAIANE SILVA OLIVEIRA, HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE, SAMARA DOS SANTOS CARMO, MARINE BITTENCOURT SANTOS, MAIRA SILVA DA CONCEIÇÃO, JOSÉ CACIANO PEREIRA DA SILVA

AGRICULTURA ECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AGRESTE: DO MARCO DE IDENTIDADE À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL **30-34**

DÊMILLE MENDES MACEDO, DHÉFANE MENDES MACEDO, JOÃO PAULO ORTEGA LINS, MARIA CLARA SILVA FERNANDES, HOMERO GOMES DE ANDRADE

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS TRABALHADORES (AS) DA PESCA EM RELAÇÃO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE FLORESTAL E RESERVA ECOLÓGICA DE ITAPARICA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (BTS)- BAHIA **35-37**

MÁRCIA D'ALCÂNTARA ARRUDA

CISTERNAS NA ZONA RURAL DO SEMIÁRIDO NORDESTINO: MECANISMO INDEPENDENTE PARA CONVÍVIO COM A SECA **38-41**

ÉVELYN RAIANE OLIVEIRA PIRES

ACESSO À ÁGUA NO BRASIL: POR QUE O PAÍS DAS MAIORES RESERVAS HÍDRICAS SOFRE COM A ESCASSEZ DA ÁGUA? **42-44**

GYOVANNA NONATO MANFREDINI

DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUE URBANO COM SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO MORRO DA PIÇARREIRA NO BAIRRO SANTA MARIA EM ARACAJU- SE **45-49**

THAISLAYNE SANTOS ANDRADE

ADUBAÇÃO ORGÂNICA: INFLUÊNCIA DA BIOMASSA VEGETAL NA PARTE AÉREA DE MUDAS DO CACAUEIRO **50-54**

LUCAS SILVA FERREIRA, JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA, MANUELA QUEIROZ LIMA, WALDEO ARENARES FERREIRA, STALLEN SOUZA SANTOS, JULIANA GARCIA LATA GIESE, AMANDA CRUZ DOS SANTOS, FRANCISCO DE SOUZA LIMA

ADUBAÇÃO ORGÂNICA: INFLUÊNCIAS DAS BIOMASSAS VEGETAIS NO SISTEMA RADICULAR DO CACAUEIRO **55-59**

JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA, MANUELA QUEIROZ LIMA, AMANDA CRUZ DOS SANTOS, LUCAS SILVA FERREIRA, WALDEO ARENARES FERREIRA, STALLEN SOUZA SANTOS, FRANCISCO DE SOUZA LIMA

ADUBAÇÃO ORGÂNICA: INFLUÊNCIAS DA BIOMASSA VEGETAL NO DIÂMETRO DO CAULE DO CACAUEIRO **60-64**

STALLEN SOUZA SANTOS, JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA, MANUELA QUEIROZ LIMA, WALDEO ARENARES FERREIRA, LUCAS SILVA FERREIRA, JULIANA GARCIA LATA GIESE, AMANDA CRUZ DOS SANTOS, FRANCISCO DE SOUZA LIMA

DIAGNOSE VISUAL NO CACAUEIRO **65-68**

MANUELA QUEIROZ LIMA, JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA, LUCAS SILVA FERREIRA, WALDEO ARENARES FERREIRA, FRANCISCO DE SOUZA LIMA

EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E O BEM VIVER **69-111**

MULHERES QUE NASCEM DO BARRO: O LEGADO DE CANDOMBLÉ E A FILOSOFIA DE SUMA QAMAÑA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO-CAXUTÉ **69-73**

ANA CRISTINA N. GIVIGI (MATAMBALE), CAMILA B. S. AVELINO (MAKOTA), PRISCILA G. DORNELLES (KOKULEHOOXI)

MEU TERREIRO DE CANDOMBLÉ, MINHA CASA, MEU QUINTAL: SABERES ANCESTRAIS E AGROECOLOGIA **74-78**

JAQUELINE DE S. B. SANTOS (NDUMBE), ANA C.N G (MATAMBALE), FRANCELLE. F. SALVADOR (NLUINDA KATAMBALAMAZI)

O SAGRADO FEMININO: PODER QUE VEM DE DENTRO - DESPERTAR, CURA, CONEXÃO ANCESTRAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES **79-82**

REGIANE MACHADO

AS ERVAS EM TAPEROÁ- BA **83-85**

JULIA STÉFANY DE JESUS VILAS BOAS, ROSANGELA PATRÍCIA DE SOUSA MOREIRA

MARCAS DE ANCESTRALIDADE: O SAMBA DE RODA EM TAPEROÁ-BA **86-88**

GISLANE SANTOS CONCEIÇÃO, ROSANGELA PATRÍCIA DE SOUSA MOREIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: CONTRA O PATRIARCADO E A FAVOR DA VISIBILIDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS **89-93**

JAMILE CAVALCANTE SANTOS, JANAHÍNA DA SILVA MOURA, EVA PACHECO DA SILVA SANTOS, MARINA SIQUEIRA CASTRO

ECOFEMINISMO: MULHERES E POVOS RUMO À UMA CULTURA SUSTENTÁVEL **94-102**

BÁRBARA NASCIMENTO FLORES, SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN

AS GEOGRAFIAS E HISTÓRIAS DO BAIRRO AVIÁRIO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO **103-106**

HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE, DAIANE SILVA OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS M. SANTOS, TIAGO ROCHA DE F. AZEVEDO, ANA ALICE PEREIRA VITÓRIO

TRAÇOS DE IDENTIDADE **107-111**

GINALDO FERREIRA MORAIS, MARIANA SANTANA DE DEUS, ROGÉRIO GONCALVES DOS SANTOS

EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE **112-129**

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL DAS/OS ESTUDANTES DO IFBA – CAMPUS SEABRA, ORIUNDAS/OS DAS ZONAS RURAIS DO TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA **112-115**

CLAIVER MACIEL DE SOUZA, JEOVÂNGELA MATOS ROSA RIBEIRO

PROJETO UNIVERSIDADE PARA TODOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PRAIA GRANDE, ILHA DE MARÉ – DO DESAFIO DE SUA IMPLANTAÇÃO AO RESULTADO DO PRIMEIRO ANO DA POLITICA DE COTAS QUILOMBOLAS DA UNEB **116-118**

ANDERSON SOUZA VIANA, RENATO PAULO DAS NEVES

ENSINO DA GEOGRAFIA E A LEI Nº 11.645/08: A QUESTÃO INDÍGENA **119-121**

ADRIANA PAIXÃO PEQUENO, NAIRA SANTANA PITA

I MEIOLÓGICO - CIRCUITOS CURTOS DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: HORTA RECICLÁVEL **122-126**

FRANCISCO SOUZA SANTOS, JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA, THIAGO REIS MIRANDA, STALLEN SOUZA SANTOS, CINIRA DE ARAUJO FARIAS FERNANDES

JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRARIA: ALGUMAS REFLEXÕES **127-129**

MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAÚJO BOGO, LUZENI FERRAZ DE OLIVEIRA CARVALHO

EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA **130-171**

AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MUNICÍPIO DE ANDORINHA/BA **130-131**

CRISTINA BORGES DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ILHÉUS PARA A AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO DOS CAMPESINOS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL **132-135**

MARCELLA GOMEZ PEREIRA, EMERSON ANTONIO ROCHA

ANÁLISE SOBRE O PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL AGROCHOCOLATE IPIAÚ/BA **136-139**

AMANDA CRUZ DOS SANTOS, TIAGO FRANÇA DE JESUS, DIOGO ANTONIO QUEIROZ GOMES

PROPOSTA DE ARRANJO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA AGROFLORESTAL SUCESSIONAL BIODIVERSO EM ÁREA COLETIVA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES, ITABELA-BA **140-142**

CLAUDINEIDE CANCELA REGO, ANDERSON SANTOS REGO, DANILO WAGNER SOUZA FERRAZ, JOÃO DAGOBERTO SANTOS, JONAS PEREIRA SILVA

A DISPUTA TERRITORIAL E A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA (RESEX) EM CANAVIEIRAS - BA **143-147**

ELDER PEDREIRA DE SOUZA, EMERSON ANTONIO ROCHA MELO DE LUCENA

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO INDÍGENA PAYAYÁ (MAIP) **148-152**

JUMARA TEODORO DA SILVA, ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA, ITÃ TEODORO DA SILVA

LUGAR E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM SAÚDE (BA) **153-155**

JOELMA SILVA DOS SANTOS, JAMILLE DA SILVA LIMA

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ALFACE (*Lactuca sativa*) ADUBADA COM MANIPUEIRA E DIFERENTES FORMAS DE ADUBAÇÃO ORGÂNICA **156-160**

ROGÉRIO DA SILVA ALMEIDA, DENIZE SAMPAIO CHAGAS, MARIA DO AMPARO GOMES CARVALHO, ELIZÂNGELA SILVA SOUZA

FABRICAÇÃO DE TUBETES PARA PRODUÇÃO DE MUDAS A PARTIR DA FOLHA DA BANANEIRA (*Musa spp*.) **161-165**

LARISSA DE SOUZA ALMEIDA, JEFERSON SOUZA DE ALMEIDA, TAINAN DE SOUZA OLIVEIRA, RAÍLA DE SOUZA OLIVEIRA, DENIZE SAMPAIO CHAGAS

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL METABÓLICO DOS CAFÉS DA CHAPADA DIAMANTINA/BAHIA **166-168**

HEMERSON DANTAS DOS SANTOS, ELISANGELA FABIANA BOFFO

EWÉ ÓRÍ: SABERES ANCESTRAIS DAS PLANTAS MEDICINAIS NA COSTA DAS BALEIAS 169-171

JAMAIRA CONCEIÇÃO DA SILVA, MARINEIDE OLIVEIRA ROSA, CLARICE MEDEIROS DOS SANTOS, SÂMYLA LAGUNA SANTANA COSTA

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 172-

EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO 172-182

AGROECOLOGIA, CONHECIMENTO POPULAR E CIÊNCIA NA LUTA POR SAÚDE: PLANTAS MEDICINAIS COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÇÃO DA VIDA 172-173

CLEITON DA SILVA DOURADO, IVANEIDE GAMA BRABOZA, CELINA DUARTE ARAÚJO, SILVANA LÚCIA DA SILVA LIMA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO TEMPO COMUNIDADE: A REVITALIZAÇÃO DA REPRESA DA COMUNIDADE 1º DE ABRIL 174-177

DANIELE JESUS DA SILVA, MARIA AJUDA JESUS, JACIARA MENEZES DA SILVA, JOÃO PEDRO CAVALCANTE, ADRIENE VIANA LIMA

RESERVA EXTRATIVISTA DE CASSURUBÁ-TERRITÓRIO DE VIVÊNCIA E RESISTÊNCIA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA SEMANA DO CLIMA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE SALVADOR 178-178

DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS

A HOMEOPATIA NA AGROECOLOGIA, EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO ANTÔNIO ARAÚJO, PRADO-B 179-179

VANUZA TEIXEIRA DO NASCIMENTO SANTOS, JIDALTON VICENTE DE SOUZA, SHARIM CYNTHIA LOBO, ALESSANDRA MORAIS

DESENVOLVIMENTO DE TELHA BIO-ECOLÓGICA (M.D.) 180-181

PAOLA SILVA SANTOS, ANAMEIRE DE JESUS MARTINS, NEUSETE MARIA DA SILVA PATÊS

PALMA FORRAGEIRA: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA OS ANIMAIS 182-182

RAFAELA DA SILVA SANTOS, NEUSETE MARIA DA SILVA PATÊS

EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E BEM VIVER 183-193

AS MULHERES DA MINHA COMUNIDADE E OS QUINTAIS PRODUTIVOS: FONTE DE RENDA E SABORES 183-183

FLÁVIA SOUZA DOS SANTOS, MAIRES DE JESUS DOS SANTOS, SILVANA SANTANA PEREIRA, MARIA DO AMPARO GOMES CARVALHO

A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB: TRAZENDO SABERES E SABORES DO CAMPO PARA O *CAMPUS* 184-185

ROSANA M. CHAVES RODRIGUES, FRANCISCO E. MATOS BRITO, DIÓGENES C. SILVEIRA, ADENILSON A. CRUZ, ANDERSON S. VIANA

QUILOMBO MEMÓRIA: RELATOS DA VIDA E OBRA DE MÃE BINA – A MÃE PARTEIRA (MÃE DE SANTO E PARTEIRA) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PRAIA GRANDE/ ILHA DE MARÉ 186-187

RENATO DAS NEVES PAULO, ANDERSON SOUZA VIANA

PAPÉIS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES DO CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO BENTO EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, BAHIA 188-191

LEILIANE OLIVEIRA DOS SANTOS, MICHELLE DOS SANTOS OLIVEIRA

AVALIAÇÃO DO MILHO PLANTADO NO SISTEMA AGROECOLÓGICO E CONVENCIONAL 192-193

JEFERSON SANTANA DA SILVA, NAIANE MELO DO CARMO, RAIANE MELO DO CARMO, RENIVALDO MELO DO CARMO, UHERSON SAMPAIO SANTOS

EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE 194-223

AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE VIVENCIADA NO DISTRITO DE GOVERNADOR JOÃO DURVAL CARNEIRO (IPUAÇU) – FEIRA DE SANTANA, BAHIA **194-194**

RAFAEL MEDEIROS SILVA, KÁSSIA AGUIAR NORBERTO RIOS

UNIVERSIDADE PARA TODOS: A ENTRADA DOS JOVENS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS UNIVERSIDADES **195-195**

ARYELLE ALMEIDA SILVA, FLÁVIO OLIVEIRA, JARDELE FAGUNDES SANTANA

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRECÊ **196-196**

MARIA DORATH BENTO SODRÉ, EDILEUSA ALVES DA SILVA, JUSSARA SENA BIZERRA

A EXPERIÊNCIA TRANSGRESSORA DE UMA MULHER TRANS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA E NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO **197-197**

CATARINA PARAGUAÇU BRANDÃO DA SILVA

OFICINA ESCOLHAS ALIMENTARES E SAÚDE: PESSOAL, SOCIAL E AMBIENTAL **198-198**

CRISTHIANE FERREGUETT, PEDRO JOSÉ NEVES DO ESPÍRITO SANTO

"CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, LITERATURA E ARTES INDÍGENAS - VISIBILIDADE E INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL - CONEXÕES" **199-203**

ZILDA OLIVEIRA DE FARIAS, TATIANE FARIAS, ELÁDIO TAVARES HERNANDES, JOHN ALEXANDRE DIAS RESTREPO, YANAPA KUIKURO

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO-CONVENCIONAIS NO ESPAÇO DE VIVÊNCIAS AGROECOLÓGICAS, SABERES E SABORES (EVAS) DO CETEP- CD I- WAGNER-BA **204-205**

FERNANDA SANTOS DE ARAÚJO, MARIA DO AMPARO CARVALHO, ELIZÂNGELA SILVA SOUZA

VEJO ALIMENTO ONDE VOCÊ VÊ MATO: PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO-CONVENCIONAIS NA COMUNIDADE UBIRAITÁ-ANDARAÍ/BA **206-206**

JAMILE LOPES DA SILVA, KÉSIA LETÍCIA ARAÚJO, FERNANDO DANTAS, PAULA MOREIRA

RELATO DE EXPERIÊNCIA: GUARDIÕES DAS SEMENTES CUIDANDO, MULTIPLICANDO E PARTILHANDO RIQUEZAS E DIVERSIDADES **207-211**

RAQUEL DA SILVA MARCIAL, TIAGO DE JESUS, CAVALCANTE, CARINA SANTANA SILVA, ELENILDO SOUZA SANTOS, ADRIENE VIANA LIMA

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATIVIDADE DO TEMPO COMUNIDADE DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA EM ALTERNÂNCIA **212-216**

CASSIANA PAULA OLIVEIRA DE JESUS, JOÃO PEDRO CAVALCANTE, DANIELE JESUS DA SILVA, MARIA AJUDA JESUS, ADRIENE VIANA LIMA

CONECTA JUVENTUDE: A BUSCA POR DIREITOS, PROTAGONISMO E PERTENCIMENTO ATRAVÉS DO COMITÊ DE ARTICULAÇÃO DOS JOVENS DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CASSURUBÁ **216-217**

DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS, PABOLA SANTOS SOUZA, ELIANA MATOS MENEZES DE SOUZA, PALOMA SERAFIM PEREIRA, MARILENE ROCHA BATISTA

CRIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM AGROECOLOGIA UNEB **218-218**

MARIA DORATH BENTO SODRÉ, ROSANA MARA CHAVES RODRIGUES, EDVALDO REINALDO, EDILEUSA ALVES DA SILVA

CENTRO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – CAECDT: AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA OS POVOS DO CAMPO NA UNEB **219-220**

ROSANA MARA CHAVES RODRIGUES, JOSEANE ALVES BATISTA

UTILIZAÇÃO DO BIOGEL EM MANEJO AGROECOLÓGICO – CETEP MÉDIO SUDOESTE - ANEXO/ NOVA CANAÃ-BA, CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA **221-222**

DANIEL AMORIM VIEIRA ALEIXO, CAROLINA DA SILVA VIANA, KEILA PEREIRA DE JESUS, MAXSUEL ANDRADE VIANA

RELATOS DO TRABALHO DE UMA TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA **223-223**

RAQUELICE JESUS CARDOSO DOS SANTOS

EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA **224-**

SISTEMA DE IRRIGAÇÃO "BATATA DE SALVAÇÃO" **224-224**

LEONARDO LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS MARQUES, EMANUELA PINTO DE MENEZES, EDMILE DA SILVA FARIAS, MÁRCIA CRISTINA DUARTE CAVALCANTE, JANE DE JESUS ANDRADE

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA UFSB: DIÁLOGO DE SABERES E DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS **225-225**

DIRCEU BENINCÁ, FREDERICO MONTEIRO NEVES

CULTIVO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS NA AMBA-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO EM AÇÃO:INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA **226-226**

SILVANA SANTOS SOUSA

PROCESSO EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA FEIRA AGROECOLOGICA DA VOLTA DO AMÉRICO – LENÇOIS / BA: O EPICENTRO DA TRANSFORMAÇÃO **227-228**

ZENILDA JOSE DE SOUZA, FABIANA SOUZA DE ARAÚJO, HELENITA CRUZ SILVA, JACI ALVES DOS SANTOS, JOSE CARLOS MARTINS DOS ANJOS, PEDRO PORFIRO DE ARAÚJO

MANEJO AGROECOLÓGICO DO SOLO E AS PLANTAS BIOINDICADORAS NA UNIDADE DE PRODUÇÃO DO NÚCLEO DE AGROECOLOGIA DA UFRB **229-230**

ANDERSON DE SOUSA SECUNDO, GILSON MACHADO DA CRUZ, EMANUELA SILVA TERRA NOVA, SILVANA LÚCIA DA SILVA LIMA

CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE SEMENTES NO ASSENTAMENTO MOCAMBO, ANDARAÍ-BA: SABERES E ORGANIZAÇÃO POPULAR TECENDO A AGROECOLOGIA **231-232**

FLÁVIA SOUZA DOS SANTOS, JÉSSICA MACEDO DOS SANTO, MAIRES DE JESUS DOS SANTOS, NARA SILVA DAS NEVES, SILVANA SANTANA PEREIRA

RAÇÃO ALTERNALIVA PARA TILÁPIA (*Oreochromis niloticus*), COM INGREDIENTES REGIONAIS DA REGIÃO SUL DA BAHIA, NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA, ARATACA, BAHIA **233-234**

LUDIMILA LIMA SANTANA, LÁZARO SILVA SANTOS

A IMPORTÂNCIA SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL DA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB/CAMPUS X **235-236**

LUZENI FERRAZ DE OLIVEIRA CARVALHO, MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAÚJO BOGO, ANA ODÁLIA VIEIRA SENA



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **10** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

LEGADO DA VI JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA - TEIA DOS POVOS, NAS TERRAS PAYAYÁ DA CHAPADA DIAMANTINA

JUVENAL PAYAYÁ
Cacique, Território Indígena Payayá da Cabeceira do Rio (Utinga BA).

O município de Utinga, na Chapada Diamantina, recebeu a VI Jornada de Agroecologia da Bahia entre os dias 16 e 20 de outubro de 2019, no Território Indígena Payayá. Sua realização se deu de modo muito diferente das festas que vemos comumente na região. Nestas, multidões se deslocam de um município para outro em busca de um evento para curtir, nas quais prefeituras e entidades promotoras desdobram-se em aviltantes gastos (a enfeitar praças e ruas de bandeirolas, recorrendo a um verdadeiro exército de garis, eletricistas, engenheiros de palcos, cantores e bandas nacionais), para receberem dois ou três mil pessoas que deixam um rastro de consumo de álcool e toneladas de latas e lixo para trás (além de notícias policiais). Na VI Jornada tudo foi diferente. Esta diferença talvez tenha sido seu maior legado. O primeiro destaque foram as possibilidades de realização existentes na força de um povo unido: pequenos grupos em mutirões construíram basicamente toda a infraestrutura do evento sem gastos exorbitantes. A solidariedade imperou.

O município de Utinga, mais especificamente a vila de Cabeceira do Rio, abrigou visitantes com carinho e o respeito devido. O poder público entendeu seu papel e colaborou no que foi possível. A divulgação de boca em boca e nas redes sociais predominou. Nada de artistas famosos e discursos tradicionais demarcadores de interesses. @s jornadeir@s tomaram conta do microfone e os povos indígenas, quilombolas, pescadores, movimentos sociais diversos, tanto urbanos e quanto rurais, e ocuparam o lugar central: o sagrado Festa-Trabalho-Pão. A diversidade se fez presente nas delegações, na articulação direta da Teia dos Povos por meio da unidade negra, indígena e popular, mostrando uma tendência das populações conscientes e lutadoras; professores universitários debatendo ao mesmo nível dos pequenos agricultores; variadas profissões, línguas e países; mulheres negras, indígenas e brancas juntas debatendo a feminilidade e a educação; indígenas debatendo seus direitos "liquido e certo": o colaborativo, a produção e seus novos mercados; as crianças ocuparam um dos mais emblemáticos ambientes histórico rural deste país, aprendendo com ele: a casa de taipa.

Aprendemos que as festas populares, além da sensação (boa ou má) de quem participa ou não, legam estruturas para utilização como uma *reciclo*. A festa deixou a oka que serviu de palco, além de outras instalações (para o desespero dos locadores destas estruturas) que serão usadas pelo Território. Não foi necessário alugar toldos, cadeiras ou qualquer estrutura de palco, nem mesmo degraus, afinal, como todos ali eram iguais, não precisávamos estabelecer nenhuma hierarquia. As empresas de *fast food* altamente dispendiosas ficaram de fora.

Todas delegações trouxeram a sua cozinha, reinando a solidariedade. Como energia, usou-se o vegetal seco colhido na área. Veio a público a história secreta de um dos maiores líderes indígenas da Bahia em sua época, o Cacique Sacambuasu, a qual o colonizador escondeu dos povos durante séculos. A religiosidade talvez deixou seu maior legado, não só por desmistificar o monopólio de Deus de alguns credos, mas, sobretudo, pela manifestação das mais diversas linguagens e modos de louvar a Deus.

Agroecologia é a alternativa para quem deseja aprender a viver a vida sem agredir ao próximo nem a natureza. Logo, podemos dizer que a VI Jornada de Agroecologia veio para nos ensinar variadas lições com sua pedagogia nativa em busca da paz, do bem viver.

Fica aqui a gratidão dos povos, em particular do município de Utinga, da Cabeceira do Rio e do Povo Indígena do Payayá.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***12*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E A QUESTÃO RACIAL

RAUMI JOAQUIM DE SOUZA

Licenciado em Arte Educação – UFPI-TERESINA (2013), Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP (2017)

A presente investigação intitulada "Terra, Raça, Classe e Estratégia" visa compreender qual a relação da luta do MST pela Reforma Agrária com o debate sobre a questão racial. Partindo das contribuições teóricas dos sociólogos Clóvis Moura e Florestan Fernandes entre outros autores, nosso estudo tem como finalidade levantar subsídios para a percepção de como as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. No nosso estudo investigaremos de que maneira o MST historicamente pensa a questão racial associada a luta pela Reforma Agrária, visto que a maioria das pessoas que compõem os assentamentos e acampamentos são negros e negras. A partir desse diagnóstico visamos compreender de que maneira a estratégia de luta do MST se associa à luta contra o racismo, como legado da escravidão e do latifúndio no Brasil. Na perspectiva de contextualizar esta análise em sua possível efetivação nas esferas individual e coletiva, analisaremos a possibilidade de encontrar elementos que apontem para a relação entre terra, raça e classe do ponto de vista da contribuição para o avanço da luta da classe trabalhadora. O estudo parte da hipótese de que o MST não desenvolveu o debate sobre a questão racial como avançou no debate sobre a questão de gênero e a questão LGBT. Porém, constatamos nas entrevistas com militantes do MST da Bahia, um grande potencial para que o debate avance internamente na organização. Pois compreendemos que a questão agrária e a questão racial estão articuladas historicamente no Brasil, sendo marcas do trauma da colonização e da escravidão, que legaram ao país um sistema de divisão da terra desigual e uma estrutura racial que vitimizam a maioria da população pobre e negra com o racismo, como marca estruturante da desigualdade social brasileira. Portanto, podemos tratar a luta pela terra também como uma luta pela superação do racismo, bem como da questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: Terra. Raça. Classe.

REFERÊNCIAS

ABOLIÇÃO. Direção: Zózimo Bulbul. **Documentário**, 1988, duração: 150 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WaIork3ZF38>. Acesso em: 25 maio 2016.

ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: (Org.). CALDART, Roseli Salete; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Galdério. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.740.

ASSUNÇÃO, Valmir. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira**: Gestando um projeto político para o Brasil. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/frente-negra-brasileira-gestando-um-projeto-politico-para-o-brasil>. Acesso em: 25 maio 2016.

BARBOSA. Vera Lúcia. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Questão agrária e questão racial**: a articulação explosiva entre classe e raça no Brasil. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=36825>. Acesso em: 17 ago. 2012.

CADERNO DE ESTUDOS, ENFF. **O legado de Florestan Fernandes**. Guararema: ENFF, 2009.

CONFLITOS NO CAMPO – **Brasil 2015** (Coord.): CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. CPT Nacional – Brasil, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. Coordenação/Jayme Pinsky.-São Paulo:GLOBAL Ed., 1982.

CULTNE – **Frente Negra Brasileira**. Vídeo documentário, 1985. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4H-dqC4Kug>. Acesso em: 26 maio 2016.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2010: **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**/ (Org.): MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa. São Paulo: Rede Social de Justiça e direitos humanos, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**/. São Paulo, Dominus, 1965.

_____. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. **Significado do protesto negro** - Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **Sou Sem Terra Sou Negão**: Raça, Racismo e Política racial no Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dissertação de mestrado, Cachoeira: UFRB. 2015.

FRANCO, Maria Sylvia C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. – 4. ed. - São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FUNARI, P.P.A. **Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares**. Revista de História Regional, 2001.

GENARRI, Emílio. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil / Emílio Genarri. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GEOGRAFAR. **As Metamorfoses da Questão Quilombola na Bahia**. In: Movimentos campesinos e indígenas na América Latina Título do Trabalho. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, UFPE, Recife-PE GT27 - 6 a 11 de set. 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2003.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. **A Dialética Escravo e Senhor**. In: (org.). ALMEIDA, Luiz Sávio de. O Negro no Brasil. Maceió - AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003. p. 16.

_____. **Raças e Classes Sociais no Brasil** / Octavio IANNI. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASLEIRA, 1972.

_____. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40141996000100006>. Acesso em: 01 maio 2016.

JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos Negros**. Toussaint Lóuverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

LIMA, Wesley. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).

MAGNO, Egberto. **A Revolta da Chibata e a consciência de classe**. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=142205&id_secao=58>. Acesso em: 10 abril 2016.

MANÇANO, Bernardo. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATOS, Márcio. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).
MONTEIRO, Adenilza. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).
MOTT, Luiz. **A revolução dos negros do Haiti e do Brasil**. In: História: Questões & Debates. Nº 4. Curitiba, 1982.
MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.
_____. **Sociologia do negro brasileiro**/ Clovis Moura. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.
_____. **Sociologia Política da Guerra de Canudos da Destruição de Belo Monte ao Aparecimento do MST** - Clovis Moura. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
_____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. **As injustiças de Clio -** O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
_____. **A Sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
_____. **Rebeliões da Senzala Quilombos Insurreições Guerrilhas**. Clovis Moura. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
MST. **Programa Agrário do MST**. Publicado pela Secretaria Nacional do MST. Disponível em < http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL%20(texto%20basico).pdf>. Acesso em: 17 abril 2017.
MUNANGA, Kabengele (2004). **Professor Clóvis Moura**: autor de uma obra complexa e ininterrupta sobre a história e o problema do negro brasileiro‖. In.: *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra.* CD-ROM. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura.
NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro**: trajetória e reflexões. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jun. 2015.
NISHIKAWA, Reinaldo. **HAITI É AQUI?** Práticas escravistas; discursos antiescravistas no Brasil (1790-1840). Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=70>. Acesso em: 17 jun. 2016.
OLIVEIRA, Maria Rosa do Carmo. **"A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia**: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camacan Bahia." Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/mariarosadocarmo.pdf>. Acessado em: 05 jan. 2017.
PONTES, Felipe. Número de mortes por conflitos no campo em 2015 é o maior em 12 anos. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-01/numero-de-mortes-por-conflitos-no-campo-em-2015-e-o-maior-em-12>. Acesso em: 12 jan. 2017.
PÉTRÉ, Geenouilleau, Olivier. **A história da escravidão**/ Olivier Pétré-Geenouilleau; tradução Mariana Echalar. –São Paulo: Bointempo, 2009.
PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
QUEIROZ, Eudes. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).
REIS, João José. **A Conspiração Haussá de 1807 na Bahia**. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). O Negro no Brasil. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003, p. 75.
ROCHA, Elisabeth. **Entrevista** [12-02-2017]. Entrevistador: Raumi Joaquim de Souza. Salvador, BA, 2017. Áudio digital (ca.10 min).
SANTOS, Sandra Costa dos. **Cabanagem**: crise política e situação revolucionária. Campinas, SP, p. 121. 2004. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
SOUZA, Barbara Oliveira. **Movimento Quilombola**: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf >. Acesso em: 28 mar. 2017.

SOUZA, Simone Maria de. **Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST):** as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. Tese (Doutorado em serviço social) UFPE, 2009.

STÉDILE, João Pedro, Fernandes, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Tarelho, B. M. 1999.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***16*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

HISTÓRIA INDÍGENA E MISSIONÁRIA NAS JACOBINAS, SERTÃO DA CAPITANIA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (1656-1707)

SOLON SANTOS
SEC-BA. s_natalicio@yahoo.com.br.

Este trabalho consiste em uma análise das relações de contato e processo de tradução ou hibridização entre os grupos indígenas do sertão da Capitania da Bahia de todos os Santos e os missionários da Companhia de Jesus e da Ordem dos Frades Menores nas Jacobinas durante a segunda metade do século XVII e início do XVIII.

Além da compreensão sobre como se articulou a complexa operação de tradução e organização dos símbolos, resultante do impacto e da socialização desses distintos agentes culturais, o objetivo desta pesquisa também é abordar as atuações política e as relações conflituosas entre os índios aldeados nas missões jesuíticas e franciscanas e os diversos agentes coloniais.

Os personagens deste estudo são os índios do Sertão das Jacobinas da segunda metade do século XVII e inicio do XVIII. Sujeitos que não foram vitimas nem heróis o tempo todo, mas que se situavam numa zona de indefinição entre os dois papéis.

Fazendo alianças com africanos, crioulos, mulatos, mamelucos, cafuzos; escravos, libertos ou livres; outros grupos indígenas e até mesmo "gente branca", os índios afirmavam sua autonomia, direitos e interesses.

A Nova História Indígena é a tendência responsável na historiografia americana e brasileira pela percepção de uma política e consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, e também por indicar novas direções para pesquisas em história social e cultural dos "povos tradicionais" ou grupos étnicos subalternos.

A história dos povos indígenas que viviam e vivem nos sertões da Bahia, especificamente no Sertão das Jacobinas, que atualmente corresponde à Chapada Diamantina e seu Piemonte, consistem em um tema e regiões pouco estudadas na historiografia e nas instituições de ensino da Educação Básica e Superior.

As trajetórias dos índios no Sertão das Jacobinas (Chapada Diamantina e seu Piemonte) se configuram como uma história descontínua, repleta de lacunas e, no quesito documental, bastante fragmentada. São variadas

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***17*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

as histórias das experiências de diversos povos, famílias e indivíduos que se dispersaram ou se estabeleceram no interior dessa vasta região.

Esta região era habitada nos séculos XVI, XVII e XVIII por grupos étnicos indígenas como os Payayá, Sapoiá, Moritises, Maracás, Caimbés, Topins. Os sertões da Bahia sofreram um longo processo de conquista colonizadora e de re-ocupação.

Os grupos indígenas integrados à Colônia portuguesa tornaram-se índios aldeados e passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade colonial em formação.

A historiografia sobre o sertão baiano, produzida por memorialistas, atribui às famílias poderosas regionais e locais a responsabilidade pela expansão do território. Contudo, esta versão omite a participação das populações indígenas e negras. Nos sertões da Capitania da Bahia, assim como nas demais regiões da colônia, a ocupação e povoamento assentaram-se na concessão de sesmarias como meio de distribuição de terras; na pecuária como móvel de expansão para o interior; na cata de ouro e metais preciosos para aquisição de riquezas e de negros da terra e de Guiné para o trabalho compulsório; na utilização da produção de alimentos como garantia de auto abastecimento e fixação do homem à terra e na atuação das missões como forma de 'dominar' os gentios, ocupar e assegurar possessões.

No processo de conquista e ocupação do Sertão da Bahia, na segunda metade do século XVII e início do XVIII, foram movidas guerras e alianças com diversos povos indígenas e se estabeleceram fazendas pecuaristas com criados e escravizados africanos, crioulos e mestiços ao longo dos grandes e médios rios e seus afluentes.

Os primeiros re-povoadores do sertão não foram os proprietários das terras (sesmarias), mas seus escravos e agregados. Diante da vida apertada no sertão, tornou-se necessária para os colonos a utilização de utensílios do couro, além da adoção dos costumes e alimentos indígenas.

Os espaços culturais, geográficos e econômicos do Sertão da Bahia revelam-se como construções resultantes das complexas interações de conflitos e negociações entre múltiplos grupos indígenas, escravizados e libertos africanos, crioulos e mestiços, distintas ordens religiosas, diferentes e poderosos sesmeiros, sertanistas baianos e paulistas e autoridades coloniais. Este estudo evidencia que a colonização luso-brasileira avançava de acordo com as possibilidades dadas pelas alianças com os índios, pela sua capacidade reativa e pelos interesses de diversos agentes coloniais.

A "Guerra dos Bárbaros" no Recôncavo e Sertão das Jacobinas, muito mais do que um extermínio indígena para a expansão do projeto colonial pelo sertão, foi um complexo quadro de relações culturais e de poder

entre os agentes coloniais e os índios chamados "tapuias". O papel histórico dos Payayá nestes conflitos, longe de ser o de vítimas mudas e passivas, foi o de sujeitos que diante de certas circunstâncias combateram, enganaram e se aliaram aos colonos luso-brasileiros, atendendo aos seus interesses e possibilidades de sobrevivência.

Após a Guerra dos Bárbaros no Sertão das Jacobinas, as possibilidades de dispersão dos diversos grupos indígenas eram as "fugas para o mato", e os aldeamentos missionários (jesuíticos, franciscanos, capuchinhos, carmelitas), régios ou os administrados por particulares.

A ocupação e uso da terra de forma privada e comunal, a instalação das fazendas e a expansão curraleira, a mineração do salitre e do ouro, a ação de missionários e a fundação de distritos, freguesias, vilas e comarca condicionaram o longo processo de construção colonial do Sertão da Bahia.

As questões da exploração do seu trabalho nas minas de ouro, de salitre e condução das boiadas e a consequente diminuição demográfica nos aldeamentos ocasionaram diversos confrontos entre índios, missionários, colonos e autoridades.

No interior dos aldeamentos, as diversas etnias indígenas misturadas entre si, mas também com colonos e missionários, aprenderam novas práticas culturais e políticas que lhes possibilitaram negociar pelos seus próprios interesses.

Enquanto espaço de interação social e resistência indígena, as aldeias possibilitaram aos índios oportunidades de adaptar-se à Colônia, recriando suas tradições e identidades. As presenças de elementos tirados do cristianismo nas narrativas sagradas e rituais indígenas revelam traduções recíprocas entre indígenas e missionários. Os índios aldeados aprendem a negociar nos termos da sociedade colonial e se tornam agentes de reivindicações fundamentais, recriando suas identidades.

A documentação analisada revela o processo de tradução e mediação pelo qual os índios e missionários projetaram as suas respectivas imagens e universos simbólicos e que, na condição de aldeados, os índios passaram a constituir categoria social genérica, imposta pelos colonizadores, mas apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com os diferentes agentes sociais da Colônia.

Por fim, com um manancial de informações, fontes, referências e recentes produções de conhecimento que apresentam os índios como agentes e protagonistas do processo histórico de re-ocupação e povoamento dos sertões da Bahia pretendemos apontar as possibilidades de pesquisa e ensino das histórias dos povos indígenas na Educação Básica e Superior dessa vasta região do interior da Bahia.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.
CUNHA, Manuela (org). **História do Índio no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José A. L., CARVALHO, Maria Rosário G. de. "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico". In: CUNHA, Manuela C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001.
OTT, Carlos. **As culturas pré-históricas da Bahia: a cultura material**. Salvador: Bigraf, 1993.
OTT, Carlos. Os elementos culturais da pescaria baiana. In: **Boletim do Museu Nacional**. Nº 4. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1944.
OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.
PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. In: **Revista do Centro de Estudos Baianos**. Salvador: UFBA, 1985.
PERRONE-MOISÉS, Beatriz, "Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)", in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.
PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.
REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
SANTOS, Solon N. A. dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuia, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-graduação em História. FFCH-UFBA, 2011.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, Nº2, 2019. Página **20** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA CHAPADA DIAMANTINA: IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO

MARIA HELOÍSA SANTOS SOUZA
Estudante do Curso de Meio Ambiente, no Instituto Federal da Bahia – IFBA, campus de Seabra. E-mail: hello_ssouza123@live.com
SAMMY HELLEN FALCÃO NOVAES
Estudante do Curso de Meio Ambiente, no Instituto Federal da Bahia – IFBA, campus de Seabra. E-mail: falcaosammy@gmail.com
JEOVANGELA MATOS ROSA RIBEIRO
Mestra em Educação e Diversidade - UNEB. Docente do Instituto Federal, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Seabra. E-mail: jeovangelarosa@ifba.edu.br
JOYCE CRISTINA DA SILVA HOLANDA
Arqueóloga graduada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, com especialização em docência do ensino superior pela Faculdade Latino Americana de Educação, técnica de laboratório em cooperação técnica no Instituto Federal da Bahia, Campus Seabra. E-mail: joycecristina@ifba.edu.br

A Chapada Diamantina é conhecida por ser um vasto território no qual se encontram uma grande biodiversidade e belezas cênicas naturais e histórico-culturais procuradas por turistas de todo o mundo. Além disso, o local também abriga um amplo acervo arqueológico, que evidencia também a diversidade de povos autóctones que povoaram a região, o qual ainda é em partes desconhecido e desprotegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, a demanda pelo estudo e defesa do patrimônio arqueológico surgiu de estudantes de meio ambiente que identificaram pinturas rupestres nos sítios do Gonsalo, pertencente à comunidade de Santo André, Brotas de Macaúbas- Ba; e da Pinta dos Tapuias tocante ao povoado de Canarina, Barra do Mendes-Ba. Tais comunidades pertencem a uma região caracterizada como Chapada Velha[1], a qual possui um vasto acervo cultural, tanto do período pré-colonial, quanto do pós-colonial. Mesmo que

1 A Chapada Velha é um território da microrregião da Chapada Diamantina, que abrange os municípios de Barra do Mendes, Brotas de macaúbas,Minas do Espírito Santo e Oliveira dos Brejinhos.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, Nº2, 2019. Página **21** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

o sítio do Gonsalo não esteja geograficamente dentro da área da Chapada Velha, considerou-se durante a pesquisa este como extensão do território, pois a distância entre os sítios é reduzida e a vegetação em torno destes é similar[2]. Da mesma maneira, qualificou-se os sítios como parte integrante do entorno da Chapada Diamantina, posto que os grupos que povoaram a região que hoje se compreende a Chapada Diamantina podem também ter povoado a plaga referente à Chapada Velha. Assim como a Chapada Diamantina a Chapada Velha é caracterizada como uma região de planaltos, grutas e veios de água; tais características podem justificar o porquê deste território ter sido habitado por diversos grupos originários: possibilita uma vasta visão das partes de depressões existentes no local, o que pode ter sido usado como estratégia para visualizar a aproximação de outros grupos e animais, pontos de água e locais para a captação de alimento. De tal maneira, as pinturas rupestres tiveram sua importância observada não apenas pela estética, mas por ser um marcador do desenvolvimento cognitivo humano, já que é um sistema gráfico que representa pensamentos, símbolos, abstrações e parte da subjetividade do homem (PESSIS, 1994). Entretanto, apesar de toda a relevância citada, os registros rupestres se encontram em situação de abandono e com integridade comprometida. A partir de discussões realizadas no grupo de estudos arqueológicos do IFBA campus Seabra, pôde-se associar esse fato à estigmatização dos costumes e da identidade indígena durante os séculos que perduraram a invasão portuguesa em parte das terras de Abya Yala, denominação dos povos kuna para território da América Latina anterior à colonização (LISBOA, 2014). Isso ocorre porque na memória coletiva de uma porção dos brasileiros foram associados valores negativos à cultura dos originários, como o atraso e a selvageria, fator que juntamente com a aculturação, fez com que deixassem de se reconhecer como parte integrante dos autóctones. Com tamanha intensidade, formou-se uma lacuna histórica entre os processos antrópicos pré-coloniais e o de formação das comunidades, fator que faz com que diversos territórios dotados de patrimônios culturais e arqueológicos no Brasil ficassem desprotegidos, pois apesar de serem habitados por pessoas que possuam costumes advindos dos indígenas, não se têm a identificação delas como tal, fator que inviabiliza as demarcações e os torna vulneráveis aos impactos ambientais e agentes erosivos naturais. Assim, observou- se que justamente o espaço mais depredado foi o Gonsalo, este que não possui relação de pertencimento com as pessoas que habitam nas proximidades e nem está inserido no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN. Ademais, as duas comunidades não possuem acesso à educação ambiental e patrimonial que proporcione a construção coletiva de valores e conhecimentos sobre ancestralidade e preservação. É importante ressaltar que a IV Semana Indígena do IFBA- Campus Seabra exerceu papel importante na identificação da problemática visto

2 Ambos os sítios pertencem ao bioma Caatinga, este que localiza-se no semiárido brasileiro e é caracterizado pela presença de plantas adaptadas à seca com folhas modificadas em espinhos e caules armazenadores de água.

que fomentou a preocupação com a importância do legado dos povos originários, e juntamente com as noções de preservação proporcionadas pela instituição, foi instigada a produção do artigo que se fundamenta no patrimônio arqueológico inserido na categoria meio ambiente cultural, isto é, o espaço antropizado e dotado de valores simbólicos, pontuando-se que os legados da ação humana são características intrínsecas ao meio ambiente, e que este enquanto direito fundamental deve ser assegurado e protegido pelos órgãos competentes e pela sociedade civil. Nesse contexto, buscou-se utilizar as pinturas com o viés arqueológico, visto que foram consideradas como registros de processos sócio históricos dos autóctones e identificou-se as tradições as quais os pintores fizeram parte, isto é, os horizontes culturais, observados através das técnicas e do estilo gráfico de cada pintura. Assim, pôde-se observar que alguns elementos das pinturas são referentes à Tradição Agreste, a qual caracteriza-se pela apresentação de figuras humanas, de animais, e de grafismos puros, estes que de acordo com Anne Marie Pessis são círculos, espirais, quadrados, linhas, e outros elementos, denominados pela cultura ocidental como geométricos. Além disso, os principais zoomorfos encontrados são os sáurios, répteis comuns da Caatinga. Tal tradição também se caracteriza por possuir traços grosseiros, sem muito refinamento, com figuras preenchidas e dimensões significativas, as quais sugerem pouco ou nenhum movimento. De acordo com José, as pinturas da Tradição Agreste foram feitas em tinta vermelho escuro e possuem tal denominação em virtude dos primeiros grafismos de tal estilo terem sido encontrados na região agreste de Pernambuco e da Paraíba. Ademais, de acordo com datações, foram feitas por povos que viveram até 11.000 B.P. Também foram encontrados componentes da Tradição Nordeste, esta que é encontrada sobretudo na região Nordeste do Brasil, e é uma das mais antigas representações rupestres do continente sul-americano, datada de 12.000 anos B.P. Ademais, é caracterizada por figuras de antropomorfos que apresentam grande riqueza de detalhes, sempre acompanhadas de adornos e atributos, podendo significar hierarquias sociais ou tribos distintas. Além disso, nas pinturas com a presença de antropomorfos, estes aparentam estar em movimento. É frequente nas representações da tradição aparecer cenas de luta, caça, dança e sexo, além de diversas cenas que podem, ou não, caracterizar ritos cerimoniais sem um significado conhecido. Foram encontrados em ambos os sítios elementos que se enquadram nas tradições agreste e nordeste, e essa variedade de traços e pinturas que mostram que a Chapada Diamantina não possui apenas a fauna e flora diversos, mas uma grande pluralidade étnica e cultural dos povos que habitaram a região em períodos distintos da história humana. Tal multiplicidade de patrimônios naturais e antrópicos da chapada deve ser preservada e desta maneira, espera-se cadastrar o Sítio do Gonsalo, da comunidade de Santo André, ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, fator que assegurará seu reconhecimento e proteção institucionalizada. Assim, é expressa a indispensabilidade da produção de materiais didáticos e de divulgação

científica sobre ambos os sítios, a fim de que haja a valorização e o reconhecimento do patrimônio público e cultural e que sejam fortalecidas as relações entre os registros rupestres à comunidade que estão inseridos. A partir de evidências, constata-se também que preservar o patrimônio arqueológico é fundamental para a investigação científica em virtude da garantia da existência dos registros que possibilitam a ampliação de estudos e da compreensão sobre os povos originários e suas formas de organização, adaptação, rotas de povoamento, e as demais evidências de suas atividades. Por fim, pondera-se que ter o patrimônio arqueológico reconhecido pela comunidade científica e pelos grupos tradicionais é fundamental para que o desenvolvimento tecnológico e a defesa ambiental deixem de ser paradoxos, visto que os estudos sobre os registros sociohistóricos serão concomitantes com a preservação do entorno o qual as pinturas estão inseridas e, consequentemente, com a preservação da Chapada Diamantina. Apenas assim poderão ser desenvolvidas ações efetivas que irão possibilitar a proteção do meio ambiente cultural em questão.

Palavras chave: Meio ambiente cultural. Pinturas Rupestres. Depredação. Povos Originários. Diversidade Étnica.

REFERÊNCIAS

ASÓN, Irma; MARTIN, Gabriela. A tradição Nordeste na arte rupestre do Brasil. **Anais** da X Reunião Científica da SAB, Pernambuco, 1999.

ETCHEVARNE, Carlos; PIMENTEL, Rita. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Sistema Eletrônico de informações, Salvador, 2011.

LISBOA, Armando de Melo. De América à Abya Yala - Semiótica da Descolonização. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, 2014.

PESSIS, A-M. Registros rupestres: perfil gráfico e grupo social. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8(1): 283 - 289, 1994.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, Nº2, 2019. Página **24** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

ETNOASTRONOMIA INDÍGENA DO BRASIL

PATRICK SILVA CAVALCANTE
Graduando do Curso de Comunicação Social (RTV) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: patrickcavalcante7@hotmail.com.

Tendo em vista o verbete “Etnoastronomia indígena do Brasil” criado pelo autor deste trabalho na plataforma on-line da Wikipédia, pretende-se apresentar um estudo sobre as concepções astronômicas dos povos Mebêngôkre (Kaiapós), Boe (Bororo), Magüta (Ticuna) e Tupinambá, bem como as principais constelações identificadas por estes povos. A Etnoastronomia [do grego "ethno" (povo) + "astron" (astro) + "nomos" (observação)], apesar de ser um termo que carece de uma definição precisa, podemos dizer que é o "estudo das noções astronômicas das sociedades atuais baseadas na tradição oral" Leopold (2018), diferenciando-se de outras duas “disciplinas coirmãs”, a Arqueoastronomia e a Astroarqueologia – que recaem no estudo da astronomia a partir dos monumentos dos povos pré-históricos. A Etnoastronomia referente aos povos originários do continente americano possui um amplo leque de estudo, o que lhe permite incluir em suas análises assuntos como mitologias; rituais; práticas econômicas e políticas; padrões de arquitetura; artes e outras abordagens que possam estar ligadas às observações astronômicas desses povos (MANGAÑA, 1986). No caso específico dos povos indígenas brasileiros, é perceptível que boa parte desses estudos tem se debruçado sobre a mitologia indígena, muito relacionada com a cosmologia e a cosmogonia de cada povo – a despeito de quaisquer similaridades entre eles. E apesar de afirmações (pré)-conceituosas como a de que o indígena não distingue os mitos dos relatos, isso não significa que essas populações estejam petrificadas na crença dos mitos analisados, muito pelo contrário: "Esses estudos sobre mitos e tradições dos povos indígenas da atualidade (...) revelam que reelaborar suas tradições (...) constitui uma necessidade de sobrevivência e autoestima do próprio grupo” (ALMEIDA, 2003).

Palavras-chave: Etnoastronomia. Povos indígenas. Cosmologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas:** identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
BORORO. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo> Acesso em: 03 dez 2018.

CAMPOS, Marcio D'Olne. **A cosmologia dos Caiapós**. São Paulo. Scientific America Brasil, v. 14, p. 62-71, 2006. Disponível em: <http://www.sulear.com.br/texto11.pdf> Acesso em: em 3 dez 2018.

COLBACCHINI, A.; ALBISETTI, C. **Os Bororos Orientais**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

LEOPOLD, José Sávio. **Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 30, p. 3-18, 1990. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php /bib-pt/bib-30/415-elementos-de-etnoastronomia-indigena-no-brasil/file> Acesso em: 3 dez 2018.

LUKESCH, Anton. **Mito e vida dos Índios Caiapós**. São Paulo: Thomson Pioneira, 1976.

MANGAÑA, Edmund. **South America etno-astronomy**. Charlottesville-VA: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos. Latin America Studies, v. 34, 1986.

MEBÊNGÔKRE (KAYAPÓ). **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)> Acesso em: 03 dez 2018.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, Nº2, 2019. Página **26** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

PERCURSOS FORMATIVOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE – FEIRA DE SANTANA (BA)

DAIANE SILVA OLIVEIRA
Professora do Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana – daibububa@gmail.com
HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE
Professor do Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana – henriqueoliveira@ifba.edu.br
SAMARA DOS SANTOS CARMO
Estudante do Curso de Edificações no Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana - carmosamara16@gmail.com
MARINE BITTENCOURT SANTOS
Estudante do Curso de Eletrotécnica no Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana - marine.ifba@gmail.com
MAIRA SILVA DA CONCEIÇÃO
Estudante do Curso de Eletrotécnica no Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana - smaira069@gmail.com
JOSÉ CACIANO PEREIRA DA SILVA
Liderança Comunitária do Quilombo Lagoa Grande

INTRODUÇÃO

Esse trabalho emerge na Comunidade rural negra e Quilombola Lagoa Grande, localizada no município de Feira de Santana, Bahia, através do *Projeto Universal Tecnologia Social, Agroecologia e Trabalho Associado no Território Portal Do sertão),* assistido pelo PAAE e Projeto Pibic –EM. Esse Projeto consiste em realizar pesquisas sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombos localizadas em Feira de Santana, denominadas de Matinha dos Pretos, Candeal II e Lagoa Grande, que legalmente em direito constitucional pertinente, pleiteiam a titulação dos territórios que historicamente reconhecem como seus. Tal direito é previsto no artigo n.º 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, sob o enunciado: *Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade*

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***27*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Assim, tais comunidades quilombolas estão no centro do debate das territorialidades e de luta pela terra e bem viver.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho visa a elaboração de um Relatório e registros sobre as Comunidades que possam ser utilizados pelas mesmas como documentos políticos e de resguardo de memória coletiva. É um trabalho que visa uma centralização dos/as sujeitos/as quilombolas como protagonistas[3] e como vozes na composição deste lugar, território quilombola. Para isso, tomamos como ponto de partida a redução da escala de observação para considerar essas Comunidades e nesse relato, a Comunidade de Lagoa Grande como um Quilombo no século XXI. Ao considerar o princípio de redução de escala de observação ao estudo sobre o protagonismo quilombola, procuramos destacar os/as sujeitos/as nos diversos meios sociais, observando as redes de relações que foram tecendo no seu espaço de experiências próximas, bem como as relações que estabeleceram com outros âmbitos de circulação, vivenciando experiências individuais e coletivas através de investimento de táticas para sua inserção social e política e da própria Comunidade.

As vivências no andamento dessa pesquisa indicou a existência de um grupo de sujeitos/as negros/as interligados por ações, discursos e lugares que permitem afirmar a existência de uma identidade coletiva agindo politicamente, na articulação do acesso da Comunidade a todos os direitos assegurados por Lei para as Comunidades Remanescentes, na tentativa de promover meios de inserção para os remanescentes de Quilombo[4]. A partir dos relatos desses remanescentes quilombolas, o surgimento de Lagoa Grande enquanto Quilombo começa quando três homens, que não se sabe se libertos ou escravizados chegaram no meio da noite na atual região do Distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana e começaram a capinar e ali fizeram morada, a partir daí outros moradores foram chegando e fazendo morada, a comunidade foi crescendo ao poucos e para sobreviver eles faziam uso de uma grande fonte natural de água, a Lagoa Grande que deu nome ao Quilombo.

3 THOMPSON (1981), nessa perspectiva, evidencia o protagonismo, enquanto sujeitos históricos, com motivações racionais, autônomas e coerentes. Ações estas que encontram na utilização de determinados costumes - compreendido por ele enquanto práticas que embora antigas são constantemente repensadas e reformuladas a partir da experiência - um senso de legitimidade, mesmo que entrando em confronto com práticas pertinente ao universo das classes dominantes, buscando evidenciar uma hegemonia de poder sempre vulnerável.

4 Segundo ANDRADE (1990), em consonância com o moderno conceito antropológico, a condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos **identidade e território**. Com efeito, o termo em questão indica: *.a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico*.

Com o passar do tempo as pessoas de fora começaram a notar a existência da Lagoa e começaram a frequentar o local, trazendo consigo a contaminação da água, lixo, resolveram fazer uma prainha no lugar da Lagoa, ou seja, um processo de capitalização da região Quilombola. Este processo resultou na seca da lagoa, viva apenas no nome do Quilombo. A Lagoa Grande é uma Comunidade certificada, mas sem título de terra. Atualmente, no Brasil, por conta das terras "tomadas" pelo Estado, a demora é de três a quatro anos para entregar o certificado de remanescente de quilombo e consequentemente amplia a demora da posse de suas terras, foi o que aconteceu no processo de certificação do Quilombo da Lagoa Grande em Feira de Santana, Bahia.

A necessidade de lutar contra o Estado, fazendeiros e grileiros e contra a especulação do território, seja por parte das grandes empreiteiras ou do grande capital faz parte da constituição e preservação das dignidades coletivas. A mais recente e atual, a rede de transmissão de alta tensão que ameaça passar no território de Matinha dos Pretos, Comunidade vizinha de Lagoa Grande e que levou moradores e lideranças dessas Comunidades a se unirem pela luta. A escola de Lagoa Grande, construída desde 2016 até então nunca foi concluída pela Prefeitura Municipal, mas a Comunidade não deixa de ir a escola e mandar as juventudes para as universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade não desistiu de investir em Tecnologias sociais como forma de luta e resistência. A identidade quilombola, até início do século XX, um corpo estranho para estas comunidades rurais negras, passa a significar uma complexa arma nesta batalha desigual pela sobrevivência material e simbólica. Estamos, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados. Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo. Vale ressaltar que atualmente o conjunto das comunidades quilombolas feirenses estão em processo de luta e articulação coletiva contra a urbanização dos quilombos por meio do PDDU aprovado no ano de 2018, o qual impactará diretamente na qualidade de vida e nas vivências coletivas das referidas comunidades em estudo/vivência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. (org).: Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.
ANJOS, Rafael Sanzio dos. A África, a educação brasileira e a geografia. In: Educação antiracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 167-184. (Coleção Educação para Todos).

BORGES PEREIRA, J. B. .Racismo à brasileira. In: MUNANGA, K. (org) Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo: Edusp, 1996.
CARNEIRO, E.: O Quilombo dos Palmares. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958. DÓRIA, S.Z. .O Quilombo do Rio das Rãs. In*:* Terra de Quilombos. Associação
Brasileira de Antropologia, 1995.
FRAGA FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da Liberdade: História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora Unicamp, 2006.
GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras,1987.
SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
SCHMITT, Alessandra. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.
THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 1981.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, Nº2, 2019. Página **30** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

AGRICULTURA ECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AGRESTE: DO MARCO DE IDENTIDADE À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

DÊMILLE MENDES MACEDO
Estudante do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Integrada; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ Campus Seabra, demillemacedo@gmail.com;
DHÉFANE MENDES MACEDO
Estudante do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Integrada; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ Campus Seabra dhefanemacedo@gmail.com;
JOÃO PAULO ORTEGA LINS
Estudante do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Integrada; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ Campus Seabra joaopolins@gmail.com;
MARIA CLARA SILVA FERNANDES
Estudante do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Integrada; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ Campus Seabra clarafernandes1567@gmail.com;
HOMERO GOMES DE ANDRADE
Docente na área de história do Instituto Federal da Bahia/ Campus Seabra, Graduado em História - UEFS (2005), Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pela UEFS (2008) / (orientador), homerogomes@ifba.edu.br

Essa pesquisa baseou-se nas práticas agroecológicas desenvolvidas na comunidade quilombola do Agreste, na Chapada Diamantina- BA, visando o entendimento da relação da dinâmica de cultivo desse grupo com os conceitos de água, terra e território, sua respectiva importância local e externa para a preservação sociocultural, ambiental e de identidade, e a consequente valorização e disseminação desse tipo de atividade. Os dados foram obtidos através de entrevistas, estruturadas e espontâneas e as análises de dados e materiais seguiram a metodologia qualitativa. As interlocuções foram realizadas com lideranças locais e as temáticas abordadas foram referentes às suas respectivas vivências, métodos de plantio, tradições, culturas e ancestralidade.

Historicamente, as técnicas de cultivo sustentável caracterizaram a forma de produção agrícola de diversos grupos ainda que inconscientemente, uma vez que, não almejando uma quantidade exacerbada de lucros, esses

métodos eram e são, constantemente adotados por povos que tinham e têm como objetivo uma produtividade que relacione os princípios de respeito à natureza com os ideais de subsistência. Esses sistemas agrícolas tradicionais "representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico", Altieri (2004).

Essa agricultura de base ecológica (CAPORAL, COSTABEBER, 2004), atualmente, está estruturada sob um recente conceito de agroecologia, isto é, procura métodos de produção menos nocivos aos ecossistemas, às relações sociais e econômicas, permitindo, assim, uma técnica de desenvolvimento que vai além da forma de produzir.

O território quilombola do Agreste, pertencente ao município de Seabra, na Chapada Diamantina- BA, é um exemplo inconteste da adoção espontânea desse tipo de produção, uma vez que, desde sua formação como comunidade, são aplicados métodos orgânicos de cultivo, nos quais há a substituição de agroquímicos e de plantas geneticamente modificadas por componentes mais naturais, acessíveis e menos agressivos. Esse sistema de produção, além de englobar fatores sustentáveis, está diretamente associado às questões hídricas, às características do solo e à formação da identidade como aspecto de pertencimento territorial.

No que tange ao contexto de uso e disposição da água, a região apresenta um método de plantio dependente das chuvas, uma vez que não há projetos amplos que contêm técnicas de irrigação artificiais. Entretanto, por se localizar em uma área com baixos índices pluviométricos, a comunidade encontra dificuldades no desenvolvimento da lavoura e, por consequência, diminui a quantidade e diversidade de produtos obtidos por meio dessa atividade. Para evitar a paralização total da agricultura, são adotadas políticas como o uso das cisternas- "projeto da ASA Brasil realizado pelo governo federal a partir de 2016, que capta e conserva a água da chuva para reuso em uma região com grandes períodos de seca"; Gameiro (2019);, o uso de materiais, em exemplo de regadores, chamados culturalmente de "chuveiros", que visam o controle da quantidade de água utilizada, e a reutilização desse recurso após sua aplicação em atividades cotidianas como: banho, limpeza de ambientes e, sobretudo, uso doméstico.

Perante a atual crise hídrica, a conscientização e o desenvolvimento de tais práticas ambientalistas são de fundamental importância para a economia e preservação das reservas ainda existentes, uma vez que, a realização de condutas degradantes, não somente para com a água, como também, para com solo, aflige e desregula todo o ciclo hídrico e ecológico pelo qual passam grande parte dos seres encontrados dentro da natureza, o que estabelece, consequentemente, uma desestruturação de todo o ecossistema presente.

A comunidade quilombola do Agreste, por situar-se em uma região de clima semiárido, apresenta um tipo de solo caracterizado a partir das condições locais atmosféricas e, mesmo não contando com um estudo científico moderno de técnicas geológicas e laboratoriais que englobe a especificidade do solo da localidade, dispõe de uma sabedoria prática e tradicional/ cultural acerca do uso e aproveitamento do solo. Diante do exposto, a população, portando seu conhecimento regional das técnicas de plantio que durante anos tiveram como base, realiza atividades de cultivo totalmente ligadas ao conhecimento material que contam sobre a terra, uma vez que desenvolvem a produção de alimentos, sobretudo de mandioca e fumo, que são propícios às condições locais e, em razão disso, são produzidos em maior escala e, proporcionalmente, geram uma maior renda à região. No entanto, apenas estes produtos são destinados à comercialização, sendo que o cultivo de outros alimentos, como exemplo do feijão, laranja e manga, é voltado à subsistência da própria comunidade.

Em razão da dependência climática e das circunstâncias do solo, a região adota um sistema agrícola, no qual utiliza-se artifícios como as lonas plásticas para o armazenamento da água e seus nutrientes por mais tempo na terra. Tal técnica consiste em abrir buracos no solo, em áreas específicas para o cultivo, e assim, adiciona-se, logo após, as lonas plásticas, seguidas da terra e do adubo (esterco; matéria orgânica decomposta, como exemplo principal, de folhas e frutos, oriundos da inutilização para comércio ou alimentação), compondo um sistema de agricultura duradouro e menos agressivo.

Para o controle de pragas e insetos, são utilizadas técnicas de base ecológica com o propósito de substituir o uso de compostos químicos, como os agrotóxicos, pela utilização de fertilizantes naturais. Uma das alternativas adotadas pela comunidade é o emprego de um líquido extraído da pimenta que, misturado a certa quantidade de água, é borrifado na plantação, e por provocar ardência age como um inseticida orgânico, permitindo o crescimento e, mais tarde, um consumo saudável do produto final.

Em diálogo com as moradoras locais Carmelice Rosa da Silva, Jandira Cassimiro e Deusita dos Santos Cassimiro, foi levantado um questionamento acerca dos impactos gerados pelo modelo de produção do agronegócio, no qual, são cultivadas extensas monoculturas de alimentos geneticamente modificados e/ou com base agrotóxica em amplos hectares de terra, também chamados de latifúndios, com um grande arsenal de materiais tecnológicos, insumos externos e capital, afetando diretamente a qualidade do solo e do produto futuramente consumido. A partir dessa problematização, as respectivas habitantes expuseram suas preocupações no que tange ao avanço desse sistema de produção, já que, plantando em larga escala e com auxílio de um sofisticado aparato, o nível de produtividade resultante é exponencialmente maior se comparado ao cultivo orgânico realizado por pequenos produtores, em exemplo dos moradores da comunidade do Agreste, o que

desvaloriza o plantio realizado por esses em seu território. Segundo Altieri, a situação atual do agronegócio de perda de diversidade biológica, erosão do solo e de doenças causadas pelo uso de agrotóxicos, infelizmente, impõe-se sob o modelo sustentável da agricultura ecológica (ALTIERI, 2015). A imposição implícita de pesticidas e agrotóxicos se dá pela força de mercado, falso sentido de praticidade e apelo comercial. Esse cenário demonstra a extrema necessidade do desenvolvimento de um sistema único de agricultura que objetive sempre o respeito à natureza e à saúde humana.

Conceitualmente, uma comunidade quilombola consiste em associação de terra, etnia, tradições, ancestralidade, modo de produção e, no passado e no presente, um local de múltiplas resistências. Inserida em um contexto de identidade quilombola, a população do Agreste representa a resistência negra também na sua forma de produção, uma vez que, esta dialoga como uma ferramenta de reafirmação cultural da comunidade por possibilitar que a mesma se desenvolva localmente, sem a necessidade de transferência deste grupo, em busca de emprego, para cidades circunvizinhas, fortalecendo a história, o legado e a ancestralidade dos moradores do território, além de fortificar a economia de seu respectivo município, Seabra, desenvolvendo uma agricultura de respeito à natureza que auxilia na geração e consumo de alimentos locais cada vez mais saudáveis e de base familiar. A demarcação desse território, além de configurar direitos, evidencia a liberdade de produção desses povos, pois corresponde a uma área, que, por possuir donos diretos, apresenta uma menor possibilidade de perda do local, permitindo a continuidade da tradição e de seus costumes, ou seja, a terra, em seu estado próprio, é também instrumento de reafirmação de identidade.

Fica evidente que em suas práticas cotidianas e na afirmação constante de identidade como grupo, a população do Agreste procura sempre estar unindo as atividades culturais e de subsistência a costumes que objetivam a sustentabilidade, a equidade social e, sobretudo, uma comunhão entre natureza, produção e comunidade. Estes hábitos devem, portanto, ser disseminados e compartilhados a fim de que difundam e inspirem o respeito, a preocupação com o meio e a adoção de novas condutas mais conscientes nos âmbitos social, econômico e ambiental.

Palavras-chave: Território Quilombola. Agroecologia. Técnicas de Plantio. Chapada Diamantina.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel; Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável/ Miguel Altieri. - 4.ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. A. (2015). *Agroecology: Who will feed us in a planet in crisis. Paper presented at the Earth Talk.* https://www.youtube.com/watch?v=LKfiabQ-j0E

CAPORAL, Francisco Roberto; Agroecologia: Alguns conceitos e princípios/ por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
GAMEIRO, Nathállia. É no semiárido que a vida pulsa. Voz indígena. Rio de Janeiro, v. 199, p. 30, abril, 2019.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***35*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS TRABALHADORES (AS) DA PESCA EM RELAÇÃO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE FLORESTAL E RESERVA ECOLÓGICA DE ITAPARICA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (BTS)- BAHIA

MÁRCIA D'ALCÂNTARA ARRUDA
Bióloga pós-Graduada em Educação Ambiental e Sustentabilidade. anapu_marcia@hotmail.com

Diante da grave crise ambiental e consequente perda de biodiversidade que se estabeleceu no país a questão ambiental passou a ser um assunto cada vez mais presente no cotidiano da sociedade brasileira bem como a urgência para que algo seja feito para sua proteção considerando que o Brasil é o país que detém a maior biodiversidade do mundo (TORRES e OLIVEIRA, 2008).

Segundo o SNUC 2000, Unidade de Conservação (UC) é um espaço de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para garantir a proteção e conservação dessas características naturais, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Segundo Arruda 1999, o modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos, objetivando proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo consolidou um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60 quando o número e a extensão das áreas protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo. Os assuntos relacionados à temática ambiental desde então vêm crescendo, e ganhando atenção especial.

Entretanto, para Torres & Oliveira, 2008, a criação de Unidades de Conservação (UCs), não tem sido suficiente para a conservação ambiental e manutenção dessas áreas protegidas. A necessidade de estratégias que promovam a conservação desses ambientes tem se tornado foco das discussões sobre o tema nos últimos anos.

Para Benatti, 1997, boa parte das áreas protegidas criadas não foi efetivamente implantada, não passando de "unidades de conservação no papel", pois a maioria das unidades de proteção integral apresenta problemas. Os principais problemas são a existência de terras ainda não completamente regularizadas, demarcadas, falta de equipamentos e de funcionários suficientes para fiscalizar e administrar a área; presença de populações humanas dentro das áreas protegidas; existência de planos de manejo e de gerenciamento em poucas unidades.

Na baía de todos os santos (BTS) não é diferente com exceção do plano de manejo que no caso da BTS ainda se encontra em construção.

A pesquisa da percepção ambiental é uma ferramenta que tem sido bastante utilizada para possibilitar uma escuta dos valores, necessidades e expectativas das populações locais com respeito à determinada unidade de conservação (PACHECO & SILVA 2006).

Segundo Domingues (2004), do ponto de vista científico, é possível notar que o conceito de percepção ambiental vem estabelecendo conexões entre o meio físico, afeito aos métodos da geografia, e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade.

A relação com as populações humanas tradicionais e não tradicionais que vivem e viviam, tanto no interior quanto no entorno nas Unidades de Conservação (UC), antes da apropriação da área pelo Estado, vem sendo uma das dificuldades permanentes na gestão e manutenção das unidades de conservação, criadas para a preservação dos recursos naturais de ecossistemas exemplares (ARRUDA 1999).

Neste contexto, as UC da baía de todos os santos não são diferentes, vários conflitos vêm impondo as UC da BTS condições que as coloca em permanente ameaça. Dentre as quais podemos destacar: A pesca em escala industrial e a criminosa com explosivos, a caça, o lançamentos de efluentes domésticos e industriais, ocupação desordenada do solo, desmatamento, retirada de sedimentos das margens de rios, disposição inadequada de resíduos sólidos, extrativismo descontrolado de crustáceos e moluscos ocupação de áreas de preservação permanente (www.semarh.ba.gov.br).

Sendo um dos objetivos das unidades de conservação a proteção da vida, inclusive a humana, e a promoção do manejo de forma sustentável, onde as UC possam atuar não somente na preservação dos recursos naturais mais, também, como locais de aprendizagem e sensibilização da comunidade acerca da percepção da problemática ambiental garantindo um espaço de crescimento e desenvolvimento sadio para as gerações futuras. Este trabalho visa contribuir como ferramenta para a elaboração do plano de manejo para baía de Todos os Santos que de forma equânime, atenda a legislação sem descaracterizar ou destruir a cultura pesqueira e a identidade cultural dos pescadores e marisqueiras da BTS.

Os procedimentos metodológicos envolvidos nessa pesquisa foram: revisão bibliográfica, uso de informações geográficas, bem como, realização de trabalhos de campo com objetivo de aplicar entrevistas estruturadas. Entre os dias 15,16, 17 e 18 de dezembro de 2014 foram aplicados 60 questionário estruturado com onze perguntas com o objetivo de avaliar a percepção ambiental dos entrevistados a cerca da Unidade de Conservação Parque florestal e Reserva Ecológica de Itaparica. Nesses questionários foram adotado questões

simples e de múltipla escolha, sem grande complexidade, pois levamos em consideração que os dias e horários da realização dessas entrevistas os pescadores e marisqueiras estavam em plana atividade, por isso não poderia passar tanto tempo ocupados respondendo a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. "Populações Tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. Ambiente & Sociedade - Ano II – Nº 5 – 2º Semestre de 1999.

BENETTI, J.H. Criação em Unidades de Conservação em Áreas de Apossamento de Populações Tradicionais. Um problema agrário ou ambiental? Discussão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, 1997.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia e ciências humanas.* Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004.

PACHECO, E & SILVA, H.P. Compromisso Epistemológico do Conceito de percepção ambiental, 2006.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985 de 18 de julho 2000. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 3ª Edição.

TORRES, D.F; & OLIVEIRA, E.S. Percepção Ambiental: Instrumento para Educação Ambiental em Unidades de Concervação.Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 21, julho a dezembro de 2008.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***38*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

CISTERNAS NA ZONA RURAL DO SEMIÁRIDO NORDESTINO: MECANISMO INDEPENDENTE PARA CONVÍVIO COM A SECA

ÉVELYN RAIANE OLIVEIRA PIRES

Estudante do Curso de Meio Ambiente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, *campus* Seabra. E-mail: evelynrop@hotmail.com

A manutenção da vida é apoiada em diversos fatores sociais, bem como saúde, valorização de uma população, economia, educação, qualidade e condições de vida, os quais são influenciados de forma direta pelo acesso à água potável (OLIVEIRA, 2017), que segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2019a) corresponde a apenas 2,5% da água do planeta. É importante ressaltar que nesse pequeno total, cerca de 69% está situado nas geleiras, dificultando o seu acesso. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019), nesse contexto, afirma que da população mundial, aproximadamente 2/3 (dois terços) sofre, por pelo menos um mês ao ano, com uma grave escassez hídrica; o órgão internacional declara ainda que o maior consumo de água refere-se à agricultura, responsável por 69% anual. Diante disso, conforme a ANA (2019b), o Brasil dispõe de um elevado percentual da água doce da Terra, no entanto apresenta irregularidade na disposição por toda a extensão territorial, tendo em vista que boa parte do recurso está na região Norte, onde se concentra a menor povoação brasileira, contribuindo assim para a dificuldade de abastecimento de água potável em diversas regiões nacionais (OLIVEIRA, 2017). O cenário de crise exposto é refletido na região Semiárida nordestina, a qual enfrenta o desastre natural da seca e carece de infraestrutura adequada para a efetiva convivência com esse fator (MELO; PEREIRA; NETO, 2009), associando ainda, quando refere-se às zonas rurais, à degradação do solo da caatinga proveniente da exploração intensiva, o que resulta em baixa produtividade, baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, em desigual geração e distribuição de renda e, constantemente, na migração do campo para a cidade. Essa população rural, haja vista a dificuldade para ser atendida com o abastecimento de água potável pela rede pública por estar, muitas vezes, localizada de forma dispersa, demanda a existência de programas, processos e atividades sustentáveis comunitárias com soluções adequadas às suas especificidades econômicas e sociais (SANTANA; ARSKY; SOARES, 2011). Campos e Studart (2001) dizem que, sob o contexto histórico hídrico da região nordestina, o Estado brasileiro atuou com aplicação e sugestão de possíveis soluções para o devido convívio com a situação descrita; contudo, a conduta governamental se caracterizou,

majoritariamente, pelo clientelismo, com políticas voltadas para os latifundiários, cooperando para a perpetuação das velhas estruturas socioeconômicas e políticas oligárquicas (MELO; PEREIRA; NETO, 2009). Há, por parte do Poder Público, desinteresse histórico em universalizar efetivamente o acesso à água potável, restringindo-o à zona urbana ao afirmar essa necessidade apenas para as edificações permanentes urbanas; dessa maneira, a rural permanece em estado de déficit de abastecimento por pouco incentivo, fomentando as desigualdades sociais. A obtenção dessa água não se limita a compor o saneamento básico, é também de grande magnitude para assegurar a segurança alimentar e nutricional humana. Além disso, o acesso à água deve ser avaliado em dois contextos, espacial e temporal, levando em conta a qualidade do recurso coletado e como é exercida a autonomia dos indivíduos e das famílias, pois essas podem ser submetidas aos favores clientelistas para adquirir água, a qual é um bem público primordial. Tem-se como exemplo, diante de relações políticas pessoais, que possuem interesses divergentes dos públicos, a utilização de carros-pipa para abastecer as residências rurais, os quais são disponibilizados, geralmente, a partir de cooptação eleitoral, infringindo o direito humano universal de acesso à água adequada ao consumo. À vista disso, verifica-se, perante a organização social revelada, a eficiência e o importante papel das cisternas, utilizadas, por sua vez, para armazenar água da chuva e, que sob determinada conjuntura social, configura uma estrutura de abastecimento de água descentralizada, suscitando, por sua vez, a democratização e a independência de tal acesso (SANTANA; ARSKY; SOARES, 2011). A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) as desenvolveu com placa de cimento por representarem uma tecnologia social de baixo custo e com potencialidade para serem replicadas, instituindo, então, o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC); os reservatórios em questão têm capacidade de armazenar até 16 mil litros de água e, dessa forma, abastecer uma família de até 5 (cinco) pessoas por 8 meses para consumo e produção de alimentos. Sua boa funcionalidade motivou a sua implantação pelo Governo Federal, com o Programa Cisternas integrado ao Programa Água para Todos, incluso no Plano Brasil sem Miséria (CAMPOS e ALVES, 2014), garantindo, enfim, melhoria na saúde, segurança alimentar propícia e desenvolvimento local das populações menos apaniguadas socialmente. Campos e Alves (2014) alegam também que as cisternas utilizadas pelo Programa Cisternas, além de serem pouco custosas, são de simples execução e aplicação, podendo ser facilmente desenvolvidas pela comunidade através da mobilização apoiada na gestão e manejo do recurso hídrico, atendendo os eixos familiares e comunitários. Ademais, declaram que a mão de obra empregada na construção estrutural é local, com prévio treinamento adequado. Essa organização se dá devido à importância de caracterizar tecnologias sociais, tornando-as e mantendo-as pertencentes à população atendida, viabilizando o reconhecimento de sua cidadania. De acordo com Gnadlinger (2001, **apud** SANTANA; ARSKY; SOARES, 2011), a captação das águas pluviais se comporta

como uma alternativa amplificadora do desenvolvimento rural do semiárido, uma vez que é uma tecnologia exequível, focada na população local e na justiça social, de baixo custo e ecologicamente sustentável; considerando a sua atual difusão, afirma-se ser uma opção que oportuniza melhores condições de vida na região em análise. Destarte, constata-se, em face do Poder público que conserva a dependência política, ser viável o armazenamento de água da chuva nas cisternas para atingir acesso e gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada, permitindo à população rural, principalmente à que se encontra em condição social vulnerável, maior autonomia e desenvolvimento socioeconômico. Para mais, essa alternativa representa uma solução eficiente ao ser instituída, por parte dos beneficiários, de forma sustentável e consciente acerca da capacidade de estoque e do tratamento necessário para tornar a água adequada ao consumo (SANTANA; ARSKY; SOARES, 2011). Nessa circunstância, muitos benefícios se manifestam, dado que Santana, Arsky e Soares (2011), exibem as avaliações do Programa Cisternas realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2006) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2009), em que são expostas melhorias nas condições de saúde e da água para consumo, otimização do tempo e esforço gastos no deslocamento em busca de água e redução de aparecimento de doenças de propagação hídrica. Esses fatores influenciam positivamente no desenvolvimento humano das localidades rurais e os cidadãos atendidos se mostram contemplados com a democratização descrita, tendo em vista a presença de possibilidade, eficiente e eficaz, de ganhos sociais e de consolidação da participação popular nas políticas públicas, desde a elaboração ao controle. Embora as cisternas constituam uma boa tecnologia de abastecimento de água potável, há ainda outras demandas hídricas, a exemplo da utilização da água na ampliação da produção de alimentos no semiárido, realizada pelas famílias atendidas e motivada por uma efetiva assistência técnica rural, pela qual sejam permitidas melhor sustentabilidade e inclusão produtiva aos mercados (CAMPOS e ALVES, 2014). Compreende-se, por fim, ser imprescindível a adoção de um comportamento favorável às pessoas diretamente afetadas pela condução da seca no semiárido, de forma que elas tenham independência e oportunidade para optar pela solução mais adequada às suas realidades, podendo diminuir o êxodo rural e conviver satisfatoriamente com as dificuldades inerentes ao desastre natural da seca.

Palavras-Chave: Autonomia. Desenvolvimento humano. Tecnologia. Clientelismo. Água.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Água no mundo.** Disponível em: https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/agua-no-mundo. Acesso em: 30 jul. 2019.

_____. **Quantidade de água**. Disponível em: https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/quantidade-da-agua. Acesso em: 31 jul. 2019.

CAMPOS, A.; ALVES, A. M. **O programa água para todos: ferramenta poderosa contra a pobreza.** In: Ministério do Desenvolvimento Social - Brasil sem Miséria, 2014.

CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 4., 2001, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.

MELO, J. A. B. de; PEREIRA, R. A.; NETO, J. D. **Atuação do Estado brasileiro no combate à seca no Nordeste e ampliação das vulnerabilidades locais.** Qualitas Revista Eletrônica, Paraíba, v. 8, n. 9, 2009. Disponível em: http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/387. Acesso em: 4 ago. 2019.

OLIVEIRA, Celso Maran de. **Acesso sustentável à água potável: direito humano fundamental no cenário internacional e nacional.** Rev. Ambient. Água , Taubaté, v. 12, n. 6, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-993X2017000600985&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos.** Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/natural-sciences/environment/wwdr/. Acesso em: 05 ago. 2019.

SANTANA, V. L.; ARSKY, I. C; SOARES. C. S. Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro**.** Anais do II circuito de Debates Acadêmicos, IPEA, Brasília-DF, 2011.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **42** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ACESSO À ÁGUA NO BRASIL: POR QUE O PAÍS DAS MAIORES RESERVAS HÍDRICAS SOFRE COM A ESCASSEZ DA ÁGUA?

GYOVANNA NONATO MANFREDINI
Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Tiradentes.gnmanfredini@gmail.com

O Brasil é excepcionalmente favorecido em relação às suas fontes hídricas, possuindo a maior quantidade de água doce do planeta, tendo 12% do total existente no mesmo, e sendo, inclusive, mais abundante do que continentes inteiros como a Europa. À vista disso, o presente trabalho tem como finalidade analisar o impacto da exploração predatória dos recursos hídricos, considerando o direito ao meio ambiente, bem como visa avaliar as soluções aplicadas no Brasil para a gestão desses recursos, tendo em vista que, apesar das maiores reservas de água do planeta estarem no território brasileiro, 16% da população nacional ainda sofre com total carência de água, o que tende a aumentar. Para mais, destaca-se o acalorado debate sobre a forma heterogênea de distribuição de água no país com maior concentração de água potável do globo. Segundo estudos da Universidade Federal do Pará, o aquífero Alter do Chão, que é a maior reserva subterrânea de água doce do mundo e é capaz de abastecer toda a população mundial até cem vezes, está no Brasil, mais especificamente, sob os estados do Amapá, Pará e Amazonas, em uma área de 437 mil km², sendo composto por 86 mil km² de água doce. Não obstante, ainda conta-se com o Aquífero Guarani, que tem uma área de 1,2 milhão de km², com um volume que chega a 45 km². Ademais, apesar da disponibilidade ser a maior do mundo, a água própria para o consumo no país não está distribuída igualitariamente, de forma que algumas regiões ainda convivem rotineiramente com total falta de água. Além disso, de acordo com dados levantados pelo Instituto Trata Brasil, a Amazônia, que tem a menor densidade demográfica do país, dispõe de 80% do total da água superficial, enquanto o Sudeste, a região mais povoada do país, dispõe de apenas 6% do recurso. Assim, entende-se como principal motivo para o surgimento da problemática o crescimento desordenado de pequenos centros onde houve rapidamente grande concentração de pessoas em um único lugar, culminando então no fenômeno denominado “Inchaço Urbano”, ensejando uma ineficiência no fenômeno da urbanização, pois o processo de planejamento e reestruturação não acompanhou o crescimento da quantidade de pessoas que chegavam para residir nesses locais, uma vez que não houve qualquer planejamento para desenvolvimento sustentável dessas cidades. De mais a mais, a ONU

estabeleceu que "o acesso às fontes hídricas será a causa número um de guerras até 2030", trazendo como consequência cerca de 100 milhões de refugiados nos próximos 50 anos. Assim, torna-se cada vez mais evidente o destaque do tema nos âmbitos políticos atuais, o que se dá em razão de que já ocasionou conflitos nefastos em regiões já bastante escassas do referido bem. Outrossim, o acesso à água pode ser entendido como desdobramento do Direito à Vida, por ser imprescindível à existência do homem, sendo possível elevá-lo a classificação de direito de primeira geração. Deste modo, embora a Constituição Federal do Brasil de 1988 não tenha de forma explícita a água no rol de direitos fundamentais, trata-se essencialmente de um bem ambiental, parte da natureza; além disso, o meio ambiente estando protegido constitucionalmente no caput do art. 225 da referida Carta Magna, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Para mais, há outros direitos implícitos como o direito à vida e à saúde, bem como o princípio fundamental de dignidade da pessoa humana, que respaldam tal analogia. Do ponto de vista internacional, cita-se também a Declaração de Direitos Humanos de 1948, que em seu artigo 25 - assim como os artigos 11 e 12 do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais - faz menção indireta sobre o direito à vida e à saúde sob um entendimento amplo. Destarte, internamente doutrinadores clássicos considerarem a questão ambiental um direito Fundamental, a exemplo de Paulo Bonavides e Celso Antônio de Mello, contando inclusive com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal também favorável ao entendimento. Sendo assim, tornando-se inevitavelmente um tópico relevante para a sociedade civil organizada, Estados, governos, sujeitos de direito público e até mesmo para a iniciativa privada, o Direito também preocupou-se em alcançar a tutela desse direito, já que trata-se da situação de contaminação e poluição massiva das reservas de água potável, esgotamento dos recursos naturais do planeta, destruição da camada de ozônio, erosão de solo, assoreamento de rios, dentre outras mazelas oriundas da devastação do patrimônio ecológico. Neste ínterim, mais de 40 países europeus buscam garantir o direito à água através de medidas como a reestatização dos serviços, pois as experiências de privatização mostraram-se inefetivas e maléficas para a população de modo geral. Porém, por outro viés, em 2016 o Brasil foi na contramão das experiências mundiais e através da medida provisória 727, que mais tarde no mesmo ano tornou-se a lei 13.334/2016, instituiu o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), regulamentando a privatização e concessão de mais de 30 ramos, incluindo saneamento básico, mineração e energia. De acordo com especialistas, é alarmante que o Aquífero Guarani, que localiza-se numa área de 1,1 milhão de quilômetros cúbicos, representando um oitavo da área total do Brasil, tenha sido privatizado por interesses capitalistas que fomentam a exploração predatória de um recurso finito e escasso visando unicamente o lucro de uma pequena minoria que através das multinacionais comercializam a água. Concludentemente, a partir das ideias expostas, entende-se que a ideia de melhoria nos serviços através da privatização da água no Brasil é o resultado de más

gestões. Sendo assim, a perspectiva de solução está em trazer especialistas competentes para os órgãos responsáveis para distribuição, que sobretudo intencionem o interesse público em face aos interesses mercantis, por entenderem o referido direito como fundamental e inalienável. Além disso, buscar efetivar os fundamentos de gestão descentralizada e participativa da já existente Política Nacional de Recursos Hídricos, tornando a gestão próxima aos comitês das bacias, não deixando a fiscalização sendo realizada apenas em nível institucional estadual ou federal, mas também sendo realizada pelos usuários e organizações civis, efetivando assim os valores fundamentais que o referido dispositivo trouxe.

Palavras-chave: Mercantilização. Privatização. Direito ambiental. Ecologia.

REFERÊNCIAS

Água e Saúde: Aspectos Globais e Nacionais. Ulisses Confalonieri, Léo Heller, Sandra Azevedo. Disponível em: http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-808.pdf. Acesso em 17/09/2019.

METRO JORNAL. **Milhões de brasileiros sofrem com falta de água tratada e esgoto**. Disponível em: https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/03/22/milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-falta-de-agua-tratada-e-esgoto.html. Acesso em 18 de setembro de 2019;

REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. **Planejamento urbano: as consequências do inchaço urbano**. Disponível em: https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/planejamento-urbano-consequencias-inchaco-urbano/. Acesso 18 de setembro de 2019;

SANTANA, Eduardo. **Maiores aquíferos do mundo estão em território brasileiro**. Disponível em: https://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/maiores-aquiferos-do-mundo-estao-em-territorio-brasileiro/. Acesso em 18 de setembro de 2019.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***45*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUE URBANO COM SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO MORRO DA PIÇARREIRA NO BAIRRO SANTA MARIA EM ARACAJU- SE

THAISLAYNE SANTOS ANDRADE
Arquiteta e Urbanista / Universidade Tiradentes. thaislayness@gmail.com.

Parques Urbanos são grandes áreas vegetadas dentro da cidade que promovem o lazer e a interação entre pessoas e natureza, buscando promover qualidade de vida. Já os sistemas agroflorestais são um conjunto de técnicas e princípios de manipulação dos recursos naturais em que se realiza o plantio simultâneo de diferentes espécies, incluindo cultivos agrícolas, em um mesmo espaço. Neste trabalho, propomos a implantação de um Parque Urbano com Sistemas Agroflorestais como recurso para diminuição dos problemas socioambientais encontrados no Morro da Piçarreira e em seu entorno, localizado no bairro Santa Maria - Aracaju/SE, para requalificação do espaço, assim como para uso parcial do solo para a produção de alimentos e regeneração ambiental. Para tal, buscamos referências de projetos reais dentro e fora do Brasil, realizamos visitas ao bairro e o morro, entrevistamos a coordenadora de uma ONG local, e por fim, buscamos a orientação de agroflorestores. Como resultado, elaboramos uma proposta de zoneamento espacial do parque urbano junto a diretrizes gerais de uso e atividades, fizemos o recorte espacial do morro com uma proposta de projeto piloto também com suas diretrizes gerais de uso e atividades, além de diretrizes técnicas de forma a tornar viável a execução pela própria comunidade.

Palavras-chave: agrofloresta, comunidade carente, meio urbano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No bairro Santa Maria é notável a falta de espaços de lazer, infraestrutura, saneamento básico, saúde e segurança pública. Há anos o bairro é considerado um dos mais desvalorizados de Aracaju devido, entre outros fatores, às condições de sua ocupação inicial, que ocorreu como consequência de invasão da área por comunidades migratórias junto a políticas de desfavelização de outros bairros da cidade. O Morro da Piçarreira, situado no bairro, já não possui mais as características originais de sua fauna, flora e volumetria. A intervenção do homem com desmatamento feito em seu entorno e no próprio morro, além da retirada de terra, o aterramento

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página 46 de 236
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

de áreas de mangues e a influências dos processos naturais, resultaram em processos degradativos, como a erosão do solo e o acelerado escoamento das águas pluviais para dentro do bairro, colocando em risco a comunidade. Além disso, é possível observar que o abandono do local também tem gerado problemas de segurança pública, por ser um espaço sem função estabelecida dentro do contexto urbano, esse espaço tem sido utilizado para práticas ilícitas, demandando a intervenção do poder público.

PROPOSTA GERAL

A proposta de implantação de um parque urbano com sistemas agroflorestais vem a partir de uma intenção geral de ter um espaço com múltiplas funções, onde seja possível extrair o máximo de potencialidades. A existência do Morro da Piçarreira se configura como uma oportunidade de integração com a malha urbana, estabelecendo funções para o espaço, que permitam o uso adequado para as pessoas. A partir da proposta deste trabalho de desenvolver diretrizes para a implantação de um parque urbano com sistemas agroflorestais no Morro da Piçarreira, foram feitos estudos iniciais do morro com um zoneamento geral onde foram traçados eixos de circulação. Devido à grande escala do projeto, optamos por fazer um recorte espacial de um perímetro menor para uma proposta de implantação de um projeto piloto, tendo como ponto de partida uma parceria com a organização não-governamental Comunidade Católica Servos e Servas da Santíssima Trindade, que há mais de 30 anos oferece de forma gratuita serviços básicos à comunidade e realiza com os alunos (ver figura 01), práticas de cultivo em um terreno em frente a ela que fica na margem do morro (ver figura 02).

Figura 01 - Alunos que fazem a manutenção da horta em uma sala da ONG.



Fonte: Autoria própria, em 05 de outubro de 2018.

Figura 02 - Foto tirada da fachada do terreno em frente a ONG.



Fonte: Autoria própria, em 14 de outubro de 2018.

PROPOSTA DE ZONEAMENTO DO MORRO: DIRETRIZES GERAIS DE USOS E ATIVIDADES DO PARQUE URBANO COM SISTEMAS AGLOFLORESTAIS

Exploração do potencial turístico com a construção de mirante para a cidade de Aracaju; barracas de exposição de produtos artesanais locais; barracas de orientação e compartilhamento de plantas medicinais; construção de espaço cultural; anfiteatro; espaços de estar e contemplação; feiras para distribuição de alimentos; postos de recebimento de material reciclável, que pode ser trocado por créditos para retirada de alimentos nas feiras de distribuição de alimento; mutirões de sistemas agroflorestais; encontros religiosos; atividades recreativas: trilhas, tirolesa e asa delta; práticas esportivas de diversas modalidades; acampamentos (ver figura 03,04 e 05).

Figura 03 - Esquema de zoneamento geral do Morro da Piçarreira, na escala 1/10000.



Fonte: Gerada com uso do programa AutoCAD em 29 de novembro de 2018.

Figura 04 - Foto do caminho que dá acesso a clareira do Morro da Piçarreira.



Fonte: Autoria própria, em 14 de outubro de 2018.

Figura 05 - Representação volumétrica do Projeto 1000 Platôs do Santa Maria.



Fonte: Sketchup, em dezembro de 2017, pelo arquiteto Ricardo Mascarello e Wilton Leite.

PROJETO PILOTO

É possível observar a implantação do projeto piloto (ver figuras 06, 07, 08, 09, 10 e 11) as versões humanizadas e as plantas com detalhamento técnico simplificado do perímetro escolhido, a começar pelo terreno em frente à ONG, que recebeu uma área com arquibancada de pneus e um espaço em frente para barraca de orientações e distribuição de ervas medicinais. As ervas se encontram ao lado em formato de espiral e ao fundo do terreno está a agrofloresta. Em sequência foram dispostos pneus para a composição de uma escada que leva a uma clareira de terra batida com uma área impermeabilizada com o espaço central circular reservado para

fogueiras. Ainda nesse espaço que fica na parte superior do morro há mobiliários e espaços para acampamentos e para os encontros religiosos com a arquibancada de pneus.

Figura 06 - Rua B4 do conjunto Valadares, no bairro Santa Maria.



Fonte: Gerado a partir do Google Maps em 08 de novembro de 2018.

Figura 07 - Implantação humanizada do projeto piloto na escala 1/250



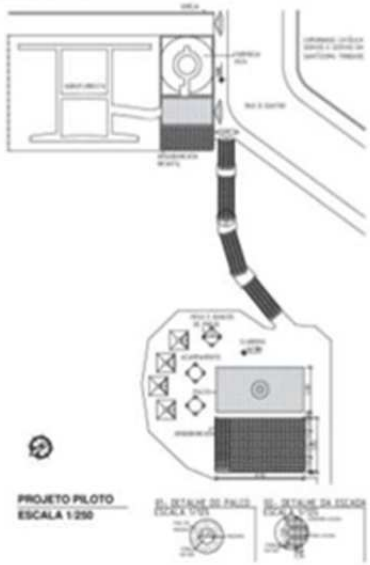
Fonte: AutoCAD em 29 de novembro de 2018 e complementada com desenho feito a mão livre de autoria própria.

Figura 08 - Planta baixa esquemática da agrofloresta do projeto piloto na escala 1/125



Fonte: Gerada com uso do programa AutoCAD em 03 de dezembro de 2018. Autoria própria.

Figura 09 - Implantação do Projeto Piloto na escala 1/125



Fonte: Gerada com uso do programa AutoCAD em 29 de novembro de 2018. Autoria própria

Figura 10 - Perfil do projeto piloto na escala 1/250



Fonte: Gerada com uso do programa AutoCAD em 30 de novembro de 2018 e complementada com desenho feito a mão livre de autoria própria.

Figura 11 - Perspectiva da margem do morro feito a mão livre.



Fonte: Autoria própria, em 04 de dezembro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a partir da aplicação prática das diretrizes técnicas projetuais, de uso e atividades propostas no projeto piloto, seja possível a consolidação de uma infraestrutura adequada à utilização do espaço pré-existente, além da produção efetiva de alimentos para a com munidade. Gostaríamos de concluir destacando que o principal produto pretendido com a elaboração deste trabalho foi a possibilidade de implantação do projeto piloto, como uma versão simplificada do projeto maior, de maneira que possa ser realizado pelas próprias pessoas da comunidade. Esperamos com isso que esse projeto piloto possa servir de observatório embrionário do uso prático dos sistemas agroflorestais, potencializando a possibilidade de atrair investimento macro do poder público para a implantação de um parque urbano com sistemas agroflorestais no morro posteriormente, partindo de estudos mais aprofundados e uma atuação mais técnica, mas que não dispense o protagonismo das pessoas do local. Por fim, esperamos que essas propostas possam contribuir na diminuição dos problemas socioambientais do local, na articulação do morro com a malha urbana, atribuindo uma função social, trazendo um público externo ao bairro, requalificando a paisagem, produzindo alimentos de qualidade, entre outros benefícios.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **50** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ADUBAÇÃO ORGÂNICA: INFLUÊNCIA DA BIOMASSA VEGETAL NA PARTE AÉREA DE MUDAS DO CACAUEIRO

LUCAS SILVA FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bheusilva-19@hotmail.com
JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bomfim81@hotmail.com
MANUELA QUEIROZ LIMA
Graduanda em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, manuelaqueirozlima@gmail.com
WALDEO ARENARES FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, waldeo@hotmail.com
STALLEN SOUZA SANTOS
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, stallen.sta1@hotmail.com
JULIANA GARCIA LATA GIESE
Graduanda em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, campingdadice@gmail.com
AMANDA CRUZ DOS SANTOS
Graduanda em Gestão de Turismo Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, cruz12amanda@gmail.com
FRANCISCO DE SOUZA LIMA
Orientador Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, fsousalima@yahoo.com.br

Na terminologia botânica a parte aérea da planta são percebíveis acima do nível do solo, podendo ser composta por, caule e/ou pseudocaule, folhas, flores, frutos e sementes. Tendo formação inicial a partir do embrião protegido pela parte externa da semente, suas células meristemáticas ficam concentradas nas gemais apicais da planta, que em seu crescimento desenvolve estruturas como o caule, para garantir a busca por luz e sustentar os órgão responsáveis por captar luz solar, e transformar em fotoassimilados, além disso as folhas também tem função de respiração e transpiração no vegetal. Flores, frutos e sementes garantem a reprodução, sendo considerados os principais produtos econômicos para os produtores rurais, porém as outras estruturas das plantas cultivadas, também tem finalidades comerciais. A parte aérea esta diretamente envolvida com a nutrição da planta, observando o crescimento, durante um período de tempo, permite acompanhar seu desenvolvimento em função do seu tamanho.

A cultura do cacau (*Theobroma cacao)* tem característica de sub-bosque, no qual seu tamanho varia a depender de qual manejo está sendo empregado, como: extrativista; a pleno sol; ou cabruca. Podendo atingir altura de 20 metros, quando em competição com outras espécies da floresta, em locais menos densos. Tem tamanho médio nas propriedades rurais e em cabrucas mais densas de 5 à 8 metros de altura, contudo seu tamanho é reduzido se o manejo for a pleno sol. A correlação entre adubação e crescimento nesta cultura, tem que ser equilibrada, pois, o uso indiscriminado de adubos pode ser prejudicial no ciclo vegetativo. O cacaueiro necessita de boa fertilidade, a adubação orgânica disponibiliza de forma lenta e gradual os nutrientes sendo relevante a correlação com o crescimento vegetativo.

A cacauicultura orgânica, no sul da Bahia, inserida nesse contexto, representa alternativa frente à pouca rentabilidade do sistema de cultivo tradicional com cacau, considerando um mercado consumidor em potencial crescimento. (GOMES; PIRES. p. 44. 2015)

Com o objetivo de analisar a influência de 5 tipos de biomassa, no crescimento aéreo do cacaueiro em dois tipos de solos, arenoso e argiloso, depois de um período de 3 meses de experimentação.

Avaliar o crescimento do cacaueiro ajuda a identificar qual a melhor planta para a produção de mudas. Na fase inicial o seu desenvolvimento de forma empírica o pequeno produtor rural, utilizando matéria de fácil acesso na propriedade para a nutrição das mudas, porém em muitos casos os mesmos desconhecem o potencial das biomassas vegetais em suas propriedades, para a produção de plantas sadias. O projeto avaliou a influência de diferentes biomassas vegetais, comuns as áreas de cacau do território Litoral Sul da Bahia, testando exóticas e a nativas. Pois é importante a pesquisa em nossas espécies nativas, como destaca Sambuichi et al. p. 171 (2009) "Uma das características mais marcantes da Mata Atlântica no Sul da Bahia é sua impressionante riqueza de espécies de árvores nativas.

A metodologia do projeto conta com 5 tipos de biomassa vegetais (folhas) como, ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), cobi (*Senna multijuga*), nim (*Azadirachta indica*), gliricídia (*Gliricidia sepium*) e leucena (*Leucaena leucocephala*) mais 1 controle por solo, com quatro repetições e em dois tipos de solos distintos (arenoso e argiloso), totalizando 24 vasos por solo e 48 no total, fazendo a experimentação com o cacau híbrido, seguindo as etapas: coleta das biomassas; secagem em estufa de ventilação forçada; trituração do material em moedor de facas industrial; distribuição de 75g de cada biomassas em 5 litros de solo em delineamento de blocos casualizados; 30 dias de mineralização das biomassas nos solos; plantios das sementes; condução do experimento no período de 3 meses após a germinação; coleta e análise dos dados, no programa Sisvar, a 0,01% de significância.

Os dados obtidos foram sistematizados no programa Sisvar, com teste ANOVA e Tukey a 0,01%.

Tabela 01: Tabela de análise de variância dos tratamentos. GL - Graus de Liberdade; CV - Coeficiente de variação.

Fator de Variação	GL	
Tratamentos	5	*
Médias		29,5625
CV (%)		19,15

Fonte: Arquivo Pessoal

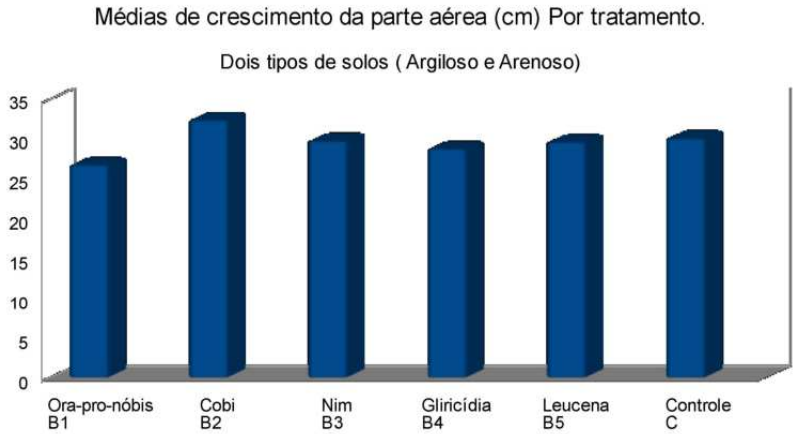
Houve significância para a fonte de variação tratamentos, conforme demonstrado na tabela 01.

Tabela 02: Análise da Tabela Tukey a 0,01% de significância, em ambos os solos.

Biomassa Vegetais	Médias de crescimento (cm) Por tratamento.	
Ora-pro-nóbis B1	26,79	a
Cobi B2	32,41	a
Nim B3	29,81	a
Gliricídia B4	28,81	a
Leucena B5	29,65	a
Controle C	30,12	a

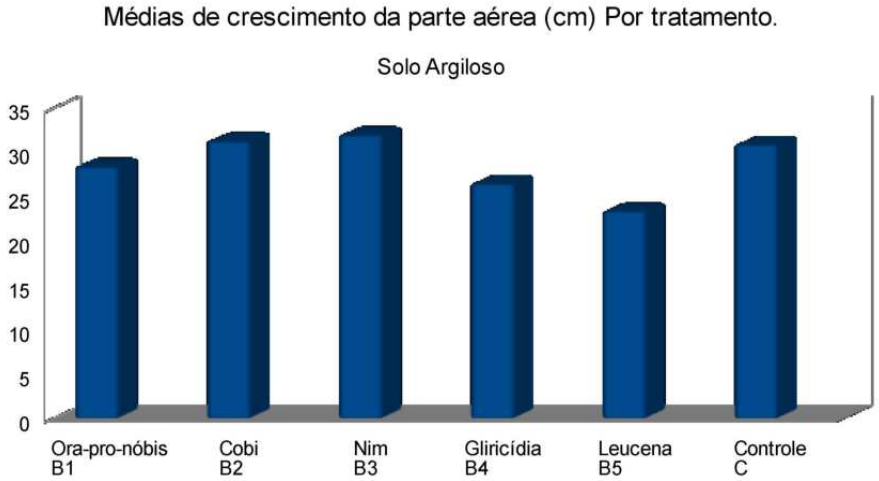
Fonte: Arquivo pessoal

Gráfico 01: Médias de crescimento em centímetro de ambos os solos.



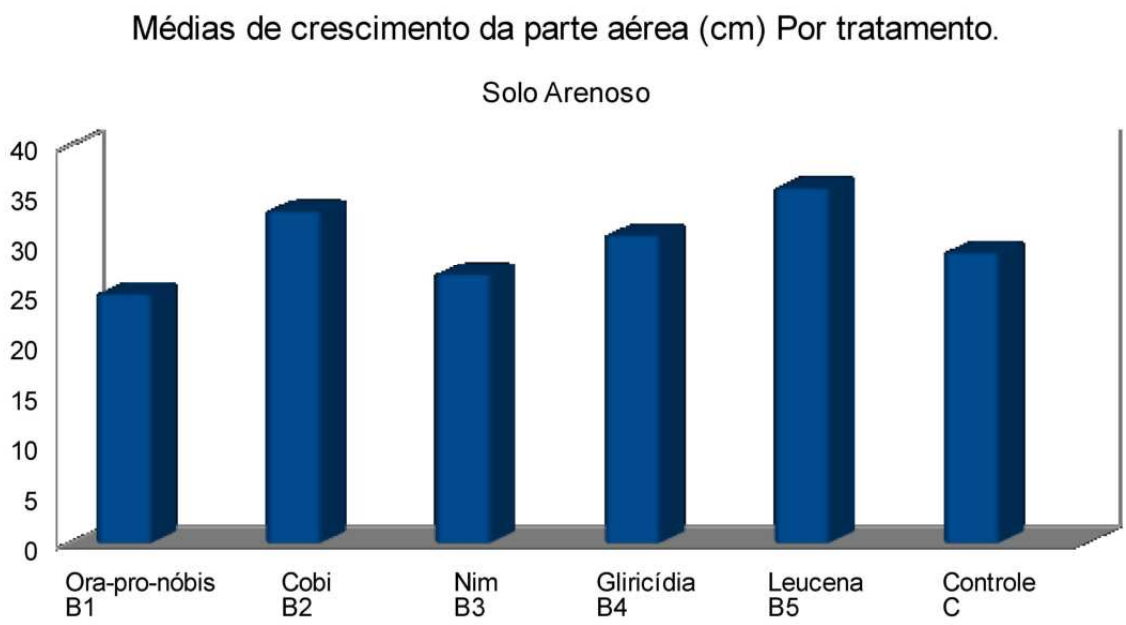
Fonte: Arquivo pessoal.

Gráfico 02: Médias de crescimento em centímetro por tratamento em solo argiloso.



Fonte: Arquivo pessoal

Gráfico 03: Médias de crescimento em centímetro por tratamento em solo arenoso.



Fonte: Arquivo pessoal.

Com a análise dos resultados sobre os efeitos das biomassas em ambos os solos, argiloso e arenoso, (tabela 02) é demonstrado que os tratamentos não se diferenciaram estatisticamente, porém dentre os tratamentos a biomassa vegetal, Cobi árvore nativa na mata atlântica, demonstrou melhores resultados no desenvolvimento em relação a parte aérea do cacau híbrido (gráfico 01). Porém em fator dos diferentes tipos de solos, fez-se necessário a análise do desenvolvimento da planta separadamente, obtendo os resultados demonstrados nos gráficos 02 e 03.

Contudo este trabalho foi para agregar valor ao pequeno produtor rural, do Litoral Sul da Bahia, ao utilizar em sua metodologia plantas que são comumente encontradas nas áreas de cacau em nosso território. Evidencia-se a importância de se pesquisar as árvores nativas em nossos territórios, pois, ficou em destaque a árvore nativa da Mata Atlântica Cobi, mesmo sendo considerada uma secundaria, também encontra-se entre as pioneiras de crescimento rápido, ocorre em capoeiras, matas perturbadas, e em especial nas áreas de cacau cabruca.

Palavras-Chave: Cacauicultor. Agroecologia. Litoral Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

GOMES, A. S.; PIRES, M. M. **Cacauicultura**: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. Editus – Ilheus, BA. p. 44. 2015. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355291/37056285/Bases+climatol%C3%B3gicas_G.R.CUNHA_Livro_Agrometeorologia+dos+cultivos.pdf/13d616f5-cbd1-7261-b157-351eaa31188d?version=1.0 Acesso em: 02/09/2019

SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, L. A. M.; JESUS, M. F. C.; PAUXÃO, J. L. **Nossas Arvores**: Conservação, uso e manejo de árvores nativas no sul da Bahia. In Capítulo 09: Lista de árvores nativas do sul da Bahia. Editus – Ilhéus, BA. p. 171. 2009.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***55*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ADUBAÇÃO ORGÂNICA: INFLUÊNCIAS DAS BIOMASSAS VEGETAIS NO SISTEMA RADICULAR DO CACAUEIRO

JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bomfim81@hotmail.com
MANUELA QUEIROZ LIMA
Graduanda em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, manuelaqueirozlima@gmail.com
AMANDA CRUZ DOS SANTOS
Graduanda em Gestão de Turismo Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, cruz12amanda@gmail.com
LUCAS SILVA FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bheusilva-19@hotmail.com
WALDEO ARENARES FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, waldeo@hotmail.com
STALLEN SOUZA SANTOS
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, stallen.sta1@hotmail.com
FRANCISCO DE SOUZA LIMA
Orientador Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, fsousalima@yahoo.com.br

A organologia vegetal estuda os diversos órgãos e suas funções nas plantas, através de suas definições o sistema radicular é ausente de clorofila (acrofilado), tendo duas funções principais, a de fixação e nutrição vegetal. Sendo originada da radícula que já vem no embrião da planta, encontrando na ponta da raiz a coifa, estrutura responsável por proteção das células meristemáticas, células tais que são fundamentais no desenvolvimento de outros tecidos. Durante o desenvolvimento do sistema radicular existem divisões e suas respectivas funções, sendo composta em zonas, que no geral são: zona suberosa; zona pilífera, zona de alongamento, zona meristemática e a coifa na ponta radicular. O sistema radicular além das definições básicas exerce outras funções, a depender da espécie. Nos grupos das angiospermas existem duas classes distintas, as dicotiledôneas e as monocotiledôneas, originando dois tipos de raízes, as pivotantes e as fasciculadas. Por definição as raízes pivotantes, axiais e/ou espigão, são característica das dicotiledôneas, que forma um eixo principal abaixo do solo, penetrando verticalmente para alcançar horizontes mais profundos em busca de água, nutrientes e minerais, para culturas perenes no cultivo de frutas. A raiz pivotante no cacau *(Theobroma Cacao)* também tem função

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***56*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

fundamental, na fixação forte da planta ao solo, se tornando mais resistente ao tombamento e aos períodos um pouco mais prolongado de estiagem. Entretanto as monocotiledôneas apresentam outro sistema, as raízes fasciculadas ou cabeleira, que formam de um único ponto ou faixa da planta um conjunto aglomerado de raízes finas, sendo possível perceber similaridade de tamanho e diâmetro das raízes no mesmo período de desenvolvimento. Além do mais, a raiz em contato com o solo gera uma influência nas atividades microbiológicas, pois os fatores de crescimento, que são substâncias produzidas pela própria planta, conhecidas também como exsudatos, são favoráveis ao desenvolvimento de certos tipos de microrganismos, com alta interação entre ambos. Em termos gerais a rizosfera tem influência na absorção e nutrição da planta, e proteção do sistema radicular da planta de forma indireta, ao associar microrganismos benéficos, inibidores, competidores e/ou predadores de patógenos.

> *Fatores de crescimento (FC) são substâncias orgânicas essenciais ou estimulantes para o crescimento de organismos e que são requeridas em pequenas quantidades (1 a 100 mg. L-¹). Alguns exemplos são as vitaminas, purinas, pirimidinas e aminoácidos que podem ser produzidos por excreções de raízes, por resíduos orgânicos ou pelos próprios microrganismos.* (MOREIRA; MOREIRA p. 124. 2016)

A matéria orgânica tem fundamental importância no desenvolvimento da biomassa microbiana, por disponibiliza alimentos para os microrganismos metabolizar e liberar substâncias nutritivas ao solo e a planta, influenciando na fertilidade do solo. No cultivo do cacau diversos fatorem influenciam em sua produção, porém o seu desenvolvimento não depende somente da quantidade de nutrientes disponíveis, os fatores do ambiente como, o tipo do solo e seu estado físico, temperatura, movimentação de água e fluxo dos gases no solo, são variáveis determinantes para a cultura. O cacaueiro é uma espécie de sub-bosque, se desenvolve a sombra de outras plantas também conhecido como cacau-cabruca, "ou simplesmente cabruca, o sistema que o cacau é cultivado a sombra de árvores diversas, a maioria nativas." segundo Sambuichi et al. 2009. Preferem solos com maior profundidade, boa permeabilidade e fertilidade. Sua raiz normalmente é composta por uma pivotante, podendo atingir facilmente entre 1 a 2 metros de profundidade, a depender das características físicas dos solos, libera raízes laterais, com função principal de nutrição mineral da planta, a pivotante também absorve água e nutrientes porém em menor quantidade, tendo maior responsabilidade de fixar a planta. Objetivando analisar a influência de 5 tipos de biomassa no desenvolvimento radicular do cacau em dois tipos de solos, arenoso e argiloso, depois de um período de 3 meses de experimentação. O sistema radicular é um importante órgão da planta, no qual fica debaixo da superfície do solo, não estando de fácil acesso para determinar o seu desenvolvimento. Sendo assim se faz necessário a experimentação científica para determinar qual tipo de biomassa expressa o melhor desenvolvido da planta, para que dessa forma possa posteriormente ser levado ao

campo da agricultura familiar e tradicional, onde muitas vezes se falta técnicas de manejo adequado a realidade do pequeno produtor/beneficiador rural.

A metodologia do projeto conta com 5 tipos de biomassa como, ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), cobi (*Senna multijuga*), nim (*Azadirachta indica*), gliricídia (*Gliricidia sepium*) e leucena (*Leucaena leucocephala*) mais 1 controle por solo, com quatro repetições e em dois tipos de solos distintos (arenoso e argiloso), totalizando 24 vasos por solo e 48 no total, fazendo a experimentação com o cacau híbrido, seguindo as seguintes etapas: coleta das biomassas; secagem em estufa de ventilação forçada; trituração do material em moedor de facas industrial; distribuição de 75g de cada biomassas em 5 litros de solo em delineamento de blocos casualizados; 30 dias de mineralização das biomassas nos solos; plantios das sementes; condução do experimento no período de 3 meses após a germinação; coleta e análise dos dados, no programa Sisvar, a 0,01% de significância.

Os dados obtidos foram sistematizados no programa Sisvar, com teste ANOVA e Tukey a 0,01%.

Tabela 01: Tabela de análise de variância dos tratamentos. GL - Graus de Liberdade; CV - Coeficiente de variação.

Fator de Variação	GL	
Tratamentos	5	*
Médias		34,41
CV (%)		46,88

Fonte: Arquivo Pessoal

Tabela 02:Análise da Tabela Tukey a 0,01% de significância, em dois solos.

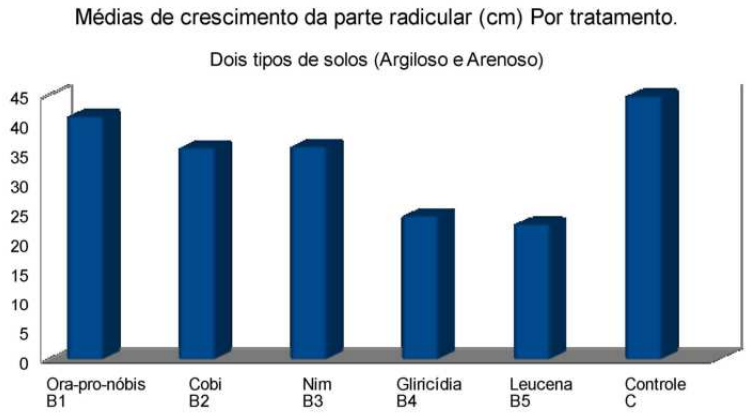
Biomassa Vegetais	Médias de crescimento (cm) Por tratamento.	
Ora-pro-nóbis B1	41,44	a
Cobi B2	36,08	a
Nim B3	36,31	a
Gliricídia B4	24,56	a
Leucena B5	23,12	a
Controle C	44,89	a

Fonte: Arquivo pessoal

Os tratamentos não se diferenciaram estatisticamente quando avaliados os efeitos das biomassas em ambos os solos (tabela 02).

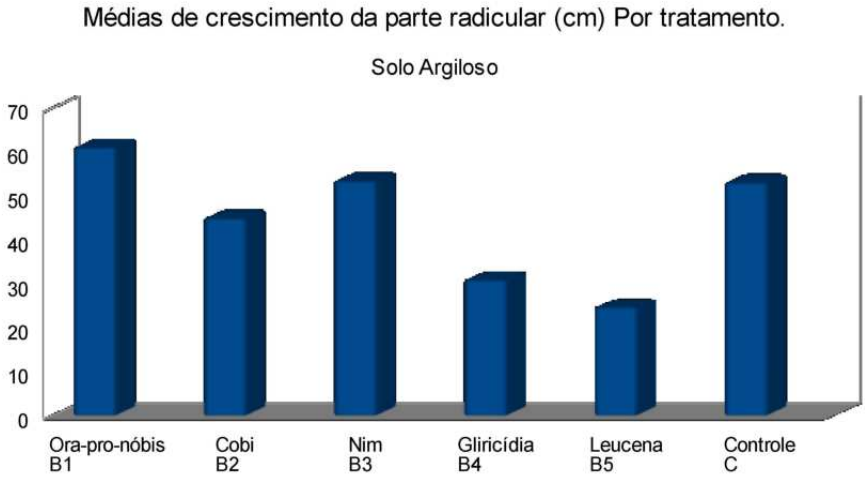
Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **58** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

Gráfico 01: Médias de crescimento radicular em centímetro de ambos os solos.



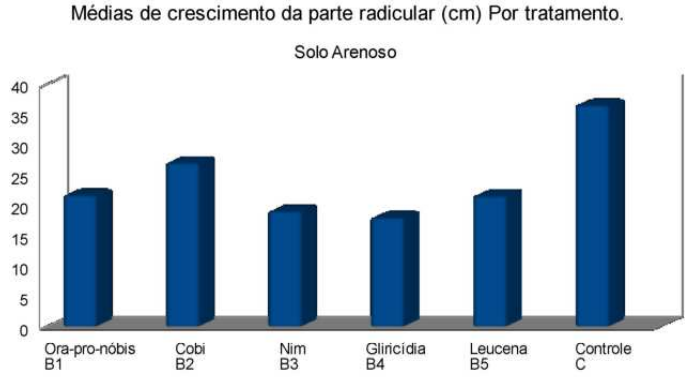
Fonte: Arquivo pessoal.

Gráfico 02: Médias de crescimento em centímetro radicular por tratamento em solo argiloso.



Fonte: Arquivo pessoal

Gráfico 03: Médias de crescimento radicular em centímetro por tratamento em solo arenoso. **Fonte**: Arquivo pessoal.



Através dos dados obtidos sobre ambos solos, não se destaca nem uma biomassa em relação ao crescimento em centímetros do sistema radicular do cacaueiro, conforme o gráfico 01. Entretanto em detrimento

dos diferentes solos, argiloso e arenoso, se fez necessário a análise separadamente, pois, as características físicas e químicas dos solos interferem no desenvolvimento radicular. Analisando o solo argiloso se percebe que tem mais espaços vazios, comparado aos solos arenosos, possibilitando maior desenvolvimento radicular a partir da apical, possibilitando uma média de 44,8 centímetros de sistema radicular no cacaueiro no período de 3 meses. Entretanto em fator da baixa capacidade dos solos arenosos de manter os agregados, ouve uma média de 24 centímetros no crescimento da raiz a partir da apical, porém em contra ponto ouve maior desenvolvimentos das raízes laterais ou axilares, mais próximas a superfície do solo.

Contudo, o desenvolvimento radicular além de está associado a nutrição da planta, também sofre influência das condições físicas do solo, como, boa capacidade de troca de gases, retenção de água, atividade microbiológica, espaços vazios/agregados, maior Capacidade de Troça Catiônica (CTC), boa disponibilidade de água e matéria orgânica.

Palavras-Chave: Cacauicultor. Agroecologia. Litoral Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, F. M. S.; MOREIRA, J. O. S. **Microbiologia e bioquímica do solo**. Editora UFLA, 2016. Disponível em: www.esalq.usp.br/departamentos/lso/arquivos_aula/LSO_400%20Livro%20-%20Microbiologia%20e%20bioquimica%20do%20solo.pdf Acesso em: 03/09/2019.

SAMBUICHI, R. H. R. **Nossas Arvores**: Conservação, uso e manejo de árvores nativas no sul da Bahia. In capítulo 05: Uso das árvores nativas em sistemas agroflorestais no sul da Bahia. Editus – Ilhéus, BA. p. 95. 2009.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **60** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ADUBAÇÃO ORGÂNICA: INFLUÊNCIAS DA BIOMASSA VEGETAL NO DIÂMETRO DO CAULE DO CACAUEIRO

STALLEN SOUZA SANTOS
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, stallen.sta1@hotmail.com
JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bomfim81@hotmail.com
MANUELA QUEIROZ LIMA
Graduanda em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, manuelaqueirozlima@gmail.com
WALDEO ARENARES FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, waldeo@hotmail.com
LUCAS SILVA FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bheusilva-19@hotmail.com
JULIANA GARCIA LATA GIESE
Graduanda em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, campingdadice@gmail.com
AMANDA CRUZ DOS SANTOS
Graduanda em Gestão de Turismo Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, cruz12amanda@gmail.com
FRANCISCO DE SOUZA LIMA
Orientador Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, fsousalima@yahoo.com.br

Enxertia é uma forma de propagação assexuada ou vegetativa, no qual utiliza-se uma planta que esta madura, ou seja, já passou pelos estágios de floração e frutificação, pois desta forma é possível fazer, mudas que produzam em menor tempo, do que as semeadas com a mesma finalidade. Esta prática é realizado por meio de soldura de partes da planta, as mudas feitas por esse procedimento são em termos genéticos iguais, ou seja, são de origem clonal da planta matriz, tendo menor variação genética para proteção do cultivo por ataque de patógenos, comparado ao método sexuado.

> considera enxertia como uma operação que consiste em se justapor um ramo ou fragmento de ramo com uma nova ou mais gemas sobre outro vegetal, de modo que ambos se unem e passam a constituir um único individuo originando uma nova planta. (FACHINELLO et al. in SODRE. 2013 p.11.)

De modo geral esta técnica é de fácil execução, principalmente por produtores rurais em seus cultivos que visão a produção de frutos em menor tempo, é também utilizada em copas dos cacaueiros mais resistentes e de boa produtividade, além da possibilidade de realizar esta prática durante boa parte do ano a depender da cultura economicamente explorada. Segundo Sodre (2017) "A propagação vegetativa em cacaueiro, já vinha sendo usada na América central desde o século passado", inseridos nos pacotes tecnológicos da CEPLAC. É recomendado a enxertia em cacaueiros adultos nos brotos basais, com bom desenvolvimento vegetativo e que apresente uma média de diâmetro variando entre 0,7 e 1,0 cm, correspondente ao diâmetro das mudas jovens que receberão o porta-enxerto. Existem várias maneiras de se realizar essa técnica, como por exemplo, a enxertia precoce, com 30 dias após a semeadura até 3 meses, em geral de 4 a 6 meses para as mudas em sacos, e em a partir dos 12 meses para as mudas que estão em campo, esta última é a menos utilizada na cacauicultura. Utilizando com mais frequência os processos como garfagem de topo, garfagem lateral, e borbulhia em janela aberta, onde é realizado tanto em mudas no viveiro, quanto no campo. É recomendado que o produtor tenha mão de obra qualificada e que tenham atenção com os equipamentos de proteção, na hora da coleta de material genético, armazenamento e transporte.

A adubação orgânica tem seu princípio ecológico na decomposição por ação dos microrganismos, das biomassas animais ou vegetais, neste processo todos os organismos participam do ciclo biológico, aumentando a biofertilizante do solo, e disponibilizando de forma lenta e gradual soluções nutritivas no solo.

> A adubação orgânica é a prática de colocar no terreno os resíduos orgânicos, como: esterco, urina e restos de animais, palhas, capins, lixo, serragem, restos de culturas e capinas, cama de estábulos ou galinheiros, bagaços, ou farinha de ossos e farinha de carne, entre outros, que se transformam em húmus (LIMA; CAETANO; SOUZA. p.3. 2015).

A decomposição das biomassas vegetais ajudam no desenvolvimento e nutrição da muda, influenciando em seu crescimento e diâmetro.

Objetivando analisar a influência de 5 tipos de biomassa para avaliar o diâmetro do caule do cacaueiro em dois tipos de solos, arenoso e argiloso, depois de um período de 3 meses de experimentação. Como justificativa, ao se utilizar as biomassas vegetais de plantas, não utilizadas convencionalmente para a adubação, que são encontradas com maior facilidade pois estão presentes na maioria das propriedades dos cacauicultores. Estas plantas para adubação de mudas, pode minimizar os gastos externos, de forma a garante um retorno econômico, na produzir mudas sadias, e resistentes ao processo de enxertia.

A metodologia do projeto conta com 5 tipos de biomassa como, ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), cobi (*Senna multijuga*), nim (*Azadirachta indica*), gliricídia (*Gliricidia sepium*) e leucena (*Leucaena leucocephala*)

mais 1 controle por solo, com quatro repetições e em dois tipos de solos distintos (arenoso e argiloso), totalizando 24 vasos por solo e 48 no total, fazendo a experimentação com o cacau híbrido, seguindo as seguintes etapas: coleta das biomassas; secagem em estufa de ventilação forçada; trituração do material em moedor de facas industrial; distribuição de 75g de cada biomassas em 5 litros de solo em delineamento de blocos casualizados; 30 dias de mineralização das biomassas nos solos; plantios das sementes; condução do experimento no período de 3 meses após a germinação; coleta e análise dos dados, no programa Sisvar, a 0,01% de significância.

Os dados obtidos foram sistematizados no programa Sisvar, com teste ANOVA e Tukey a 0,01%.

Tabela 01: Tabela de análise de variância dos tratamentos. GL - Graus de Liberdade; CV - Coeficiente de variação.

Fator de Variação	GL	
Tratamentos	5	*
Médias		7,96
CV (%)		14,52

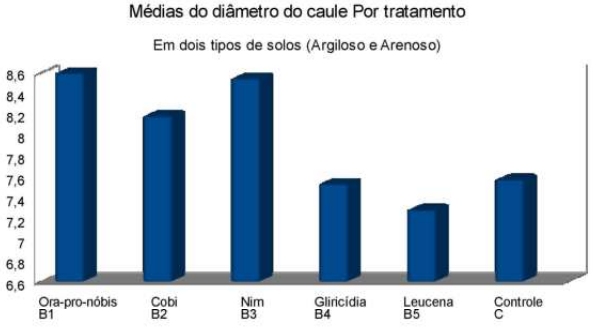
Fonte: Arquivo Pessoal

Tabela 02: Análise da Tabela Tukey a 0,01% de significância, nos dois solos.

Biomassa Vegetais	Médias de crescimento (mm) Por tratamento.	
Ora-pro-nóbis B1	8,6	a
Cobi B2	8,19	a
Nim B3	8,55	a
Gliricídia B4	7,54	a
Leucena B5	7,29	a
Controle C	7,58	a

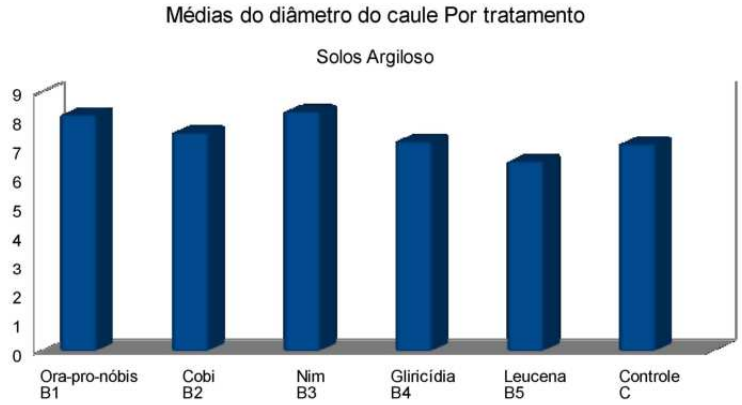
Fonte: Arquivo pessoal

Gráfico 01: Médias de desenvolvimento em milímetros (mm) do caule em ambos os solos.



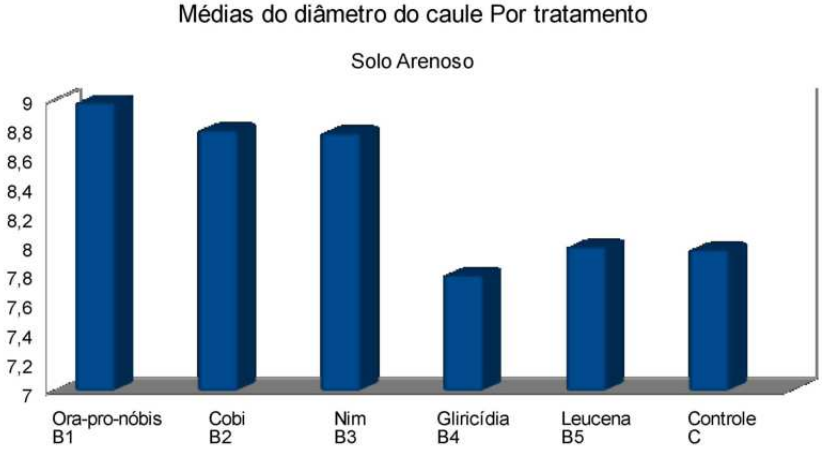
Fonte: Arquivo pessoal.

Gráfico 02: Médias do diâmetro em milímetros (mm) do caule por tratamento no solo argiloso.



Fonte: Arquivo pessoal

Gráfico 03: Médias do diâmetro em milímetros (mm) do caule por tratamento no solo arenoso.



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao analisar o diâmetro do caule em ambos os solos, conclui-se que não ouve destaque no quesito diâmetro do caule, porém dentre as biomassas vegetais a ora-pro-nóbis demonstrou maior desenvolvimento em relação as outras biomassas, obtendo uma média de 8,6 mm (tabela 02), ou seja, 0,86 cm de diâmetro, demonstrando-se mais apto no desenvolvimento do diâmetro do caule do cacaueiro para o processo de enxertia. Contudo em função dos diferentes tipos de solos fez-se necessário a análise dos tratamentos separadamente em seus respectivos solos. Conforme ilustrado no gráfico 02 e 03.

Palavras-Chave: Cacauicultor. Agroecologia. Litoral Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

LIMA, B. V.; CAETANO, B. S.; SOUZA, C. S. S. **A ADUBAÇÃO ORGÂNICA E A SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA E O MEIO AMBIENTE.** V ENCONTRO CIENTIFICO E SIMPOSIO DE EDUCAÇÃO

UNISALESIANO.06 A 09 DE OUTUBRO DE 2015. Disponível em: http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2015/publicado/artigo0186.pdf. Acesso em:04/09/2019.

SODRÉ, G. A. **Formação de Mudas de Cacaueiro, onde nasce a boa cacauicultura**. Ilhéus, BA., CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico n 0 202. 48p. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/boletim_tecnico/cartilhas/BOLETIM%20T%C3%89C.%20N%C2%BA%20202.pdf. Acesso em: 05/09/2019

SODRÉ, G. A. **Cultivo do cacaueiro no estado da Bahia**. Ilhéus, BA, MAPA/Ceplac/Cepec. 126. 2017. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/cartilhas_tecnicas/cartilhas/CCEB.pdf. Acesso em: 05/09/2019

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***65*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

DIAGNOSE VISUAL NO CACAUEIRO

MANUELA QUEIROZ LIMA
Graduanda em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, manuelaqueirozlima@gmail.com
JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bomfim81@hotmail.com
LUCAS SILVA FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bheusilva-19@hotmail.com
WALDEO ARENARES FERREIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, waldeo@hotmail.com
FRANCISCO DE SOUZA LIMA
Orientador Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, fsousalima@yahoo.com.br

O solo é o meio do qual os vegetais, através da absorção radicular, obtém os elementos minerais essenciais ao seu desenvolvimento. Quando o meio não tem e/ou, não fornece as quantidades adequadas as exigências nutricionais, haverá portanto, redução do crescimento e menor produção das culturas devido à deficiência nutricional. Um vegetal não se desenvolve normalmente se não obtiver todos os nutrientes em quantidades igualitárias que são necessários para o seu crescimento. De acordo a Lei de Liebig, também conhecida como lei do mínimo, onde diz que o desenvolvimento de uma planta será limitado por nutrientes faltoso ou deficitário, mesmo que todos os outros elementos ou fatores estejam presentes. Segundo Mendes p.14. (2007), "Esta lei, também conhecida como lei de Liebig, foi enunciada em 1843. Relaciona o crescimento vegetal com a quantidade do elemento existente no solo." ou seja o desenvolvimento de uma planta esta limitado, pelo nutriente que está em menor proporção no solo, em detrimento da exigência nutricional da cultura.

Desta forma, a avaliação do estado nutricional das plantas, objetiva-se identificar os nutrientes que limitariam o crescimento e produção das culturas, para realizar a análise nutricional presentes no vegetal, pode se utilizar a diagnose foliar (análise de tecidos vegetais) e a diagnose visual (observação de sintomas de deficiência ou excesso).

A análise utilizada no experimento do cacau (*Theobroma cacao*) decorreu por meio da diagnose visual, considerada uma importante ferramenta para avaliar os sintomas de deficiência ou toxidez de um elemento, pela aparência da planta, sobretudo, pela coloração de suas folhas. “A diagnose foliar consiste no monitoramento do estado nutricional das plantas. A falta ou excesso de um elemento é evidenciado por teores de referência e anomalias típicas de cada elemento.” (Chepote et al. p. 14. 2013) Certamente, todos os nutrientes em quantidades e proporções adequadas disponíveis no solo, não ira deixar a cultura com sintomas visíveis de carência.

Os nutrientes essenciais as plantas são nitrogênio (N), fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e enxofre (S), estes fazem parte dos macronutrientes e/ou os micronutrientes como, boro (B), ferro (Fe), zinco (Zn), manganês (Mn), cobre (Cu), molibdênio (Mo) e cloro (Cl). A falta de qual quer um destes a depender da exigência da cultura pode gerar frustrações com a cultura e/ou até perda da produção.

Este trabalho veio com o objetivo de estudar e identificar quais os sintomas que as plantas apresentam, para que posteriormente possa ser levado esse conhecimento ao campo da agricultura familiar e tradicional, na região.

Os agricultores da região do litoral sul da Bahia, sofreram muitos anos, por falta de assistência técnica especializada a sua realidade. Os pacotes tecnológicos que os cacauicultores utilizavam e utilizam até hoje, de certa forma deixou uma lacuna aberta para alavancar a produção, no qual o produtor rural ainda luta para superar. Acompanhar o desenvolvimento de mudas de cacaueiro em experimento, agrega conhecimento para os produtores, que em razão da falta de conhecimento desconhece as necessidades de suas plantas e quais sintomas apresentam. Na tentativa de corrigir alguma deficiência em específico, os mesmos em sua maioria por falta de informações técnicas recorrem aos insumos sintéticos NPK, e sendo assim por muitas vezes não conseguem corrigir o déficit nutricional da planta.

Nesta metodologia utilizou-se a diagnose visual em mudas de cacau, o método de identificação foi por meio de comparação dos resultados obtidos por outros pesquisadores em ralação a cultura do cacau. Foram identificados 06 tipos de deficiência, referente a cultura, conforme as imagens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 demonstram.

Os sintomas da deficiência de Zinco (imagem 01) são as folhas novas estreitas, alongadas, reduzindo o tamanho das células e encurtando nos internódios durante seu desenvolvimento, interferindo nos níveis de ácido indolacético, importante na regulação do crescimento. Já a deficiência em Molibdênio (imagem 02), deixa as folhas novas delgadas e translúcidas, com uma leve clorose, este nutriente é essencial para converter nitrato em nitrito, de certa forma sua deficiência esta relacionada a elevação do pH no solo.

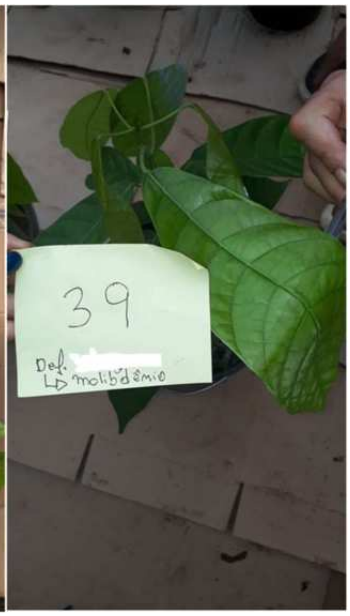
Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***67*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

Imagem 01: Deficiência em Zinco



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 02: Deficiência em Molibdênio



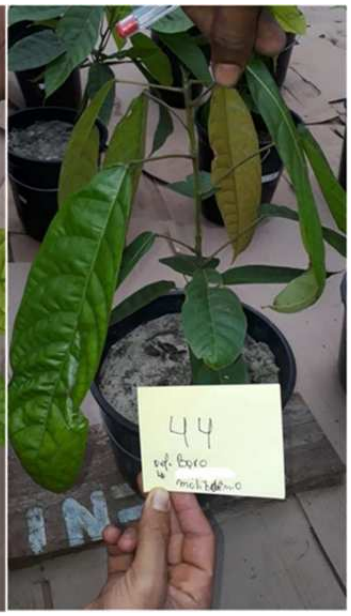
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 03: Deficiência em Magnésio



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 04: Deficiência em Boro



Fonte: Arquivo pessoal

O magnésio em geral é muito móvel na planta, de forma a redistribuir este nutriente quando em falta, tem papel fundamental na molécula de clorofila desenvolvendo sua função no processo de fotossíntese, além de influenciar nas enzimas referentes ao metabolismo dos carboidratos e ácidos nucleicos (imagem 03). O boro por sua vez, em suas folhas a planta apresenta um alongamento e curvatura convexa, ou espiral, (imagem 04) deixando o limbo quebradiço por sua baixa mobilidade na planta, o boro também tem ação fundamental na floração, frutificação e no desenvolvimento radicular.

Entretanto a deficiência causada pela falta do fósforo, gera o estreitamento do limbo (imagem 05), podendo haver necrose apical, sendo um elemento principal na divisão celular, também é necessário na fotossíntese e nos tecidos meristemáticos, faz parte da composição da adenosina trifosfato (ATP), que armazenam energias nas células. Em geral as plantas com deficiência em fósforo apresentam mal desenvolvimento radicular, podendo interferir no tamanho e diâmetro do caule além de diminuir em tamanho a produção de inflorescências e frutos. Quando tratamos de deficiência por potássio (imagem 06), logo se nota as pontas e margens da folha sendo consumida por necrose, tendo uma leve clorose, este nutriente é muito abundante no tecido vegetal tem boa mobilidade na planta que favorece sua redistribuição, deslocando-se das folhas mais velhas para as mais novas com facilidade.

Imagem 05: Deficiência em Fósforo



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 06: Deficiência em Potássio



Fonte: Arquivo pessoal

Contudo através da diagnose visual, pode-se identificar quais elementos estão em menor quantidade disponível no solo, algumas deficiências estão relacionadas ao tipo de solo, pH e suas interações microbiológicas, porém de moro geral, os solos arenosos têm menor disponibilidade de nutriente, se fazendo necessário maior intervenção de biomassas. Sendo assim o estudo das deficiências nas plantas, ajuda o cacauicultor, pois para os mesmos esta é uma informação muito valiosa, que o pode ajudar a manter a produção em um nível aceitável, evitando que plantas morram ou percam seu potencial de produção, assim minimizando gastos com insumos externos.

Palavras-Chave: Cacauicultor. Agroecologia. Litoral Sul da Bahia.

REFERENCIAS

MENDES, A. M. S. **INTRODUÇÃO A FERTILIDADE DO SOLO.** Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/35800/1/OPB1291.pdf. Acesso em: 05/09/2019

CHEPOTE, R. E.; SODRE, G. A.; REIS, E. L.; PACHECO, R. G.; MARROCOS, P. C. L. VALLE, R. R. **Recomendações de corretivos e fertilizantes na cultura do cacaueiro no sul da Bahia**. Ilhéus, BA, CEPLAC/ CEPEC. Boletim Técnico n0 203. 44p. 2013



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **69** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

MULHERES QUE NASCEM DO BARRO: O LEGADO DE CANDOMBLÉ E A FILOSOFIA DE SUMA QAMAÑA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO-CAXUTÉ

ANA CRISTINA N. GIVIGI (MATAMBALE)
Casa Terreiro Ventos de Angola/Caxuté e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, kikigivigi883@hotmail.com
CAMILA B. S. AVELINO (MAKOTA)
Casa Terreiro Ventos de Angola/Caxuté Universidade Federal do Sergipe, camilabsavelino@hotmail.com
PRISCILA G. DORNELLES (KOKULEHOOXI)
Casa Terreiro Ventos de Angola/Caxuté e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, prisciladornelles@gmail.com.

Nosso corpo é terra e água. A Angola é barro. Então, cuidar da terra é cuidar de nós. Cuidar do que somos feitos. Cerca nas águas, derrubar! Se a roça não planta, a cidade não janta! Nosso legado é vida, vivamos por ele! (Mametu Kafurenga)

Esta escrita é um recorte focal dos resultados parciais de pesquisa de pós- doutoramento, partilhados e posteriormente estendidos pelos trabalhos do Grupo de Pesquisa Núcleo Capitu/CNPq e pelo Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e parcerias. O tema proposto para este texto cartografa a relação do candomblé com a luta pela terra e a produção de formas de cultivo e manejo que relaciona, ao mesmo tempo, o legado de candomblé e agroecologia. Ancora-se na existência do campesinato negro brasileiro e suas múltiplas estratégias de organização (GOMES, 2015). Este artigo discute como o legado de mulheres de candomblé do Nzo Kwa Minkisi Nkasuté ye Kitembu Mvilla (Terreiro Caxuté,Valença-BA) ressignifica a relação da vida com a terra, constituindo lutas ontológicas (ESCOBAR, 2014) cuja ética dialoga com a filosofia de *suma qamanã* (LUGONES,2014) para/ na construção do território-Caxuté.

Esta pesquisa consiste numa cartografia cujo movimento é "(...) desenhar redes de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado" (PASSOS et al. 2010, p.57) e daí fazer mapas abertos e passiveis de serem alterados por relações de forças. Deste modo, a cartografia lança mão de procedimentos que deem conta de seguir rastros dos desenhos geopolíticos e estéticos. Utilizamos o diário de campo, a entrevista coletiva e

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **70** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

entrevista semiestruturada. Também recorremos a meios digitais para localizar pessoas que não estavam no momento de discussão coletiva. Deste modo, produzimos dispositivos de pesquisa que nos oferecem categorias analíticas. Aqui, os discursos agrupados e analisados dos sujeitos de pesquisa, as mulheres de candomble se organizam por meio de duas categorias Mulheres de candomblé e campesinato negro; e Agroecologia e legado ancestral, se entrecruzando.

O discurso hegemônico intersubjetivado pela modernidade colonial invisibilizou, por meio da violência colonial, as diversas organizações e experiências de povos negros e ameríndios na América. Quijano (2005) diz da necessária classificação dos povos a partir da invenção da raça para a hierarquização e divisão do trabalho, fundados num padrão de poder intersubjetivado, colonial, contínuo, e que controla o sexo e seus produtos – a colonialidade de poder. Sendo assim, a desumanização dos povos não europeus é condição para a existência do capitalismo. Tal padrão tornou possível a mais cruel diáspora forçada da humanidade – o tráfico atlântico de africanos/as, além da extrema violência impingida aos povos vermelhos.

> Contudo, para além do trabalho forçado na produção agrícola agroexportadora, estudos apontam a complexidade social na organização de negros/as. No entorno dos engenhos, escravizados e libertos com as suas famílias, as suas roças e suas economias autônomas e os quilombolas com as suas diversificadas práticas econômicas, desencadearam a formação de um multifacetado e complexo *campo negro* intrinsecamente produzido e entrelaçado ao próprio regime da escravidão (GOMES, 2006, p. 53).

O cultivo de roças conferiu a essa população espaços de independência pessoal e familiar e fortalecia os laços de solidariedade entre a população negra através da defesa e uso coletivo da terra, bem como oportunizava insurreições. As comunidades negras do Baixo Sul da Bahia nasceram da confluência de negros escravizados– classificados homogeneamente pela modernidade como 'africanos´' - e da atrativa produção agrícola e fabril que se desenvolveu nessa região em meados do século XIX. A fábrica *Todos os Santos* instalada na cidade de Valença-BA foi o primeiro grande empreendimento industrial brasileiro. Desse modo a região passou a atrair um número significativo de migrantes negros – esses colonos eram oriundos das regiões mais afetadas pela crise do açúcar, tais como, as províncias de Sergipe, Pernambuco e o Recôncavo da Bahia - egressos da escravidão. A oferta de trabalho da fábrica valenciana era atrativa. Esses industriais prometiam aos colonos: terras, materiais de trabalhos, habitação, alimentação, vestimentas e remédios, ou seja, oportunidades que os ex-escravizados viam com bons olhos, já que supririam as suas necessidades de sobrevivência negadas pelos governos brasileiros após a Abolição (AVELINO, 2018).

No pós-abolição as experiências sociais das comunidades negras foram pautadas na luta por autonomia e ampliação dos direitos políticos e, também, incluía ter acesso à terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular livremente pelas cidades sem precisar de autorização de outra pessoa, de não ser importunado pela polícia, de cultuar seus deuses africanos ou venerar a sua maneira os santos católicos e, sobretudo, direito de cidadania, (FRAGA, 2007). Assim, o *projeto camponês* se tornou um dos principais caminhos adotados pelas comunidades negras que visavam adquirir melhores condições políticas de acesso à terra e a garantia de sobrevivência em diferentes situações regionais no pós-abolição (RIOS; MATTOS, 2004).

O cuidado coletivo e a defesa do uso adequado da terra são legados que as comunidades afrodescendentes no Brasil têm buscado preservar em suas práticas cotidianas. Na comunidade de terreiro Caxuté – de origem bantu-indígena - essas práticas são ensinadas pela sacerdotisa Mam'etu Kafurengá através da Pedagogia do Terreiro (SANTOS, 2019), ela infere "(...)e quem nos ensinou cuidar da terra? O nosso legado! Aprendemos com a ancestralidade que é terra é para todos, que a vida é dividida"(KAFURENGÁ, 2019*)*. Destarte, o legado preservado e reproduzido no terreiro pelas mulheres provoca, por meio da cosmologia, disputas ontológicas e epistemológicas com os modos de inteligibilidade estruturantes do capitalismo (LUGONES, 2014), lutas cotidianas e alianças para existir a partir de uma ontologia própria. Outra informante diz*:* "A gente bate nosso mutue Ntoto saudando a terra, porque nascemos dela". Nascer da terra comporta redimensionar a vida dantes ancorada na epistemologia ocidental.

Estamos falando então de um aprendizado que atravessa os saberes científicos a partir de uma lógica própria obnubilada em favor de um projeto ontológico que se constituiu à custa da desumanização. Lugones (2014) diz que Quijano não percebe a violência impingida às mulheres e faz apologia à intersubjetivação de gênero quando não se atenta à sua historicidade (reduz ao controle do sexo e seus produtos, minimizando as políticas construídas pelos femininos nas Américas). Para ela, a colonialidade de gênero é primordialmente a binarização de corpos não humanos a partir do sexo, reduzindo a potencialidade dos princípios organizativos de Abya Ayala e colonizando corpos funcionalmente ao sistema. Desta feita, Escobar (2014) nos alerta para a dimensão política da ontologia e também para dimensão ontológica da política. Que sujeitos são apagados e os que são criados pela modernidade colonial a que servem? Quem são os sujeitos que a política cria?

Intentamos, pois, que a categoria 'mulheres de candomblé resiste ao gênero em sua história colonial – e ao projeto ontológico ocidental- na medida em que sua inter-historicidade (SEGATO, 2012) - povo ameríndio e o legado ancestral negro-, não tem o gênero como orientação, mas antes as práticas políticas ontológicas ligadas à terra e às águas: elas nascem do barro. Daí (re) cria-se estratégias de potência em combate ao racismo-sexismo-capitalismo estruturante das sociedades modernas e da realidade brasileira. A pedagogia do terreiro investe na

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***72*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

construção de estratégias que foram apagadas pelo investimento da colonialidade de gênero, contidas na partilha infra política entre sujeitos femininos para além do binarismo de gênero. Assim, o terreiro funciona como um lugar que constitui possibilidade de acionar/produzir/ser "onde não me penso", a partir de investimentos em políticas de conhecimento coletivas. A ancestralidade orienta o manejo do sagrado, a re - inteligibilidade das águas, das nsabas, da terra e do vento, as relações com a terra e o alimento. "Isso é agroecologia para gente pensar num mundo sem veneno na terra, no alimento e na alma" (KAFURENGA, 2019).

A pedagogia do terreiro organiza o uso do solo, o manejo, a partir do trabalho coletivo aprendido na vivencia do campesinato negro e pelo aprendizado político religioso construído pela relação com os Mukixi e caboclos. Diz a informante Kafujemi (2019) "(...) Cada Nkise tem seu ngudia, então cada um de nós plantamos de acordo com o que cada nkise come". Deste modo, a sistematicidade é dada pela orientação ancestral sobre a forma de cuidar da terra. Também narra Hooximale (2019) (...) Se não tiver respeito com a ancestralidade, com ntoto, com a terra, nada vai para frente. Isso é importante para a gente que é mulher de ngunzu". Segundo Bell Hooks (1981), a experiência das mulheres negras orienta não só a percepção de si – que está para além daquilo que é a mulher branca – como move o movimento de negras em direção a sua invenção de si.

Mulheres de candomblé se (re)criam por meio da relação com a terra e juntas aprendem sobre modos ancestrais em diálogo com os ensinamentos contemporâneos da agroecologia a enfrentar a propriedade privada e a privatização dos recursos hídricos. Diz Lidiane (2019): "Quando nossas ancestrais, nossas mais velhas, principalmente as mulheres que tem maior do cuidado com a terra, com os animais, com as folhas (…) ela vai aprendendo e passando para suas filhas como perpetuar, como multiplicar não só o alimento que sustenta nosso corpo, mas que alimenta a alma. Às vezes a gente tá praticando a agroecologia, mas não sabemos" (LIDIANE, 2019). Deste modo, o legado ancestral e a agroecologia estão no cerne do enfrentamento à questão agrária brasileira. Na medida em que temos um investimento na produção de uma memória ativa sobre o ancestral interseccional cosmológico bantu, produzimos outros sentidos de existir e imaginários de transição (ESCOBAR, 2014), raiz das lutas ontológicas. Suma qmanã está circunscrito no "regresso do futuro", categoria de temporalidade construída por Quijano (SEGATO, 2015) para considerar que as lutas e disputas de povos desprezados pela modernidade estão a efetivar modos de viver para além das sociabilidades vivenciadas de modo hegemônico, se interpondo ao modo capitalista de produção e criando imaginários de outros mundos, outros territórios. Lá e aqui está o território-Caxuté, a insistir em um mundo onde "(...) preto não morra porque é preto. Isso não é sonho, é luta" (KAFURENGA, 2019).

Palavras-chave: Mulheres de candomblé. Campesinato negro. Legado ancestral. Agroecologia. Caxuté.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Os Sentidos da Liberdade: Trajetórias, Abolicionismo e Relações de Trabalho no Vale do Cotinguiba no Pós-Abolição, (Sergipe, 1880 - 1930).** Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ESCOBAR, Arturo**. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia,** Medellín: Ediciones UNAULA, 2014 (Colección Pensamiento vivo).

FRAGA FILHO, Walter**. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos**. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Ed. ver. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**, São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HOOKS, Bell. **Não Sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**, Tradução Livre para a Plataforma Gueto, 2014; 1981.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virginia, ESCOSSIA, Liliana (orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisas intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina In **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas,** CLACSO Editorial, Fecha Coleccion: Buenos Aires, 2005, p 227-278 .

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004.

SANTOS, Maria Balbina. **Pedagogia do Terreiro. Experiencias da Primeira Escola de Religião e Cultura de Matriz Africana do Baixo Sul da Bahia**. Escola Caxuté, Simões Filho (BA): Kalango, 2019.

SEGATO, Rita**. La Crítica de la Colonialidad en Ocho ensayos y una Antropología por Demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**, E-cadernos CES**, 18, 2012, p. 106-131.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **74** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E O BEM VIVER

MEU TERREIRO DE CANDOMBLÉ, *MINHA CASA, MEU QUINTAL*: SABERES ANCESTRAIS E AGROECOLOGIA

JAQUELINE DE S. B. SANTOS (NDUMBE)
Casa-Terreiro Ventos de Angola/Caxuté/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, jqbarreto@gmail.com;
ANA C.N G (MATAMBALE)
Casa-Terreiro Ventos de Angola/Caxuté/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, kikigivigi883@hotmail.com.br;
FRANCELLE. F. SALVADOR (NLUINDA KATAMBALAMAZI)
Casa-Terreiro Ventos de Angola/Caxuté/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ferrettisalvador@gmail.com.

Este artigo apresenta resultados parciais de um projeto do Mestrado Profissional em Educação do Campo/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em parceria com a Casa-Terreiro Ventos de Angola/Caxuté-Ba, em Amargosa-BA (assim chamamos os terreiros que estão iniciando seus fundamentos ancestrais, vinculados a outro mais antigo) coordenada por Mametu kafurenga e sua filha Matambale. Desde 2016 o Nzo é vinculado ao Nzo Kwa Minkisi Nkasuté ye Kitembu Mvilla (Caxuté, Valença-BA), nossa raiz.

O projeto foi produzido a partir da demanda da comunidade que se identifica como pertencente a um terreiro do campo, em processo de construção de sua identidade camponesa, ao mesmo tempo em que se afirma como terreiro de candomblé. Tem como objetivo o desenvolvimento de pautas de uma comunidade tradicional ao Mestrado em Educação do Campo, por meio do exercício político de (re) construção/incrementação de um Quintal Produtivo Agroecológico no que se constitui a área do terreiro. O espaço possui três construções – o Barracão e Ndemburos – e é ladeado por espécies variadas e nativas que podem ser potencializadas e ainda mais diversificadas para consumo da comunidade e para os rituais de candomblé, utilizando-se de práticas alternativas de manejo e plantio, ancoradas na agroecologia. Para isso, o diálogo se dá entre as pedagogias desenvolvidas no terreiro-raiz (SANTOS, 2019), através da Escola Caxuté (primeira escola de matriz africana do baixo Sul da Bahia) por Mametu Kafurenga e o que já se têm produzido como pedagogias do campo.

O espaço sagrado de terreiro instaura relações com a terra, que vão além da produção e uso do solo, implicando no reconhecimento político dos sujeitos, a partir de estratégias agenciadas por politicas de resistência (LUGONES, 2014). Estas estratégias tem a terra como espaço ancestral de ngunzu e luta. Os sujeitos lá coletivizam suas demandas em ‘família de nkise” combinando tradição e criação de meios que fazem deste lugar *sua casa e seu quintal,* rememorando as famílias extensas das comunidades africanas e indígenas, bem como a

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***75*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

organização de quilombos. A raiz Caxuté e suas Casas-Terreiro consideram-se espaços campesinos de culto aos ancestrais- terreiros do campo- e de educação, enraizada na cosmovisão bantu-indígena (SANTOS, 2019). Além do principio do bem-viver que orienta os Nzo, vem se tornando um território de defesa da reforma agrária, de práticas agroecológicas e de (re)existência de povos tradicionais. Relaciona-se às lutas pelo território com base no 'mandato ancestral' (ESCOBAR, 2014) – memórias e testemunhos dos mais velhos- criando um lugar relacional que se produz em contraposição a ontologia binaria do Ocidente. O povo preto cria-se assim na diferença colonial de onde se pode acionar a memória dos povos ancestrais e criar defesas à terra como bem comum, uma vez que a tomada das terras, o avanço do agronegócio, o interesse cada vez maior por *commodities* agrícolas tem ensejado e concretizado agroestratégias que, em nome do agronegócio - novos projetos hídricos e de tomada das riquezas minerais - avançam para a expansão das fronteiras agrícolas gerando discursos de inferiorização de povos tradicionais e sua supostamente 'inútil' relação com a terra (SAUER, 2013).

Povos de terreiro tiveram suas práticas ancestrais encerradas em territórios contínuos e escondidos, bem como limitado o acesso a territórios descontínuos necessários aos rituais – matas, cachoeiras, manguezais, pedreiras, etc. – em função da propriedade privada da terra e discriminação da religião de pretos (REGO, 2006; NASCIMENTO, 2016). Isto nos levou a crescente urbanização dos terreiros e às complexas destituições da significação de nosso legado ancestral. Deste modo, na contramão das agroestratégias, nos inscrevemos na reconstituição de nosso território sagrado no campo. A agroecologia dialoga com os saberes, proporcionando um novo projeto atado ao bem-viver.

Assim, o Quintal Produtivo Agroecológico é espaço de convivência entre várias espécies nativas ou não que formam um sistema, geralmente de fácil acesso a uma família ou comunidade (CARNEIRO, et al. 2013), sem necessitar de modelo rígido. As combinações entre árvores frutíferas, raízes, ervas, hortaliças, etc., fazem destes espaços, locais de abastecimento e de (re)criação de modos de cultivo ligados a saberes comunitários e ancestrais. Nas comunidades de terreiro estes saberes estão relacionados às mulheres, assim como, tradicionalmente, as experiências femininas camponesas de cuidado com as famílias engendram praticas culturais, o aprendizado com as mais velhas, o cultivo para autoconsumo e uma especial atenção à alimentação levando em conta a valorização de alimentos regionais (OLIVEIRA, 2009). Destarte, o espaço do terreiro, voltado aos ritos com os Mukixi e a perpetuação da família ancestral, dedica-se ao aproveitamento das espécies locais – aroeira, cajueiro, ervas, dendê, etc, para plantio de outras.

A metodologia utilizada para a incrementação do Quintal – que se torna um exercício prático e político de fazer-pensar - é a pesquisa-ação, uma vez que está se utiliza da participação de todas as pessoas envolvidas na produção, execução e avaliação das etapas de pesquisa. Para Thiollent trata-se de "(...) um tipo de pesquisa social

com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo" (THIOLLENT, 2011, p. 20). Por interessar-se por uma pesquisa engendrada que toma os saberes como constitutivos de um contexto e submeter-se à organização de variáveis, não desprezando contextos locais, esse método propõe uma relação construtiva e dialógica entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa. Esta mesma relação é que indica as questões da pesquisa e as suas prioridades, bem como o encaminhamento prático de questões concretas; a avaliação constante dos procedimentos visando que os participantes sejam capazes de construir novas soluções gnosiológicas e também praticas para a situação que está proposta. Deste modo, é possível dizer que o conhecimento é produzido por necessidades práticas e gera também soluções práticas e amadurecimento dos sujeitos envolvidos (THIOLLENT, 2011). Assim, a comunidade de terreiro, junto à pesquisadora, também membro da comunidade, estabeleceu etapas de ação para a pesquisa, denominando-as Giras de Saberes- espaço formativo, prático e de diálogo.

As etapas de intervenção até aqui realizadas foram definidas em conjunto e assim divididas e sistematizadas: a) construção da fossa séptica biodigestora b) articulações com sujeitos dos movimentos sociais pela terra (MST, MPA), c) cuidado da terra: capina, forra e podas, d) seleção de mudas de nsabas e alimentos para plantio. Cada Gira envolveu os membros da comunidade de terreiro, líderes de movimentos sociais pela terra, e discentes do Mestrado, nos anos de 2018 a 2019. O princípio epistemológico que nos orienta é de desnudamento do espaço abissal criado pela modernidade colonial que toma a ciência como referente e o princípio da universalidade por ela construído como classificador e orientador dos saberes. Assim, por meio da partilha nas Giras mostramos a linha abissal invisível que revela como esta lógica produz conceitos referentes, ao mesmo tempo em que torna outros conhecimentos "(...) incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia" (SANTOS, 2010, p.53).

Na primeira gira buscamos alternativas que nos direcionassem para uma prática de respeito aos saberes ancestrais e tradições e isto fez com que refletíssemos sobre os cuidados com o sagrado para nós: a terra e a água. Nossos ancestrais sabiam disso produziam distancias entre dejetos e margens de rios e solo para alimentos. O sistema de fossas biodigestoras é uma alternativa para locais onde não existe sistema de saneamento básico disponível pelos municípios, atrelado à falta de distribuição regular de água para as comunidades, dois fatores em nossa região. Por outro lado, o calor nordestino favorece o emprego de biodigestores e o sistema de fossas (BARREIRA, 2011). Assim, por ser de fácil aplicação e baixo custo, também atende as demandas da comunidade. A construção da fossa foi realizada, dialogada e aprendida pela comunidade. Foi feito um conjunto, com três estruturas de alvenaria interligadas por tubulações. A primeira caixa é onde ocorre o processo anaeróbico dos

dejetos provenientes das descargas, ou seja, o processo de biodigestão converte matéria orgânica em gás carbônico e metano, já que altas temperaturas como em nossa região, facilitam a proliferação de bactérias e microrganismos. Entretanto uma solução de esterco de boi diluído em água e adicionado nessa primeira caixa para acelerar a proliferação destes microrganismos e bactérias. A segunda estrutura recebe águas provenientes de pias, cozinhas, ralos e banhos, identificados como águas cinza. Essa recebe um filtro, formado de cascalhos, britas e carvão ativados, onde as águas da primeira e segunda caixas é filtrada por este filtro biológico, após o primeiro filtro as águas são direcionadas para uma terceira caixa. Esta última é formada por um filtro de sementes de moringa, e posteriormente, a água é destinada ao reuso. As águas residuais têm substâncias inorgânicas que aumentam de forma considerável a fertilidade do solo. A quarta etapa do projeto ainda não está concluída, mas trata-se da captação de aguas pluviais para reuso na comunidade.

Na segunda Gira realizamos uma conversa sobre "Honrar os Mortos para nos mantermos vivos: Abril Vermelho e a reforma Agrária", com festa, comida e dança para a articulação entre os ensinamentos ancestrais e sujeitos da luta da reforma agraria, personificada por líderes dos movimentos sociais da terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e Movimento dos Pequenos Agricultores, com objetivo de combinar ações estratégicas, conversar sobre produção e terra, sementes crioulas e terra, relação entre movimentos campesinos de luta pela terra e agroecologia. Na terceira e quarta Giras realizamos capina e forra, podas e seleção de mudas.

Os resultados parciais indicam a complexa relação entre saberes locais, marcados pela ancestralidade e outros construídos pela ciência, mas que busca, de forma múltipla tomar a agroecologia como eixo de problematização de projetos, ao passo que deixam o desafio a discussão da ecologia de saberes. Trata-se de um terreiro do campo que reconhece na partilha entre saberes ancestrais e agroecologia a forma de construção da relação ontológica com a terra e de (re) fazer percursos importantes para a defesa da terra como bem comum. Os desafios estão colocados, mas a certeza de que candomblé é força, ngunzu e resistência está plantada naquele pequeno pedaço de chão em Amargosa.

Palavras-chave: Terreiro do campo. Quintal agroecológico. Ancestralidade bantu. Terra.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, P. **Biodigestores: energia, fertilidade e saneamento a zona rural,** São Paulo: Ícone, 2011.
CARNEIRO, M. G. R. et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE. **Revista Brasileira de Agroecologia**, n.8, v.2, 2013.
ESCOBAR, Arturo**. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia,** Medellín: Ediciones UNAULA, 2014 (Colección Pensamiento vivo) , p. 37-78.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso>.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, C. A. Quintais agroflorestais mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. Revista Agriculturas, v.6, n.4, 2009.

-REGO, Jussara. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **Geotextos**, vol. 2, n. 2, ISSN eletrônico: 1984-5537, **2006, p. 31-85** disponível em https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3038.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, Maria Balbina. **Pedagogia do Terreiro. Experiencias da Primeira Escola de Religião e Cultura de Matriz Africana do Baixo Sul da Bahia**. Escola Caxuté, Simões Filho (BA): Kalango, 2019.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão Agrária e a demanda por terra no Século XXI. In: **A Questão Agrária no Brasil. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisaação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **79** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

O SAGRADO FEMININO: PODER QUE VEM DE DENTRO - DESPERTAR, CURA, CONEXÃO ANCESTRAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES[5]

REGIANE MACHADO

Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Gerenciais; terapeuta holística e xamânica, dançarina, cantora e facilitadora de grupos terapêuticos formada pelo Grupo Ômega de Estudos Holísticos, Salvador-Ba almanihafij@hotmail.com

O Sagrado feminino é um movimento de despertar, cura, conexão e empoderamento de mulheres. É um mundo de mistérios e clareza. É permitir que a mulher e não só ela, mas ambos os sexos despertem em seu interior a energia feminina. A união e formação de círculos de mulheres é necessário para fortalecimento desse sagrado, da autoestima, da confiança, do dar e receber e da quebra das amarras e crenças limitantes, num movimento sagrado amparado no amor próprio e amor entre irmãs. Tais necessidades são amparadas pela Agroecologia, que traz em sua essência o reconhecimento do papel da mulher na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A proposta desse estudo é, diagnosticar a concepção das mulheres referente ao tema Sagrado Feminino dentro do movimento da Agroecologia, abordando os conhecimentos ancestrais e aplicando técnicas terapêuticas holísticas e xamânicas. Os resultados obtidos nas duas experiências foram satisfatórios e atingiram os objetivos da proposta tendo em vista os relatos e percepções dos participantes.

INTRODUÇÃO

O que é Sagrado Feminino, o que é ser sagrada?

O Sagrado feminino é um movimento de despertar, cura, conexão e empoderamento de mulheres. É um mundo de mistérios e clareza. É permitir que a mulher e não só ela, mas ambos os sexos despertem em seu interior a energia feminina. Todo ser tem dentro de si, duas polaridades, a masculina Yang e a Feminina Yin. A era patriarcal levou a maximização do masculino anulando a energia feminina tendo como resultado uma sociedade que briga e compete pelo poder, mentalmente desconectada dos sentimentos de amor e compaixão e respeito

[5] Projeto de pesquisa desenvolvido pelo AlmaniTerapia: instituição que desenvolve atividades de atendimento terapêutico Holistico e Xamânico e pesquisa relacionada com a temática.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **80** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

mútuo. Para existir uma sociedade saudável, é importante que essas duas polaridades estejam equilibradas entre si (KOSS, 2000).

Conscientizar-se e buscar esse conhecimento é dar os primeiros passos em um mundo novo, aonde começa-se a perceber que a mulher é cíclica e os seus ciclos como donzela menina menarca (1° menstruação), despertar da sexualidade, despertar do amor humano, gravidez, menopausa e idade sábia são processos naturais. Quando passa-se à entende-los dessa forma ela não mais os recrimina, aceita-os e não mais coloca-se em um papel de vitimização e de sentir-se o patinho feio da lagoa. Ela não mais se sente inferior, suja, estranha ou culpada por sangrar. Ela passa a ver a sua menstruação como um processo fisiológico e natural, lembrando que esse também é parte da sua sexualidade (NEUMANN, 1996).

Despertar o Sagrado Feminino é deixar a Mulher Sábia, a conhecedora de si nascer. É conhecer-se e adentrar em um mundo de amor próprio, aonde se respeita o seu mundo interior e com isso o seu exterior. Apesar de todos os movimentos existentes atualmente com a união das mulheres para estudo do sagrado feminino e do movimento feminista, ainda vivemos em uma sociedade moralista refletindo o machismo dominante em nossa sociedade. Estes padrões de comportamento foram adquiridos pela burguesia do século XVII, que direcionou a mulher às paredes da submissão em que sua sujeição foi demarcada pela ditadura das regras, como forma da mulher desempenhar papéis a este patriarcado mediante suas vontades, necessidades e princípios (NASCIMENTO e SILVA, 2011).

Hoje o estudo do sagrado feminino bem como as suas práticas vem respondendo a essa sociedade machista, pelo empoderamento e resgate dos saberes sagrados. O movimento nesse sentido é para dentro, a busca do contato com seu eu mais profundo, o autoconhecimento, a intimidade com suas fases lunares, com sua lua interna. Práticas essas que foram suprimidas na sociedade quando a ditadura modista e comunista fez a mulher acreditar que para ser poderosa teria que competir com as outras. Que para ser linda precisava seguir um padrão de beleza imposto. Que o seu sangue era impuro e por isso mesmo deveria ser extinto ou negado. Atualmente muitas mulheres ainda vivem com base nesses padrões, são mulheres afastadas do contato com seu poder pessoal.

A aliança entre o movimento do sagrado feminino ao empoderamento da mulher no movimento feminista é o casamento perfeito, tendo em vista que enquanto o primeiro busca o desenvolvimento interno, o segundo busca empoderar a mulher na luta dos seus direitos e seu papel na sociedade.

A proposta desse estudo é, diagnosticar a concepção das mulheres referente ao tema Sagrado Feminino dentro do movimento da Agroecologia, nos espaços urbanos de discussões agroecológicas, abordando os conhecimentos ancestrais e aplicando técnicas terapêuticas holísticas e xamânicas.

METODOLOGIA

Dentro da proposta de empoderamento da mulher pelo movimento do sagrado feminino, são realizados encontros, palestras, vivências, rodas de conversa, oficinas, e práticas de saberes ancestrais. O contato com o corpo, a relação com ancestralidade também, a união e reconciliação entre irmãs.

Para o evento em questão traremos duas experiências práticas conforme segue.

A primeira experiência foi uma roda de conversa realizada na Feira Agroecológica nas dependências da UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

Foi realizada A roda de Conversa Tecendo o Ser Mulher no ambiente da Feira, estando presentes mulheres e homens, na faixa etária entre 22 e 55 anos de idade, de diversos assentamentos da economia solidária, estudantes, frequentadoras e consumidoras que estava no local no dia do evento. Assim como a presença de representantes da Instituição que participaram do evento.

O evento teve duração de duas horas e foi conduzido utilizando recursos de **Cantos sagrados, Danças sagradas, Roda de conversa.**

A segunda experiência foi realizada em espaço terapêutico provado de forma mais prática. Uma Oficina de Curandeiras e Resgate dos Sagrados Saberes Ancestrais de Cura. Neste evento as participantes foram excepcionalmente mulheres de diversas classes sociais, com idade entre 18 e 50 anos. O evento teve duração de oito horas e foram utilizadas práticas de banhos, benzimentos, defumações, banhos de folhas e limpezas com ervas e outras terapias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nas duas experiências foram satisfatórios e atingiram os objetivos da proposta tendo em vista os relatos e percepções dos participantes. Percebemos na atividade realizada na Feira Agroecológica, por exemplo, que muitas das participantes desconheciam a importância de empoderamento feminino pelo contato com seus ciclos internos. Algumas participantes relataram ter uma certa aversão a contato com outras mulheres, principalmente na área profissional onde buscam apoio e atendimento com profissionais homens. Na oficina de Curandeiras e Resgate dos Sagrados Saberes Ancestrais de Cura, os resultados se mostram no desempenho das participantes na realização das tarefas práticas. Aquelas que já vivenciam o universo do sagrado feminino demostraram mais desenvoltura na realização das tarefas, enquanto uma pequena parte das participantes que estavam tendo um primeiro contato com esse universo teve mais dificuldade e até mesmo desistiram de realizar as tarefas, por acreditarem não ter habilidade com os instrumentos, preferindo apenas a observação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate do Sagrado Feminino na atualidade é de suma importância para o fortalecimento, empoderamento e união entre mulheres. O contato profundo com esse movimento faz com que cada vez mais mulheres encontrem seu espaço no universo, se encontrem e reconectem com seus ciclos mais profundamente. Tendo como resultado a construção de uma sociedade menos opressiva e mais digna para a mulher.

Como resultado dessas experiências pode expressar:

A importância de despertar para a união e respeito entre mulheres. Ainda é visível uma tendência a concorrência, disputa que geram conflitos e enfraquecem as mulheres;

A percepção da necessidade de um contato mais profundo com a natureza interna da mulher, seus ciclos e a natureza externa;

A necessidade de desenvolvimento e contato mais profundo com o lado feminino intuitivo criativo para equilíbrio das energias masculinas e femininas.

Palavras-chave: Despertar. Empoderar. Círculo de mulheres. Agroecologia.

REFERÊNCIAS

KOSS, M. V. **Feminino + masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades.** São Paulo. Escrituras, 2000 (Coleção ensaios transversais).

NASCIMENTO, Gizelda Ferreira; SILVA, Fabiane de Araújo e**. "A influência do feminismo no meio político e os reflexos dessas conquistas na vida social das mulheres".** III Seminário Nacional. Gênero e Práticas Culturais, olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa – Paraíba, p.6, out. 2011. Consultado a 09.07.2015, em: http://itaporanga.net/genero/3/09/02.pdf

NEUMANN, Erich. **A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente.** Tradução de Fernando Pedroza de Mattos e Maria Silvia Mourão Neto. São Paulo: Cultrix, 1996.

SILIPRANDI, Emma Cademartori**. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Revista Brasileira de Agroecologia,** [S.l.], v. 4, n. 3, dec. 2009. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9622>. Acesso em: 10 feb. 2019.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **83** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

AS ERVAS EM TAPEROÁ- BA

JULIA STÉFANY DE JESUS VILAS BOAS
Estudante do curso Técnico em Turismo na modalidade integrado ao ensino médio no IFBA, campus Valença. E-mail: juli9940vibo@gmail.com
ROSANGELA PATRÍCIA DE SOUSA MOREIRA
Orientador(a)\Professor(a) do IFBA, Campus Valença. E-mail: geo.pmoreira@gmail.com

Quilombos são comunidades que possuem trajetória própria, com modo de viver tradicional diferente das cidades, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além disso, tais comunidades podem ser pesqueiras, agricultoras e de fecho de pasto. Nessa linha, a comunidade da Graciosa - quilombo pesqueiro, está localizada próximo a BA 001, bem_como é constituída por mais ou menos 100 famílias, sendo caracterizada como uma localidade pesqueira, e rodeada por um grande estuário marinho, onde pode encontrar o aratu, ostra, lambreta e carapeba, que serve de alicerce para os moradores. Para além do estuário, há o rio Graciosa que divide as cidades de Valença e Taperoá. Os moradores costumam pescar diversos peixes e mariscos que servem para o consumo próprio e para venda. É comum nas comunidades tradicionais que têm a pesca como exercício, exercer as duas funções para além da pesca, o manuseio da terra tanto para plantar frutas e verduras, quanto para a utilização das ervas medicinais. Por se tratar de uma área quilombola, há uma grande herança ancestral, o que torna as crenças hereditárias. Como retrata no livro Médicas-Sacerdotisas: "Remédio de branco é bom para branco, mas a gente é preto, o médico de preto é *kam-souto" (*SANTANA, 2018), que descreve um dos embates entre os Moçambicanos na época colonial, mostrando também que os remédios artesanais tem relação não só com a religiosidade mas também com a identidade. Neste contexto, Santana (2018) relata que era comum que pacientes africanos abandonassem o tratamento ai realizado e procurassem serviços de saúde ministrados pelas médicas sacerdotisas ou pelo Tinyanga como era chamado na época. Na contemporaneidade, o abandono de tratamentos médicos se dá por falta de recursos financeiros e influência religiosa, sem contar que nas comunidades há uma grande quantidade de terra que são utilizadas com o plantio de frutas como cacau, cupuaçu, graviola, abacate e etc, e esses espaços são aproveitados para o manejo também das folhas, fazendo a uma agrofloresta que consiste no melhor uso do local. Uma das pessoas que detém esse conhecimento são a rezadeiras (os), essas explicações podem estar ligadas ao conhecimento e princípios da ancestralidade africana

indígena, como no caso a utilização da folha certa para cortar o mal ou na preparação de chás (NASCIMENTO, 2014). Neste sentido, uma das imagens registrada no serviço de campo, com a entrevistada e rezadeira Olga, que mora na Comunidade de Camuruji.



Figura 1 Dona Olga rezadeira da comunidade de Camuruji. Foto: Willian Campus 2019

Nesta perspectiva, essa pesquisa teve como objetivo mostrar a importância das ervas através da percepção dos moradores, identificando as ervas existentes no local, analisando o nível de procura por parte dos moradores e ressaltando a relação de identidade por parte dos mesmos. Essas crenças perpassam por varias religiões, mas todas tem em comum a presença das folhas, para preparo e recomendações de chás e banhos que é ministrado pelas rezadeiras. Essa tradição está presente também na comunidade de Camuruji, onde as atividades são muito semelhantes à de Graciosa. Foi perceptível no decorrer da pesquisa, que os moradores das localidades têm bastantes familiaridades com as ervas, usando com mais frequência os chás, que são consumidos por serem mais eficientes e saudáveis segundo os entrevistados. Mesmo essa prática sendo tão comum, não recebe a devida valorização da comunidade externa, considerando-as primitivas. As rezadeiras e, os moradores mais velhos, exercem um papel importante na preservação destes conhecimentos, por serem mais velhos a localidade, tornado assim possível catalogar no serviço de campo, mais de 70 tipos de folhas medicinais que auxiliaram enriquecer a pesquisa. Para tanto, a metodologia que foi aplicada utilizou o conhecimento empírico, com a ajuda dos questionários, a leitura de artigos científicos para melhor embasamento das discussões propostas, bem como o registro de imagens. Com os resultados preliminares, é perceptível observar que as folhas, mesmo na atualidade, são utilizadas em qualquer campo, seja religioso, medicinal ou espiritual, reafirmando sua relevância para a

sociedade, sabendo que ouve uma apropriação por parte da medicina, onde os saberes tradicionais eram usados para ajudar na cura de doenças (NASCIMENTO, 2014). A pratica da preparação e manejo das folhas sofreu bastante preconceito oriundo da igreja católica. É importante ratificar a sua resistência durante os acontecimentos, sendo a Graciosa e Camuruji as comunidades tradicionais que proporciona esse contanto com os saberes ancestrais em território quilombola.

Palavras-Chave: Folhas. Ancestralidade. Medicina Tradicional

REFERÊNCIA

SANTANA, Jacimara**; Médicas-Sacerdotisas**.2018
NASCIMENTO, Manuela; **Os impasses com o catolicismo negro vivido por rezadores em Santo Antônio de Jesus–BA (1940–1970)**. 2014.
Imagem Willian Campus. ***No serviço de campo na comunidade de Camuruju***. 2019.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***86*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E O BEM VIVER

MARCAS DE ANCESTRALIDADE: O SAMBA DE RODA EM TAPEROÁ-BA

GISLANE SANTOS CONCEIÇÃO
Estudante do curso Técnico em Turismo na modalidade integrado ao ensino médio no IFBA, campus Valença. E-mail: gislanesantosc@gmail.com
ROSANGELA PATRÍCIA DE SOUSA MOREIRA
Orientador(a)\Professor(a) do IFBA, Campus Valença E-mail: geo.pmoreira@gmail.com

O samba de roda é praticado em diversas regiões do Brasil, em suas variações e adaptações, mas todas advindas de um mesmo núcleo : O berço das senzalas. Como uma cultura afrobrasileira, o mesmo se deu origem no período da escravidão e teve a participação de escravizados trazidos de diversas regiões da África, sobretudo do Congo e da Angola, com suas próprias singularidades, os filhos da diáspora misturaram seus saberes e criaram o que chamamos hoje de samba de roda, ou roda de samba. O termo "samba" significa cabriolar ou brincar e o círculo que é formado para que ocorra a dança é um grande símbolo de conexão com a ancestralidade. Assim como na capoeira, estar em roda possibilita que a energia dos ancestrais circule entre os envolvidos, para que a manifestação seja abençoada por aqueles que participaram do processo de construção e sobrevivência do samba de roda. Além disso outro elemento que é de grande simbologia é o tambor, um dos instrumentos utilizados, que segundo LOPES, 2008: "Na época escravista, o tambor era fator de união da massa escrava". Capaz de transmitir mensagens, trazer boas energias e arrancar sorrisos. O samba de roda teve forte influência no Recôncavo Baiano, local onde se originou e se firmou, entretanto, no estado há várias ramificações da prática cultural que se espalhou, sobretudo em comunidades tradicionais. Uma das sementes do mesmo se encontra na cidade de Taperoá- BA, localizada no baixo sul. Mais especificamente na Comunidade pesqueira e quilombola de Graciosa, que tem o próprio samba de roda tradicional e o faz ativo até hoje. O seu surgimento no local deu-se origem desde a vida de Mãe Laura, antiga mãe de santo do terreiro que se encontra na comunidade. A mesma chamava os moradores em diversas ocasiões e festejos, como : Na lavagem da Igreja de São Salvador, nos mutirões, em eventos externos de outras comunidades, nos carurus de São Cosme e Damião e nas festas do terreiro. Pois:

> A cultura tradicional africana não conhece a arte voltada apenas para o prazer estético. A música por exemplo, quase sempre em conjunto com

> a dança, serve para invocar e louvar divindades, exaltar feitos de um herói ou de um povo, suavizar um trabalho árduo ou manifestar um sentimento. (LOPES, 2008, p. 80.)

Como esta imagem que demonstra o samba de roda no mutirão de fevereiro de 2019:



Samba de roda no mutirão de Graciosa.
FONTE : Bárbara Ramos, 2019.

Fazendo referência ao seu próprio significado, o samba de roda causa nos moradores um sentimento de felicidade, satisfação e descontração, e são os motivos pelos quais ele ainda se faz presente na comunidade. Devido a variedade e distinção dos eventos onde ocorre o mesmo, a manifestação contempla todo tipo de pessoas, para os religiosos, para quem não possui crença alguma, e até mesmo abrange faixas etárias distintas. Foi mencionado pelos entrevistados que já existiu um samba de roda mirim, que em suas opiniões contribuiria para a preservação do mesmo no local, o tornando hereditário. Em vista disso, esta investigação tem por objetivo analisar de que maneira o samba de roda influencia no processo de identidade desses indivíduos e, sobretudo, nos aproxima da nossa ancestralidade, analisando as histórias que tornaram possível o surgimento da manifestação no local, fazendo um paralelo entre os tempos da diáspora e os dias de hoje, e entendendo a importância da hereditariedade do samba de roda, a partir de um contato direto com nossa herança cultural. Que, segundo GRAEFF (2015) "A necessidade de proteção de sua diversidade se torna cada vez mais evidente e urgente dentro dos constantes processos de globalização." Está sendo utilizada como metodologia a leitura de um referencial bibliográfico, aplicação de questionários qualitativos e quantitativos, bem como o registro de imagens e vídeos como forma de perpetuamento visual da investigação. Com as entrevistas, percebe-se um fato digno de menção,

todos os participantes do samba de roda são negros e a maioria delas são mulheres, um símbolo de resistência reconstruindo e cultivando sua ancestralidade. Com o desenvolvimento deste trabalho científico percebe-se a importância da realização e permanência do samba de roda como parte da identidade na cidade de Taperoá e de Graciosa, no seguimento à cultura ancestral, principalmente nas comunidades tradicionais que continuam a manter viva a história e identidade cultural, apesar de toda a modernidade e globalização, onde se vive numa era de homogeneização que aos poucos tende a suprimir aquilo que não é tecnológico.

Palavras-chave: Afrodescendência. Identidade. Samba de roda.

REFERÊNCIAS

GRAEFF, Nina. **Os ritmos da roda**. Salvador: EDUFBA, 2015.
LOPES, Nei. **História e Cultura Africana e Afrobrasileira**. Editora Planeta, 2008.
RAMOS, Barbara. **Imagem Samba de roda no mutirão de Graciosa**, 2019.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **89** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: CONTRA O PATRIARCADO E A FAVOR DA VISIBILIDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS

JAMILE CAVALCANTE SANTOS
Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, jamillecavalcante3@gmail.com
JANAHÍNA DA SILVA MOURA
Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana, mourajanahina@gmail.com
EVA PACHECO DA SILVA SANTOS
Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana, vinhameef@yahoo.com.br
MARINA SIQUEIRA CASTRO
Doutora em Ecologia pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, marinacastro@uefs.br

A lógica de dominação sobre a natureza e seus recursos, de acordo com a qual se dá o desenvolvimento da agricultura moderna, é a mesma que estrutura as desigualdades entre os gêneros e a dominação dos homens sobre as mulheres (SERRANO, 2015). A agroecologia por sua vez, vem na contramão desta lógica insustentável do sistema capitalista e tem princípios alçados nos conhecimentos tradicionais, preservação da biodiversidade e do ecossistema, igualdade entre os gêneros, comércio justo, metodologia participativa e visão sistêmica. Sendo assim, ao nos desprender do reducionismo do termo Agroecologia como transição do modelo de produção e entendê-la como ciência, prática e movimento, percebemos que ela caminha junto ao Feminismo e luta contra o avanço do capitalismo e toda a forma de dominação, sendo uma construção política, popular, social, cultural, ancestral, científica, econômica, estratégica e de classe no enfrentamento ao patriarcado e na construção de uma sociedade mais justa. (FREIRE, 2009). Segundo Marra e Jesus (2017), para que a agroecologia se desenvolva, é importante que as diferenças entre homens e mulheres sejam problematizadas a partir da ótica da desigualdade de gênero, já que historicamente as mulheres permanecem no espaço privado, associadas a função de reprodução e manutenção da vida humana reforçando e evidenciando a subordinação do gênero feminino ao masculino. Ainda que o processo educativo de formação política nesse sentido de desconstruir as relações de gênero socialmente

construídas tenha barreiras a enfrentar, Andrea Butto 2011 apud Marra e Jesus 2017, destaca que a ação política dos movimentos de mulheres do campo e dos grupos organizados de mulheres em movimentos sociais mistos desde os anos de 1980 tem contribuído nas conquistas das mulheres rurais, como por exemplo, a garantia da aposentadoria ou o acesso a documentos pessoais, direitos básicos antes negligenciados. Nesse contexto, podemos perceber a relação do feminismo com a agroecologia nos diversos espaços do público e do privado, garantindo a autonomia e visibilidade às mulheres rurais, através da desconstrução e desnaturalização das funções atribuídas ao gênero feminino e a partir da qual este trabalho se debruçará, buscando discutir as relações desiguais de gênero no campo, principalmente no que diz respeito a divisão sexual do trabalho. O presente trabalho se edifica na defesa da teoria do conhecimento materialista histórico-dialético, por compactuar com sua relação com a totalidade social. Segundo Kosik (1976), totalidade significa, realidade como um todo estruturado dialético, do qual ou no qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. O materialismo histórico dialético ao aprofundar-se nas expressões e contradições da sociedade de classes, busca possibilitar uma compreensão real do problema científico posto e por meio de suas categorias elucida formas de procedimentos para execução de uma determinada investigação científica. A pesquisa teve cunho bibliográfico e todo o percurso metodológico está inserido dentro do arcabouço teórico de uma pesquisa qualitativa. Entendemos que as categorias não são utilizadas de maneira pontual em partes específicas do trabalho, e sim balizando a relação pesquisador-objeto de pesquisa durante toda sua composição, ajudando nos procedimentos metodológicos. Ainda assim, pensamos ser importante destacar a categoria metodológica contradição como fundamental no entendimento do objetivo geral do trabalho, partindo do pressuposto que analisamos as relações desiguais de gênero no campo. Enquanto categoriais de análise do nosso objeto, para mediação entre o universal e o concreto a fim de atingir nossas intenções na investigação científica, esboçamos neste trabalho as categorias: Relações de gênero e trabalho. Segundo Minayo (2007), as categorias analíticas retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas como base para a compreensão do objeto nos seus aspectos gerais. A primeira categoria, relações de gênero, tem enquanto sua expressão concreta, a luta dos movimentos feministas pela equidade de direitos, na cidade e no campo. É incipiente compreender o conceito de gênero para posterior compreensão da importância da categoria apontada. Sendo assim, para Scott (1990), gênero refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. Segundo Safiotti (1998), a sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. Tal disparidade, fruto de uma sociedade patriarcal, ao mesmo tempo que historicamente oprime as mulheres, alicerça a construção da luta feminista que almeja a libertação ideológica, sexual, econômica, política e cultural

das mulheres. A segunda categoria, trabalho, precisa ser entendida dentro da realidade social que está inserida sem abandonar seu conceito elementar, a fim de que possibilite o entendimento necessário dentro do debate das relações de gênero. O trabalho em seu sentido primordial tem a ver com a garantia da sobrevivência humana, é através dele que dialeticamente por meio sustentável extraímos da natureza o necessário para produzir e reproduzir nossa existência. Porém, em nosso atual modo de produção, como já supracitado, a natureza, bem como o processo de trabalho não é entendido em toda sua complexidade, passando apenas a atender aos anseios de uma sociedade capitalista em desenvolvimento, onde a expansão do capital está no centro do interesse humano. Ainda dentro deste processo que divide a sociedade em classes, existe a divisão sexual do trabalho que diferencia o sentido e significado do trabalho para homens e mulheres. Assim, questionar a divisão sexual do trabalho e a forma como se materializa, é outro objetivo que deve fazer parte de um projeto de construção, luta e conquista da Agroecologia. Recuperar o valor do trabalho como uma atividade humana em si com toda sua complexidade, que ultrapassa a lógica dualista de qualificá-lo como trabalho produtivo (o monetarizado) e trabalho reprodutivo (o que não tem valor social), faz parte dessa luta. (JALIL, 2009, p.89). Como já foi discutido, a diferença entre os gêneros é uma construção social arraigada nos valores culturais baseados nas relações de poder, assim como seus papéis sociais. Deste modo, não há espaço para justificá-los utilizando a ideia de uma diferenciação natural entre ambos, onde evidentemente as mulheres sempre são hierarquicamente desprivilegiadas. Dessa forma, construir o feminismo a partir de experiência concretas do cotidiano nos ajuda a compreender como o patriarcado vai construindo as bases para que o sistema capitalista aprofunde a exploração do trabalho, corpos e território das mulheres e continue mercantilizando todas as esferas de suas vidas (TELLES E MOREIRA, 2018). Nesse sentido, não cabe nesta discussão a reprodução de análises superficiais que acabam conferindo às mulheres os mesmos adjetivos e atribuições construídos socialmente sob a égide do machismo, como por exemplo, as responsabilidades dos cuidados com a casa e nutrição da família, que são naturalizadas socialmente pela prática cotidiana. A utilização da naturalização desses papéis como justificativa das opressões sobre as mulheres, por sua vez, aparece para suprir o espaço de sua existência concreta. Todo esse processo acaba influenciando para que mulheres permaneçam ocupando uma esfera privada e invisível, ainda que estejam presentes em todo o processo produtivo, do preparo da terra à colheita e comercialização, não detendo-se apenas ao cultivo de hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, como infelizmente enfocam algumas literaturas ao abordarem este tema. Dessa forma historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. O fato de que as mulheres realizam várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação

do tempo gasto com as tarefas domésticas. Faria (2009. p. 6). Faria (2009) segue fazendo uma coerente reflexão acerca das ilusórias diferenças existentes quando se fragmenta o trabalho nas esferas produtivas e reprodutivas como consequência de uma construção histórica patriarcal. A autora pontua os recentes debates no âmbito da economia feminista que sempre se empenhou em visibilizar as mulheres como autoras econômicas, e assim, dando ênfase a extensa quantidade de trabalho doméstico e cuidados com o lar e seus filhos, destinados às mulheres e chama atenção para importância da não dissociação do âmbito produtivo e reprodutivo do trabalho. Na sociedade capitalista a esfera mercantil e salarial depende do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se produz. A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não remunerado nos lares. Nesse sentido há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres. Faria (2009, p. 5). Por outro lado, os homens seguem ocupando a esfera pública, estando a frente das agricultoras nas representações sindicais, administração e gerência da terra. No Brasil apenas 30% das mulheres do campo possuem a titularidade da terra, ainda que sejam maioria populacional, como afirma Silva (2016), "a prática ainda permanente e recorrente é a titulação, diretamente, a o homem da família, mesmo com passos e avanços já dados." (SILVA, 2016, p. 194). Essas contradições não se encerram no plano da titularidade das terras, podendo ser percebidas também ao analisarmos outros aspectos da realidade feminina no campo. Nos países do Sul, as mulheres são as principais produtoras de comida, as encarregadas de trabalhar a terra, manter as sementes, coletar os frutos, conseguir água, cuidar do gado… Entre 60 e 80% da produção de alimentos nesses países recai sobre as mulheres, sendo uns 50% em nível mundial (FAO, 1996).[...]. Entretanto, apesar de seu papel chave na agricultura e na alimentação, elas são, juntamente com os meninos e meninas, as mais afetadas pela fome. Vivas (2012, p. 1). Diante dessas estatísticas que retratam um pouco do que é a realidade vivenciada pelas mulheres, especialmente as do campo, é possível perceber que elas têm especificidades bem demarcadas no movimento em direção a construção da agroecologia, fazendo-se necessário participarem ativamente dos espaços, buscando assumir o protagonismo nas lutas do campo. "Portanto afirmamos que o mundo pelo qual nosso feminismo e nossa agroecologia lutam só será possível com a autonomia das mulheres sobre suas vidas, seus corpos, seu trabalho, sem ameaças cotidianas de violência nas casas, nas ruas, nos roçados, nas redes e nos movimentos." (TELLES e MOREIRA, 2018, p. 2). Como pudemos aprofundar ao longo do estudo, a visão hegemônica do trabalho no campo em nossa sociedade se fundamenta em uma ideologia patriarcal e segue condicionada a um desenvolvimento de caráter capitalista. Neste ínterim, se constrói historicamente uma divisão entre o campo da produção e da reprodução, sendo o primeiro de responsabilidade masculina e o segundo feminina, sendo ambos organizados hierarquicamente com a manutenção do poder do homem em detrimento da invisibilidade da mulher, bem como do seu trabalho. É fulcral a ressalva de que o debate sobre agroecologia por uma ótica feminista não

diz respeito a um local especificamente determinado para as mulheres, e sim, se preocupa com uma construção coletiva de camponesas e camponeses pela superação da lógica capitalista de trabalho no campo, que não trata a relação ser humano-natureza com a integridade e complexidade necessária para o desenvolvimento sustentável da humanidade, combatendo dentro desta luta qualquer tipo de opressão existente e de exploração de um ser humano por outro. Garantindo assim, que as mulheres consigam se entender dentro de todo processo de trabalho no campo, livres da hierarquização masculina, se tornando consciente da sua acuidade e responsabilidade social na construção de um novo modelo de sociedade, que garanta a toda humanidade acessar as condições dignas necessárias de produção e reprodução de suas vidas equitativamente.

Palavras-chave: Agroecologia. Feminismo. Camponesas.

REFERÊNCIAS

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural.** Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FREIRE, Paulo. **I Encontro de Formação de Formadores em Agroecologia CLOC/Via Campesina – IALA. 2009.** Disponível em: http://www.jornadaagroecologia.com.br/?p=3864; Acesso em 20 de janeiro de 2019.

JALIL, Laeticia Medeiros et al. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro.** 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 5ª Ed.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARRA, Carolina Alves; JESUS, Livia Maria Kalil. **Contribuições dos movimentos de mulheres rurais para o avanço da pauta agroecológica no Brasil: participação social na construção e consolidação da política nacional de agroecologia e produção orgânica** – Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saude. 10. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho.** São Paulo:Editora Moderna LTDA, 1988.

SILVA, Leila Santana. **Mulheres em movimento por garantia de direitos: pela emancipação feminina, soberania alimentar na construção do Plano Camponês.** Diversidade produtiva das mulheres do MPA. São Paulo, Expressão Popular, 2016, 1ª edição.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** IN: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

SERRANO, Julia Scaglioni. **Mulheres da Borborema-construindo a igualdade de gênero e a Agroecologia-Artig**. IICA, Brasília, DF (Brasil), 2015.

TELLES, Liliam; MOREIRA, Sarah Luiza de Sousa. **Sem feminismo não há agroecologia!** GT Mulheres da ANA. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <http://www.agroecologia.org.br/files/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

VIVAS, Esther. **Soberanía alimentaria, una perspectiva feminista**. El Viejo Topo, v. 288, p. 46-55, 2012.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **94** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ECOFEMINISMO: MULHERES E POVOS RUMO À UMA CULTURA SUSTENTÁVEL

BÁRBARA NASCIMENTO FLORES
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: barbaranflores@yahoo.com.br
SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN
Doutor e Professor Orientador do DCAA/UESC. E-mail: salvador@uesc.br

Desde sempre na História oficial e não oficial, contada pelos livros e documentos, mas principalmente pelas bocas, gestos e modos de viver dos povos ligados à Terra, impulsionados pela força das mulheres em parceria com seus aliados homens que lutam pela vida em sua mais intrínseca concepção. Lutam por sua própria sobrevivência, mas principalmente pela possibilidade de existência de outros que aqui já estão ou os que estão por vir.

Estes povos, cada um com sua própria maneira de manifestar esta existência e sua ligação com o ambiente que o cerca, compartilham da sabedoria de que nós seres humanos somos uma parte, dividida em muitas partes que formam a grande composição do organismo vivo que é o Planeta Terra, que através das eras tem mostrado a natureza cíclica pela qual navegamos como simples tripulantes à mercê do inesperado, ideias estas, confiantes de que o passado que envolve a ancestralidade ainda está vivo e presente no sangue que corre nas veias dos que existem no agora. Este é o principal motivo de saberem, enquanto povo, que a ligação entre passado e futuro é a força propulsora do presente. Por isso, as ações da geração presente são para manterem a sobrevivência das próximas, que são os elos vivos dos que já se foram.

Exatamente esta pulsante ancestralidade presente nos corpos atuais é quem irá permitir que adentremos na cultura hegemônica para então transformá-la de dentro para fora. O chamado para abraçarmos a ancestralidade e nutrir o lado materno que compõe nosso DNA enquanto povo são atos revolucionários nos tempos atuais. Lado este que foi subjugado e deixado no obscurantismo da cultura, mas que agora, ressurge das cinzas, representado por mulheres e homens, mas principalmente por mulheres, que hoje, munidas de força, conhecimento ancestral e ferramentas atuais, com conhecimento científico, discursos embasados e artes questionadoras, se tornam grandes ativistas e formadoras de opinião buscando a cura das doenças sociais, emocionais, psicológicas e ecológicas em

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***95*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

diferentes espaços de atuação, seja no campo, na cidade ou na política. Questionando as bases, usos e costumes que não cabem na estrutura social atual.

A sociedade hegemônica, padronizada e pasteurizada tenta dominar outras sociedades a fim de manter sua hegemonia e privilégios, em contra partida, o que deve se instaurar cada vez mais, é a convivência com a diversidade e incertezas. Diversidade presente em todos os âmbitos, nas políticas, nas ideologias, religiões, manifestações culturais, classes, raças e gêneros. Esta diversidade deve guiar a voz de todos aqueles que pulsam a ancestralidade na existência atual para buscar soluções sistêmicas em todas as frentes de luta e movimentos sociais na construção de um novo modelo de sociedade baseado no Bem-Viver.

O conceito de Bem-Viver vem sendo construído e ganhando notoriedade na medida em que as consequências e impactos negativos do avanço do capital se instalam principalmente na América Latina, trazendo a necessidade de se pensar em um modelo de sociedade mais inclusivo e que respeita a natureza, baseado em cosmovisões dos povos originários. Então o bem viver teria um complexo de significados, como vida plena, vida harmoniosa, vida inclusiva e saber viver, cujos elementos centrais seriam sua visão do "Todo" (sistêmica), a convivência na multipolaridade, a busca de equilíbrios, a complementariedade da diversidade e a descolonização (SOLÓN, 2019).

Onde há vida, há diversidade, portanto, há incertezas diante das infinitas possibilidades de interações entre os diversos. Exatamente a incerteza é quem oferece sensações que nos mostram cada célula funcionando na sua máxima potência, acionando todos os sentidos a se manifestar para tomar as melhores decisões para o momento. A incerteza pode ser representada pelas crises, que atualmente nos deparamos, que são na verdade sinais para ativar os sentidos, parar, prestar atenção, vivenciar, pedir ajuda, cuidar do que precisa ser cuidado, integrar todos os lados e a partir daí tomar decisões que caminhem para a harmonia de todos os envolvidos.

Ao olharmos para nossa civilização atual percebemos vários desequilíbrios, dentre eles, vemos poucas pessoas usufruindo de grande parte dos recursos naturais, em detrimento da devastação ambiental, contaminação de solos e água, extinção em massa de fauna e flora, extermínio de culturas e expulsão de povos de seus territórios tradicionais, e ainda, não menos importante, exploração de uma grande massa empobrecida, especialmente mulheres que por interesses exógenos após serem confinadas no reino da casa, tiveram sua força de trabalho invisibilizada e desvalorizada, que não por acaso, foram a elas delegadas, desde os primeiros sinais de instauração do capitalismo.

O período compreendido pela Inquisição que durou cerca de quatro séculos durante a Idade Média a partir do século XIII, foi o marco, para a história mundial, no que diz respeito aos povos originários das terras "conquistadas" e também para as mulheres subjugadas pelos tribunais, compostos pela parceria entre Igreja e

Estado, atendendo a interesses econômicos das sociedades dominantes, marcou o momento em que a resistência das mulheres e dos povos se tornou característica intrínseca para a continuidade de existência, diante do rolo compressor ditado pelo capital econômico, em busca de expandir seus domínios (FEDERICI, 2004).

A necessidade de dominar, parte do princípio, da necessidade de segurança do ser humano, a crença de que seguir um "padrão" traz a sensação de estar seguro, ou seja, o diferente é incerto, portanto devo combate-lo, eliminando-o ou assimilando-o. O lado hegemômico, se enxerga como universal, logo os diversos devem desaparecer. Na atualidade, como em tempos antigos, este hegemônico é o polo dominador nas relações entre os seres humanos e entre sociedade e natureza, mesmo ambos sendo apenas lados da mesma moeda. A visão de mundo eurocêntrica, pela qual compartilhamos nossas experiências e interações com o mundo, ditam os valores pelos quais devem guiar o caminhar da humanidade. Desta forma, as ideias de dominação daquilo tudo que representa a natureza, decorrentes das ideias iluministas de pensadores da época dos séculos XVII e XVIII, como Descartes e Newton, guiaram os passos da sociedade até os dias de hoje.

Muitos avanços científicos e tecnológicos foram alcançados desde então. No entanto, chegamos num ponto crucial, de uma nova crise que abala os pilares da estrutura social atual. A supervalorização de alguns pontos em detrimento de outros, gerou vários desequilíbrios que reacende as antigas chamas e impulsiona novas chamas para juntas fazerem uma nova revolução pautada na vida, que ativa diferentes frentes de atuação ditas minorias, que juntas se tornam a maioria.

Nos deparamos com questões que podem sucumbir nossa própria existência. Os impactos sociais e ambientais antes tidos como externalidades do modelo de desenvolvimento econômico podem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades básicas de muitas sociedades no presente e no futuro (BRUNDTLAND, 1987). Este modelo de desenvolvimento, onde todas as sociedades e indivíduos almejavam chegar como se tivessem numa escada com degraus que levassem até o topo, já mostrou que não se sustenta nem à curto, muito menos à longo prazo. A escada representada pelo sistema natural se tornou vulnerável diante da capacidade de destruição que nossa sociedade alcançou, pois chegamos mais alto que a base da escada consegue suportar. Sendo assim, aqueles que já estão no último degrau, para se manterem lá, mesmo sabendo da fragilidade da escada, começam a derrubar e dificultar a ascensão dos outros, que muitas vezes, lutam simplesmente para permanecerem na escada.

Embora seja possível encontrar justificativas para lidar com a natureza considerando exclusivamente as necessidades dos seres humanos – como é feito mais habitualmente quando se discute o desenvolvimento sustentável –, existe a convicção, compartilhada entre muitos pensadores da ética ambiental, de que um dos traços mais problemáticos do modo como a civilização ocidental vem lidando com a natureza está no seu exacerbado

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **97** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

antropocentrismo, que é definido e amparado nas suas tradições religiosas (judaico-cristãs) e filosófico- -morais, notadamente as escolas aristotélica, kantiana, utilitarista e contratualista, se reflete nas concepções políticas, econômicas e desenvolvimentistas que historicamente levaram à prática a moralidade que justificou o impulso em transformar a natureza para o domínio humano (FLORIT, 2016).

Diversos estudos comprovam que a sociedade deve barrar a utilização insustentável do mundo natural, fundado neste modelo dominante de desenvolvimento e crescimento econômico que provoca o desequilíbrio no meio ambiente, no ecossistema e no Planeta Terra devido aos interesses egoístas de pessoas, coletividades e nações. Sendo assim, torna-se necessário modificar as visões de mundo que norteiam os modos de desenvolvimento e crescimento, os sistemas de economia, os usos da natureza e vincular o paradigma da sustentabilidade, na sua acepção ecológica, ao modo de vida humano e ao modelo de desenvolvimento e produção na sociedade atual para alcançar o Bem-Viver da humanidade como um todo, respeitando a diversidade de culturas e biodiversidade dos ecossistemas.

A cultura e a identidade enraizadas na ancestralidade precedem a qualquer dinâmica de desenvolvimento local, para as comunidades tradicionais, por exemplo, a arte, o artesanato, os ritos, entre outros valores que permeiam suas dinâmicas comunitárias cotidianas constituem patrimônio cultural, que, por intermédio dos fazeres e saberes, se perpetuam ao longo do tempo, configurando o sentimento de pertencimento com relação ao local (ARAÚJO et al., 2017). Dessa forma, o local, quando encontra e assume a sua identidade, potencializa-se como alternativa ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação ambiental do território, assim como para a respectiva valorização cultural. Para Little (2002) a comunidade tem que se sentir ativa e ocupante do território, com um sentimento de pertencimento. O grupo, o lugar e o pertencimento se convergem e dialogam para as relações ambientais que cercam os indivíduos. Portanto, o ser humano procura ocupar o espaço para delimitar o território, buscando sua identidade no lugar, onde o território será o cenário do reconhecimento e as paisagens que formam os emblemas em que todos se reconhecem.

E mais uma vez, navegando pela História da Humanidade, temos visto os movimentos de mulheres em todo o mundo tornando-se vigorosos e cada vez mais abrangentes impulsionando o olhar da sociedade para questões gritantes enraizadas no tecido social atual. Questões estruturais como - antropocentrismo, imperialismo, androcentrismo, racismo, sexismo e classismo - vêm à tona para questionar a subjugação de povos e mulheres e a exploração da natureza usados para alimentar a fome insaciável do capitalismo, modelo de sociedade incentivado e almejado pelos “dominantes”, e também pelo inconsciente coletivo da sociedade em geral.

Para Foladori (1999) uma análise crítica e uma oposição através de ações concretas, à uniformidade da cultura tecnológica industrial – capitalista e socialista – são cruciais para as lutas que defendem as soluções locais

de sustentabilidade. É necessário incorporar o entendimento que um meio ambiente saudável é condição primordial para nosso bem-estar, para o funcionamento da economia e, finalmente, para a sobrevivência da vida na Terra. Puleo (2011) completa que assumir os limites do ecossistema e a luta contra a exploração social através de certo decrescimento dos países desenvolvidos, e um crescimento sustentável comedido para os demais países são mudanças estruturais e culturais que devem fazer parte da construção de uma sociedade pautada em diferentes valores de relacionamento entre os seres humanos em si, e destes com o restante da vida na Terra. Valores que condizem com a construção de um novo paradigma de organização social, voltado para o âmbito comunitário, com soluções locais no atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação, permeado por uma economia que fortaleça as ações locais e proporcione qualidade de vida para as pessoas, sem ultrapassar a capacidade que o ambiente não possa suportar.

É neste momento decisivo, em que nos encontramos enquanto sociedade planetária, que através de nosso poder de capilaridade conseguimos impactar os mais distantes rincões. Sendo assim, necessitamos da união de todos os povos, reconhecendo a diversidade e reconectando com a ancestralidade de cada um, para criarmos estratégias de atuação que são locais, mas que ao mesmo tempo, tenham alcances globais, influenciando a visão de mundo em busca de uma cultura que tenha valores de sustentabilidade em suas ações.

Num momento histórico em que o mundo precisa de novos atores e novas alianças para assumir a responsabilidade com o cuidado da vida no planeta e a mudança do paradigma civilizatório, o ecofeminismo – junto com outros pensamentos que reflitam sobre a diversidade e a pluriculturalidade – se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e desafios contemporâneos. O ecofeminismo é um conceito atual que vem investigando desde a década de 1978 com Françoise d'Euaubonne, a ligação existente entre a luta pela libertação das mulheres e a luta pela proteção da natureza, que não é recente, mas sim parte da trajetória histórica de muitos povos, em que a exploração da natureza é a sua própria exploração. Nesta mesma década, a sociedade se deparou com o Movimento das Mulheres Chipko na Índia representado pela atuação e voz de Vandana Shiva, que desde então atua na luta pela libertação da terra, como a própria libertação das mulheres e dos povos. O ecofeminismo latino-americano com um perfil próprio traz uma revalorização das cosmovisões autóctones dos povos originários e a ênfase na práxis da libertação. Este é um traço da proposta geral ecofeminista de construção de novas cosmologias ou teocosmogonias que tem sido adaptada e lançada através da Teoria de Gaia de Lynn Markulis e James Lovelock (1979, 2006) segundo a qual o planeta é considerado um ser vivo cujos elementos estão em total interação. Com um sentido mais amplo esta teoria é uma proposta de uma concepção que retorne a primitiva sacralização do planeta e que impeça ações humanas predatórias contra a própria existência e de toda a vida na terra.

Nos escritos de Mies e Shiva (1995) diz que a abordagem desenvolvimentista de crescimento econômico linear e ascendente e ao mesmo tempo racista, sexista e classista, explora as mulheres através do trabalho doméstico gratuito e de mão de obra barata, explora a natureza para a produção de bens e alimentos prejudiciais à saúde humana, contaminam o solo, e prejudica, ainda, comunidades rurais, transformando seus modos de vida tradicionais em entraves para o desenvolvimento.

A experiência com estudos e pesquisas sobre indicadores de sustentabilidade ambiental em comunidades têm mostrado que as pequenas organizações sociais, impulsionadas pelos movimentos de mulheres, fortemente relacionadas com o ambiente do entorno tem muito a contribuir para o intercâmbio com as sociedades maiores, no que tange à convivência saudável entre as diferentes categorias de seres viventes, num ambiente sustentável, que se resume à diversidade. O protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e ao manejo de recursos naturais, a força dos movimentos destas mulheres na conquista de direitos e a decisiva participação das mulheres na definição e propostas de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural são ações decisivas para garantir um desenvolvimento mais humano e sustentável (ANGELIN E SCHNORRENBERGER, 2017).

Comunidades locais, muitas delas com atividades de subsistência desenvolvidas por mulheres, resistem à lógica desenvolvimentista patriarcal e capitalista, pois não tratam a natureza como mero recurso, oposto aos humanos, a ser dominada. Mantêm-se na contramão do 'des-envolvimento' com suas formas de vida mais integradas à natureza, preservando, de fato, a biodiversidade. Como resultados positivos dos movimentos organizados por mulheres de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas conseguiram a implementação de ações práticas e da criação de políticas de proteção ao meio ambiente natural, representando movimentos muito importantes dentro da sociedade brasileira. A organização dessas mulheres tem sido dividida em grupos distintos por regiões e/ou por organizações sindicais, como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, também o Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Indígenas que ligados a várias vertentes sindicais e políticas, construíram e ainda constroem – identidades políticas e o seu reconhecimento público das camponesas. Todos esses movimentos articulados de mulheres do campo promovem mobilizações, lutas pontuais, processos de formação e divulgação do trabalho dessas mulheres.

Acreditando nisto, vários questionamentos me motivaram a investigar as relações entre os pressupostos do ecofeminismo com os indicadores de sustentabilidade ambiental em comunidades, considerando dimensões natural e socioeconômica do ambiente. A dimensão natural, porque é ela que nos circunda, nos abriga e nos oferece as bases materiais de sobrevivência: o ar que respiramos, a água que bebemos, o solo em que plantamos e colhemos, o chão em que pisamos. A dimensão social, porque uma comunidade não subsiste sem que nela se

desenvolvam condições mínimas de convivência entre os humanos e destes com a natureza. A dimensão econômica, porque nenhum indivíduo ou comunidade sobrevive sem que nela se criem condições mínimas de reprodução da vida material. São, pois, três pilares indispensáveis para que se possa pensar na sustentabilidade do meio ambiente, constituído por seres bióticos, abióticos e antrópicos.

Como respaldo para traçar as hipóteses que nortearam esta pesquisa, levou-se em consideração as conexões entre os aspectos teóricos e práticos que caracterizam o ecofeminismo, as lutas e preceitos gerais de comunidades rurais que motivaram a análise da relação entre o ecofeminismo e a sustentabilidade ambiental de dois tipos de comunidades, tendo como ponto de partida o pressuposto de que os princípios que norteiam as ações do movimento ecofeminista estão em estreita sintonia com a sustentabilidade do meio ambiente; e do pressuposto de que práticas em conformidade com a proteção do meio ambiente estejam presentes na base da organização e da dinâmica das comunidades, já que exemplares destas comunidades (ecovilas e comunidades indígenas) vêm sendo reconhecidos por suas relações ecológicas com os ambientes que as circundam, considerando a diversidade cultural, logo, as práticas das comunidades podem estar associadas aos princípios do ecofeminismo citados anteriormente.

Para o respaldo de tal avaliação foram abordadas as diversas contribuições do ecofeminismo no sentido de questionar e propor valores que condizem com a construção de relações respeitosas entre os seres humanos e destes para com o seu meio. O pressuposto ecofeminista de que haja uma intrínseca conexão desse movimento com a conservação do meio ambiente permite supor que, uma vez caracterizada a presença de aspectos que caracterizam o ecofeminismo nas comunidades, desenvolvam-se ali práticas ambientalmente sustentáveis. Tal avaliação pôde ser implementada mediante a identificação de indicadores que representaram valores defendidos pelo ecofeminismo, associados com indicadores que representaram a sustentabilidade ambiental das comunidades em questão.

Esta pesquisa para a tese de doutorado, concluiu que as debilidades e perigos de um conceito como o ecofeminismo ainda em formação na prática não devem ocultar seus ganhos e potencialidades no sentido de questionar os padrões culturais que estão contribuindo para a degradação ambiental e desarticulação comunitária das sociedades em geral. Com este estudo, empiricamente observado foi possível concluir que os princípios ecofeministas estão intrinsecamente conectados com diferentes práticas nas comunidades em questão, capazes de contribuir para a sustentabilidade ambiental das mesmas, se estão presentes ou até mesmo para baixar o nível de sustentabilidade quando não estão presentes. Trata-se, portanto, de uma reestruturação da dinâmica social, ou seja, uma forma diferenciada de como os seres humanos relacionam entre si e como interagem com o seu meio. A mudança que está na essência destas estruturas se refere à importância das ações locais para a recuperação e

defesa do meio ambiente, o cultivo de relações colaborativas no lugar de relações dominantes, reestruturando a noção de poder, uma vez que direciona o pensamento à igualdade política, econômica e social. Reclamando a forma particular de ser mulher na estrutura social e das reivindicações de igualdade com os lugares privilegiados dos homens na ordem estabelecida, o que não pode significar a inversão dos papéis e das formas de execução do poder.

Palavras-chave: Comunidades sustentáveis. Indicadores de sustentabilidade. Gênero/Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela e SCHNORREBERGER, Neusa. **Ecofeminismo e Mística Religiosa nos Movimentos de Mulheres Camponesas no Brasil.** Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. Anais do Congresso Latino Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: EST, v. 5, 2017. / p.612-626.

ARAÚJO. Wilson Alves; TEMOTEO. Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE. Maristela Oliveira; TREVIZAN. Salvador Dal Pozzo. **Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão Local**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017.

BRUNDTLAND, GroHarlem. **Nosso Futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

BURNS, Tom R. **The Sustainability Revolution: A Societal Paradigm Shift?** Article in Sustainability · December 2012 DOI: 10.3390/su4061118 Sustainability 2012, 4, 1118-1134; doi:10.3390/su4061118 sustainability ISSN 2071-1050 www.mdpi.com/journal/sustainability Article The Sustainability Revolution: A Societal Paradigm Shift 1,2,*

CAPRA, Fritjof - **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**/ Fritjof Capra; [tradução Newton R. Eichemberg]. – São Paulo: Cultrix, 2000. 9ª edição.

D'EAUBONNE, F. **Le féminisme ou la mort**. Pierre Horay, Paris 1978.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2004. Disponível em: file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/Federici,%20SIlvia%20Caliba%20e%20a%20bruxa_pdf%20(1).pdf

FLORIT, Luciano Félix. **Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social**. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.

FOLADORI, Guillermo. **Los Limites Del Desarrolho Sustentable**. Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental, 1999.

KUHNEN,Tânia A. **A Crítica Ecofeminista Ao Paradigma Do Desenvolvimento: A Necessidade De Repensar A Relação Humana Com A Natureza.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. UNB, Brasília, 2002.

LOVERLOCK, James. Gaia: a new look at life on earth. Oxford: Oxford University Press, 1979.

_____. **A Vingança de Gaia/** James Lovelock; - São Paulo: Intrínseca, 2006.

MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo**, trad. Instituto delTercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid, Cuadernos Inacabados 18, ed. horas y HORAS, 1995

PULEO, Alicia H. **Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado Liberty, Equality, Sustainability**. For an Enlightened Ecofeminism Universidad de Valladolid. ISEGORÍA/ Revista de Filosofía Moral y Política N.º 38, enero-junio, 2008, 39-59 ISSN: 1130-2097.

_____. **Ecofeminismo para otro mundo posible** - Madrid: Cátedra. Colección Feminismos, 2011.

SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem-Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/** organização de Pablo Solón; tradução de João Perez – São Paulo: Elefante, 2019.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***103*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E O BEM VIVER

AS GEOGRAFIAS E HISTÓRIAS DO BAIRRO AVIÁRIO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO

HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE
Professor do Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana – henriqueoliveira@ifba.edu.br
DAIANE SILVA OLIVEIRA
Professora do Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana – daibububa@gmail.com
ANTONIO CARLOS M. SANTOS
Estudante do Curso de Edificações no Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana – menezesantonio353@gmail.com
TIAGO ROCHA DE F. AZEVEDO
Estudante do Curso de Edificações no Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana –
ANA ALICE PEREIRA VITÓRIO
Liderança comunitária do Bairro Aviário

INTRODUÇÃO

Esse resumo tem como objetivo relatar as vivências no Bairro Aviário, localizado na cidade de Feira de Santana, Bahia, as quais consistem em realizar um mapeamento e estudo etnográfico do bairro, por meio do *Projeto de Pesquisa e extensão: As geografias e histórias do Bairro Aviário***,** este, assistido pela Política de Assistência Estudantil – PAAE, 2019 através do Edital 02/2019 e Projeto Pibic EM. Este trabalho é instigado pela localização do Campus IFBA Feira de Santana no Bairro Aviário e todos os discursos, ideias e imaginários construídos sobre e para este lugar, que politicamente defendemos como território de preto, por ser um Bairro com maioria de moradores/as de descendência negra. O Bairro é subdividido em Aviário I, II, III, IV e Conjunto Paulo Solto, mais conhecido como Cidade de Deus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O entendimento do Bairro Aviário, estigmatizado pela violência e pelos rótulos, conhecido popularmente como bairro periférico e seus/suas moradores/as como uma população menos abastada economicamente e privada de direitos e serviços públicos de qualidade, justificou essa pesquisa que levantou a necessidade de situar o Bairro

e seus/moradores/as, trabalhadores e trabalhadoras[6], como protagonistas em seu território geográfico e em sua trajetória histórica, para isso há que se reivindicar seus moradores/as no foco de suas experiências e o IFBA como incentivador desse processo e nunca como delimitador de fronteiras.

Dessa forma, operacionalizar uma desconstrução das ideias negativas sobre o Bairro, trazendo a reflexão discursos deterministas e duálicos, lançando mão da prática etnográfica[7] para investigar os sentidos políticos e os dilemas sociais impostos a Comunidade em questão, considerando suas identidades individuais como protagonistas, construídas a partir da identidade coletiva. De dentro do que chamamos "miolo" do Bairro, o mapeamento se inicia no Conjunto Paulo Souto, também denominado popularmente como Cidade de Deus, o olhar etnográfico nos permite verificar a organização espacial de qualquer outra Comunidade, com ausência ou precarização dos serviços mais básicos, mas com sua própria subjetivação política.

Encontramos sujeitas, mulheres, a primeira é profissional Agente de Saúde; a segunda, mãe solo, dona de casa e trabalhadora braçal. As duas nos relatam sobre essa subjetividade política do lugar, mas decidida e protagonizada por mulheres pobres, em sua maioria sem marido e, sem casa, que numa articulação com o governo municipal, conseguiram construir com as próprias mãos, um Conjunto de casas no ano de 2013. Foi relatado que os/as moradores/as naquela ocasião tiveram a alternativa de ter suas casas construídas com os materiais e mão de obra fornecidas pelo governo municipal, casas para famílias de baixa renda com 1 banheiro, 1 quarto, 1 sala e 1 cozinha, ao questionar o tamanho da casa, esse grupo de pessoas propuseram para o governo municipal que o dinheiro reservado para pagamento da mão de obra, fosse convertido para compra de material e a força de trabalho para construção fosse dos próprios moradores, a questão é que esses moradores eram em sua maioria mulheres e sem marido, o que acabou desenhando um processo de construção executado por mulheres, daí a focalizando teórica no protagonismo feminino na produção do espaço e dos lugares. As ferramentas eram delas, casas construídas debaixo de muito sol, chuva e muita fome, pois a maioria não tinha renda mínima e o tempo para produzir renda foi dedicado a construção da moradia.

6 Conforme FELTRAN (2010), O par de categorias "trabalhador" e "bandido", muito acionado em diferentes perspectivas esituações de pesquisa, nesses anos, é tomado aqui como objeto heurísticode uma reflexão sobre as fronteiras que se desenham na compreensãocontemporânea desses territórios e populações. A partir da caracterizaçãodessas fronteiras, parece-me ser possível estudar as distintas modalidadesdo conflito político contemporâneo em torno das periferias urbanas brasileiras,bem como alguns de seus desdobramentos teóricos e analíticos. Ao tratar de "trabalhadores" e "bandidos" em diferentes perspectivas e situações etnográficas, portanto, este texto trata de disputas de significado que remetem a enfrentamentos práticos, por vezes muito violentos.

7 Como sugere MATTOS (1990), o conceito de etnografia é introduzido informando que fazer etnografia implica em: 1) preocupar-se com uma análise dialética da cultura: 2) introduzir os atores/as sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelos/as pesquisados/as.

A alimentação era feita debaixo de um pé de jaqueira, onde o mesmo local era feito de descanso, nos momentos de paradas do trabalho, esse pé de jaqueira foi eternizado em uma pintura na Praça do Conjunto, em uma imagem que retrata todo esse processo. Um grupo de mulheres protagonizaram a construção de um conjunto de casas e toda uma organização espacial de como pensar um cotidiano, a partir de um entendimento sobre qualidade de vida, construindo uma casa que em vez de 4 cômodos, teve 5 cômodos. Juntamente com as casas do Conjunto populacional Paulo Souto também foi construída uma Praça, que é chamada de praça Ceu, que pouco tempo depois virou Sede do CRAS (*Centro de Referência de Assistência Social)* que atende não somente o bairro do Aviário, mas diversas comunidades próximas ao Bairro.

Nesses processos de subjetivação e protagonismo político – relações entre as dimensões íntima, social e pública – tomando as periferias como identidades coletivas, destacamos como as falas protagonizadoras e firmes foram perpassadas por experiências que definem essas figuras femininas como seres humanas localizadas na trama social do Bairro: a militante que vendera sua casa e saiu do Bairro por causa do estigma da violência; outra moradora que tem filho preso no presídio que se localiza no próprio Bairro; outra moradora que se orgulha porque o filho estuda no IFBA; a opinião política que destoa de toda uma consciência de luta; o conflito de moradoras que não tem acesso ao Cras por causa da divisão espacial articulada de forma criteriosa pela Prefeitura; os conflitos com a violência que é simbólica, concreta; o conflito com a polícia, com a política, com o tráfico e com o próprio eu. Assim o trabalho de campo seguiu e segue e, partindo desse cenário não propomos pensar essas mulheres e o próprio Bairro como vítimas de um tempo e de um lugar, mas como vozes na composição deste lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que, inferno ou paraíso, tudo depende do lugar social, político e cultural do o/a sujeito/a que fala e os elementos significativos dos quais se apropriam. Desse modo, não inferiorizar o/a morador/ra a partir dos estigmas, dos estereótipos, mas considerar outros conceitos na discussão como propõe Manuell Castells (1999), quando discute identidade como fonte de significado e experiências de um povo e um conjunto de atributos culturais inter relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados. A discussão de Manuel Castells concentra-se na identidade coletiva e concorda com o ponto de vista sociológico de que toda e qualquer identidade é construída, como a identidade dessas mulheres, forjada por suas experiências positivas e negativas que envolvem luta, relações de poder, sensibilidades, autodefesas e alegria. Ressaltamos que o referido bairro luta e se articula diariamente contra as ações do estado promovendo estratégias de

organização e que o IFBA necessita estar a disposição da comunidade e se tornar um agente de desenvolvimento e transformação social e m comum acordo com os interesses da comunidade.

Palavras-Chave: Protagonismo feminino. Representações. Territorialidades.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
FRANCO, Marcos e ROGÉRIO, Helcio. Sant Ánna da Feira, Terra de Lucas, 2012.
SCHWARCZ, Lilia Moritz Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.
FELTRAN1, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. Universidade Federal de São Carlos; Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 53 nº 2. 2010.
CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17-62.
DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues". In: DAMATTA, R. *Relativizando*: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 150-173.
GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **107** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRAÇOS DE IDENTIDADE

GINALDO FERREIRA MORAIS
ginaldoferreiramorais@gmail.com; Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias; CFP-Amargosa-UFRB;
MARIANA SANTANA DE DEUS
santanadedeus@outlook.com; Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias; CFP-Amargosa-UFRB
ROGÉRIO GONCALVES DOS SANTOS
dos santos.gonc@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Dia 27 de julho de 2017, A visita ao MAFRO – BA buscou-se conhecer historicamente a identidade cultural dos povos afro descendentes. Pois o que se reconhecia do senso comum a partir da ideologia do catolicismo. Um conhecimento controverso da realidade dos costumes culturais, dos deuses e os pertencimentos afro-brasileiros.

As relações étnicas raciais que se constituíram na sociedade, percebem-se de alguma maneira, muito das vezes torna-se invisível entre negros e brancos. A discriminação racial com o legado da cultura tende-se o grau de preconceito, inferioridade em relação ao negro imposta historicamente, os deuses a sua cultura, saberes, visto como algo de ruim, perante uma sociedade doutrinada pela classe hegemônica em toda sua história desde seus antepassados. A respeito das Relações Étnicas Raciais tem um pertencimento de valorização de identidade cultural do legado e a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma extensão de memória temporal e especial. No latim medieval, a opinião de raça passou a designar à descendência, a linhagem, a cultura de identidade, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, (ipso facto), onde algumas características físicas em comum dentro dessa vivência. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças.

Segundo Munanga (2003) o racismo enquanto conceito e realidade já foram objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso sobre essas realidades no cotidiano, não lhe

atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta da concordância até na busca de soluções contra o racismo no Brasil.

Observando este deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista onde então o modo se pensar o racismo quer dizer que é uma ideologia criada na cabeça das pessoas para criar divisões de classe e até mesmo cores, não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. Portanto o que dizem sobre raça, na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. O objetivo geral dessa atividade; Conhecer as Relações Étnicas Raciais e saberes da cultura da Matriz Africana. Objetivos específicos; Compreender a contextualização histórica afro-brasileiro; Refletir a situação construída historicamente pela sociedade branca.

DISCUSSÃO DA EXPERIÊNCIA

A respeito das Relações Étnicas Raciais tem um pertencimento de valorização de identidade cultural do legado e a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma extensão de memória temporal e especial. No latim medieval, a opinião de raça passou a designar à descendência, a linhagem, a cultura de identidade, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, (ipso facto), onde algumas características físicas em comum dentro dessa vivência. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças.

Segundo Munanga (2003) o racismo enquanto conceito e realidade já foram objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso sobre essas realidades no cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta da concordância até na busca de soluções contra o racismo no Brasil.

Observando este deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

RESULTADOS

A partir das análises Fala da historiadora no MAFRO em Salvador -Ba.

> ‘’ O povo conhece a história do orixá Iemanjá como se fosse uma sereia de cabelos longos, cor branca e que é uma mulher. Não é uma sereia,

> Iemanjá é o próprio mar e é representada da forma mais próxima possível. Uma mulher negra, cabelos crespos, lábios grossos com seios fartos. Por isso que as mulheres são sagradas e importantes para muitos povos da África Como o catolicismo no Brasil queria catequizar os africanos, e os próprios africanos tinham que cultuar seus orixás, a saída que tinham era relacionar com o Deus e os santos do seu opressor. Por isso o Sincretismo, mas a gente não usa mais o Sincretismo. O Sincretismo é quando duas culturas se implicam com a concordância de ambas as partes e isso foi o que aconteceu. Por isso que a Iemanjá foi prateada, transformada em uma mulher branca.'' (Fala de Matheusa, guia do MAFRO, 27/07/2017)

No campo empírico considera-se que os orixás de Iemanjá, na contextualização da igreja católica e pela sociedade em si repassam essa história de forma destorcida a matriz africana pela qual razão fundamenta essa logística de como cultura afro-brasileiro deu-se no Brasil com uma relação de acreditar que os orixás são elementos ruins para a população.

Ferreti (1998) Sincretismo é palavra considerada maldita que provoca mal estar em muitos ambientes e em muitos autores. Diversos pesquisadores evitam mencioná-la, considerando seu sentido negativo, como sinônimo de mistura confusa de elementos diferentes, ou imposição do evolucionismo e do colonialismo.

> '' É importante dizer que o candomblé é uma religião Afro-Brasileira e não existe na África. O candomblé nasceu no Brasil, por que ele nasceu da junção de diversos deuses, de diversos elementos africanos dos povos da Nigéria e outros. Candomblé significa culto aos ancestrais, toda vez que o ritual acontece dentro do candomblé, o que está acontecendo é uma festa, uma dança com a presença dos ancestrais, pessoas mais velhas que já viveram e representam essas divindades.'' (Fala de Matheusa, guia do MAFRO, 27/07/2017)

Em nossa realidade o candomblé é visto como uma manifestação de ato, um espírito encarnado na pessoa humana, onde a população reconhece como um ato ruim, o preconceito e exclusão sobre tal religião.

'' Um ancestral é diferente de um orixá, o orixá é uma divindade, o ancestral é alguém muito importante de uma comunidade que viveu e por causa da importância dessa pessoa, ele acaba se tornando um ancestral que é como se fosse um espelho.'' (Fala de Matheusa, guia do MAFRO, 27/07/2017).

Conforme Ferreti (1998) no imaginário e na expressão artística afro-brasileira, os orixás costumam ser caracterizados com atributos de santos católicos, quase todos brancos, como por exemplo, o guerreiro romano, pelo qual Ogum é representado em muitos candomblés. Vários outros orixás são também caracterizados assim. Além disso o calendário da maior parte dos cultos afro- -brasileiros, como não podia ter sido diferente, é construído basicamente em cima do calendário ocidental cristão.

A fala do Sr. Clarindo constatou-se uma profunda exclusão e preconceito da sociedade, quando o mesmo relata que a "professora pergunta a ele o que ele quer ser profissionalmente ele diz, advogado, e a mesma responde "advogado preto". Isso é revoltante pois a sociedade historicamente construiu discriminando a relação profissional entre pretos e brancos.

Segundo Sr. Clarindo por ele ser negro e ser sexagenário sofreu alguns preconceitos, mas, em resposta a todo tipo de discriminação ele se considera uma pessoa que quebra paradigmas. Foi homenageado, teve seu nome vinculado ao livro dos Records por ser provedor da melhor Caipirinha do Brasil, além de ser um grande historiador que relata muito bem a história do Pelourinho em Salvador capital da Bahia. A maneira em que o negro se qualifica, em conhecimento de refletir a realidade que ganha espaço, constroem conhecimento, mesmo assim há discriminação, assim como diz Bento (2002, p. 26), "quanto mais aumenta a escolaridade do negro mais a discriminação se revela nos diferenciais de remuneração entre negros e brancos".

CONCLUSÃO

Esta viagem de campo identificou comportamentos, saberes populares e tradições culturais que contribuem na exploração do conhecimento da história do Pelourinho da identidade do lugar em Salvador Bahia, que figure como uma relação étnica raciais, como permanência de identificação das gerações vivida na época da escravidão.

O MAFRO tão quanto o Pelourinho em que se situa, reflete historicamente, as marcas da superioridade de uma raça branca sobre a negra. Um exemplo marcante são os casarões e igrejas construídos por mão de obra escrava sobre um forte regime autoritarismo em que eram submetidos, além de peças expostas no museu que retrata uma cultura de origem africana que não se perdeu mesmo sendo trazidos para o Brasil. Nesse entendimento, a visita aos marcos históricos em Salvador, proporcionou no entanto, que tivesse um entendimento das relações étnico-raciais de algumas décadas passadas até a atualidade, de modo que contribuiu com a compreensão da história e alongando o grau de conhecimento enquanto acadêmicos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S., **Branqueamento e Branquitude no Brasil** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf.>.

FERRETI, S. E., **SINCRETISMO AFRO-BRASILEIRO E RESISTÊNCIA CULTURAL**, Universidade Federal do Maranhão – Brasil, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Reafricanização e Sincretismo no V. Congresso Afro-Brasileiro realizado

em Salvador entre 17 e 22 de agosto de 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000100010>.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***112*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL DAS/OS ESTUDANTES DO IFBA – *CAMPUS* SEABRA, ORIUNDAS/OS DAS ZONAS RURAIS DO TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA

CLAIVER MACIEL DE SOUZA
Estudante do Curto Técnico Integrado em Meio Ambiente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) Campus Seabra. claivermaciel@gmail.com
JEOVÂNGELA MATOS ROSA RIBEIRO
Mestra em Educação e Diversidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPED). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) Campus-Seabra. jeoescola@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo compreender os elementos constitutivos da identidade do/a estudante das zonas rurais pertencentes ao IFBA- Campus Seabra. São sujeitos desse estudo as/os estudantes oriundas/os das zonas rurais do Território da Chapada Diamantina, que cursaram o primeiro ano do Curso Técnico-Modalidade Integrada em Meio Ambiente e em Informática do ano letivo de 2018. O interesse deste estudo surgiu a partir da percepção da dificuldade que as/os discentes de zonas rurais tinham para se adaptar ao primeiro ano de estudo, situação essa, que é debatida pela instituição e, uma lacuna encontrada durante o desenvolvimento da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade- PPED, UNEB, que é anterior e, também, embasa essa pesquisa. O conhecimento do/a estudante da zona rural, de suas origens sociais, econômicas e culturais, de seu modo de ser, pensar, posicionar e estar no mundo e de sua interação e sentimento de pertencimento ao/no espaço escolar (dentro e fora da sala de aula), assim como seu processo de autoafirmação e as modificações dos componentes identitários no processo de ambientação ao IFBA, são importantes para contribuir na inclusão desses/as jovens ao processo educativo e de formação crítica e construção enquanto cidadãos e cidadãs. Por se tratar de uma pesquisa em educação, a abordagem escolhida foi a qualitativa, com a vertente fenomenológica, do tipo de pesquisa participante. Como dispositivos para a construção e obtenção de informações foram utilizados: análise documental, questionário, entrevista semiestruturada e grupo focal. A pesquisa Diversidade sociocultural dos/as estudantes do IFBA – Campus Seabra, oriundas/os das zonas rurais do Território da Chapada Diamantina, é um estudo que apresenta um perfil distinto de cada turma dos 1° anos do

IFBA- Campus Seabra, por meio do qual precisa ser trabalhado e estimulado o processo de autorreconhecimento para que o espaço da sala de aula seja um ambiente de valorização do processo de ensino-aprendizagem para os/as alunos/as das zonas rurais, assim como para os demais. Foi possível perceber com o estudo que as/os estudantes rurais da turma de Informática Matutina possuem o perfil coletivo de pouca diversificação das ideias, costumes e hábitos, e possuem maior facilidade para se expressarem sendo que estes/estas não sentem a necessidade de autoafirmação enquanto raça e origem e por isso não encontram necessidade desse processo estimulado pela instituição. A turma de Meio Ambiente Matutino abrange tanto a diversidade quanto também a preservação de ideias, costumes e hábitos unificados a depender da temática abordada. Por esse motivo, os processos de autoafirmação desses/dessas estudantes são distintos entre si, pois mesmo que mais de 25% já haviam iniciado seus processos [de autoafirmação] antes de entraram no IFBA, na turma também há estudantes que não sentem a necessidade de se autoafirmarem, por isso os/as estudantes rurais se divergem quanto a questão da participação da escola no processo de autoafirmação. Enquanto que na turma de Meio Ambiente Vespertino, por ter mais estudantes de zonas rurais do que nas outras turmas, a diversidade se apresenta com mais frequência, todavia o processo de autoafirmação se assemelha com o da turma Matutina do mesmo curso, pois ocorre uma divisão sobre os que se autoafirmam e acham importante a escola motivar essa temática. Os/as estudantes que não sentem a necessidade de se autoafirmarem, entendem que não é papel da escola promover esse processo, sendo que também há aqueles que não sentem necessidade de se autoafirmarem, mais entendem a importância da escola trabalhar essa temática para quem deseja. Essa turma é a que menos tem facilidade para comunicação, já que, mesmo sendo maioria em sala de aula, os/as estudantes das zonas rurais, principalmente quilombolas, se sentem coagidos/as e isso provoca um processo de reclusão maior do que o que acontece na turma de Meio Ambiente Matutino ou de Informática (a que menos sofre com essa problemática). Com relação aos elementos constituintes da identidade, foi possível perceber uma grande diversidade sociocultural. No que diz respeito ao gênero, há maior predominância de mulheres nos cursos de Meio Ambiente e de homens em Informática, sendo que as mulheres encontram maior resistência para estudar no IFBA do que os homens, isso devido à resistência dos pais e responsáveis em deixar as meninas residirem na cidade. Com relação à diversidade sexual, a maioria se identifica enquanto hétero, todavia a turma de Meio Ambiente Matutino apresenta maior diversidade se tratando desse elemento identitário. Quanto à religião, mesmo as/os estudantes sendo cristã/os, muitos delas/es sofrem ou sofreram preconceito por conta de sua opção religiosa. A identificação étnico-racial gerou a demanda de que a escola realize processos que incentivem e orientem os/as estudantes no seu caminho de construção identitária. Já a partir dos dados sobre a renda, foi perceptível a diferença entre os turnos, pois mesmo as famílias dos estudantes da tarde recebendo mais, a renda per capta é maior nas turmas da manhã, principalmente, em

informática, pois o número de dependentes também varia dentro das famílias, de modo que se percebe a importância que a Assistência Estudantil tem para os estudantes. A origem geográfica demonstrou a importância de um conhecimento mais aproximado das vivências desses/dessas jovens pela instituição para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e de assistência estudantil para esse público. Dentro dessa ótica, é importante salientar a necessidade de encontrar uma solução para o transporte público escolar responsável pelo deslocamento dos/as estudantes das zonas rurais, visto que foi um aspecto identificado através do relato dos/as estudantes durante a pesquisa com uma das lacunas mais influentes para os resultados negativos no processo pedagógico e consequentemente o fortalecimento do não pertencimento do/da discente, configurando em um dos motivos para evasão escolar. Diante de todo este estudo, é possível concluir que o IFBA- Campus Seabra possui um papel preponderante no desenvolvimento local da Chapada Diamantina, principalmente pelo fato de que sua missão envolve incluir jovens de 24 municípios participantes da área geográfica que o Território abrange, no entanto, possui um desafio que é fazer com que essa população de estudantes das zonas rurais possam se interessar, permanecer e concluir os seus estudos na instituição, através de uma aprendizagem significativa que possa construí-las/os como cidadã/os que se estabeleçam na sociedade de forma crítica e ativa, tendo condições para que exerçam suas profissões no mundo do trabalho e prossigam os seus estudos no mundo acadêmico. Muitos caminhos ainda devem ser seguidos, a partir dos estudos é possível perceber que é preciso investigar mais sobre os registros oficiais existentes no IFBA Campus Seabra sobre as comunidades quilombolas do Território da Chapada Diamantina, às quais os estudantes pertencem. Tal situação é necessária pois durante a pesquisa foram identificadas algumas inconsistências entre as informações dos registros escolares e os registros da Fundação Palmares. Há importância na verificação desses dados, pois impacta nos recursos financeiros destinados a esses/essas estudantes. Há, ainda, a necessidade de se estudar as demandas psíquicas dos/as estudantes de zonas rurais, principalmente dos/das estudantes rurais quilombolas, pois estes/as são os que mais se sentem excluídos em sala de aula. Outra questão a ser estudada é o impacto do deslocamento desses/dessas estudantes no seu rendimento escolar, se o "entre-lugar" (SANTIAGO, 2000; BHABHA, 2001) influencia subjetivamente em suas questões emocionais. Além disso, é importante o prosseguimento dos estudos que possam acompanhar os/as participantes da pesquisa até a conclusão do curso. Sendo que é preciso conhecer as diversidades das zonas rurais para que elas possam ser trabalhadas pela escola, pois isso é um elemento exigido pelo alunado do campo, mas a instituição trabalha a zona rural como apenas uma, enquanto que cada comunidade possui suas próprias peculiaridades, e se distingue das demais, ou seja, não há uma zona rural, mas zonas rurais. Outro ponto é analisar o impacto que o processo de exclusão dos/as estudantes das zonas rurais gera no seu rendimento escolar, assim como demanda estudos, também, os impactos que a renda promove no desempenho acadêmico e nas relações

sociais dentro e fora da escola. E, por fim, é importante a realização de um estudo com os/as egressos/as das zonas rurais, para conhecer o impacto do IFBA em suas vidas profissionais e acadêmicas e como o processo de 'distanciamento' da comunidade impactou em suas identidades.

Palavras-chave: Identidade estudantil. Elementos Identitários. Autoafirmação. Função da escola.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** Brasília, MEC/CNE.RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.
BRASIL, **Perfil Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário,** 2015.
CANDAU, Vera Maria (orgs). **Currículos, disciplinas e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
CANEN, Ana. **Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural**. Revista Educação & Sociedade, ano XXII, nº 77, dezembro, 2001.
CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
MARTINAZZO, C., SCHMIDT, A.; BURGg, C. (2015). **IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL NO CURRÍCULO ESCOLAR**. *Revista Contexto & Educação*, *29*(92), 4-20.
MOREIRA, Antonio Flavio. CANDAU, Vera Maria. **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
SANTIAGO, Silviano. **Uma Literatura nos Trópicos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SILVA, R. S. SILVA, V.R. **Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios**. Caderno CRH, 24(63),663-678, 2011.
Silva, Tomaz Tadeu. (orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
SOMEKH, Bridget. LEWIN, Cathy (orgs). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
STOCKING JR., George W. ***Race, Culture and evolution. Essays in the history of anthropology.*** Chicago: University of Chicago, 1968.
RIOS, J. A. V. Pacheco. **Ser e não ser da roça, eis a questão! Identidades e discursos na escola.** Salvador: EDUFBA, 2011.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***116*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

PROJETO UNIVERSIDADE PARA TODOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PRAIA GRANDE, ILHA DE MARÉ – DO DESAFIO DE SUA IMPLANTAÇÃO AO RESULTADO DO PRIMEIRO ANO DA POLITICA DE COTAS QUILOMBOLAS DA UNEB

ANDERSON SOUZA VIANA
Doutorando em Difusão do Conhecimento – Universidade Federal da Bahia, Pesquisador do Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia, asviana@uneb.br
RENATO PAULO DAS NEVES
Graduando em Ciências Sociais, Universidade do Estado da Bahia, renatinhonp-@hotmail.com

Este trabalho é um relato da experiência da primeira turma do projeto de pré-vestibular gratuito, Universidade para Todos, em Ilha de Maré ambiente insular da cidade de Salvador, Bahia. O projeto é uma ação da política de ações afirmativas com vistas a reparação e inclusão social, do governo do Estado da Bahia, direcionada a estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede pública estadual, tendo como objetivo preparar os alunos para os processos seletivos de ingresso ao ensino superior. Destaque, também para o fato desse polo piloto ser implantado na Comunidade de Praia Grande que pertence ao território que reconhecido e certificado como Comunidades Remanescente de Quilombos (PALMARES, 2018). Falo em destaque considerando que, lamentavelmente, nas comunidades quilombolas em todo território brasileiro, o déficit de escolas é expressivo e, quando se faz presente, na maioria dos casos, sua estrutura e as condições de seu funcionamento são muito precárias (CAMPOS; GALLINARI, 2017). Ilha de Maré é um exemplo disso, apesar de ser território da capital do estado que é possuidora do maior PIB da Bahia, conta com apenas, 7 escolas municipais, localizadas nas comunidades de Botelho, Santana, Praia Grande, Porto dos Cavalos e Bananeiras para a totalidade do público das 11 comunidades (BRASIL, 2019). Quase todas as escolas atendem apenas à Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos - EJA. A oferta do ensino fundamental II (5º ao 9º) é realizada somente na Escola Municipal de Ilha de Maré, situada em Praia Grande. Para cursar o ensino médio, os alunos têm que se deslocar de barco para o Bairro de Paripe, localizado na parte continental de Salvador ou se deslocar, também de barco até a cidade vizinha, Candeias. O relato pretende

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **117** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

descrever como foi desenhado o percurso do processo, desde o seu início em 2016, a apresentação da demanda pelas lideranças e o diálogo com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB; o diagnóstico do local e sua estrutura para funcionamento do curso e, o contato com a comunidade e as parcerias com órgãos públicos estaduais e municipais; a seleção dos professores e dos alunos; o enfrentamento dos desafios do percurso: as condições de funcionamento do curso, a baixa auto-estima e a evasão dos cursistas; os resultados gerados de 2016 até 2018, ano de implantação do sistema de reserva de sobrevaga quilombola nos processos seletivos de ingresso nos cursos ofertados pela UNEB. Não poderia ficar fora desse relato a movimentação recentemente gerada em Ilha de Maré – o êxtase do resultado meio que inacreditável da turma de jovens quilombolas que mal saíram da adolescência, o choro, os memes nas redes sociais, o medo e, a alegria que atravessou o mar e na Ilha fez sua festa. Eventos produzidos pela aprovação de 18 jovens quilombolas no vestibular 2019 da UNEB, em diferentes cursos de graduação, incluindo os cursos mais disputados como, por exemplo, o jovem de 19 anos, auxiliar de serviços gerais da escola, onde funciona o projeto, que foi aprovado em 1º lugar para cursar direito na UNEB em Salvador e a jovem manicure aprovada, no ano de 2016, em 2º lugar para o curso de enfermagem quando ainda não havia cotas quilombolas. O caso de Iris, aluna da comunidade de Santana aprovada em 1º lugar para cursar psicologia, mas que ficou impedida de ocupar a vaga porque sua comunidade não possui o certificado emitido pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo, fato que não era não do conhecimento dela assim como também era desconhecido para muito moradores. Peço licença para, mesmo sem querer questionar a sua importância, quebrar o protocolo da impessoalidade exigida na descrição de nossas pesquisas, para trazer mais um elemento que vincula ainda mais a discussão dessa experiência à proposta da VI Jornada de Agroecologia da Bahia, evento que é organicamente construído tendo como protagonistas os povos do campo (VIANA & CARVALHO, 2017). Considerando que os sujeitos forjam sua própria história, ninguém melhor do que o próprio sujeito para falar sobre sua experiência, um dos autores e apresentadores dessa experiência em Ilha de maré, também é um dos líderes da comunidade que articulou a implantação do projeto em sua comunidade. Em 2016, com 29 anos, ocupava o cargo voluntário de diretor-tesoureiro no Instituto de Pesca Artesanal – IPA além de sempre estar muito envolvido com as demandas do funcionamento do curso, também de modo voluntário. Felizmente conseguiu conciliar o atendimento das demandas com a participação como cursistas nas aulas, sendo aprovado no vestibular para cursar na UNEB a licenciatura em Ciências Sociais. Hoje, está cursando o 5º semestre e continua envolvido com o desenvolvimento do projeto no polo, também compõe a coordenação da Casa do Estudante Quilombola de Ilha de Maré que é mais uma das conquistas que o projeto proporcionou, através da Secretaria da Reparação da prefeitura de Salvador, uma casa para os estudantes quilombolas de Ilha de Maré que estejam matriculados em cursos de graduação em universidades públicas.

Palavras-chaves: Ações afirmativas. Educação Quilombola. Pré-vestibular.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Governo do Estado da Bahia. UPT - **Universidade Para Todos.** 2018. Disponível em: <www.sec.ba.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2019.

CAMPOS, Margarida Cássia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Revista Nera, Presidente Prudente, v. 35, n. 20, p.199-217, abr. 2017. Quadrimestral. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/302>. Acesso em: 10 set. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). **Cadastro Geral de Informações Quilombolas.** 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=52905>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. (Org.). **IBGE - informações Salvador.** 2019. Https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=52905>. Acesso em: 05 set. 2019.

VIANA, Anderson Souza; CARALHO, Luzeni Ferraz de Oliveira. **O protagonismo dos povos do campo: as jornadas de agroecologia da Bahia como espaço de articulação e resistência – uma análise da quinta edição**. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 5, n. 7, p.1-18, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/3983/2524>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **119** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ENSINO DA GEOGRAFIA E A LEI Nº 11.645/08: A QUESTÃO INDÍGENA

ADRIANA PAIXÃO PEQUENO
Graduanda de licenciatura em geografia – IFBA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). paixaoa309@gmail.com.
NAIRA SANTANA PITA
Graduanda de licenciatura em Geografia – IFBA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). nairapita@gmail.com.

Em março de 2008 foi sancionada a Lei n° 11. 645 que se tornou obrigatório inserção do conteúdo de história e culturas das populações indígenas (e também das afro-brasileiras e africanas) para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, de escolas públicas e particulares de todo país. Assunto esse de grande importância para que todos os brasileiros (indígenas e não indígenas), possam entender o papel dos povos originários na nossa história, e consequentemente do nosso atual momento, levando em consideração que esses povos também foram personalidades importantes para a formação da nossa sociedade. Apesar de a lei ser voltada para o ensino da História, é importante que outras disciplinas contribuam para o conhecimento da cultura indígena, a exemplo da Geografia que também tem um papel fundamental de mostrar a luta dos indígenas pelo seu território, desde a chegada dos portugueses até os dias atuais. Sendo assim o autor Milton Santos vem abordar a importância do conceito do territorial na perspectiva geral. O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem…A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2002, pg. 97). Dessa forma é de grande relevância trabalhar este assunto no ensino da Geografia, de modo que os alunos possam perceber como os povos indígenas estão ligados a nossa realidade e na tentativa de reverter gradativamente, o cenário de falta de conhecimento e respeito desses povos e relacionar com os conceitos

geográfico. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo relatar o desenvolvimento de atividades ligadas a cultura indígena na disciplina de Geografia durante o período de observação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), realizado em turmas de segundo ano do Instituto Federal da Bahia Campus Salvador, como forma de contribuir e incentivar no processo formativo de futuros docentes da Geografia, pois apesar de ser um assunto que sempre houve e de ser da nossa realidade ainda há dificuldades de ser colocado em prática na sala de aula. O PIBID nas escolas ajuda a proporcionar um melhor desempenho e interesse por parte dos alunos, além de orientar os "pibidianos" numa maneira de abordar tal temática. A atividade envolvendo a cultura indígena ocorreu durante a abordagem do assunto Categoria de análise do espaço geográfico e Tipos de representações do espaço, onde os alunos foram orientados pela professora a fazer um estudo territorial dos povos e territórios indígenas do estado da Bahia, a partir da análise cartográfica fornecida pelo Projeto Geografar, os alunos foram divididos em duplas e cada dupla ficou responsável por pesquisar a história e tradição de uma tribo, além das condições territoriais de posse de terra que as tribos se encontram. Tendo essas informações como base, os alunos, então, elaboraram uma Cartografia social da tribo pesquisada, abordando aspectos históricos, atuais e o que na perspectiva dos alunos deveria ser feito para melhorar as condições sociais desses povos. Os alunos apresentaram a pesquisa e a cartografia, para que as duplas pudessem ter acesso as informações das outras tribos. Essa atividade serviu para explicar aos alunos a importância de se conhecer e valorizar a cultura de cada povo, e principalmente para uma análise sobre a história dos povos indígenas do estado da Bahia e a relação interétnica entre índios e não índios que muitas vezes são cercados por conflitos históricos. Com isso as atividades analisadas que aconteceram com os alunos de segundo ano do ensino médio, obteve resultado considerado satisfatório, tendo em vista que as escolas trazem pouco, ou quase nada sobre a cultura indígena para as salas de aulas e quando trazem, mostram aos alunos os indígenas do passado, fazendo-os pensar que o índio verdadeiro, é aquele que vive somente no âmbito das aldeias, proporcionou aos alunos uma realidade diferente da que eles tinham conhecimento, dessa forma as atividades desenvolvidas foi um forte instrumento de modificação e reflexão sobre a cultura indígena. Além disso contribuiu para a aprendizagem de conceitos geográficos, como Território e Lugar. Dessa forma fica claro que precisa desmitificar o ensino da história e cultura Indígena de forma estereotipada, é necessário que esse conteúdo seja trabalhado na formação dos docentes, como forma, inclusive, de qualificar esses professores a trabalhar esse tema dentro contexto de suas disciplinas, diante dessa circunstância o Estado tem um papel fundamental na intervenção de desenvolver mecanismo para expandir o conhecimento cultural dos povos Indígenas, contudo os estudantes sairão das escolas sabendo o quanto esse povo foi importante para o desenvolvimento da cultura brasileira.

Palavras-chave: Cultura indígena. Ensino. Geografia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

Fundação Nacional do Índio. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 18 de dez de 2018.

GEOGRAFAR. **Povos e Territórios indígenas**. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_ba_2012_povoseterritoriasindigenas_0.pdf Acesso em: 20 de Setembro de 2019.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***122*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

I MEIOLÓGICO - CIRCUITOS CURTOS DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: HORTA RECICLÁVEL

FRANCISCO SOUZA SANTOS
Funcionário do Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca
JEFFERSON VINICIUS BOMFIM VIEIRA
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, bomfim81@hotmail.com
THIAGO REIS MIRANDA
Graduando em Agroecologia do Instituto Federal Baiano – *Campus* Uruçuca. wing98@hotmail.com
STALLEN SOUZA SANTOS
Graduando em Agroecologia Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, stallen.sta1@hotmail.com
CINIRA DE ARAUJO FARIAS FERNANDES
Orientadora Instituto do Federal Baiano – *Campus* Uruçuca, cinirafarias@gmail.com.

As hortas são feitas em locais para se ter cultivos, de ervas medicinais, como o quitoco (*Pluchea Sagittalis*), boldo (*Peumus boldus*), transagem ou tanchagem (*Plantago major*), folha da costa (*Kalanchoe brasiliensis*), entre outras. Temperos como coentro (*Coriandrum sativum*), salsa (*Petroselinum crispum*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), manjericão (*Ocimum basilicum*), sendo possível também os cultivos de folhosas, legumes, e tubérculos como, a rúcula (*Eruca vesicaria ssp. Sativa*), as abóboras (*Curcubita*), o repolho (*Brassica oleracea var. Capitata*), e a beterraba (*Beta*). O local mais indicado para de instalar uma horta, são locais com boa iluminação solar, podendo ser suspensas, hidropônicas, em terreno plano ou em relevo, a depender se o manejo será em curva de nível ou semelhante. O tempo de cultivo em hortas geralmente são curtos, sendo possível produção de diversos alimentos e ervas a partir de dois ou três meses de cultivo. As hortas, além de sua finalidade em produção de alimentos, também se é possível transmitir e multiplicar ensinamentos sobre saúde e bem-estar, trazem consigo um viés de educação ambiental. Através do momento prático, se é possível transmitir conhecimentos do contexto de mais sustentabilidade. Os aprendizados sobre: plantios, alimentos saudáveis, meio ambiente, ecologia, reciclagem, impactos ambientais e questões sociais, são debatidos de forma dinâmica com os participantes, no momento do manejo de suas hortas mistas. Segundo Sousa, Garcia e Fernandes (2017), "através de práticas de hortas agroecológicas, se pode gerar mudanças de valores e atitudes". Trazendo as questões

ambientais do cotidiano, para a formação do pensamento, e o despertar da percepção de sua realidade e de onde vive com seus familiares. O uso de práticas agroecológica traz os conceitos transdisciplinares que são anexados as hortas, como os descritos por Fernandes (2009) in Sousa, Garcia e Fernandes (2017), "identificando-se três tipos de hortas, (a horta pedagógica; horta de produção e horta mista.)" A horta pedagógica como objeto transformador tem um papel, a realização de um cronograma educativo, estruturado ou semiestruturado, incorporando dinâmicas de grupos e integrando conhecimentos, pouco diferente da horta de produção, que tem o viés de produzir alimentos, para melhorar a alimentação e nutrição nas comunidades internas e externa do ambiente escolar, porém, a horta mista integra em partes os conceitos pedagógicos e de produção, pois possibilitam o plano pedagógico, como também, viabiliza a produção e oferta de alimentos.

> Hoje em dia nos deparamos com o problema da falta de água, dos preços caros por alimentos saudáveis, da poluição excessiva, da má utilização dos recursos e da utilização de produtos químicos em alimentos. Uma das formas de minimizar esses problemas é com utilização e reutilização do que já temos, de forma consciente. (VIEIRA E SABIONI, 2016 p. 1)

A horta reciclável, é basicamente a reutilização de materiais que comumente são descartados, até mesmo no ambiente familiar, como as garrafas, potes de sorvetes, pneus, etc., sendo proibido a utilização de vasos ou embalagem de produtos químicos de agrotóxicos em geral. Tendo em vista que se é possível cultivas de forma eficiente em pequenos espaços, reciclando e diminuindo os impactos negativos ao meio ambiente, otimizando os espaços com tecnologia de baixo custo como as hortas suspensas, feitas de garrafas pet, ou as hortas em núcleos utilizando os pneus. Os restos das biomassas vegetais podem ser reutilizados para a produção de compostos orgânicos, para a adubação e/ou fertirrigação. As hortas como objeto de estudo, em geral são lugares de muita produção de alimentos, remédios e saberes, ligando a produção de saberes de uma horta com a reciclagem, se faz necessário desenvolver hábitos que geram saúde e bem-estar, incorporando praticas mais sustenteis, para diminuir os impactos negativos gerados ao meio ambiente natural e social. Contudo foi desenvolvido com estudantes do ensino fundamental praticas sobre a educação ambiental, no instituto federal baiano *Campus* Uruçuca, através da construção de hortas com materiais recicláveis, com objetivo na formação de multiplicadores dos conceitos apresentados.

No dia 05 de junho de 2019 ouve o I MeioLógico, neste evento os participantes vivenciaram com estudantes do Curso Superior de Agroecologia e do Curso Técnico em Agropecuária, circuitos curtos como: manejo de horta, produção de tintas com solos, experiências sensoriais da floresta no túnel dos sentidos e miniteatro, com presença de 300 participantes com faixa etária entre 08 a 18 anos, das escolas públicas do

município de Uruçuca visando os pontos relacionados as questões ambientais. Na qual elaborou-se hortas com materiais descartáveis encontrados no entorno do IF Baiano *Campus* Uruçuca, assim, a metodologia deste consistiu em reciclar matérias, que são facilmente encontrados nas residências familiares para desenvolver atividade de horta com perspectiva na educação ambiental. Foram usados os espaços da horta e sala de apoio da horta e matérias reutilizáveis como garrafas pets e pneus. Durante o circuito curto na horta os participantes tiveram ensinamentos de como se preparar compostos orgânicos, com restos de materiais vegetais não cozidos, conforme a imagem 01.

Imagem 01: Área de compostagem.



Fonte: Arquivo pessoal.

Posteriormente os participantes foram a horta, aprenderem e participarem da construção de uma horta orgânica, de como se pode plantar e qual a melhor forma, além de colaborar para algumas das primeiras experiências com o plantio de hortaliças (imagem 02).

Imagem 02: Plantio de hortaliças no percurso da horta.



Fonte: Arquivo pessoal

Neste local ouve troca de experiências dos participantes com os ministrantes, pois alguns já tinham conhecimentos sobre as hortas, através da vivência com familiares e amigos (imagem 03).

Imagem 03: Troça de experiências com os participantes.



Fonte: Arquivo pessoal.

Após a passagem pela horta, foi desenvolvido práticas na sala de apoio da horta, de como reutilizar materiais descartáveis como garrafas plásticas e potes sorvete, para produzir pequenas hortas (imagem 04).

Imagem 04: Pratica de horta suspensa com garrafas pets e potes de sorvete.



Fonte: Arquivo pessoal

Após todas as atividades no circuito curto da horta, foi feito uma dinâmica e distribuído plantas e sementes para formar multiplicadores destes ensinamentos.

Imagem 05: Final do circuito curto na horta reciclável.



Fonte: Arquivo pessoal

Palavras-Chave: Horticultura. Agroecologia. Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

SOUSA, R. R.; GARCIA, S. L. S.; FERNANDES, L. P. **Contribuição da Educação Ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao Ensino, à Saúde e ao Ambiente**. Ciência Agrícola, Rio Largo, v. 15, número suplementar, p. 1-5, 2017. Disponível em: http://www.seer.ufal.br/index.php/revistacienciaagricola/article/download/3604/2979 Acesso em: 25/05/2019

VIEIRA, J. V. B.; SABIONI, S. C.; **Repúblicas Agroecológicas Como Incentivo para casas mais sustentáveis**. III Simpósio de Agroecologia da Bahia (SAB). Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Seabra – Chapada. 2016.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***127*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRARIA: ALGUMAS REFLEXÕES

MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAÚJO BOGO
Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB/Campus X. E-mail: mnaraujo@uneb.br
LUZENI FERRAZ DE OLIVEIRA CARVALHO
Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB/Campus X
Email: luzenicarvalho@yahoo.com.br

O problema de concentração da estrutura fundiária da terra no Brasil é histórico, desde os tempos da colonização até a atualidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *IBGE), nos Censos de 1985, 1995 e 2006, enquanto as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam apenas 2,7% da área total de estabelecimentos rurais, as grandes fazendas, com mais de um mil hectares concentram 43% da área total. Tais dados demonstram que a estrutura da terra no Brasil continua concentrada, sendo uma das mais desiguais do mundo, dominada pela classe dominante agrária, que ao longo da história do Brasil tem se aliado a vários grupos dominantes hegemônicos, para impedir qualquer política de democratização fundiária. Somando-se a isso, o campo brasileiro tem sido, historicamente, afetado por práticas políticas e econômicas (destaque para a produção) que se caracterizam como danosas às populações camponesas, tradicionais e originárias a exemplo do que ocorre com as comunidades tradicionais. Por outro lado, os trabalhadores e populações do campo têm enfrentado bravamente este modelo, realizando ações de resistência e luta, através da organização das comunidades representadas por movimentos e organizações sociais que buscam a democratização da terra e uma matriz tecnológica que respeite o meio ambiente e garanta a soberania alimentar. Neste contexto, a luta por terra, defesa dos territórios e reforma agrária popular assume papel fundamental na sociedade brasileira, revelando a necessidade da democratização da terra e de políticas públicas que atendam às necessidades das famílias que vivem no e do campo. No 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizado em 2013, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), foi deliberado que as universidades que tinham núcleos de apoio ao MST, centros de pesquisa, grupos de trabalho da reforma agrária, ou outros instrumentos em defesa dos movimentos sociais do campo, da reforma agrária e do

socialismo fariam ações simultâneas durante as jornadas de luta de abril, com o máximo de articulação possível entre elas. Nasce aí uma atividade denominada nas universidades como Jornada universitária em Defesa da Reforma agrária (JURA). No ano de 2014, mais de 40 Universidades e Institutos Federais fizeram suas Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária. Nos anos seguintes mais Instituições de Educação Superior (IES) se incorporaram e, em 2018, mais de 60 IES realizaram a JURA em seus espaços. Nesta perspectiva objetiva-se com este trabalho realizar breves reflexões sobre as contribuições das jornadas universitárias em defesa da reforma realizadas na particularidade da universidade do estado da Bahia para a formação da comunidade acadêmica. A Universidade, como espaço privilegiado de produção e socialização de conhecimento, tem um papel importante no sentido de refletir, debater e contribuir para construção de alternativas para as problemáticas sociais. Neste sentido, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus X), em parceria com movimentos sociais do campo tem realizado, desde 2015, em alguns departamentos a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. As jornadas tem sido realizadas em todo o Brasil, geralmente nos meses de abril e maio, sob variados formatos com a realização de diversos tipos de atividades no espaço acadêmico a exemplo de: Seminários e ciclos de debates , dias de vivência (visitas pontuais a assentamentos, acampamentos, comunidades tradicionais, aldeias, reservas extrativistas etc), Feira da Reforma Agrária, Atividades culturais, mostra de artes plásticas, artesanato, apresentações teatrais e musicais, exposição, venda e lançamentos de livros e outros. Na UNEB, a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária tem sido assumida pelo Grupo de pesquisa Trabalho, Educação do Campo e Contra-Hegemonia e do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT) da UNEB. O primeiro reúne professores, pesquisadores e alunos de diversos departamentos da universidade e o segundo, composto por professores (pesquisadores e extensionistas) e movimentos sociais e sindicais do campo. As atividades tem sido regularmente realizadas nos meses de abril e maio (e outros conforme as condições objetivas) com palestras, mesas redondas, visita de crianças assentadas nos departamentos, atividades culturais, literárias, sessão de filmes e feira de Agroecologia. Desde 2016, a Jornada foi realizada em alguns departamentos como: DEDC IX- Campus de Guanambi, DEDC X - Campus de Teixeira de Freitas, DCH- Campus de Irecê, DEDC-IX Campus de Serrinha e Campus XIV de Conceição do Coité e o Campus I, em Salvador. Esta atividade tem possibilitado a articulação dos *campi* da UNEB com organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, bem como outras instituições educativas de nível superior e também a educação básica. Ao mesmo tempo constituído num espaço que tem oportunizado a comunidade acadêmica reflexões e debates sobre a questão do acesso à terra no Brasil, o modelo de desenvolvimento e suas consequências para os que vivem do trabalho, além disso, tem possibilitado debates sobre a agroecologia e a soberania alimentar como saídas construídas pelos trabalhadores para se contrapor ao modelo das elites

predatórias. No tocante ao debate sobre a agroecologia foi implantada nos departamentos do DEDC-X e Campus I a Feira de agricultura Familiar Agroecológica e Economia Solidária que se realiza uma vez ao mês no próprio departamento e no Campus I todas as quintas- feiras. A análise dos relatórios das jornadas indica que, as atividades da Jornada têm contribuído para (re) lembrar os lutadores do povo na luta pela Terra e por outras causas rechaçando a criminalização dos movimentos sociais e da luta; debater a Educação como direito dos trabalhadores e não como mercadoria, demarcando sua defesa como direito público, gratuito e de qualidade; provocar nos estudantes e pesquisadores, professores a pensar o que é a produção orgânica e sua importância; denunciar o uso abusivo de agrotóxicos no Brasil. Os relatórios apontam ainda que as Jornadas tem propiciado fortalecer a construção coletiva, ou seja, para realização do evento há uma inserção de professores dos departamentos da UNEB e movimentos estudantis, bem como movimentos sociais e sindicais, demonstrando a necessidade de se construir uma unidade de classe em torno da temática e de lutas estratégicas do atual momento. Outra contribuição é o engajamento de vários docentes da instituição destinando parte de suas aulas para que os estudantes vivenciem as ações promovidas pela Jornada, ou seja, possibilitando que se articula com as ações de ensino dos departamentos; outra contribuição foi a articulação das atividades da Jornada com outros Projetos de extensão do Campus X: Projeto Raio X, Projeto Pré-Vestibular Alargando o Funil, Projeto Conversê Cine Clube, Feira de agricultura Familiar Agroecológica e Economia Solidária e outros. Assim, seguimos, rumo a V Jornada a ser realizada em acreditando que um dos pilares que faz a identidade é a resistência. Ninguém deve cumprir pena ou pedir clemência, quando está apegado à sua razão. Há os que atacam uma nação, mas há aqueles que não se deixam dominar; ninguém é obrigado a aceitar, o desmando, a prepotência e a exploração (BOGO, 2008).

Palavras-chave: Reforma Agrária. Agroecologia. Universidade.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***130*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MUNICÍPIO DE ANDORINHA/BA[8]

CRISTINA BORGES DA SILVA

Licenciada em Pedagogia Pela Universidade Estadual da Bahia Uneb Campus VII, email tinaborges.2011@hotmail.com

Este artigo visa contribuir com debate sobre os desafios e perspectivas do PNAE, especificamente. As reflexões que seguem têm como referência empírica as experiências que destacam a importância da agricultura familiar na alimentação escolar dono município de Andorinha, no estado da Bahia. Esta pesquisa teve como foco uma metodologia do tipo exploratória de cunho qualitativo, valendo-se de um roteiro de entrevista composto por questões norteadoras aplicadas junto aos atores envolvidos na execução do PNAE (Secretarias de Agricultura e de Educação, Nutricionistas, Agricultores). Por meio das entrevistas foi possível constatar respostas que evidenciam os diferentes níveis de envolvimento de cada ator com o PNAE, o alheamento de muitos gestores sobre os processos básicos de implantação do programa, o desconhecimento destes sobre a realidade da agricultura familiar em sua localidade, fazendo com que o Programa assuma configurações variadas ainda que em um mesmo local. Verificamos assim, que para promover a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, é preciso observar os princípios e as diretrizes estabelecidas pelo PNAE no enfrentamento dos obstáculos postos e como expressão das estratégias de sobrevivência da agricultura familiar. É interessante registrar ainda que o contato com os resultados dessa pesquisa poderá suscitar reflexão sobre a execução do programa e abrir novas janelas para estudos futuro.

Palavras-Chave: PNAE. Processos de Inclusão produtiva. Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ABREU; K.D.R. *A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: Implicações práticas e teóricas.* Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – SP, 2014.

BACCARIN, J.G. *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para a implantação do artigo 14 da lei 11.947/ 2009 no estado de São Paulo. In: *Unesp*, Jaboticabal- SP, 2011.

8 Monografia apresentada como exigência final do grau de licenciada em Pedagogia à comissão julgadora da Universidade do Estado da Bahia – Campus Senhor do Bonfim/BA, sob orientação da Profª. Me. Ivânia Freitas. E Co orientação do Prof Me. Cleiton Lin

BANDEIRA, L.M. *Formação a distância para conselheiros de alimentação escolar: elaboração, aplicação e avaliação.* Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional deAbastecimento – Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em:<http://www.conab.gov.br/Conabweb/moc.php>. Acesso em: Março de 2009.

_____. Ministério da Educação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 2015.* Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em 10 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do PNAE.* Brasília – DF, 2008. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola/formacao-pela-escola-legislacao>. Acesso em 10 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – Conselho de Alimentação escolar (CAE).* Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>. Acesso em 5 nov. 2016.

_____ - IBGE. **Censo Agropecuário 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 28 nov. 2016.

_____ - **Lei 11.947/2009**. Brasília: **2009.** Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ ccivil_03/_ato2007-2010/.../lei/l11947.htm>. Acesso em 17 nov. 2016.

EXTRATOS DOS CONTRATOS INEXIGIBILIDADE Nº 006/2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016. Disponível em: http://io.org.br/ba/andorinha/diarioOficial/download/29/1058/0. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.

GIDDENS, A.*Dualidade da estrutura*: Agência e estrutura. [S.I]: Celta Editora,2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. (questões da nossa época. v. 84).

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. *Pobreza,segurança alimentar e saúde no Brasil.* Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2007.

MACHADO, F.O. *Controle Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: Desafios da democratização.* Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP, 2011.

RESULTADO DE JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 004/2015 CHAMADA PÚBLICA nº 001/2015. Disponível em: http://www.andorinha.ba.io.org.br/diarioOficial/download/29/643/0, acesso em 19 de fevereiro de 2017.

SINGER, Paul. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. Proposta. Rio de Janeiro: Fase Solidariedade e Educação, n. 97 Jun./Ago. de 2003.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programade alimentação escolar no estado de Mato Grosso:da centralização à descentralização (1979 - 1995).*Revista de Nutrição*, Campinas – SP, v. 15, n. 1,p.105-117, jan.-abr. 2002.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: Bahia, 2002.

ROCHA, José Cláudio. **A participação popular na gestão pública no Brasil. Revista Jus Navigandi**: Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19205>. Acesso em: 10 fev 2017.

ROZENDO, C. R; MOLINA, W.S.L. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Norte e os desafios da construção de mercados para agricultura familiar**. Anais ALASRU, 2010.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***132*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ILHÉUS PARA A AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO DOS CAMPESINOS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL

MARCELLA GOMEZ PEREIRA
Discente de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade/UESB/Vitória da Conquista, BA. pereira.gomez@hotmail.com
EMERSON ANTONIO ROCHA
Departamento de Ciências Biológicas/UESC – Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, Km 16 - Salobrinho, 45662-900, Ilhéus - BA.

Reconhecido como exportador de trabalho, o nordeste brasileiro tem apresentado transformações sociais e culturais que vêm contribuindo para a fixação do homem no campo, mediante incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades de produção orgânica e familiar (GOMEZ et al., 2016). Considerando as necessidades socioeconômicas dessa fixação, as feiras livres são espaços que geralmente promovem a articulação entre produtores e consumidores comprometidos com a transformação de hábitos alimentares, novos estilos de consumo e a conservação ambiental. Com esse objetivo foi organizada durante o Simpósio de Biologia de 2009 na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-BA, a primeira feira de produtos agroecológicos em uma instituição de Ensino Superior (IES), cujo objetivo foi o de apresentar a comunidade local, acadêmica e participantes do evento, a diversidade de produtos originários do trabalho da agricultura familiar de vários municípios do território Litoral Sul. Nesse espaço reuniram-se agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária, de movimentos sociais e de comunidade indígena, os quais apresentaram seus produtos e explicaram a importância da produção agroecológica para o desenvolvimento sustentável local. Essa feira agroecológica se tornou uma referência de empoderamento social, econômico e cultural, mas também um lugar de memória, pois a organização desse espaço permitiu que produtores e consumidores recriassem o espaço de trocas, manifestações culturais e relações sociais. Atualmente existem seis feiras da agricultura familiar na cidade de Ilhéus sob o acompanhamento e apoio da UESC. Para o referido levantamento, foram utilizados dados coletados através de questionário no final do segundo semestre do ano de 2015 e contou com uma observação

indireta entre os anos de 2016, 2017 e as feiras da agricultura familiar da UESC, do Assentamento Frei Vantuy, da Avenida 2 de Julho, no centro comercial da Urbis e dos Condomínios Morada do Bosque e Esperança. Nesse período foram cadastrados 34 indivíduos, em sua maioria ligada à produção agrícola familiar. No entanto, foram aplicados 28 questionários, onde seis entrevistados se recusaram a participar da pesquisa, que objetivava averiguar os produtos que estavam sendo comercializados, estimando o valor comercializado por cada agricultor durante a feira, bem como se a organização desses espaços serviu como canal de comercialização para os produtos e subprodutos da socioagrobiodiversidade local. Também foi realizada uma pesquisa/análise documental, reunindo a bibliografia disponível sobre a importância das feiras livres, apresentando informações acerca das memórias ligadas a esse espaço de comércio, socialização e manifestações culturais. Segundo André (1982), a análise de dados pela Análise Documental (AD) pode ser iniciada pela anotação nas margens dos documentos de observações sugeridos pelos dados, classificando-os e organizando-os buscando padrões e temas mais frequentes por indução, possibilitando a construção de tipologias e categorias. A coleta dos dados ocorreu observações participantes durante os anos de 2015-2018 e aplicação de questionário no ano de 2015, pois esse período foi marcado pelo acompanhamento da UESC na realização das feiras, assim como por atividades de desenvolvimento para capacitação individual dos agricultores por meio da realização de cursos organizados mediante convenio entre a UESC e o Instituto Cabruca, uma ONG local que contou com apoio financeiro por edital da SETRE-BA. Constatou-se que os principais produtos comercializados eram de origem agrícola-familiar. Hortaliças folhosas (alface, couve, espinafre e rúcula), rizomas/raízes (mandioca), fruta (limão), temperos (coentro, cebolinha, salsa e manjericão), queijos e biscoitos. Chocolate e outros derivados do cacau (geleias, cocadas e mel de cacau) foram os subprodutos com maior vendagem, junto com o artesanato local, representado principalmente pela produção de peças para uso cotidiano, tais como panos de prato, enfeites para decoração, artefatos para uso pessoal entre outros. De acordo com Lambaré, Vignale e Pochettino (2015) as feiras constituem uma instancia de estrutura social vinculada às práticas que se desenvolvem ao longo do ano, e que só são possíveis a partir da disponibilidade de produtos que caracterizam as distintas comunidades que participam dessa atividade semanal. O conhecimento associado a esta atividade promove uma alternativa alimentícia que se mantém vigente ao acionar o cotidiano que encoraja a conservação e perpetuação dos saberes tradicionais associados a esses espaços (LAMBARÉ, 2014). Como espaço de dinâmica socioeconômica, as feiras movimentam uma parte importante da economia local. Dessa forma, as feiras da agricultura familiar pesquisadas neste trabalho funcionam cada uma num dia específico da semana, geralmente no período da manhã (das 7:00 às 12:00h), podendo tanto o dia quanto o período sofrer influencias da dinâmica de cada local e feirantes, verificou-se o valor agregado ao dia, ao espaço de trabalho e dos produtos comercializados (Tabela 1).

Tabela 1: renda dos comerciantes das feiras da agricultura familiar de Ilhéus por produtos comercializados.

Renda obtida por feira (R$)	Produtos Comercializados	% de comerciantes
30-80	Mel/Coentro e Alface	13%
80-130	Crepe/Queijo/Cocadas/Chocolate70%/Coentro e Limão	27%
130-180	Alface e Limão	8%
180-230	Cocadas de Cacau	7%
230-280	Coco, jaca, Aipim, Inhami, Banana e Cana/Artesanato	16%
280-330	Queijo de búfala	4%
330-380	Hortaliças em geral	10%
Acima de 430	Frutas, coco, farinha e banana	7%
variável	Hortaliças, queijo e biscoitos	9%

As feiras agroecológicas do município de Ilhéus contam atualmente com 34 agricultores e agricultoras, uma iniciativa que proporcionou a organização de um canal de comercialização neste município para os produtos atrelados a cadeia de produção agrícola familiar, beneficiamento de cacau e sua transformação em derivados e a confecção de artesanato. A comercialização destes produtos contribuiu para o incremento da renda familiar, agregando valor ao trabalho, melhorando a autoestima dos indivíduos e projetando as potencialidades e possibilidades de estabelecer na região do Litoral Sul da Bahia um modelo de economia participativa, que começou na UESC, sendo depois replicado em outros espaços (feira da Avenida 2 de julho; do Condomínio Morada do Bosque e da Esperança, Centro comercial da Urbis e Assentamento Frei Vantuy), bem como em outros contextos: socioeconômico e cultural. Nestes espaços são trocadas experiências afetivas, segredos de manejo de pragas e doenças de plantas, métodos de clonagem e plantio, assim como foram construídas novas memórias, tendo em vista o tempo e o espaço no qual ela se encontra. Sendo assim, fica evidente que essas comunidades rurais constituem importantes lócus de saberes consolidados numa prática socioambiental sustentável. Neste sentido, considerando a enorme riqueza étnico-cultural e biológica existente no Brasil e, neste caso, na região Sul do Estado da Bahia, espera-se que os gestores nas suas diferentes esferas incentivem e promovam a sustentabilidade nas suas seis dimensões: política, ecológica, econômica, cultural, social e ética.

Palavras-chave: Agricultura sustentável. Economia Solidária. Mata Atlântica. Campesinato. Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Análise Documental. Tecnologia Educacional, n. 46, p. 40-45, 1982.

GOMEZ, M.; LUCENA, E. A. R. M. de; MANDARINO, A. C. de S. e GOMBERG, E. Emponderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil. Forum Sociológico, Série II, n.29, p.65-73, 2016

LAMBARÉ D. Manejo de variedades locales de *Prunus persica* (Rosaceae) en la Quebrada de Humahuaca, Argentina y su Relación con los Sistemas Agrícolas Tradicionales. Zonas Aridas, v.15, n.1, p.128-147, 2014.

LAMBARÉ, D.; VIGNALE N.; POCHETTINO, M. Las ferias y festivales regionales como instancia de reafirmación del patrimonio biocultural en la quebrada de humahuaca (Jujuy, Argentina): el intercambio de duraznos (*Prunus persica*). Gaia Scientia, Edição Especial Etnobiologia na Argentina, v.9, n.3, p.7-16, 2015.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **136** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

ANÁLISE SOBRE O PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL AGROCHOCOLATE IPIAÚ/BA

AMANDA CRUZ DOS SANTOS
Graduando do Curso Superior em Gestão de Turismo do IF Baiano- *campus* Uruçuca, cruz12amanda@gmail.com
TIAGO FRANÇA DE JESUS
Graduando do Curso Superior em Gestão de Turismo do IF Baiano- *campus* Uruçuca, tiago.thi.019@gmail.com
DIOGO ANTONIO QUEIROZ GOMES
Professor do Curso Superior em Gestão de Turismo- IF Baiano- *campus* Uruçuca, diogo.gomes@ifbaiano.edu.br

O município de Ipiaú-BA possui uma área de unidade territorial de 267,3 km2, com distância de 360,5 km via BR-101e BR- 324, e 424,9 km via BR- 116 da Capital de Salvador, com a população de 47.704 habitantes de acordo com os dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por volta do ano de 1913, Raimundo dos Santos veio se localizar na região que hoje constitui a Vila de Ibirataia, habitada por duas mulheres e um foragido de Castro Alves. Nas cercanias havia ainda duas ou três fazendas de plantações de cacau.

Raimundo dos Santos, como praticava a lavoura cacaueira, vendia sua produção aos que transitavam pelo local. Prevendo o desenvolvimento da região, em 1916, foi a Camamu, onde conseguiu a criação de um distrito de Paz no povoado, não com a denominação que pretendia (Rio Novo), mas com a de Alfredo Martins. Por conta da cultura cacaueira atraiu habitantes de Jequié, Nossa Senhora da Conquista, Ilhéus, Camamu e Santarém. Em 1933 o distrito passou a ser chamado de Rio Novo, e só em 1944 o município ficou com o nome de Ipiaú de acordo com os dados do IBGE (2017).

A economia de Ipiaú, por pertencer a região cacaueira, tem como um dos pontos fortes a lavoura de cacau. Como a indústria ainda está em expansão destacam duas fábricas de polpas de suco, e em 2008, se instalou próximo ao município um grupo australiano de mineração que vem explorando níquel na região, trazendo prosperidade econômica para o município. A cacauicultura já contribuiu com quase 49% do PIB baiano, essa produção de cacau já trouxe muita riqueza à região, devido à vassoura-de-bruxa, os preços baixaram, causando desemprego e houve um declínio na economia da região.

O principal atrativo da cidade, o Festival de AgroChocolate, que ocorre na praça Rui Barbosa em frente à Igreja Matriz no centro da cidade Bahia localizada a 136 quilômetros de Ilhéus que possibilita a participação das comunidades ilheense e circunvizinhas, com seis anos de agro cacau e quatro de Agro chocolate, contém uma capacidade turística diversificada, pois atende ao tipo de turismo gastronômico, cultural e de negócios. O evento é promovido pela Associação dos Produtores de Cacau e Chocolate do Território Médio Rio das Contas (APROC), que é composta pela Coordenação do Território Médio Rio das Contas, Sindicato Rural, Produtores e a Prefeitura Municipal de Ipiaú, tendo apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). O Festival tem como objetivo estimular a produção de **cacau** de qualidade na região, valorizar os produtos, aprimora técnicas de beneficiamento de amêndoas, e envolver o produtor em torno dessa perspectiva. Conforme imagem 01 e 02

Imagem 01:



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 02:



Fonte: Arquivo pessoal

A organização do evento ocorre com a colaboração das entidades anteriores citadas, que possui em sua comissão de coordenação do evento um técnico agrícola da CEPLAC, que é membro da coordenação Rio de Contas e do evento; um engenheiro agrônomo da CEPLAC que também é membro da organização do evento, e, um médico e produtor rural, igualmente membro da composição do evento. Ademais, conta com a ajuda de equipes, uma responsável para a realização da recepção dos visitantes, outra para organizar projetos e seminários, é uma terceirizada responsável pela organização da estrutura física do evento.

O turismo tem vindo a ganhar uma zona crescente nas propostas de desenvolvimento planejados e implementadas com o fim de resolver a crise generalizada. Contudo, para constituir-se num mecanismo de desenvolvimento de territórios, o turismo precisa desligar-se e diversificar-se, aproveitando a capacidade das regiões e caracterizando produtos turísticos alternativos. Uma das atuações que vai neste sentido corresponde à celebração de eventos culturais que aumentem a atratividade de um lugar e captem mais turistas. (RIBEIRO et. Al. p.61. 2006.). Além do mais, o evento AgroChocolate de Ipiaú, apresenta uma característica singular, pois, é o único evento de chocolate que é a céu aberto para todos os públicos. Em sua IV edição, o festival teve a visitação de mais ou menos 15.000 (quinze mil) visitantes, sendo o maior público desde o início do festival.

A pesquisa de campo foi feita no dia 30/05/2019, em que foi realizada o primeiro contato presencial com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). O objetivo foi investigar, a entidade a ser estudada, por meio da realização de uma entrevista semiestruturada. A organização, portanto, se pôs à disposição preferencialmente para responder por meio da rede sociais *WhatsApp*, além de disponibilizar informações adicionais. Posteriormente, houve o contato com o setor de vendas, levantamento de dados numéricos do público que compareceu ao evento e registro fotográficos de uma das instituições colaboradoras do evento (CEPLAC). Em seguida, ocorreu trocas de mensagens via *WhatsApp* envio dos documentos anexos. O diagnóstico situacional do Evento AgroChocolate evidenciou as dificuldades financeiras, carência de especialistas na área de produção de eventos e subutilização do potencial turístico. O Evento contém uma capacidade turística diversificada, pois sua extensão atende ao tipo de turismo gastronômico, cultural, econômico e negócios. Ao longo da pesquisa feita sobre o Festival Agrochocolate da cidade de Ipiaú-BA, foi levantado algumas disfunções que poderiam sofrer uma modificação para a melhoria do funcionamento e acolhimento do evento.

Para Zanella (2003, p. 35), para realização de um evento necessita-se, de grande número de profissionais e de infraestrutura adequada, gerando benefícios sociais e econômicos para a comunidade local e, dependendo do seu porte, para todo o país. Nesse ponto de vista, os recursos sobrevieram a utilização da proposta de intervenção, sugere-se que:

Categoria	Propostas de Intervenção
Curto Prazo	1. Aprimorar a divulgação do evento através das redesvsocias, rádios, televisão e distribuição de folders, assim, o evento poderá alcança um maior número devpessoas. 2. A criação de um Aplicativo próprio do evento, paravpoder publicar informações a respeito, e divulgarvnotícias tanto do evento quanto da produção do Cacauvna região. 3. Articular com os empresários locais o melhoramento evpadronização de pousadas, hotéis e restaurantes.vDessa maneira, podendo ser mais cortês e hospitalizar da melhor forma os visitantes. 4. Fomentar também a participação dos garotos davcidade no concurso de chocolate. 5. Contratação temporária de profissionaisvespecializados em organização de eventos.
Médio Prazo	1. Criar um espaço no evento para destacar osvprodutos dos produtores e empresários locais. 2. Participar em outros eventos com estandes dovAgrochocolate, com novos meios de divulgação.
Longo Prazo	1. Articulação com os órgãos oficiais do turismo. 2. Com êxito do evento, buscar motivar a prefeitura comva criação de um Centro de Convenção na cidade.

Como foi observado, o festival estudado possui algumas deficiências por ser organizado em um local público a céu aberto, mas possui uma boa comunicação interna, entre as pessoas que tenham interesse no cacau, e a força de vontade para alavancar o turismo gastronômico e cultural da cidade.

Palavras-chave: Território. Evento. Turismo. Economia.

REFERÊNCIAS

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de Organização de Eventos. Planejamento e Operacionalização**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, J. C.; VAREIRO, L. C.; FABEIRO, C. P.; BLAS, X. P. **Importância da celebração de eventos culturais para o turismo do minho-lima:** um estudo de caso Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 11, 2006, pp. 61-76 Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional Angra do Heroísmo, Portugal. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514352348003. Acesso em: 16 de junho de 2019.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **140** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

PROPOSTA DE ARRANJO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA AGROFLORESTAL SUCESSIONAL BIODIVERSO EM ÁREA COLETIVA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES, ITABELA-BA

CLAUDINEIDE CANCELA REGO
Técnica em Agroecologia (CETEPES),
E-mail: cancela-rego@hotmail.com
ANDERSON SANTOS REGO
Discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus X – Teixeira de Freitas
E-mail: contatoasrego@gmail.com
DANILO WAGNER SOUZA FERRAZ
Técnico da Cooperativa Agropecuária do Extremo Sul da Bahia - Prado/BA
E-mail: danilowsf@yahoo.com.br
JOÃO DAGOBERTO SANTOS
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba/BA
E-mail: jdsantos43@gmail.com
JONAS PEREIRA SILVA
Técnico Projeto Assentamentos Agroecológicos do Extremo Sul da Bahia MST e ESALQ/USP
Email: jonas.ass.agroecol@gmail.com

O uso de áreas de terras no Brasil, em sua maior parte, se dá a partir da produção de grandes monocultivos, pecuária extensiva e exploração excessiva dos recursos naturais como solo e água sem a preocupação com os impactos ambientais e sociais. Já a agricultura familiar é detentora da menor parcela de terras com um contingente maior de estabelecimentos, segue em alguns casos o modelo de monocultivo e criação extensiva e em outros, modelos tradicionais de cultivo, como a consorciação. O uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) constitui-se em uma alternativa de estímulo econômico à recuperação florestal com a incorporação do

componente arbóreo nos estabelecimentos de agricultores familiares. Ao mesmo tempo em que são produtivos, visando o consumo de subsistência e a geração de renda, levam em consideração os aspectos ecológicos do agroecossistema e sociais da comunidade. Emergido a partir das lutas de centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, o Assentamento Margarida Alves atualmente possui 110 famílias assentadas e está localizado no município de Itabela/BA, às margens da BR 101, Km 764. No assentamento, a equipe técnica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) trabalha os princípios da agroecologia na comunidade. Todas as famílias assentadas estão desenvolvendo o trabalho de transição agroecológica em seus quintais produtivos, no qual, 18 famílias já se encontram com sistemas agroflorestais recém-formados e outras 14 famílias em fase de implantação. Nesse contexto, de acordo com LOPES et al., (2018) os quintais produtivos são lugares multifacetados e com múltiplas funções, pois além de garantir a soberania, a segurança alimentar e a saúde das famílias, representam a oportunidade de perpetuação dos saberes, cultura, sabores, simbologias, memórias, práticas e reconstrução de novas estratégias de reprodução socioeconômica e conservação da biodiversidade. O principal objetivo da pesquisa foi de selecionar culturas matrizes para servir como base para a elaboração do desenho e planejamento do arranjo de um Sistema Agroflorestal (SAF) modelo para implantação na área coletiva do assentamento Margarida Alves. O levantamento de espécies foi realizado em dois quintais produtivos, tidos como referência, com a finalidade de selecionar culturas e espécies de plantas comumente cultivadas na perspectiva de geração de renda e sustentabilidade do agroecossistema. O trabalho foi realizado junto às Instituições fundadoras do "Projeto Assentamento Agroecológicos do Extremo Sul da Bahia", sendo a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB) situada na BR 101, km 832, Prado/BA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Esalq/USP, Piracicaba/SP e Assentados de Reforma Agrária do Assentamento Margarida Alves, Itabela/BA. A pesquisa de levantamento de espécies presentes nas agroflorestas de dois quintais produtivos, juntamente aos agricultores, foi realizada por meio da vivência e acompanhamento durante o período dos meses de agosto e setembro de 2018, com o uso de planilhas de registros de dados e questionários semi-estruturados para a sistematização. A partir das espécies levantadas, foram escolhidas algumas como matrizeiros, de forma geral, resistentes a pragas e doenças e, que se desenvolvam bem no solo e clima da região. As principais espécies, que possuem retorno econômico, encontradas nos quintais produtivos dos lotes dos agricultores assentados foram: o feijão-catador (*Vigna unguiculata*), aipim (*Manihot esculenta*), café (*Coffea*), cacau (*Theobroma cacao*), banana (*Musa spp.*), urucum (*Bixa orellana*) e citros (*Citrus sinensis* L.), dentre as principais nativas destacaram-se o jenipapo (*Genipa americana*) e o ingá de metro (*Inga edulis*). Durante as visitas nos lotes dos assentados agrofloresteiros pôde-se observar os agricultores utilizando práticas e princípios de Sistemas Agroflorestais

dentro de seus quintais produtivos, bem como espaçamentos corretos entre plantas no arranjo; plantas antagônicas e companheiras; estratificação e sucessão ecológica, aspectos necessários para o funcionamento do sistema. No desenho do arranjo do Sistema Agroflorestal proposto para a área coletiva do assentamento, levou-se em consideração os princípios da sucessão ecológica e a estratificação. O planejamento foi realizado visando à produção dessas culturas a curto, médio e longo prazo com variação da quantidade de mudas de cada espécie segundo seu estrato e integração com outras espécies. Para ocupar o estrato baixo definiu-se o café (*Coffea*); para o estrato médio o cacau (*Theobroma cacao*), banana (*Musa spp*.), urucum (*Bixa orellana*), citros (*Citrus sinensis* L.) e para o estrato alto o jenipapo (*Genipa americana*) e o ingá de metro (*Inga edulis*), as culturas anuais serão cultivadas no primeiro e segundo ano de implantação. A vivência e levantamento das matrizes realizadas juntamente aos agricultores foram essenciais para a definição das espécies a serem implantadas na área coletiva, pois, tornar-se-á uma vitrine para seus quintais produtivos, fortalecendo a autonomia, segurança e soberania alimentar. Contudo, o planejamento de implantação do SAF deverá ser construído de maneira participativa, gradativa, respeitando-se a lógica produtiva de cada família e os princípios de manejo agroecológico de forma a reforçar a importância da consideração aos aspectos sociais e ambientais.

Palavras-chave: Agroecologia. Biodiversidade. Estratificação. Produtividade.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **143** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

A DISPUTA TERRITORIAL E A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA (RESEX) EM CANAVIEIRAS - BA

ELDER PEDREIRA DE SOUZA
Bacharel e licenciado em Geografia.
E-mail: elderpedreira@yahoo.com.br
EMERSON ANTONIO ROCHA MELO DE LUCENA
Dr. Prof. da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Este estudo, desenvolveu-se na Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Canavieiras-BA, objetivando entender o conflito pelo uso do território desta Unidade de Conservação (UC) e de seu entorno, que se encontram em disputa pelos espaços e recursos naturais ali encontrados. Esta RESEX proporcionou ganhos a comunidade extrativista, embora tenha permitido outros usos pelo agronegócio que atualmente convive e dialoga dentro do Conselho Deliberativo da UC. Utilizamos um jornal impresso de Canavieiras para análise do discurso de mídia. Analisamos os dados econômicos do principal município da RESEX, comparando-o com Camacan, município com características socioambientais próximas de Canavieiras. Os resultados encontrados demonstraram pela mídia local um viés unilateral tendencioso. Consideramos que aconteceram ganhos com a implantação desta UC, mas muito debate e pesquisa ainda serão necessários para uma convivência mais harmoniosa entre todos os usuários, setor produtivo e o Estado Brasileiro.

INTRODUÇÃO

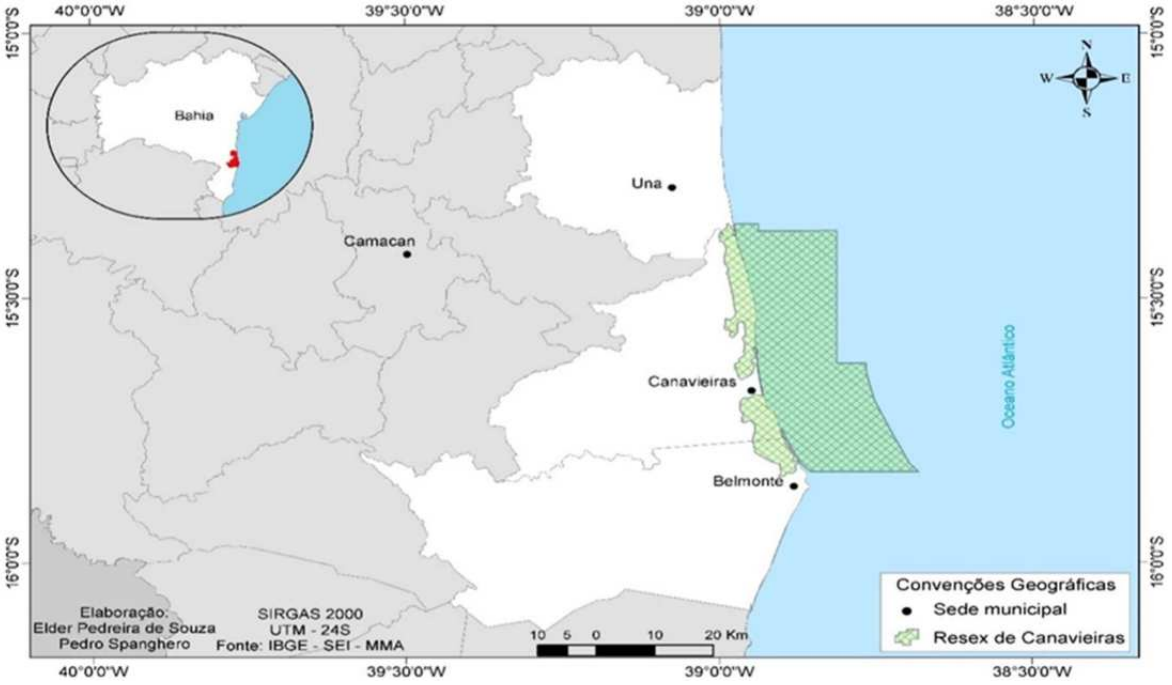
A Unidade de Conservação (UC) RESEX de Canavieiras nasceu do anseio da comunidade ribeirinha extrativista em ter uma área protegida mas que garantisse a continuidade de suas atividades econômicas. Esta UC teve estudos biológicos, sociais e consultas públicas por 5 anos até que fosse decretada como reserva federal em 05 de junho de 2006 por Decreto federal sem número. Iremos analisar a evolução dos dados em período de 10 anos antes da criação da RESEX até os dias atuais.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **144** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

A RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS: CONFLITOS E IMPORTÂNCIA

O Decreto de criação em seu artigo segundo assim define o objetivo da RESEX, " (...) proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade".

Figura 1: Carta de Localização dos municípios de Una Canavieiras e Belmonte que compõem esta Unidade de Conservação (em verde) no Estado da Bahia.



FONTE: Base de dados IBGE / SEI e MMA. Elaboração do autor.

Tendo nascido do anseio da comunidade extrativista em documento formalizado ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) em fins de 2001, somente foi criada através do Decreto SN de 05 de junho de 2006, com poligonal na figura 1, num total de 100.726,36 ha, sendo porém, 84% de águas oceânicas.

MEIO AMBIENTE: DE TERRA DE NINGUÉM À TERRA DE DIREITOS

Pertencendo a categoria de Unidade de Conservação Sustentável a RESEX permite que se proteja o Meio Ambiente, mas permite usos sustentáveis para a área protegida. Inovação considerável nesta lei foi o reconhecimento ao direito dos povos tradicionais com a possibilidade de criação de área protegida com a permanência de populações que ao longo da história fizeram usos sustentáveis do ambiente protegido. Referindo-se a estas populações, assim se manifesta ARRUDA (1999):

> (...) as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem (ARRUDA, Rinaldo. 1999, p. 82).

REFERENCIAL TEÓRICO

A presença do homem em determinados espaços, leva a assumir feições distintas, por precisar dominá-los e depender deste domínio para sua sobrevivência. É no espaço que existe a luta para transformá-lo em território, levando-o a assumir novas feições e chegar ao que segundo Milton Santos (1997) é definido: "como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório".

Necessário se faz entender a função da população no domínio do território e o interesse de empresários principalmente do agronegócio e de setores do turismo em dificultar o acesso e usos desses locais de trabalho e moradia para exercer o poder, e assim delimitar este território ao sabor das conveniências, processo previsto por Raffestin (1993):

> Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

POBREZA OU DESENVOLVIMENTO?

A região em que se insere o município de Canavieiras, teve um período de grandeza econômica a partir da cultura cacaueira o que firmou nesse território, a noção do que Adonias Filho denominou "Civilização do Cacau". Até meados da década de 1980 era grande a atividade econômica baseada em um produto destinado a exportação e ao atendimento de pequenas indústrias de moagem entre Ilhéus e Itabuna. Este era porém um desenvolvimento desigual, (HARVEY. In SANTOS JUNIOR, 2014) com a sociedade regional se caracterizando por extratos nitidamente diferenciados com a base da pirâmide social formada por trabalhadores analfabetos e em regime de semi-escravidão.

No gráfico seguinte, na figura 2 jogamos por terra esta afirmativa, pois em uma sequência de onze anos analisados comparando dados do PIB deste município com o PIB do município de Camacan, do Estado da Bahia

e com o PIB do Brasil, observamos que Canavieiras começou com um valor negativo no ano de 2005, mas que em oito anos desta sequência o crescimento deste indicador ultrapassa 10% ao ano, logo, muito distante de um indicador africano de desenvolvimento, aproximando-se em números relativos com os indicadores chineses que por décadas estiveram na casa dos dois dígitos. Não somente em números absolutos aconteceu melhoria em Canavieiras, pois o índice de GINI destas cidades (expresso na tabela 1) registrou a seguinte evolução entre 2000 e 2010.

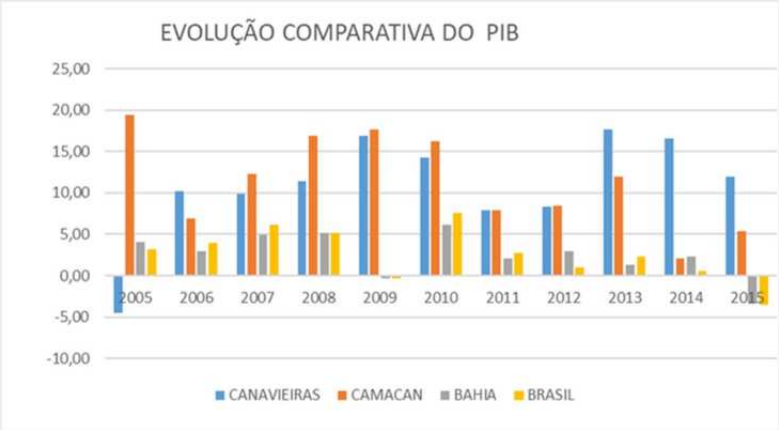
Tabela 1: Evolução do índice de GINI nos municípios de Canavieiras e Camacan.

MUNICÍPIO	Ano 2000	Ano 2010	Percentual de avanço
CANAVIEIRAS	0,603	0,490	18,74%
CAMACAN	0,627	0,566	09,73%

FONTE: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Entendemos da análise da tabela acima, que aconteceu uma grande evolução não somente no PIB que é uma medida absoluta, porém genérica. Sendo o índice de Gini um indicador que se expressa em número de zero a um.

Figura 2. Gráfico com evolução do PIB nos municípios de Canavieiras e Camacan, juntamente com o Estado da Bahia e do Brasil



FONTE: Dados obtidos de: Jornal Gazeta do Povo, Jornal O Globo.com e SEI, 2018.

A cidade de Camacan, com um comércio que atende três cidades e vários povoados em um raio de 50 km, e com indústria de confecções não pode competir com Canavieiras, a despeito do senso comum ainda considerar a indústria como maior gerador de empregos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência do conflito fundiário como o mais aparente na trajetória desta reserva e a melhoria nos indicadores econômicos com consequente aumento da qualidade de vida ficou patente, pois os dados de IDHM

de Canavieiras e o índice de GINI aqui presentes evidenciam esta possibilidade, demonstrada na melhoria destes dois indicadores em Canavieiras e entorno, ainda que se compare a evolução do PIB de Canavieiras com a Bahia e o Brasil de 2005, antes da criação da UC até 2015, observamos que esta cidade registrou números maiores que 10% em 7 dos 11 anos que pudemos analisar.

Palavras chave: Comunidades Tradicionais. Meio Ambiente. Disputa Territorial.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente & Sociedade 1999, (Sem mês). Disponível em:<https://www.redalyc.org/pdf/317/31713413007.pdf>Acesso em 22 de jul. de 2019.

BRASIL. Lei de Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9985.htm. Acesso em 21 de set. de 2018.

BRASIL. Decreto s/n., de 05 de junho de 2006. Criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. 2006. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm> Acesso em 21 de set. 2018.

HARVEY, David. SANTOS JÚNIOR, José Arnaldo Ribeiro dos. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual do Capitalismo**. Oeste do Paraná. Vol. 7 N. 2. 2014.Disponível em:<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/8865/7621> Acesso em 22 de jul. de 2019.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> Acesso em 22 de set. de 2018.

LIMA, Maria do Céu. **Reservas Extrativistas no Ceará: direitos, processos e resolução de conflitos**. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1572372168.pdf>. Acesso em 22 de jul. de 2019.

PERRUCHO, Wallace. Jornal TABU. Canavieiras BA. Dados pesquisados entre 2006 e 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHMIDT, Anders Jensen. Et al. **Estudo Comparativo da Dinâmica Populacional de Caranguejo Uçá, Ucides Cordatus (linnaeus, 1763) (crustacea decapoda-brachyura), em Áreas Afetadas e Não Afetadas por uma Mortalidade em Massa no Sul da Bahia, brasil.** Boletim Técnico Científico do CEPENE – Volume 17 – Número 1 – Ano 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepene/publicacoes/boletim-tecnico-cientifico/33-volume-xvii/315-art03v17.html>. Acesso em 22 de jul. de 2019.

SEI. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284>. Acesso em 21 set. 2018.

SILVA, Rogério Santana; VIANA, Jefferson Cerqueira; ARAÚJO, Sara. Maria. "Ações Integradas para conservação, recuperação e preservação ambiental dos Manguezais de Canavieiras-BA". 2002. Processo 02006.00.2618-2001/79 IBAMA/CNPT para criação da Resex Canavieiras.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Revista Desafio do Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>Acesso em 22 de jul. de 2019.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **148** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO INDÍGENA PAYAYÁ (MAIP)

JUMARA TEODORO DA SILVA
Mestra em Contabilidade Empresarial pela Fundação Visconde de Cairu. Professora da Fundação Visconde de Cairu e do Estado da Bahia (SEC), graduada em Ciências Contábeis pela UFBa e licenciada em Matemática pela UCSal. E-mail: juteodoro@gmail.com
ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA
Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Servidora pública, Analista/Economista na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: acssouza@uneb.br.
ITÃ TEODORO DA SILVA
Doutor em Mecatrônica pela UFBa. Professor da Uni Jorge e do Estado da Bahia (SEC), graduado em Física pela UFBa. E-mail: ita.fisica.ufba@gmail.com

O objeto deste trabalho científico é o Movimento Associativo Indígena Payayá (MAIP), uma associação, organização da sociedade civil, ou seja, uma entidade do Terceiro Setor, sem fins lucrativos, fundada em 2008, que tem por objetivo promover, divulgar, estudar e buscar a sustentabilidade da cultura indígena em seus diversos aspectos. Está situado na comunidade de Cabeceira do Rio na cidade de Utinga/Ba, Território da Chapada Diamantina. A Associação atende a Comunidade Indígena Payayá, famílias que vivem na zona rural, distritos de Utinga, Bonito, Morro do Chapéu, entre outras cidades, dos indígenas urbanos que moram nas cidades descritas, além de membros que migram entre diferentes cidades pela demanda de emprego. O povo Payayá não estava organizado enquanto organização da sociedade civil, o que dificultava a busca de muitos de seus direitos assim como o encaminhamento de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, financiamentos de projetos públicos e de outras entidades referentes aos interesses da comunidade, dificultando também a articulação em rede com outras associações e conselhos que têm a mesma identidade social e política, obtenção de maior perceptibilidade assim como produção de impactos na esfera pública. Esta pesquisa exploratória busca identificar os problemas da associação, MAIP, relativos à adequação ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), verificar problemas de controles internos na gestão da entidade e conferir a organização das

informações contábeis. O estudo de caso é o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (YIN, 2005). O artigo 231 da CF/88 estabelece uma nova ordem entre a Sociedade, o Estado e os povos indígenas, dispondo inovações desde o Estatuto do Índio (1973), a primeira onde o indígena passa de uma característica social transitória, anteriormente chamado de silvícola, totalmente tutelado pelo Estado para uma nova condição, ou seja, sendo observado em sua organização social, respeitado em suas crenças, costumes, língua e tradições e a segunda, assegurando o direito a Terra, elevando o conceito constitucional de Terras Indígenas, reconhecendo os indígenas como povos originários, decorrendo do fato histórico de que os indígenas já habitavam essas terras antes da colonização brasileira. Assim, criou-se uma maior propensão as comunidades indígenas organizarem-se como pessoa jurídica em associações, cooperativas individuais ou estabelecerem redes com outros grupos que têm os mesmos objetivos sociais, políticos, com o intento de ganharem mais visibilidade, articulados para assegurar a formulação, adoção e fortalecimento de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado. Segundo o IBGE (2010), estima-se que haja ao menos 5.000 povos indígenas, somando mais de 370 milhões de pessoas espalhados pelo mundo (IWGIA, 2015) e no Brasil tem-se 817.943 pessoas, 240 povos de diferentes etnias e braços linguísticos sendo que aproximadamente 70% vivem na zona rural. O site Povos Indígenas do Brasil (pib) [9], mantido pelo Instituto Socioambiental, diz que é constante a curva demográfica dos povos indígenas brasileiros, alertando para a ameaça de extinção de alguns povos. Segundo Almeida (2010) existem vários caminhos que possibilitam às comunidades indígenas o apoio para os diversos projetos, como ministérios, órgãos ministeriais, empresas públicas, agências internacionais, entidades do terceiro setor, governos estaduais, para isso precisam se organizar formalmente, mesmo que haja uma organização tradicional em cada aldeia ou comunidade. Há a possibilidade de abrangência dos projetos em relação à população em cada terra indígena beneficiando grupo de famílias, aldeias, grupos organizados. No entanto, os financiadores desconhecem a verdadeira necessidade de cada povo, e sugerem projetos de acordo com suas próprias concepções do que é ser índio, propondo linhas de financiamentos de projetos segundo a política vigente, propondo diálogos que não atendam verdadeiramente às comunidades e muito mais aos desejos do financiador. Os Povos Indígenas da Bahia tem-se mostrado mais presente no cenário político, social e cultural por meio de suas lideranças nas diversas manifestações, foros, interações com autoridades de diversas e a Sociedade Civil. Para resolver ou propor ações pertinentes aos povos indígenas na Bahia faz-se necessário a participação das lideranças tradicionais, associações e cooperativas indígenas e outras formas de organizações com o objetivo de ter acesso às políticas públicas, zelar pelo pleno cumprimento dos Direitos

9 https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Aceso em 03/12/2018

Indígenas. Em 2006, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH) instituiu a Coordenação de Política para Povos Indígenas (CPPI), o que demonstra que o Estado tem aberto as portas para o diálogo com os Povos Indígenas além da sua esfera constitucional que é o repasse de verbas para saúde e educação. Em 2010, por meio da Lei Nº 11.897, institui-se o Conselho Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (COPIBA), com o compromisso de manter o diálogo e o monitoramento permanente de ações afirmativas e políticas públicas voltadas para os povos indígenas abrindo assim mais um canal de comunicação entre os Povos Indígenas e o Estado da Bahia. De acordo com Almeida (2010), na Bahia são mais de 15 povos indígenas reconhecidos pelo Estado da Bahia. Para o IBGE (2006), a população indígena da Bahia era estimada em 28.215 pessoas, residentes em 135 comunidades, no total de 8.625 famílias, distribuídas em 31 municípios em 12 Territórios de Identidade, divididos em 4 macrorregiões, ver quadro abaixo:

Quadro 01- Localização da População Indígena na Bahia, por Região Geográfica (2006)

Região	Município	População	Percentual
Norte	Abaré, Banzaê, Curaçá, Euclides da Cunha, Glória, Paulo Afonso, Quijingue, Rodelas e Sobradinho	8.682	31%
Oeste	Angical, Barreiras, Cocos, Ibotirama, Morro do Chapéu, Muquém do São Francisco, Santa Rita de Cássia, Serra do Ramalho e Utinga	860	3%
Sul	Buerarema, Camacã, Camamu, Ilhéus, Itaju do Colônia, Pau Brasil e Una	7.704	27%
Extremo Sul	Alcobaça, Belmonte, Itamaraju, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	10.969	39%
Total		28.215	100%

Fonte: Ministério da Saúde/ SESAI – 2006

Os "Índios" Payayá eram considerados extintos e até a década final do século passado, não tinham registro na FUNAI viveram entre o Recôncavo e Oeste baiano, guerreando com colonizadores, preparando emboscadas, escondendo-se e depois misturaram –se a outros povos, escondendo a sua etnia ou mesmo mudando de nome para que sobrevivessem. Nos anos de 1990, resgatou-se parte da história desse povo através do Cacique Juvenal Payayá, um remanescente da família Gonzaga, junto com a família Gois, a família Martins entre outras da região a luta pelo reconhecimento e sobrevivência de sua etnia e ancestralidade. Assim, surgiu a necessidade dos Payayá de angariar, de forma mais organizada, recursos estaduais e federais através de submissões de projetos disponíveis para os Povos Indígenas. A Associação apresenta balancetes trimestrais e balanços sociais anuais de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Tem como ativos um viveiro com mudas de árvores nativas, sementes nativas e crioulas, uma caixa d'água, bomba e instalações hidráulicas e elétricas. A venda destas mudas e a contribuição de poucos associados compõem a receita da Associação. A contabilidade é realizada por um contador da região. A Associação não conta com funcionários, apenas com os diretores eleitos, que não são remunerados, e entre os associados, voluntários que cuidam do viveiro. Em dezembro de 2018 foi

cedido ao povo Payayá 45 hectares, pelo Governo do Estado da Bahia por Termo de Colaboração com duração de 10 anos renováveis por igual período sucessivamente, se os objetivos, de fortalecer o pertencimento e o reconhecimento do povo Payayá, prover a sustentabilidade financeira do povo por meio do cultivo e produção de ervas medicinais, horticultura, artesanato, promover a educação entre crianças e jovens da etnia entre outros objetivos, forem alcançados. As terras foram entregues no dia 04 de janeiro de 2019 com a presença de Secretários do Estado como s da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) além de autoridades como reitores do IFBA e UFORB. Diante disso, a Associação alavancou as suas atividades com capacitações, consolidação de demandas para a comunidade de Cabeceira do Rio. Na capacitação sobre o MROSC foi enfatizada a necessidade da manutenção dos registros da associação, atas, obrigações tributárias, previdenciárias e fiscais em dia para, além de ajustes nos estatutos e atenção na prestação de contas. No MAIP, por meio do nosso diagnostico e assessoria, foram realizadas as seguintes intervenções:

- registro das movimentações financeiras, na planilha de fluxo de caixa;
- verificação das obrigações fiscais e tributárias e retiradas das suas respectivas certidões negativas;
- reformulação do estatuto após a última eleição para adequação ao Marco Regulatório;
- assinatura do termo de adesão ao serviço voluntário pelos que atuam na associação auxiliando na manutenção do viveiro;
- auxílio nas demonstrações referentes à prestação de contas referente aos diversos projetos, visando principalmente os projetos com formato do MROSC, que tem como foco a obtenção dos objetivos emanados dos projetos;
- observância da escrituração e relatórios contábeis.

A referida Associação indígena, conta com poucos associados que realmente contribuem com a mensalidade, que corresponde a R$ 20,00, resultando por associado em R$ 240,00/ano, então o MAIP geralmente dependente da receita proveniente das vendas das mudas das plantas nativas que são cultivadas no viveiro. A sugestão é que a contribuição dos sócios não seja onerada, mas que haja um maior controle no recebimento e cobrança de maneira mais efetiva aos associados além da adesão de mais associados contribuintes. O trabalho da Associação precisa de maior divulgação em relação à produção das plantas nativas cultivadas no viveiro pelos Payayá, pois há demanda considerável quando observamos a necessidade do reflorestamento das matas ciliares. Os trabalhos que estão sendo realizados no Território Payayá precisam ser documentados, além da comprovação do efetivo trabalho realizado e os objetivos alcançados. O Termo de Colaboração do Território tem

validade inicial de 10 anos, é imprescindível que haja um Planejamento Estratégico para acompanhamento das ações desenvolvidas visando a sua posterior renovação sem comprometer os outros projetos. Percebemos, que o MAIP apesar de ser uma associação pequena e com objetivos específicos, mantém os seus registros fiscais, tributários e escrituração contábil de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e busca com a sua diretoria seguir as normas vigentes para que a Associação não seja prejudicada e possa participar dos chamamentos públicos que estejam de acordo com os seus objetivos. A proposta é que outras associações indígenas tenham o mesmo tipo de assessoria e que possam também usufruir dos tantos projetos que são disponibilizados na Bahia, no Brasil e de organizações internacionais.

Palavras-chave: Autonomia. Autodeterminação dos povos. Desenvolvimento. Políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo Aguiar de. **Povos Indígenas e o Governo da Bahia. Garantir os direitos dos Povos Indígenas é respeitar a nossa própria história**. Salvador: SJCDH. Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.html>. Acesso em 08 jul. 2019.

_____. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Fundação Nacional do índio (FUNAI). Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em 15 ago. 2019b.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 ago. 2019c.

_____. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Disponível em:< https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/entidades/marco-osc >. Acesso em 18 ago. 2019 d.

YIN, Robert M. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Bookman: São Paulo. 2005



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **153** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

LUGAR E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM SAÚDE (BA)

JOELMA SILVA DOS SANTOS
Licenciada em Geografia, Universidade do Estado da Bahia (*Campus IV*, Jacobina). joelma-1saude@outlook.com
JAMILLE DA SILVA LIMA
Geógrafa, Professora da Universidade do Estado da Bahia (*Campus IV*, Jacobina). jaslima@uneb.br

Este trabalho foi realizado em Saúde, município localizado na mesorregião centro-norte do estado Bahia, onde uma das principais atividades econômicas e produtivas de destaque é a agricultura de base familiar, principalmente pela existência de agricultores que comercializam sua produção no mercado local (sede do município), durante a Feira Agroecológica Solidária. A mesma recebe este nome devido à sua vinculação com alimentos oriundos da agricultura familiar de base ecológica e solidária.

Neste texto buscamos entender as reverberações da agroecologia na transformação do lugar, especialmente no âmbito de comunidades rurais do município de Saúde, que se apresentam como um *lócus* de resistência às mais variadas formas de influência do capital. O modo de cultivar, cuidar e preservar a vida humana e a vida do ecossistema também ganha destaque durante essa investigação.

O método de abordagem utilizado foi o dialético materialista, uma vez que se buscou conhecer o fenômeno do ponto de vista da contradição e dos conflitos existente entre os dois modelos de produção agrícola mais conhecidos, sendo eles a agricultura convencional e a agroecologia (agricultura familiar de base ecológica). Ambos os modelos apresentam características distintas, enquanto um é desenvolvido em função do capital (agricultura convencional), o outro se contrapõe, priorizando outras questões mais voltadas a princípio para a preservação dos recursos naturais, a sociedade e por último o fator econômico.

Fundamenta-se na dialética proposta por Hegel, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica nos permitiu compreender alguns dos principais conceitos abordados, como o lugar e a

agroecologia, utilizando como referências base para tal pesquisa, dois grandes autores, sendo eles Milton Santos, para entender o conceito de lugar (numa perspectiva dialética) e Miguel Altieri para aprofundar a compreensão do conceito de agroecologia como uma prática alternativa a agricultura convencional. A pesquisa documental possibilitou uma leitura contextual da atividade agroecológica no município, especialmente por meio dos documentos produzidos (arquivados) por uma instituição chamada Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável no Piemonte da Diamantina (COFASPI) que desenvolve trabalhos de assessoria técnica para agricultores familiares na microrregião de Jacobina. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir do diálogo com antigos funcionários da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA, empresa já extinta), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Conselhos municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que nos permitiu identificar as principais comunidades rurais e os agricultores familiares que trabalham com agroecologia no município de Saúde.

Neste sentido, nos aproximamos de agricultores rurais, por meio do qual identificamos suas formas de trabalho, técnicas de manejos do solo e especificamente, suas perspectivas agroecológicas. A agroecologia está calcada na agricultura tradicional, a qual se apropria de conhecimentos (saberes) locais e fundamenta-se nos costumes (cultura) dos agricultores que exercem suas atividades de base familiar. O conhecimento sobre a ambiência onde vivem, as terras onde trabalham, as relações estabelecidas de forma solidária são destaques ao analisar o perfil dos agricultores alvo dessa pesquisa. Esses conhecimentos são fundamentais as intervenções e mesmo para a constituição dos lugares. Eles fundamentam práticas consideradas alternativas para aqueles agricultores que prezam por um modelo de agricultura mais sustentável. Este modo se opõe e critica a agricultura convencional, aquela considerada aos olhos do sistema capitalista como uma agricultura moderna, inovadora, geradora do progresso e desenvolvimento das nações. Porém, contraditoriamente, este modelo historicamente tem causado impactos negativos tanto ao meio como a sociedade.

As práticas agroecológicas dos agricultores rurais em Saúde apresentam forte relevância social, cultural, ambiental e econômica, corroborando deste modo para as transformações socioespaciais do lugar onde vivem e consequentemente para o destaque socioprodutivo do município. Para municípios como Saúde, no qual a agricultura familiar é uma das principais fontes de renda da população rural, é importante ressaltar que práticas como essas merecem apoio, através de ações governamentais que ofereçam subsídios, como:

- Facilitar o acesso a água por meio de redes de abastecimento nas comunidades onde as condições ainda são precárias;
- Construir estradas em boas condições para trânsito de quaisquer veículos;

- Disponibilizar espaços adequados (barracas ou boxes públicos) para comercialização dos produtos (alimentos) provenientes da agricultura familiar de base ecológica;
- Oferecer assessoria técnica para incentivar a preservação das práticas já existentes e orientar a aplicação de novas práticas agroecológicas condizentes com a realidade de cada lugar;
- Incentivar o acesso e participação dos agricultores aos mercados institucionais (programas governamentais como Programa Nacional da Merenda Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos PAA).

Essas seriam ações simples, porém de grande relevância para os agricultores e para a disseminação do conhecimento agroecológico, pois esses ainda são os principais entraves para avanço dessa atividade nas comunidades rurais investigadas.

Palavras-chave: Agroecologia. Comunidades Rurais. Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANTUNES, M. F. **As comunidades rurais e seu novo significado como lugar a partir da introdução dos sistemas de produção integrada em Orleans – SC**. UFRS: Porto Alegre, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A, PAULUS, G. **Agroecologia**: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. DF, 2006.

CARVALHO, A.J.A.; FERREIRA, M.H.S.; ANDRADE, G.S. **Cartilha para prospecção, resgate, cultivo e conservação de variedades crioulas**. Projeto A Cor Morena das Sementes Crioulas da Bahia. Salvador: IF Baiano, 2016.

LIMA, W. C. R. Saber tradicional: suporte para o exercício da territorialidade de uma comunidade no estuário amazônico. **Revista eletrônica UFPA**, 2009. Disponível em http://www.revistaeletronica.ufpa.br/index.php/ensaio_geral/article/viewFile/102/32 Acessado em 07/10/2017.

MUTUANDO, Instituto Giramundo. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 2005.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**: Globalização e meio técnico científico- informacional. Material digital: SP, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**: A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países desenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, J. S. **Documento contendo o estudo da viabilidade econômica e social das Feiras Agroecológicas**. COFASPI: Jacobina, 2013.

SANTOS, J. S. Agroecologia: Uma alternativa de desenvolvimento local sustentável no município de Saúde-BA. **Anais ENGA**: Aracajú, 2016.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 2012.

ZAMBERLAM, J; FRONCHETI, A. **Agroecologia**: Caminhos da preservação do agricultor e do meio ambiente. Vozes: Rio de Janeiro, 2012.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **156** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ALFACE (*Lactuca sativa*) ADUBADA COM MANIPUEIRA E DIFERENTES FORMAS DE ADUBAÇÃO ORGÂNICA

ROGÉRIO DA SILVA ALMEIDA
Discente do curso Técnico em Agroecologia do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (ro.rogerio125@gmail.com)
DENIZE SAMPAIO CHAGAS
Engenheira Agrônoma, Mestra em Engenharia Agrícola, Docente do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (dsampaiochagas@gmail.com)
MARIA DO AMPARO GOMES CARVALHO
Engenheira Agrônoma, Mestra em Educação do campo, Docente do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (mocinhagcarvalho@gmail.com)
ELIZÂNGELA SILVA SOUZA
Graduanda em Pedagogia, Monitora do Curso de Agroecologia na modalidade Alternância do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (elizangelabit@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O despejo da Manipueira de maneira indiscriminada no meio ambiente causa uma série de complicações para o solo poluindo por apresentar em sua composição química algumas substâncias em elevada quantidade de ácido cianídrico e nutrientes, sendo um dos motivos que a ingestão desse liquido em alta quantidade pelos animais e seres humanos, consequentemente pode levar a morte. O armazenamento de maneira inadequada, de fácil acesso e o descarte desse subproduto ao ar livre sem qualquer tratamento, inicialmente além de trazer malefícios para a natureza ela acaba sendo desperdiçada, é um produto com alta potencialidade para o uso agropecuário, por isso que esse experimento implica na observação da veridicidade desse produto como fertilizante de algumas culturas, questionando quais são as reações da alface sobre a fertilização da Manipueira.

Tendo em vista algumas pesquisas que comprova a utilização da Manipueira para diversas finalidades externas e internas na agricultura, sendo levantado algumas implicações sobre o uso excessivo dos fertilizantes

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **157** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

químicos no solo, o experimento analisa a utilização da Manipueira na adubação de hortaliças tornando o resíduo agroindustrial altamente poluente para o meio ambiente em uma fonte limpa de fertilização do solo quando usado de maneira correta; evidentemente alcançando soluções para outras problemáticas, que é o reuso desse liquido de maneira sustentável.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido na propriedade do Sr. Robélio Araújo Silva na Fazenda Bela Vista que fica situada no município de Utinga-Ba.

Escolha do Experimento

Para observar o desenvolvimento da alface com uso de manipueira, foi realizado um tratamento prévio do solo utilizado, onde aplicou-se uma solução de 5% de hipoclorito de sódio (água sanitária) diluída em água de abastecimento, com o intuito de inibir a aparecimento de eventuais patógenos, posteriormente o solo ficou em descanso durante 4 dias, em local sombreado. O solo coletado não foi submetido a nenhuma análise química ou calagem, entretanto, para minimizar possíveis desequilíbrios nutricionais, realizou-se uma correção alternativa com 300g de cinza e 200g de casca de ovos triturados como fonte de carbonato de cálcio.

Montagem da estrutura para o experimento

O experimento foi conduzido em garrafas pet de 2 L, dispostas horizontalmente, para introdução do material foi feito cortes no mesmo sentido, tal abertura se deu nas dimensões (20 x 10 cm) comprimento e largura respectivamente. A drenagem foi realizada, a partir de pequenos furos feitos no fundo de cada garrafa, com intuito de evitar acumulo de água e eventuais problemas com organismos fitopatogênicos.

Para sustentação dos recipientes, foram implantadas no solo, 8 forquilhas de madeira a 1,4 m de altura, sobre elas ficaram distribuídos 4 vergalhões para dá sustentação aos recipientes, além disso, tal estrutura serviu para delimitar o espaço experimental, formando um total de área de 2 m de largura e 3 m de comprimento. Assim as garrafas foram dispostas num delineamento experimental (fatorial de 4 x 4 x 4) inteiramente casualizado, formando um total de 16 garrafas pet. As garrafas ficaram penduradas a 1,2 m de altura, esse procedimento se deu com auxílio de arames (Figura 1). Posteriormente foi colocado no fundo de cada recipiente 625 g de brita, para facilitar o processo de drenagem e evitar a perda de solo através das aberturas na base. Em seguida colocou-se 1000 g de solo previamente tratado e corrigido em cada garrafa. Finalmente conduziu-se os tratamentos, que possibilitou a obtenção de resultados.

Realizou-se quatro tratamentos, chamados de T0, T1, T2 e T3, sendo o T0 a testemunha, onde apenas utilizou-se água de abastecimento para a condução; no T1 foi colocado junto ao solo, 500 g de composto orgânico (Biomassa de resíduos domésticos); no T2 foi utilizado 500 g de esterco bovino curtido + solo; já no T3, aplicou-

se 400 mL de solução de manipueira, na proporção de 1:1, sendo 200 mL de manipueira e 200 mL de água de abastecimento + solo. Logo após foi feita a semeadura das sementes de alface (cv. Grand Rapids TBR), na profundidade de aproximadamente 1 cm, sendo utilizado um total de 20 sementes em cada recipiente, o manejo hídrico se deu de acordo com a necessidade da cultura.



Figura 1: Delineamento experimental da avaliação da alface sob diferentes formas de adubação orgânica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como forma de avaliação foram feitas observações visuais diariamente, e posteriores medições das plantas desenvolvidas. Observou-se que quatro dias após as semeaduras as sementes começaram a germinar, no entanto, os tratamentos T2 e T3 apresentaram um pequeno retardo no tempo de germinação, como pode ser observado na figura 2.

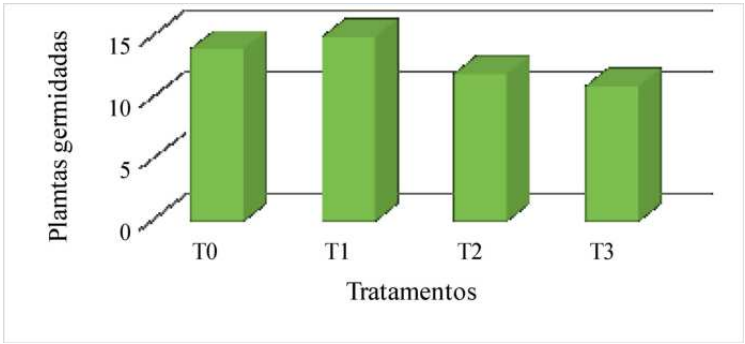


Figura 2: Germinação das sementes de alface (*Lactuca sativa*).

O tratamento um (T1), com composto orgânico, mostrou-se discretamente mais eficiente no quesito estímulo a germinação. Porém, quando avaliado o desenvolvimento das plantas verificou-se que no quesito altura de plantas o composto apresentou um destaque considerável, quando comparado com os demais tratamentos, como pode ser observado na Figura 3.

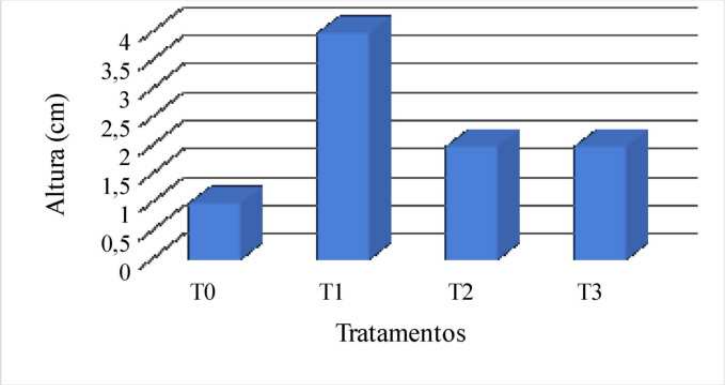


Figura 3: Altura das plantas submetidas a diferentes adubações orgânicas.

Os tratamentos T2 e T3, com esterco e manipueira respectivamente, apresentaram comportamento semelhante, muito embora tenham ficado aquém ao T1, quando comparado a testemunha, todos os tratamentos apresentaram resultados satisfatórios. Com relação ao parâmetro quantidade de folhas, todos os tratamentos apresentaram resultados muito próximos, no entanto, o composto mostrou-se novamente mais eficiente do que os demais (Figura 4).

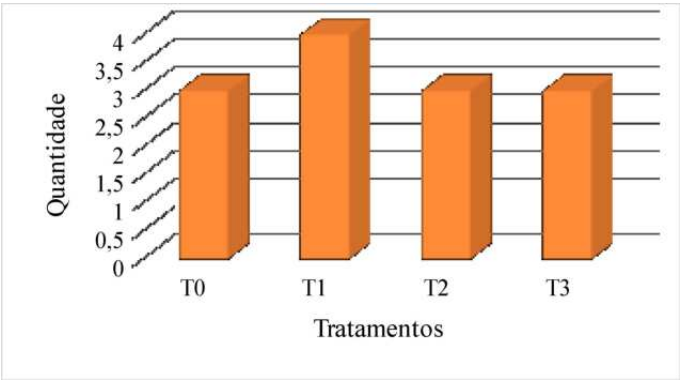


Figura 4: Quantidade de folhas de alface submetidas a diferentes adubações orgânicas.

Notou-se comportamento muito semelhante nas plantas dos tratamentos 2 e 3, em todos os parâmetros avaliados, já o tratamento com composto orgânico se destacou em todos os aspectos, no entanto, ainda faz-se necessário novos estudos, para observar quais características são recorrente, no caso do tratamento com manipueira e esterco, em especial, fazer um novo estudo para verificar se a dosagem utilizada interferiu nos resultados.

CONCLUSÃO

Observou-se que a adubação orgânica mostrou-se eficiente para a cultura do alface, entretanto, dentre os produtos utilizado o composto orgânico apresentou maior destaque em todos os parâmetros avaliados. A manipueira e o esterco também apresentaram resultados satisfatórios quando comparado com a testemunha, mas ainda é necessário estudos mais profundos sobre a temática para que se verifique se a dosagem utilizada foi a mais adequada para esse tipo de cultura.

Palavras-Chave: Resíduo líquido da mandioca. Alternativa Sustentável. Adubação alternativa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. G. S. Água residuária da mandioca como fertilizante orgânico em pasto de *brachiaria brizantha cv. Marandu*. PPGPA. Macaíba-RN. 2014.

DUARTE, Anamaria de S. et al. Alterações dos atributos físicos e químicos de um neossolo após aplicação de doses de manipueira. In: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V. 17, n.9, p.938-946, 2013. Campina Grande, PB, UAEA/UFCG. Disponível em: http://www.agriambi.com.br. Acesso em: 09 ago. 2019

DUARTE, Anamaria de S. et al. Uso de diferentes doses de manipueira na cultura de alface em substituição à adubação mineral. In: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V. 16, n.3, p.262-267, 2012. Campina Grande, PB, UAEA/UFCG. Disponível em: http://www.agriambi.com.br. Acesso em: 09 ago. 2019



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **161** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

FABRICAÇÃO DE TUBETES PARA PRODUÇÃO DE MUDAS A PARTIR DA FOLHA DA BANANEIRA (*Musa spp.*)

LARISSA DE SOUZA ALMEIDA
Discente do curso Técnico em Agropecuária do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (larissalarybasa123456@gmail.com)
JEFERSON SOUZA DE ALMEIDA
Discente do curso Técnico em Agropecuária do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (Jefersonsouza22nvn@gmail.com)
TAINAN DE SOUZA OLIVEIRA
Discente do curso Técnico em Agropecuária do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD
RAÍLA DE SOUZA OLIVEIRA
Engenheira Agrônoma, Mestra em Engenharia Agrícola, Docente do Centro Territorial da Chapada Diamantina – CETEP – CD (dsampaiochagas@gmail.com)
DENIZE SAMPAIO CHAGAS

INTRODUÇÃO

As embalagens plásticas passaram a existir no final de década de 50, com isso revolucionaram a vida moderna. A grande maioria (cerca de 0,5 bilhão) desse produto é produzida a partir hidrocarbonetos fossilizados, tal material demora anos para se decompor no meio ambiente e nem sempre pode ser reciclado, tornando-se assim um problema ambiental seríssimo, por isso sua substituição por resíduos de biomassa é uma alternativa que merece mais aprimoramento e difusão, especialmente por ser uma alternativa viável para a solução de dois problemas, o descarte do plástico e de resíduos orgânicos (RAMOS.; SILVA; FLORIDO, 2012).

De acordo com Ferreira Filho (2016), o desenvolvimento Sustentável, é compreendido uma estratégia de inovação para alternativas de novos artefatos, considerando os impactos e assuntos relacionados ao meio ambiente são ponderadas todas as etapas do processo (ciclo de vida). Tendo em vista que as embalagens tornaram-se grandes vilãs em nossa sociedade, o consumo excessivo desses produtos, sejam eles de curto, médio e longo prazo, combinados com a deficiência na gestão do descarte destes resíduos, especialmente aqueles que não

conseguem se decompor no meio ambiente, devido ao uso de recursos não renováveis, agravam gradativamente os problemas ambientais gerados pelo acúmulo de lixo.

Sendo a bananicultura é uma das atividades frutícolas que apresenta grande importância do mundo, tanto com relação à produção quanto à comercialização, ela serve como fonte de renda para muitas famílias de agricultores, gerando postos de trabalho no campo e na cidade e contribuindo para o desenvolvimento das regiões envolvidas em sua produção (FIORAVANÇO, 2003). As folhas da bananeira já são utilizadas como embalagens para embrulhar alimentos, diante disso, com intuito de reduzir o plástico utilizado para produção de mudas, surgiu a ideia de testar a folha da bananeira para tal.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido no Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina (CETEP – CD), na cidade de Wagner- BA.

A produção dos tubetes se deu a partir da folha da bananeira, plantadas na unidade escolar, as folhas foram cortadas em forma de trapézio, para produção de cada embalagem foi utilizado um pedaço de material vegetal nas seguintes dimensões, base maior 30 cm, base menor 15 cm e altura de 14 cm. Posteriormente as folhas foram montadas em forma de cone, a sobra da parte inferior foi dobrado para evitar a perda do substrato, para fixação da forma, os cones foram amarrados com barbante, cobrindo todo diâmetro do recipiente, sendo uma amarração no diâmetro inferior e outra no superior como pode ser observado na figura 1 (A e B).



Figura 1 (A): Montagem do tubete feito com a folha da bananeira.



Figura 1 (B): Tubete feito com a folha da bananeira

Além dos tubetes também foi feito uma sementeira com o caule da bananeira, com o intuito de testar diferentes suportes para produção de mudas. O caule foi utilizado horizontalmente, onde foram feitos pequenos

buracos, com profundidade de 5 cm e 5 cm de diâmetro, os espaçamentos entre plantas varia de acordo com a cultura, nesse caso utilizou-se a cultura do alface, o espaçamento entre plantas foi de 6 cm, utilizou-se um caule de 80 cm de comprimento e 40 cm de largura (Figura 2).



Figura 2: Sementeira feita com caule da bananeira.

Posteriormente foi feita uma mistura de substrato, solo e esterco de ovino, mas proporções de 2:2:1, respectivamente. Essa mistura foi utilizada para preencher os tubetes e os buracos da sementeira do caule, e serviu de sustentação e fonte de nutrientes para as plantas. Em seguida foi foram semeadas duas sementes de alface (cv. Cinderela), a 1 cm de profundidade, e devidamente umidificada para estimular sua germinação, o manejo hídrico foi feito de acordo com a necessidade da cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o manejo diário foram feitas observações visuais, para acompanhar o desenvolvimento das mudas, além disso, foram realizadas avaliações como contagem de folhas, medições do sistema radicular e tamanho das folhas, no qual pode-se verificar os resultados na figura 3 e figura 4.

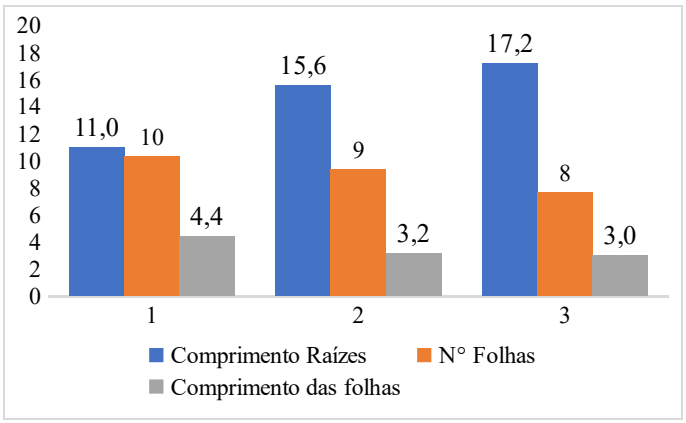


Figura 3: Desenvolvimento da alface cultivada nos tubetes, em diferentes dias de cultivo.

No gráfico 1 as plantas estavam com 21 dias de plantada, no gráfico 2 com 28 dias e no 3, com 36 dias de desenvolvimento. Ambos apresentaram resultados satisfatório, especialmente no comprimento das raízes, tal característica atribui-se que ao fato de os tubetes permitirem um melhor desenvolvimento radicular, quando comparado aos demais modelos de sementeiras, seu formato alongado pode ter uma das características facilitadoras dessa observação.

Já nas plantas cultivadas no caule, verificou-se também um resultado satisfatório, como podemos observar na figura 4, verificou-se um desenvolvimento mais lento quando comparado com as mudas cultivadas nos tubetes.

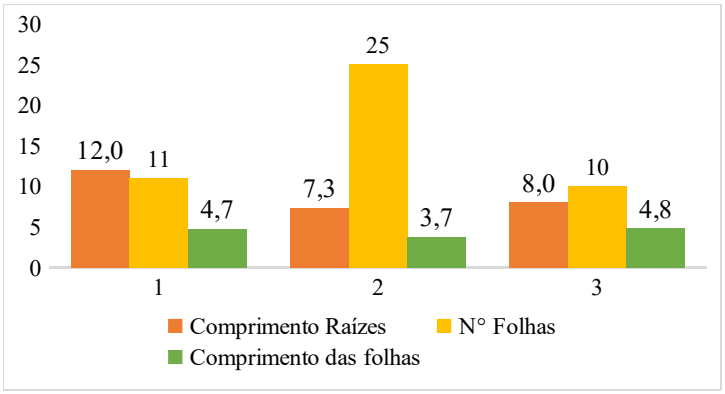


Figura 4: Desenvolvimento da alface cultivado em sementeira feita no caule da bananeira, com 45 dias de cultivo .

Percebeu-se que as plantas tiveram um desenvolvimento mais lento, pois mesmo com mais dias de cultivo, o sistema radicular ficou menor do que das plantas cultivadas nos tubetes, como pode ser observado nas figuras 5 (A e B). Tal fato atribui-se a um espaço reduzido, para crescimento radicular, também levantou-se a hipótese de que as fibras existentes no caule posso ter impedido um melhor desenvolvimento radicular, entretanto, ainda faz-se necessário estudos mais profundos sobre a temática.





Figura 5 (a): Alface cultivada em tubetes de folha da bananeira, com 36 dias de cultivo.

(B) Alface cultivada em sementeira de sementeira, feita com o tronco da bananeira, com 45 dias de desenvolvimento.

Percebe-se na figura 5 (A) que o sistema radicular atingiu os índices mais alto com relação ao comprimento, quando comparado com a figura 5 (B). Muito embora ambos apresentaram um bom número de raízes. Buso et al. (2009) ressalta que a extensão, a distribuição e a atividade das raízes que determinam a quantidade de água e de nutrientes absorvidos, atributos essenciais para o desenvolvimento das culturas. Diante disso, os tubetes ganham um destaque, já que apresentou melhores resultados, outro fator a ser considerado é que os tubetes não precisam ser retirados durante o transplantio, haja visto que, com o tempo, as fibras do material serão digeridas pelos micro-organismos, incrementando a biomassa do solo e evitando que sejam feitas micro lesões nas raízes, como acontece nas sementeiras, no qual as plantas precisam ser arrancadas.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que tanto as plantas cultivadas nos tubetes, como as cultivadas na sementeira do caule apresentaram resultados satisfatórios, entretanto, quando comparadas, as plantas cultivadas nos tubetes tiveram um destaque em dois aspectos, no sentido precocidade e desenvolvimento do sistema radicular, todavia, ainda faz-se necessário novos estudos para conclusões mais precisas, é importante ressaltar também que, a durabilidade dos tubetes é outro fator que está em análise.

Palavras-Chave: Bananicultura. Embalagens sustentáveis. Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BUSO, P.H.M. et al. O sistema radicular da variedade RB855536 DE CANA-DE-AÇÚCAR NO PLANTIO EM MINITOLETE E TOLETE. **Scientia Agraria**, Curitiba, v.10, n.5, p.343-349, Sept./Oct. 2009.

FERREIRA FILHO, R. A. **Embalagem Sustentável: do ciclo de vida à valorização do produto local.** Natal, 2016. Trabalho de conclusão de curso Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RAMOS, A. G. P.; SILVA, G. C. da; FLORIDO, T. C**. Embalagens Ecológicas para Mudas.** Campinas, 2012. Relatório (Técnico em Meio Ambiente) Gerenciamento do Meio Ambiente, Escola Técnica Estadual Conselheiro Antônio Prado – ETECAP.

FIORAVANÇO, J. C. MERCADO MUNDIAL DA BANANA: produção, comércio e participação brasileira. **Informações Econômicas**, SP, v.33, n.10, out. 2003.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **166** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL METABÓLICO DOS CAFÉS DA CHAPADA DIAMANTINA/BAHIA

HEMERSON DANTAS DOS SANTOS
Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Instituto de Química, Rua Barão de Jeremoabo, 147 Campus Universitário de Ondina, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: hemersonpataxo@gmail.com
ELISANGELA FABIANA BOFFO
Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Instituto de Química, Rua Barão de Jeremoabo, 147 Campus Universitário de Ondina, Salvador, Bahia, Brasil.

A região da Chapada Diamantina faz parte do planalto baiano e possui condições climáticas favoráveis [elevadas altitudes de até 1 268 metros acima do nível do mar (SEI, 2015) e temperatura média anual de 20,5 °C (INPE, 2018)] ao cultivo de frutos de cafés arábica (MARTINS-NETO, 2009), que quando submetidos à critérios de produção e processamento adequados, do fruto até o produto final, apresentam alto grau de qualidade e excelência (CUP OF EXCELLENCE, 2018). Assim sendo, os estudos voltados para a compreensão do perfil metabólico destes cafés podem evidenciar importantes relações entre a sua composição química e as características de qualidade, bem como informações capaz de caracterizar a origem desses produtos, desta forma, contribuindo com metodologias antifraudes. O objetivo deste estudo foi conhecer a composição metabólica dos cafés produzidos na Chapada Diamantina/BA por meio da Ressonância Magnética Nuclear (RMN) e discriminá-los de cafés de outras procedências geográficas. Foram analisados um total de 37 amostras de cafés comerciais de três classes de qualidade (tradicional, superior e gourmet). Os espectros de RMN de 1H foram adquiridos no espectrômetro Varian Inova 500 do Laboratório Baiano de Ressonância Magnética Nuclear (LABAREMN) da UFBA. O tratamento quimiométrico dos dados espectrais da bebida do café permitiu realizar a análise de componentes principais (PCA), obtendo o gráfico de escores mostrado na Figura 1, após alinhamento, autoescalamento e normalização (l1) das variáveis espectrais. Um grupo formado exclusivamente por cafés da Chapada Diamantina apresentou um perfil químico característico, correspondendo ao considerável conteúdo de lipídios (sinais em 0,98, entre 1,22 e 1,71 e na região compreendida entre 5,20 e 5,38 ppm), distinguindo-o dos

demais grupo. Por outro lado, quatro cafés dessa região que apresentam maiores valores comerciais e classificados estritamente como de qualidade gourmet foram agrupados aos cafés colombianos e alguns nacionais com padrão de qualidade semelhante. Este grupo se caracteriza por conter maiores teores de trigonelina (9,12 ppm), cafeína (7,77 ppm), ácidos clorogênicos (6,75 – 7,05 ppm) e sinais de ácidos orgânicos (2,62 – 2,71 ppm), substâncias as quais contribuem com o aroma e sabor agradável desta bebida.

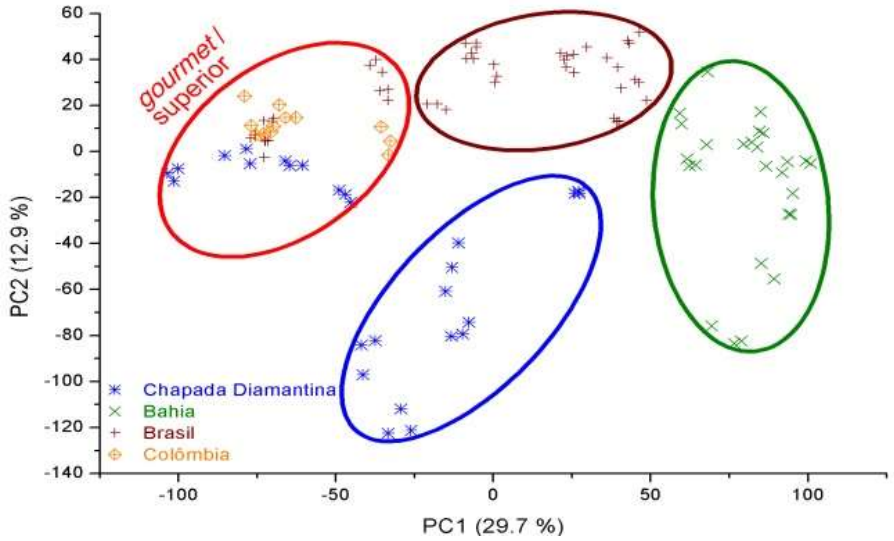


Figura 1. Gráfico de escores dos dados de RMN de 1H dos cafés (42,6% de variância)

No grupo composto por cafés de outras regiões da Bahia foi observado que as variáveis as quais tratam-se de produtos de degradação térmica intensificaram seu sinal, a exemplo do cátion N-metilpiridínio (8,77 ppm), descriminando estas as amostras pelo elevado grau de torra. Além do ácido fumárico (8,46 ppm), reportado como metabólito característico de espécies resistente a parasitas (MACHADO et al, 2012). As amostras dos demais estados brasileiros agruparam-se por apresentarem maiores teores de quinidas comparados aos da Bahia e menores teores de ácidos clorogênicos comparados aos da Chapada Diamantina. Este trabalho mostrou que os extratos aquosos dos cafés comerciais provenientes da região da Chapada Diamantina possuem uma composição química rica em lipídios, ácidos orgânicos e ácidos clorogênicos, como consequência estes cafés apresentaram características únicas de forma a discrimina-los das demais amostras.

Palavras-chave: Café. Chapada Diamantina/Bahia. RMN. Quimiometria.
Agradecimentos: FAPESB, CNPq, FINEP e UFBA.

REFERÊNCIAS

CUP OF EXCELLENCE. Brazil Pulped Naturals. Disponível em: https://www.allianceforcoffeeexcellence.org>. Acesso em: 11/1/2019.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. INPE. Disponível em: http://sinda.crn.inpe.br/PCD/SITE/novo/site/index.php. Acessado em 18 de abr de 2019.

MACHADO, A. R. T. et al. Metabolic profiling in the roots of coffee plants exposed to the coffee root-knot nematode, Meloidogyne exigua. European Journal of Plant Pathology, v. 134, p. 431–441, out. 2012.

MARTINS-NETO, F. L. Caracterização e avaliação da sustentabilidade da cafeicultura na Chapada Diamantina - BA. 2009. 189 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2009.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. SEI, p. 1,. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/municipal/mapa_descritivo_2924306_1.pdf. Acessado em 30 mar de 2019.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **169** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

EWÉ ÓRÍ: SABERES ANCESTRAIS DAS PLANTAS MEDICINAIS NA COSTA DAS BALEIAS

JAMAIRA CONCEIÇÃO DA SILVA
Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB/ jajaconceicao@gmail.com
MARINEIDE OLIVEIRA ROSA
Universidade do Estado da Bahia- UNEB/ neideolir@gmail.com
CLARICE MEDEIROS DOS SANTOS
Universidade do Estado da Bahia- UNEB/ clarice.medeiros@hotmail.com
SÂMYLA LAGUNA SANTANA COSTA
Universidade do Estado da Bahia- UNEB/ samyla.costa14@gmail.com

A origem do conhecimento do homem sobre as plantas medicinais certamente surgiu, à medida que tentava suprir suas necessidades básicas, através das casualidades, tentativas e observações que são conjunto de fatores que constituem o empirismo. O estudo de etnobotânica compreende o resultado da utilização de uma ou várias estruturas vegetais com princípios ativos na sua conformação por culturas tradicionais. Essa sabedoria popular além de forte estratégia de pistas de eficácia e/ou toxidade das plantas medicinais a inspirou os subsequentes estudos a cerca da sabedoria popular, como este trabalho que aborda as espécies e também a etnia dos entrevistados. A pesquisa utilizou a metodologia de entrevista semi-estruturada, com 20 pessoas sendo metade do sexo masculino e outra metade do sexo feminino, acima de 60 anos e de variadas etnias, abordando os saberes empíricos sobre a utilização das ervas no Órí, na cidade de Alcobaça e Nova Viçosa, no período de outubro de 2017 á outubro de 2018. Dentre os entrevistados no que diz respeito à etnia, seis brancos, quatro mestiços, sete negros, três índios. Em relação á religião, onze disseram ser católicos, quatro protestantes, três indígenas e dois de religião de matriz Africana. Foram contabilizadas 14 espécies de plantas que possuem efeito medicinal para 15 doenças e outros usos, no Órí, segundo os conhecimentos dos entrevistados. Portanto a interação entre a comunidade e a farmacologia traz não só a ancestralidade, como também a disseminação e contribuição para a formação de nova designação do uso das plantas, abrangendo métodos de cura usados por diferentes povos.

O uso de plantas medicinais como fitoterápicos, certamente surgiu, à medida que tentava suprir suas necessidades básicas, através das casualidades, tentativas e observações que são conjunto de fatores que constituem o empirismo (ALMEIDA, 2011). À medida que os diferentes povos se tornaram mais habilitadas em suprir as suas necessidades de sobrevivência, estabeleceram-se papéis sociais específicos para os membros da comunidade em que viviam. Um dos primeiros desses papéis foi o de curandeiro, que guardava os saberes das ervas com zelo, transmitindo-o, seletivamente, a iniciados bem preparados (SIMON, 2001).

O estudo de etnobotânica compreende o resultado da utilização de uma ou várias estruturas vegetais com princípios ativos na sua conformação por culturas tradicionais, bem como o contexto cultural em que cada planta é utilizada, como fins medicinais. Essa sabedoria popular além de forte estratégia de pistas de eficácia e/ou toxidade das plantas medicinais a inspirou os subsequentes estudos a cerca da sabedoria popular, como este trabalho que aborda esses conhecimentos de ervas que serve para utilizar no Órí – (cabeça) com a descrição das espécies, etnia e religião dos entrevistados.

O Brasil é um país com grande diversidade biológica e cultural e que conta, por isso, com um acúmulo considerável de conhecimentos tradicionais, entre os quais se destaca o vasto acervo de saberes sobre o manejo e utilização de plantas medicinais. Diversos grupos culturais recorrem às plantas como recurso terapêutico, sendo que, nos últimos anos, intensificou-se o uso como forma alternativa ou complementar aos tratamentos da medicina tradicional (DORIGONI et al. 2001).

Diante disso, o projeto teve como principal objetivo compreender a importância dos saberes tradicionais de pessoas acima de 60 anos de diferentes etnias com base na autodeclaração, mediante a triangulação: etnobotânica, farmacognosia e fitoterapia, a partir da escuta sensível sobre o cultivo de plantas medicinais, assim como orientação sobre a preparação e o uso de remédios caseiros para a vida do ser humano, correlacionados ao conhecimento acadêmico.

A pesquisa utilizou a metodologia de entrevista semi-estruturada, com 20 pessoas sendo metade do sexo masculino e outra metade do sexo feminino, acima de 60 anos e de variadas etnias e religiões, da cidade de Alcobaça e Nova Viçosa, no período de Outubro de 2017 á Outubro de 2018. Ao fim das entrevistas, as informações foram organizadas e deram origem a uma planilha contendo os nomes populares e o uso de cada planta.

Dentre os entrevistados no que diz respeito à etnia, seis (06) brancos, quatro (04) mestiços, sete (07) negros, três (03) índios. Em relação á religião, onze (11) disseram ser católicos, quatro (04) protestantes, três (03) indígenas e dois (02) de religião de matriz Africana. Foram contabilizadas 14 espécies de plantas que possuem efeito medicinal para 15 doenças e outros usos, no Órí, segundo os conhecimentos dos entrevistados (Tabela 1).

Entretanto, durante a pesquisa houveram repetições de plantas e indicações, bem como, uma planta que popularmente em outros lugares possuíam nomes distintos, fazendo com que na hora de registrar os resultados, foi necessário um cuidado minucioso para não reescrever uma planta já mencionada.

Tabela 1: Plantas medicinais e seus respectivos usos para o Órí.

PLANTAS	EFEITOS/ USO MEDICINAIS
Alecrim	Queda de cabelo
Arnica	Furúnculos
Aroeira	Coceira
Arruda	Piolho e lêndea
Azeite	Dermatite seborreica
Babosa	Psoríase
Camomila	Dores de cabeça
Espada-de-são-jorge	Usada para proteção
Jaborandi	Tônico capilar
Limão e mel	Contra o frizz
Sabugueiro	Caspa
Salsa	Feridas
Sálvia	Aumenta a concentração
Urtiga	Perda da memória

O conhecimento popular compreende atitudes, valores étnicos, comportamentos, habilidades compromissos e responsabilidades no tratamento da doença, assim como ser função dos detentores do conhecimento passar hereditariamente tais informações, tornando um ciclo contínuo, com uma riqueza de informações imensurável. Portanto a interação entre a comunidade e a farmacologia traz não só a ancestralidade, como também a disseminação e contribuição para a formação de nova designação do uso das plantas, abrangendo métodos de cura usados por diferentes povos.

Palavras-chave: Ervas. Fitoterapia. Etnobotânica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, MZ. Plantas medicinais: abordagem histórico-contemporânea. In: Plantas Medicinais [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 34-66. ISBN 978-85-232-1216-2.

DORIGONI, P.A., GHEDINI, P.C., FRÓES, L.F., BAPTISTA, K.C., ETHUR, A.B.M., BALDISSEROTTO, B., BÜRGER, M.E., ALMEIDA, C.E., LOPES, A.M. & ZÁCHIA, R.A. 2001. Levantamento de dados sobre plantas medicinais de uso popular no município de São João do Polêsine, RS, Brasil. I – Relação entre enfermidades e espécies utilizadas. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Botucatu, v. 4, n. 1, p. 69-79.

SIMON D. O guia Decepar Chora de ervas: 40 receitas naturais para uma saúde perfeita. Rio de Janeiro (RJ): Campus; 2001.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **172** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

AGROECOLOGIA, CONHECIMENTO POPULAR E CIÊNCIA NA LUTA POR SAÚDE: PLANTAS MEDICINAIS COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÇÃO DA VIDA

CLEITON DA SILVA DOURADO
Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e bolsista do Programa Laboratório Vivo de Agroecologia, Tecnologias Sociais e Educação do Campo, CETENS/UFRB
IVANEIDE GAMA BRABOZA
Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e bolsista do Programa Laboratório Vivo de Agroecologia, Tecnologias Sociais e Educação do Campo, CETENS/UFRB
CELINA DUARTE ARAÚJO
Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e bolsista do Programa Laboratório Vivo de Agroecologia, Tecnologias Sociais e Educação do Campo, CETENS/UFRB
SILVANA LÚCIA DA SILVA LIMA
Professora adjunta da UFRB/CETENS. Coordenadora do Programa Laboratório Vivo de Agroecologia, Tecnologias Sociais e Educação do Campo, Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9123957263358825] e Projeto financiado pelo MMA/MEC/Sead/MCTI – Chamada CNPq 21/2016.

A presente pesquisa traz o debate da manutenção da saúde em diálogo com os Princípios da Agroecologia: i) a manutenção da *vida* que exige a preservação da natureza, ii) a natureza é *diversa e complexa e, iii) por isso,* o movimento agroecológico se alia a ciência para construir transformações no modo de vida atual a fim de garantir saúde e conservação da vida a partir da natureza. Esta é o ponto de partida e de chegada. Aqui é imperativo que nos reportemos ao nosso ambiente imediato, o semiárido baiano e, mais especificamente, o bioma Caatinga, uma fonte inesgotável de vida quando conservada. O projeto é desenvolvido junto ao Laboratório Vivo: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo, do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da UFRB, financiado pelo Edital 21/2016, – Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq. Resgatamos o conceito de saúde enquanto direito, uma contraposição ao contexto de sociedade hegemônica que, prioritariamente, trata da doença. Nosso aporte teórico é o conceito de saúde coletiva do MST, da Fiocruz e do Observatório da Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Ambos expressam

seu apoio a manutenção do Sistema Único de Saúde enquanto base de construção de uma concepção de saúde, muito embora compreendam que suas ações são divergentes. O SUS, dado a formação de seus profissionais, ainda secundarizam ou negam os saberes tradicionais quanto ao uso de plantas medicinais e das práticas integrativas da medicina tradicional. A Educação do Campo pode e deve construir sua contribuição nesse campo do conhecimento, em especial quando discute Agroecologia dentro de um curso de Ciências da Natureza. Na Agroecologia a base do trabalho é a manutenção da vida presente e futura. Ali, o conceito de saúde que está ligado a qualidade de vida dos povos do campo e da cidade pela via da alimentação saudável. O alimento saudável, a justiça social e a igualdade de direitos são fontes de saúde, aliadas as plantas medicinais. Nessa direção, o foco central desta pesquisa o saber popular tradicional advindos de povos indígenas e quilombolas que conhecem profundamente as propriedades medicinais de plantas da caatinga, utilizadas por gerações desde a ancestralidade. A dimensão do uso é o da prevenção e não da cura de doenças. A pesquisa é de cunho qualitativo e experimental onde, partindo do resgate dos saberes ancestrais, cultivamos algumas plantas na unidade de produção agroecológica do Gonçalo, situado no campus de Feira de Santana, classificadas popularmente como medicinais. A partir de pesquisas bibliográficas e do trabalho em laboratório, analisamos suas propriedades curativas. Muitos estudos apontam a importância dos fitoterápicos e das plantas medicinais para a saúde como tratamento alternativo em algumas Unidades de Saúde no Brasil. O reconhecimento científico acerca das plantas medicinais, como apontam alguns trabalhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) já é uma realidade e, além de ser acessível à população com baixo custo, dialoga com a sustentabilidade socioambiental, permitindo enfrentar e fazer resistência ao agronegócio visivelmente nocivos à saúde humana.

Palavras-Chave: Agroecologia. Saúde coletiva. Plantas medicinais. Alimentação saudável.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **174** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO TEMPO COMUNIDADE: A REVITALIZAÇÃO DA REPRESA DA COMUNIDADE 1º DE ABRIL

DANIELE JESUS DA SILVA

Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEP Milton Santos. danieledejesussilva@hotmail.com

MARIA AJUDA JESUS

Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEP Milton Santos. dajudamaria490@gmail.com

JACIARA MENEZES DA SILVA

Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEP Milton Santos, Izabelramos.5655silva@gmail.com

JOÃO PEDRO CAVALCANTE

Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEP Milton Santos, joaopedro22cassiano@gmail.com

ADRIENE VIANA LIMA

Professora do CEEP Milton Santos, nenê.viana@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O texto apresenta o relato de experiência, da atividade do tempo comunidade dos alunos do curso de Agroecologia PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos) que funciona com Pedagogia da Alternância no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do chocolate Milton Santos no Assentamento Terra Vista no município de Arataca - Bahia.

A Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância trazem uma proposta de atividade participativa, que permite que o jovem camponês experiente as vivencias do cotidiano. Percebe-se que os espaços pedagógicos de formação não ocorrem apenas em sala de aula, mas também na família na convivência social, cultural, nos serviços de produção de conhecimento, entre outros.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência da atividade do tempo comunidade do Plano de Estudo do curso de Agroecologia em Alternância. Esperamos relatar a experiência da atividade do tempo comunidade do Plano de Estudo do curso de Agroecologia PROEJA na modalidade da Pedagogia da Alternância, através da intervenção dos estudantes em sua comunidade de origem.

A Pedagogia da Alternância é desenvolvida numa interação entre coordenação pedagógica, professores, jovens e familiares, fazendo deles os principais agentes educacionais da pedagogia da alternância.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **175** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

De acordo com Caldart (2008), a Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas.

O campo precisa de escolas apropriadas para as pessoas que ali residem visando maior desenvolvimento dessa população. Segundo a afirmação de Fernandes (2006, p.30), para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que entenda sua diversidade, amplitude e veja a população camponesa como protagonista propositiva de políticas, e não como beneficiários e ou usuários de tais políticas.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esse trabalho foi desenvolvido no Tempo Comunidade do Curso Técnico de Agroecologia em Alternância, a fim de promover uma intervenção prática no Assentamento 1º de Abril no Município de Prado Bahia. O objetivo do trabalho foi preservar as margens da represa Lagoa Azul que estava poluída, com as nascentes pisoteadas por bovinos e a mata ciliar desmatada.

Foi a partir da reflexão com a família e a comunidade que a turma se dividiu em grupos e foram respondendo as questões para em seguida organizaram um mutirão e fazer uma limpeza nas margens e em seu leito. Logo Azul, depois planejaram o reflorestamento da nascente do rio que é uma ação importante para os recursos hídricos do assentamento e a população que depende deste importante recurso natural.

A água doce constitui um recurso natural fundamental para a sobrevivência humana e o desenvolvimento econômico industrial e agrícola, além de ser vital para a manutenção dos ecossistemas naturais (REBOUÇAS, 2002).

Num primeiro momento, os estudantes fizeram uma reunião com a comunidade para falar do uso sustentável da água, abordando os seguintes assuntos: poluição das águas, a importância para a sobrevivência na Terra e a necessidade de preservar e economizar água.

Essa prática agroecológica partiu de um dos temas do Plano de Estudo que foi pensado pela coordenação pedagógica, professores e alunos do curso de agroecologia. Que ao retornar para as suas comunidades levaram um questionário que foi trabalhado e pesquisado durante a sessão no meio sócio - profissional. E ao retornar para a escola, as respostas dos questionários que foram respondidas pela família e a comunidade foram colocadas em comum, elaborando uma síntese, cujo texto servirá para estudos.

Figura 1 - A Lagoa azul



FONTE: Daniele Jesus

Com a realização desta atividade, os assentados compreenderam a importância dos cuidados com a água, pois a problemática com perpassa por toda a esfera da vida.

A atividade foi de total importância, para todos envolvidos, ficamos surpresos, pela quantidade de lixo. Foi muito gratificante para todos, concluímos que estávamos aliviados e conscientizados, que não devemos poluir a natureza para o bem maio de todos.

É importante ressaltar que está represa se encontra próximo a um minadouro e as pessoas que moram próximo ao Assentamento 1º de abril utilizam dessa água.



Figura 2. Coleta do lixo

Essa pratica foi feita de forma coletiva, com estudantes e pessoas da comunidade com o objetivo de fazer a limpeza da represa e preservar umas das principais nascentes do Assentamento.

RESULTADOS

A experiência descrita aqui do Tempo Comunidade dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia e, Alternância obteve bons resultados, esta atividade serviu para nos conscientizar para a preservação de algumas nascentes que existem na nossa comunidade

Foi uma experiência exitosa, pois os alunos participaram ativamente de todo o processo de desenvolvimento do projeto, indagando, pesquisando, propondo alternativas construtivas, que em sua visão juvenil orienta e conscientiza para um futuro com um meio ambiente mais limpo e saudável para a vida humana e dos demais seres.

Conclui-se que as atividades realizadas na prática contribuem no processo de aprendizagem dos alunos e são fundamentais para a criação de uma relação entre os alunos escola e comunidade.

Palavras-chave: Água. Poluição. Impactos Ambientais. Agroecologia. Pedagogia da Alternância.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo** Brasília: MDA, 2008.

BRASIL. Resolução CONAMA nQ 20, de 18 de junho de 1986. Estabelece a classificação de águas doces, salobras e salinas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 jul. 1986, p. 11.356.

FERNANDES, Bernardes. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In. MOLIN, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa:** questões para reflexão, Brasília, MDA, 2006.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **178** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

RESERVA EXTRATIVISTA DE CASSURUBÁ-TERRITÓRIO DE VIVÊNCIA E RESISTÊNCIA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA SEMANA DO CLIMA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE SALVADOR

DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS
Bacharel em Direito e advogado popular e ambientalista, bacharel em humanidades, especialista em Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, integrante do Comitê de Jovens da RESEX Cassurubá, Grupo de Pesquisa em Mudanças Climáticas, Direito e Sociedade UFSB, Jovem Líder Climático-YCL /olinad0612@hotmail.com.

A semana do clima Latino-americana e Caribenha ocorreu na cidade de Salvador durante os dias 19 a 23 de agosto de 2019, evento este inserido na agenda da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU). De âmbito regional é organizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) que aconteceu antes da Conferência internacional do clima da ONU, a COP-25, que ocorrerá em dezembro, no Chile. Inúmeras discussões ocorram com enfoque central na mudança do clima, dentre plenárias, *hubs, stands*, reuniões, espaços deliberativos e alguns painéis temáticos. Muitas organizações públicas e privadas marcaram presença, assim como a sociedade civil organizada, o terceiro setor e setor privado. A Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais-RESAMA apresentou um painel sobre: "Como melhorar a visibilidade e a migração induzida pelo clima na América Latina", e convidou um representante da Reserva Extrativista do Cassurubá para apresentar o contexto da Unidade de Conservação frente às mudanças climáticas. A ocasião propiciou a apresentação de dados referentes aos efeitos da mudança climática para com o território, bem como os impactos concernentes ao "embranquecimento" de corais, o aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico,e o aumento do nível do mar dentre outros. Na prática esses efeitos afetam a biodiversidade e podem acarretar danos às populações tradicionais que se sustentam através da pesca artesanal, agricultura familiar mariscarem e extrativismo. Também foi apresentado um panorama de que a Reserva extrativista é uma estratégia de não migração pelos efeitos da mudança do clima quando bem gerida.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas. Território Tradicional. Comunidades Tradicionais.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **179** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

A HOMEOPATIA NA AGROECOLOGIA, EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO ANTÔNIO ARAÚJO, PRADO-BA

VANUZA TEIXEIRA DO NASCIMENTO SANTOS
Agricultora e técnica em agroecologia, assentamento agroecológico Antônio Araújo, Prado-BA, MST
JIDALTON VICENTE DE SOUZA
Agricultor, assentamento agroecológico Antônio Araújo, Prado-BA, MST
SHARIM CYNTHIA LOBO
Agricultora, engenheira agrônoma, assentamento agroecológico Antônio Araújo, Prado-BA, MST, sharimlobo@hotmail.com
ALESSANDRA MORAIS
Agricultora, médica veterinária e homeopata popular, assentamento 17 de Abril, Nova Andradina, MS, MST

Os desafios para construir territórios agroecológicos são inúmeros, um deles é a falta de insumos e ferramentas que se contrapõem com a agricultura convencional, nesse sentido, a homeopatia é uma alternativa que visa resolver os problemas referentes à produção, não agrede o ecosistema, promove a autonomia das famílias e tem um baixo custo.

Entre 2017 e 2018 foram feitas formações técnicas, teóricas e práticas sobre o uso e a manipulação de homeopatias para a produção animal e vegetal no assentamento Antônio Araújo. O trabalho foi desenvolvido por duas pessoas assentadas da Reforma Agraria, e a então técnica da área, os mesmos são militantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e membros/as da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.

A metodologia das formações foi pensada no intuito de que as pessoas obtenham o conhecimento básico em homeopatia e possam aplica-a nos seus lotes para resolver os problemas referentes à produção.

Hoje o assentamento conta com 43 homeopatias que fazem parte do acervo das 81 famílias assentadas, e cada Núcleo de Família (NF) conta com entre 15 a 20 homeopatias que os representantes dos NF escolheram atendendo as necessidades mais recorrentes no núcleo, e que ficam a disposição de quem precisar para serem multiplicadas.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **180** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

DESENVOLVIMENTO DE TELHA BIO-ECOLÓGICA (M.D.)

PAOLA SILVA SANTOS
Discente do Curso de Zootecnia do Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia- CETEP/ITORORÓ
ANAMEIRE DE JESUS MARTINS
Docente do Curso de Meio Ambiente do Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia- CETEP/ITORORÓ anajmartins@yahoo.com.br
NEUSETE MARIA DA SILVA PATÊS
Docente do Curso de Zootecnia Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia- CETEP/ITORORÓ neuset.maria@yahoo.com.br

Este projeto consiste na construção de uma Telha Ecológica com características particulares e propriedades físicas similares a uma Telha convencional. Para a sua elaboração: usou-se o mecanismo de Desidratação Osmótica, a partir da salga dos subprodutos orgânicos de estado *in natura* para a obtenção posterior da matéria-prima necessária que, conjuntamente com outros elementos e o subproduto sólido (Solado de Borracha), obtém-se: um instrumento ecológico que dispõe acessibilidade aos novos caminhos alternativos vinculados à sustentabilidade. Todo conhecimento metodológico advém dos experimentos efetuados que, gradativamente, foram aprimorados com base em análises/observações e/ou comparações estabelecidas ao longo dos procedimentos. Portanto, após a definição dos materiais a serem utilizados e qual método à ser aplicado, intensificou-se os estudos para conteúdos bibliográficos voltados para o extrativismo vegetal (Látex) e pesquisas experimentais voltadas para a Desidratação Osmótica (Cloreto de Sódio). Além disso, os subprodutos orgânicos utilizados foram provenientes das feiras locais, e da agricultura familiar, localizados na região Sudoeste da Bahia, município de Itororó. A Telha Ecológica vincula-se a um problema global - acúmulo dos subprodutos sólidos residuais e seu descaso perante a nossa sociedade. Ligada também, às problemáticas direcionadas para o âmbito da extração dos recursos florestais e destinação incorreta dos seus residuais produtos que, majoritariamente, são provindos do Látex. Desta forma, o referido projeto, institui uma nova funcionalidade que, poderá ajudar na erradicação e/ou diminuição da poluição e danos ambientais. E por fim, deseja-se solucionar tais problemáticas apresentadas, por meio, da construção da Telha Bio-Ecológica (M.D.), que objetiva estimular o homem a construir

um ambiente sustentável e (cons)ciente e que esta tecnologia seja difundida e sirva como ponto de partida para a criação de outras, que contribuam para nosso meio ambiente e sociedade.

Palavras-chave: Ambiente. Reutilização. Sustentabilidade.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **182** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

PALMA FORRAGEIRA: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA OS ANIMAIS

RAFAELA DA SILVA SANTOS
Discente do Curso de Zootecnia do Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia-CETEP/ITORORÓ
NEUSETE MARIA DA SILVA PATÊS
Docente do Curso de Zootecnia Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia-CETEP/ITORORÓ. neuset.maria@yahoo.com.br

A Bahia vem sofrendo frequentemente com a falta de chuva. Por este motivo o gado bovino vem tendo problemas alimentares por causa do grande período de estiagem e diminuindo assim as condições de sobrevivência do gado bovino. Devido estes fatores a alimentação dos mesmos vem ficando escassa e portanto havendo necessidade de buscar outras alternativas de alimentação para o gado. E uma das alternativas alimentares para minimizar a escassez é a utilização da palma forrageira que tem contribuído significativamente para a alimentação dos rebanhos nos períodos de secas prolongadas. Este trabalho visa entender e compreender a importância de se cultivar a palma forrageira de maneira sustentável, para incentivar os criadores de gado da agricultura familiar do Médio Sudoeste da Bahia. Nesse sentido, foi realizado durante o ano letivo um ciclo de palestras no Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia, que é uma instituição educacional com profissionais qualificados capazes de ajudar os pequenos produtores da região tirando suas dúvidas, incentivando e orientando o cultivo. Após os estudos bibliográficos, realizou-se uma pesquisa de campo, entrevistando produtores e técnicos da região. Utilizou-se uma entrevista semi-estruturada, de caráter qualitativo. Posteriormente, foi escolhida uma propriedade com perfil da agricultura familiar para realizar um experimento com duas espécies de palma (Opuntia ficus-indica Mill e Nopalea cochenillifera Salm Dyck) respectivamente, cultivar gigante e miúda ou doce. Apesar da elevada importância social e econômica no cenário baiano, a palma forrageira é uma alternativa de alimento para o rebanho bovino na região do Médio Sudoeste da Bahia. Pode-se concluir que a mesma é uma opção estratégica para produção de alimentos para bovinos principalmente durante a seca.

Palavras-chave: Alimentação. Bovinos. Sustentabilidade.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **183** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E BEM VIVER

AS MULHERES DA MINHA COMUNIDADE E OS QUINTAIS PRODUTIVOS: FONTE DE RENDA E SABORES

FLÁVIA SOUZA DOS SANTOS
Estudante do curso Técnico em Agroecologia – Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Dimanatina – CEPEP-CD/Wagner – flavianasouzza12@gmail.com
MAIRES DE JESUS DOS SANTOS
Estudante do curso Técnico em Agroecologia – Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Dimanatina – CEPEP-CD/Wagner – mairessantos97@gmail.com
SILVANA SANTANA PEREIRA
Estudante do curso Técnico em Agroecologia – Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Dimanatina – CEPEP-CD/Wagner – silvanasantana470@gmail.com
MARIA DO AMPARO GOMES CARVALHO
Agrônoma/mestre em Educação do Campo e professora – Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Dimanatina – CEPEP-CD/Wagner

Neste relato de experiência, apresentamos a vivência que foi desenvolvida pela turma do III módulo – turma Juventude Camponesa do curso Técnico em Agroecologia na Pedagogia da Alternância no CETEP-CD, sobre um Plano de Estudo: As mulheres da minha comunidade. As mulheres estão presentes em todas as atividades produtivas e não produtivas, agícolas e não-agrícolas. Foi necessário utilizar algumas metodologias participativas para envolver a mulherada e também aplicar algumas dinâmicas. Utilizamos a dinâmica do relógio para as mulheres compreenderem a imensidão de tarefas que a mesma desenvolve durante o dia, em seguida aplicamos o mapa da sociobiodiversidade, tentando marcar de fato esse espaço como feminino e depois a caderneta agroecológica, que é um instrumento que ajuda a mulherada a compreender e valorizar sua produção, contabilizando o que entra e o que sai e assim.

Palavras-chave: Mulheres. Quintais produtivos. Soberania.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **184** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E BEM VIVER

A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB: TRAZENDO SABERES E SABORES DO CAMPO PARA O *CAMPUS*

ROSANA M. CHAVES RODRIGUES
Doutora em Ciências Sociais, Coordenadora do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), rmararodrigues@yahoo.com.br
FRANCISCO E. MATOS BRITO
Doutor em Ciências Sociais, CAECDT, UNEB, frembrito@gmail.com
DIÓGENES C. SILVEIRA
Mestre, CAECDT, UNEB,Departamento de Ciências Humanas, dcsilveira@uneb.br
ADENILSON A. CRUZ
Eng. Agrônomo, CAECDT, UNEB, adenilsonalvescruz@gmail.com
ANDERSON S. VIANA
Doutorando, CAECDT, UNEB, andersonvianabiologia@gmail.com

O presente relato aborda a experiência da feira agroecológica, implantada no campus I da UNEB, situado num bairro popular da cidade do Salvador. A feira conta com o apoio engajado da UNEB, através do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT), do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA) e com a participação de 09 barracas de agricultores (as) ligados(as) aos movimentos de luta pela terra (MST, MPA), à Cooperativa Agropecuária e Industrial de Coqueiro de Monte Gordo (Coopermonte) e ao Núcleo Raízes do Sertão.

A maioria dos feirantes são mulheres que para além do âmbito doméstico, também realizam o trabalho vinculado ao plantio, tratos culturais, colheita, transporte e comercialização dos produtos na feira. Tal fato contribui significativamente para que elas venham superando valores que conferem ao trabalho feminino baixo reconhecimento e, até mesmo, sendo colocado na condição de mero coadjuvante do trabalho masculino. Apesar das dificuldades, elas vêm conseguindo ressignificar a sua atuação, ganhando autonomia, exercendo protagonismo e gerando renda para suas famílias.

A feira remete a uma sala de aula a céu aberto onde é difundida a agroecologia, forma alternativa utilizada no cultivo de alimentos saudáveis, toma-se como referência o Bem Viver - presente nas práticas ligadas

à economia solidária e na construção de alternativas pelos setores populares e, se constitui num espaço onde os agricultores familiares são indagados para satisfazer a curiosidade da freguesia em torno de um conhecimento que traz consigo a marca da confiabilidade e da ancestralidade.

Palavras-chave: Movimentos de luta pela terra. Mulheres. Agricultores(as) familiares. Bem viver. Ancestralidade.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **186** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E BEM VIVER

QUILOMBO MEMÓRIA: RELATOS DA VIDA E OBRA DE MÃE BINA – A MÃE PARTEIRA (MÃE DE SANTO E PARTEIRA) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PRAIA GRANDE/ ILHA DE MARÉ

RENATO DAS NEVES PAULO
Graduando em Ciências Sociais/ Universidade do Estado da Bahia, Salvador-Bahia. renatinhonp-@hotmail.com
ANDERSON SOUZA VIANA
Doutorando em Difusão do Conhecimento - Universidade do Estado da Bahia, Salvador-Bahia. asviana@uneb.br

Este relato pretende descrever a experiência da inquietação e busca em responder a seguinte pergunta: quem foi Mãe Balbina? A conhecida Mãe Bina da Comunidade Quilombola de Praia Grande, Ilha de Maré. Falo da Ilha de Maré, a mesma Ilha, imortalizada na voz da imortal Beth Carvalho, na linda canção de composição de Walmir Lima – Ilha de Maré "ah, eu vim de Ilha de Maré minha senhora, pra fazer samba na lavagem do Bonfim". Ilha de Maré, ambiente insular da capital do Estado da Bahia, localizada na Baia de Todos os Santos que possui uma extensão de 13.87 Km² ou 1.378,57 ha e, uma população de 6.434 habitantes segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do ano de 2010 (IBGE, 2018). A Ilha é composta por 11 comunidades: Bananeira, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Martelo, Praia Grande, Santana, Itamoabo, Neves, Botelho, Maracanã e Caquende (ESCUDERO, 2011) sendo 5 certificadas como Comunidade Remanescente de Quilombos pela Fundação Palmares. Apesar de sua atuação como parteira e líder espiritual - Mãe de Santo, abranger todas as comunidades da Ilha, foi em Praia Grande que Mãe Bina viveu, também foi nessa comunidade que realizada a pesquisa etnográfica para responder ao questionamento desse estudo. Através de uma amistosa conversa com o senhor Claudionor, conhecido com Seu Noca, de 90 anos de idade, morador da comunidade de Praia Grande, Ilha de maré que conviveu juntamente com Mãe Bina por 36 anos, desde seu primeiro ano de idade, pois foi pego de parto por ela, até o seu falecimento. Como auxílio no diálogo, para confecção de uma linha do tempo que possibilite traduzir os eventos da história da vida e obra de Mãe Bina, criamos um questionário contendo 11 perguntas distintas a respeito da trajetória de vida de mãe Balbina e sua contribuição para existência do Território Quilombola de Ilha de Maré, atualmente chamado de Quilombo Afro-Maré. As informações colhidas na entrevista com Seu Noca além de revelar que seu conhecimento foi adquirido através de seus antepassados que habitavam no bairro de Itapuã, Salvador, Bahia. Porém, como na primeira metade do século

XX as religiões de matriz africana, mais precisamente o candomblé, foram perseguidas e proibidas no Brasil, Mãe Bina foi obrigada a atravessar o mar para buscar refugio em Ilha de Maré a fim de dar continuidade a seu trabalho espiritual (RODRIGUES, 2012). Além disso, a conversa contribuiu para entender o porquê que leva Mãe Bina a ser reverenciada por grande parte da população de Ilha de Maré, além de ter na lembrança dos moradores o reconhecimento da importância de sua atuação para a manifestação da ancestralidade afro-brasileira através do fortalecimento da religiosidade e da cultura de matriz afro-indígena. Como diz bem Seu Noca: “Mãe Bina, é mãe de todos., porque todos da ilha passaram pela mão dela”.

Palavras Chave: Ancestralidade. Comunidade Remanescente de Quilombo. Religiosidade Afro-Brasileira.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **188** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E BEM VIVER

PAPÉIS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES DO CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO BENTO EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, BAHIA

LEILIANE OLIVEIRA DOS SANTOS
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, leilianeoliveira124@gmail.com
MICHELLE DOS SANTOS OLIVEIRA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, michelledsoliveira95@gmail.com

Não é de hoje que as mulheres enfrentam dificuldades no campo, podemos descrever como um machismo estrutural, presente desde o período colonial, no entanto na atual conjuntura ações vêm sendo desenvolvidas para a valorização, incentivando a igualdade de gêneros no campo. O presente relato tem como objetivo apresentar uma experiência vivenciada durante o XI Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção (EIVI) no Assentamento Bento, relatando os papéis e desafios enfrentados pelas mulheres do campo em ambiente de assentamento organizado pelo movimento dos trabalhadores rurais sem teto MST.

CONTEXTO

O Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção da Bahia é um espaço de formação política e vivência com comunidades de movimentos sociais do estado que tem como objetivo central fortalecer a perspectiva do trabalho de base com a classe trabalhadora do campo.

O estágio trás uma carga horária extensa, o que possibilita a interação com as comunidades que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), faz trabalho de base, com envolvimento de outros coletivos como o NEPPA (Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias), e o GAIA (Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia). O EIVI é uma iniciativa do NEPPA, que conta com a contribuição ativa do GAIA. Levanta Povo, MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), apoiado pela UFBA, UFRB e UNEB como projeto de extensão.

Para Davi Montenegro, integrante do NEPPA e estudante de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um dos principais objetivos da atividade está em “capacitar educadores populares que possam junto ao povo do campo agir no reconhecimento de suas maiores problemáticas e na organização de formas coletivas para superar esses desafios”.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **189** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O XI Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção é organizado pedagogicamente em 3 (três) etapas, Capacitação/Formação, Vivência e Avaliação.

A capacitação/formação compreende uma formação política ampla e densa que fazemos em uma escola do interior da Bahia, com diversos temas, como: oficinas sobre a questão agrária brasileira, o funcionamento da sociedade capitalista, feminismo, racismo, agroecologia, educação popular, trabalho de base. Esta etapa dura aproximadamente 06 intensos dias. A segunda etapa compreende uma vivência em comunidade de movimentos sociais, por aproximadamente 10 dias, onde cada estagiário/a será adotado por uma família e passará a vivenciar o cotidiano do povo do campo organizado em um movimento social. Na comunidade, monitoria e estagiários/as, farão um conjunto de oficinas relacionadas ao trabalho de base já desenvolvido na comunidade e nisso é que consiste o que chamamos de intervenção. Por fim a avaliação com duração cerca de três dias, essa etapa tem com o objetivo de socializar as experiências vividas por cada grupo de estagiários/as em suas respectivas comunidades e movimentos sociais, além de avaliar os desafios comuns apresentados pelas diferentes realidades e fazer um balanço geral da edição do estágio.

O estágio interdisciplinar de vivência e intervenção já é realizado há alguns anos junto a comunidades organizadas pelo MST, este relato dará prioridade à vivência no Assentamento Bento do município de São Sebastião do Passé região metropolitana de Salvador no estado da Bahia. Assim como outros assentamentos o bento passa por dificuldades da sonhada posse de terra. Sua população é oriunda das grandes favelas de salvador que viu no assentamento o sonho da casa própria. O EIVI surge no assentamento como uma proposta de integração entre a luta do campo e os profissionais e jovens universitários incomodados com a desigualdade social.

Pedagogicamente o grupo de estudantes é dividido em pelos menos cinco estagiários e duas monitoras, essa divisão se dá devido o trabalho de base já realizado na comunidade por estas monitoras, com os pés na comunidade o grupo é adotado por famílias que os acolheram por todo o período de vivência precisamente 10 dias, estrategicamente bem planejado para atender as especificidades da comunidade. Pensando nisso cada estagiário é acompanhado por uma cesta de alimentos para ajudar nas despesas com alimentação. Seguindo uma ordem cronológica de acontecimentos, durante a vivência no segundo dia estava programado uma atividade com as mulheres do Bento, a intenção era reunir todas as mulheres em um espaço para discutir, debater, cuidar e entender suas dificuldades, a maioria tinha filhos, então em paralelo desenvolve-se uma ciranda com o objetivo

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **190** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

de entreter as crianças para que as mães pudessem participar do espaço. Três pessoas ficaram responsáveis pela ciranda, enquanto isso, a atividade aconteceu na associação.

Houve uma roda de conversa, onde foi aberto espaço para as mulheres se sentirem à vontade de compartilhar suas histórias, foi um espaço um pouco tenso, algumas horas se passaram sem nenhuma palavra, em formação de roda sentadas no chão aos poucos iniciaram os primeiros relatos, desabafos pessoais, anseios e principalmente a ingênua descrição do machismo que era nítido ter ocorrido com todas, incluindo as estagiárias e monitoras.

Foi realizada uma atividade feita com balão de festa de aniversário, simples e rápida, subir o balão até a boca sem deixar cair, depois se juntaram todas no meio da sala onde vários balões foram jogados para o ar, o grande desafio era não deixar o balão cair no chão, minutos se passaram, vários balões caíram no chão. Mas o importante foi o fato de todas ainda estarem tentando não deixar o último balão que havia restado tocar o chão, o objetivo da atividade programada naquele dia era mostrar que mulheres juntas são mais fortes, e que é necessário uma apoiar a outra sempre.

Num outro momento, foi tido como um dia de beleza, as mulheres se reuniram novamente na associação do Bento, foi um espaço onde as mulheres se permitiram, era o momento delas, prancha esquentando, barulho de secador, cheiro maravilhoso de esmalte, turbantes colorindo as cabeças, tinha conversa, risadas, o som das crianças do lado de fora brincando na ciranda. Um dia fora da rotina, longe do machismo das preocupações dos afazeres da casa dos filhos. Nessa história os 10 (dez) dias se passaram, ficando o aprendizado de cada momento vivido naquele assentamento, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres do campo, a distância entre a comunidade e a cidade, a falta de escola na comunidade, o êxodo rural de jovens que se afastam de suas mães pela falta de oportunidade que não foram dadas. Tanto são os dilemas, mas o mais marcante de tudo, em uma sociedade machista e preconceituosa, as mulheres do bento lutam e resistem, levantam a cada manhã ao nascer do sol, com a esperança de um novo dia de uma nova vida de uma terra pra chamar de sua. Já dizia Milton Santos em sua canção Maria, Maria "Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre, quem traz no corpo a marca, Maria, Maria, mistura a dor e a alegria."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O XI Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção - EIVI 2019 proporcionou participar do cotidiano da vida das mulheres do campo, conhecer e entender a trajetória dessas mulheres, suas dificuldades e perspectivas para o futuro. Sinceramente foi uma experiência única, ouvir falar ou ver noticiários sobre

assentamentos, ocupação de terras, nada se compara a realidade de pessoas que só querem viver com dignidade, ocupar seu lugar no espaço, então “Diga ao povo que avance. Avançaremos!”.

Palavras-Chave: Desafios. Igualdade. Valorização.

REFERÊNCIAS

http://neppa-ba.blogspot.com/2018/11/novidade-nas-inscricoes-do-xi-eivi.html

https://gaiareconcavo.wordpress.com/

http://www.mst.org.br/2014/07/02/estagio-de-vivencia-contribui-na-formacao-de-educadores-populares.html

http://neppa-ba.blogspot.com/p/eivi_30.html



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **192** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 2: MULHERES, ANCESTRALIDADE E BEM VIVER

AVALIAÇÃO DO MILHO PLANTADO NO SISTEMA AGROECOLÓGICO E CONVENCIONAL

JEFERSON SANTANA DA SILVA
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia.
NAIANE MELO DO CARMO
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia.
RAIANE MELO DO CARMO
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia.
RENIVALDO MELO DO CARMO
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia.
UHERSON SAMPAIO SANTOS
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia.

O modelo de agricultura moderna, dependente e predatória imposta pelo avanço do capital no campo foi iniciado com a Revolução Verde, onde o objetivo era retirar dos agricultores o controle sobre as sementes, o conhecimento popular e tornar assim uma dependência dos mesmos a esse modo de produção hegemônico que funciona em benefício das grandes corporações transnacionais. (GUHUR; TONÁ, 2012, p.57). A agricultura a base de insumos químicos não leva em consideração a conservação do solo, a preservação dos ecossistemas e a qualidade do alimento que vai para a mesa do consumidor. A agroecologia visa buscar e utilizar recursos naturais encontrados na natureza e cultivar sem agredir o solo e sem degradar o meio ambiente. Ela potencializa os agroecossistemas imitando o ecossistema natural. No Assentamento Santa Luzia de Gamelas do município de Andaraí-BA, existe uma grande questão a ser resolvida, o descarte do material orgânico, material esse que deveria ser reaproveitado em construção de canteiros de hortaliças, plantio de frutíferas, entre outras culturas, mantendo

o solo fértil e garantindo assim uma alimentação saudável. Esse estudo buscou mostrar a diferença de cultivar a cultura do milho nos dois modelos de produção, convencional e agroecológico.

Palavras-chave: Sementes crioulas. Soberania. Agricultura familiar.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***194*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE VIVENCIADA NO DISTRITO DE GOVERNADOR JOÃO DURVAL CARNEIRO (IPUAÇU) – FEIRA DE SANTANA, BAHIA

RAFAEL MEDEIROS SILVA
KÁSSIA AGUIAR NORBERTO RIOS

Esse trabalho tem por objetivo analisar os desafios e perspectivas encontradas durante a formação de professores que foi desenvolvida no âmbito do Projeto de Extensão "Educação do Campo e das Águas: rompendo desafios e demarcando novas territorialidades" em execução no Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Uma das ações desenvolvidas no projeto consistiu na realização de processos formativos junto aos professores que atuam nas escolas do campo situadas no Distrito de Governador João Durval Carneiro – Ipuaçú (Feira de Santana/BA), portanto nessa pesquisa relataremos a importância e os resultados observados durante os processos formativos tendo como base a agroecologia, principalmente no âmbito da relação escola, professores e comunidades. Para a organização das ideias e discussões aqui apresentadas, recorremos metodologicamente a oficinas de formação com os professores, na qual foi possível mostrar aos professores como ensinar os diversos conteúdos baseados nos fundamentos da agroecologia. Durante o projeto e ações desenvolvidas foi possível notar: o nível de envolvimento e participação dos docentes em atividades práticas de manejo agroecológico, a apropriação das temáticas em discussão e, principalmente a busca e efetivação de novas práticas pedagógicas envolvendo a realidade das comunidades onde as escolas encontram-se situadas. Não obstante, destacam-se as contribuições do projeto na formação dos discentes envolvidos, a destacar: a prática da extensão em comunidades tradicionais e a vivencia nas escolas do campo.

Palavras-chave: Questão Agrária. Comunidades Tradicionais. Escolas do Campo. Docência.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***195*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

UNIVERSIDADE PARA TODOS: A ENTRADA DOS JOVENS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS UNIVERSIDADES

ARYELLE ALMEIDA SILVA
Estudante do curso Direito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XV e monitora da UPT (Graciosa) - aryellealmeida7@gmail.com
FLÁVIO OLIVEIRA
Estudante do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XV e monitor da UPT (Graciosa e Valença) - flavio.oliveira128@gmail.com
JARDELE FAGUNDES SANTANA
Estudante do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB/Malês e membro do Grupo de Assessoria Jurídica Popular (GAJUP) - jardele11@hotmail.com

No ano de 2019, o Projeto Universidade Para Todos - curso pré-vestibular oferecido gratuitamente para estudantes e ex-alunos(as) das redes públicas estadual e municipal de Educação foi implantado na comunidade pesqueira e quilombola de Graciosa, incentivando os integrantes da comunidade a ingressarem em Universidades. Chegar na Universidade, sobretudo para estudantes de comunidades tradicionais, é uma luta, por esse motivo a fomentação de políticas públicas para democratizar esse acesso é indispensável. Contudo, não se pode silenciar uma questão: Qual benefício o ingresso dos integrantes de comunidades tradicionais na Universidade traz para suas comunidades? Não esquecendo do fato das Universidades, tanto públicas quanto privadas, ainda serem espaços brancos, machistas, reprodutores de uma ciência colonizadora. É preciso fortalecer a ideia de que a educação não pode se distanciar da vida social, política, religiosa e cultural, bem como, espaços educativos tal quais as Universidades precisam urgentemente se descolonizar e se pintar de povo, para que esses estudantes de comunidades tradicionais ao se formarem não se deformem e não se esqueçam de onde estão suas raízes e a importância dos saberes tradicionais.

Palavras-chave: Educação. Democratização do ensino. Políticas Públicas. Inclusão.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***196*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRECÊ

MARIA DORATH BENTO SODRÉ
Doutora, professora na UNEB, m.dorath@hotmail.com
EDILEUSA ALVES DA SILVA
Mestre, professora na UNEB, leucurianga@gmail.com
JUSSARA SENA BIZERRA
Especialista, professora, coordenadora da Educação do Campo na SEC Irecê, sarasilva2004@yahoo.com.br

A política de Educação do e no Campo em Irecê foi feita num contexto de conquista na legislação educacional com as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e um índice alarmante de fechamento de escolas. A implantação e implementação nesta gestão (2017-2020), é uma parceria com o Fórum Regional de Educação do Campo como uma possibilidade de instituir em definitivo a Educação no/do Campo como uma política pública do Município que atenda as necessidades do Campo de Irecê. Foi decisão política envolvendo alguns sujeitos, individual e coletivo, Jussara Sena convidada a assumir a coordenação da Educação do Campo da Secretaria de Educação de Irecê, sendo professora da rede, atuando em escola do campo e militante de causas sociais, membro de instituições de organização popular entre elas o Fórum de Educação do Campo. Várias forças em torno do projeto da Educação do Campo cuja política se encontra no seu terceiro ano como um conjunto de trabalhos desenvolvidos e, em desenvolvimento, atendendo as dimensões do trabalho pedagógico: contextualização, transposição didática e pesquisa como princípio; trabalho educativo: afirmação do campo e seus sujeitos; processos democraticos e participativos e sua força política que impediu de fechar escola em Irecê.

Palavras-chave: Projeto educativo. Política pública. Afirmação do campo.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **197** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

A EXPERIÊNCIA TRANSGRESSORA DE UMA MULHER TRANS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA E NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

CATARINA PARAGUAÇU BRANDÃO DA SILVA

Brasil, país do samba de pandeiro e da contradição no qual o mesmo que é líder em índices de assassinatos motivados por ódio e transfobia contra transexuais, transgêneros e travestis. É por sua vez também líder mundial em consumo de pornografia do gênero, isso deixa bem explícito a maneira que somos vistas e tratadas na terra do "swig".

Acordar e lutar contra esse Cis-tema patriarcal, cisgênero e machista é como derrotar um dragão por dia, mas, a luta se faz valida ao acuparmos aquilo que nos é negado, porém, é nosso por direito, direitos esses humanos e que podem mudar e transformar vidas. No país está tão inraizado que nossos espaços e imagens são sempre os mesmos como quando se fala em mulher trans na cabeça das pessoas ainda vêem a imagem de Roberta Close como referência, mas, silênciam o grito de dor da Dandara por exemplo. E toda aquelas irmãs que trabalham nas ruas, becos e vielas a margem de toda sociedade, marginalizadas e vítimas de todo tipo de violência.

Remar contra essa maré é meu lema e isso não é fácil. Desde que saí do interior da Bahia mais precisamente na região sisaleira na cidade de Retirolândia rumo à Feira de Santana para cursar filosofia na Universidade Estadual de Feira de Santana e começar a entender a importância de um corpo como meu em tal espaço e até então sendo a única mulher trans da Universidade. Ocupar, resistir e lutar são meus artifícios para continuar aqui, rompendo barreiras e abrindo fronteiras para que mais corpos como o mej ocupem esse e outros espaços dentro e fora da Universidade.

Atualmente sou estagiária na rede municipal da cidade de Feira de Santana, outro ponto importante na minha inclusão. Nesse estágio sou auxiliar espacial numa creche e isso tem me possibilitando está mais uma vez vencendo e quebrando barreiras na área da educação. Mesmo com transfobia implícita e explícita estou conseguindo erguer toda essa luta e debate na Universidade e fora dela e tenho muito a falar sobre isso gostaria de ter a rica possibilidade de contar um pouco mais no evento.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***198*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

OFICINA *ESCOLHAS ALIMENTARES E SAÚDE*: PESSOAL, SOCIAL E AMBIENTAL

CRISTHIANE FERREGUETT
Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus X. Doutora em letras, coordenou o sub projeto PIBID Diversidade *Leitura e Escrita:* um compromisso de todas as áreas, no período de março/2015 a fev/2018, do curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – LICEEI/UNEB. Email: cferreguett@gmail.com *ou* cristhianefe@gmail.com
PEDRO JOSÉ NEVES DO ESPÍRITO SANTO
Professor da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, foi bolsista do PIBID Diversidade e é aluno do curso Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – LICEEI/UNEB. Email: pedropataxo@hotmail.com

As crianças vivem em uma sociedade com forte apelo ao consumo e, bombardeadas pela publicidade, passam a ter desejos de comer produtos alimentícios processados e industrializados, geralmente, nocivos à saúde. A Oficina Interativa *Escolhas alimentares e saúde*: pessoal, social e ambiental promoveu reflexões e debates sobre o impacto das escolhas alimentares e suas consequências na saúde pessoal, social e ambiental, além de discutir sobre a qualidade da merenda escolar oferecida aos alunos dos colégios indígenas Tupinambá, da região de Olivença - BA, e Pataxó de Coroa Vermelha - BA. Trata-se de uma atividade do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade – *PIBID Diversidade*, através do subprojeto *Leitura e Escrita*: um compromisso de todas as áreas, vinculado ao curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – LICEEI/UNEB. A referida Oficina refletiu sobre as escolhas alimentares à luz do novo *Guia Alimentar da População Brasileira* (2014). Realizada com a comunidade – professores, merendeiras, pais e alunos – do *Colégio Indígena Tupinambá de Sapucaieira* e do *Colégio Indígena Tupinambá, de Acuípe de Baixo*, em julho/2015. Foi coordenada pela profa. Cristhiane Ferreguett, com a participação da bióloga Maluh Barciotte – uma das autoras do *Guia*/2014, e de seis bolsistas, sendo dois professores Tupinambá (Nádia B. Silva e Ramon S. Santos) e quatro professores Pataxó (Emanoel Braz de Almeida, Pedro José N. do E. Santo, Vagner A. dos Santos e Voltair A. dos Santos). Relatos dos professores indígenas atestam mudanças significativas na qualidade da merenda escolar dos colégios envolvidos, após as discussões/reflexões promovidas.

Palavras-chave: Merenda escolar indígena. Guia Alimentar. Saúde Coletiva.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **199** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

"CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, LITERATURA E ARTES INDÍGENAS - VISIBILIDADE E INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL - CONEXÕES"

ZILDA OLIVEIRA DE FARIAS

Pedagoga

TATIANE FARIAS

Pedagoga

ELÁDIO TAVARES HERNANDES

Povo Baré- AM

JOHN ALEXANDRE DIAS RESTREPO

Povo Dessana-AM

YANAPA KUIKURO

Povo Kuikuro- MT

Hoje vi um beija flor assentado no batente de minha janela.
Ele riu para mim com suas asas a mil.
Pensei nas palavras de minha avó:
"Beija-flor é bicho que liga o mundo de cá com o mundo de lá.
É mensageiro das notícias dos céus.
Aquele-que-tudo-pode fez deles seres ligeiros para que pudessem levar notícias para seus escolhidos.
Quando a gente dorme pra sempre, acorda beija-flor."

Daniel Munduruku

CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO DEDIC:

A Divisão de Educação Infantil e Complementar da Unicamp composta de três espaços educativos, divididos em quatro edifícios, atua com filhos e filhas de funcionários e de estudantes da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas-SP.

- CECI Integral - Centro de Convivência Infantil funciona das 8:30 ate 17:30 com 233 crianças matriculadas, de 6 meses até 5 anos de idade;

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **200** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

- CECI - Parcial Centro de Convivência Infantil em 2 turnos das 7:00 às 13:00 e das 13:00 às 19:00 com total de 160 crianças matriculadas com 6 meses até 5 anos de idade;
- PRODECAD - Programa de Desenvolvimento Integral das Criança e do adolescente e integração da criança e do adolescente com total de 300 crianças matriculadas em idade de 6 a 11 anos de idade.

O Projeto Político Pedagógico desta instituição de educação infantil acata deliberação de práticas de histórias e culturas indígenas e afro-africanas, de acordo com a Lei 11.645 de 2008. Assim, desde o ano passado tenta-se reconhecer histórias, artes e culturas nativas nos percursos pedagógicos da DEdIC.

Na lei das diretrizes e base da educação nacional no "TÍTULO I – Da Educação Art. 1o A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

A DEdIC tem uma equipe de 157 funcionários sendo 108 são professora da educação básica nestes espaços. E contamos com 698 crianças matriculadas. Inclui um processo de formação continuada permanente. Nos últimos incluindo as temáticas indígenas e afro-africanas, gradativamente e não apenas em "datas comemorativas".

Segundo conquistas na Diretrizes Curriculares Nacional para Educação:

Educação das relações étnico-raciais O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.

Segundo os direitos universais da criança no Princípio 7º

"A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade."

Concomitantemente, estudantes indígenas recém chegados na universidade, via Vestibular Indígena, uma conquista dos movimentos sociais, aprovado no conselho Universitário em novembro de 2017, através do Serviço de apoio ao estudante da Unicamp via Projeto BAS Bolsa auxílio social que escolherem nosso projeto interagem com as crianças e funcionárias das DEdIC , se sentem respeitados e valorizados quando podem contar e mostrar suas histórias e artes nestes espaços de educação infantil e complementar da Unicamp. ”

Neste projeto oportunizamos as crianças e profissionais interajam com nativos, originários, estudantes universitários de diferentes povos e acessem, conheçam histórias, culturas, artes indígenas com encontros nos espaços externos da escola e no ateliê de arte através de suas narrativas em contação de histórias e consequente oficinas de artes (hortas, jardins,potinhos barro, argila, cocares, pulseiras, grafismos indígenas).

A pedagogia da escuta para com estudantes universitários e das perguntas e sugestões das crianças me faz rever, reformular, reaprender e conhecer outras pedagogias possíveis e decolonizadora.. Relações de afetos, de respeito e de escuta transformam nossas ações práticas. Saindo das condições de visões e concepções estereotipadas durantes séculos. Reconhecer nossas origens e influência forte e nativa na nossa cultura é cada vez mais necessário para fortalecer nossa identidade nacional ou territorial e especialmente para empoderar esta juventude que chega, que conquista espaços de “contexto urbano” também, como aqui na universidade pública.

É imprescindível que a construção da consciência socioambiental, inicie nos primeiros anos de vida, na infância e também nos espaços coletivos e institucionais, assim acreditamos que as próximas gerações tenham outras posturas, outras consciências, outras ações sociais e humanas, sustentável, para o bem do planeta e de toda sua biodiversidade.

Observo, nestas práticas, que através das narrativas, artes, culturas indígenas estando sempre relacionadas com elementos da natureza e é sempre possível “praticar” plantios e várias experiências relacionadas a terra, a água, ao ar, ao fogo, a fauna e flora do Brasil e do continente latino americano.

OBJETIVOS DO PROJETO

- Conhecer a realidade, as histórias e culturas dos povos indígenas/ originários e afro-africanos;
- Ler, contar, recontar e cantar histórias com e sem livros, com ou sem músicas em espaços externos- parques e jardins;
- Interagir com cidadãos de diversos povos e etnias diferentes e negros (aldeados ou não) nos espaços da DEdIC;
- Romper com estereótipos e equívocos transmitidos por gerações;
- Ampliar os repertórios e as interações com culturas nativas, originárias;

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **202** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

- Facilitar encontros e de relações interpessoais entre estudantes, funcionários e crianças;
- Interagir com elementos da natureza, através da contação de histórias e artes, das confecções, construções de objetos, a indumentárias e brinquedos.

Por isso que os nossos velhos dizem: "Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai". Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo. Ailton Krenak

DESAFIOS

- Conscientizar equipes de docentes e de gestores à valorizar as culturas, artes, saberes, ciências, filosofias, histórias dos povos originários.
- Implementar, nas práticas , nas políticos públicos estes direitos originários;
- Acessar, adquirir os recursos materiais específicos destas culturas
- Superar ausências destes saberes, destes conteúdos na formação regular básicas de professoras e gestores, em cursos de magistério, pedagogia e outros;
- Ascender, alimentar a chama ancestral da origem, das raízes do nosso povo brasileiro indígena, afro pois quando dos antepassados europeus, orientais,o acesso e informações é fácil, rápida ;
- Superar preconceitos e concepções estereotipadas imposta por décadas sobre quem são, como vivem, onde estão e direitos indígenas

Polli e Signorini (2012, p. 100) comentam que: A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre as problemáticas ambientais, compreendendo-se a capacidade de captar a gênese, a evolução, e os processos de reversão de tais danos ao meio ambiente.

RESULTADOS, ALCANÇANDO

- Valores morais, humanos, filosóficos de direitos e valores humanos são fortalecidos;
- Formação, gradativa, de outra consciência em relação a nossa origem e identidade;
- Nosso repertório cultural e artístico é ampliado significativamente para nossas origens e raízes ancestrais do Brasil e da América latina;
- Auto estima de jovens estudantes e das crianças são positivadas demonstrando mais motivação para os estudos em seus curso e interações no campus;

- Crianças compartilham com familiares o que escutam e o que fazem na escola destas artes, inclusive contam que agora conhecem e convive com indígenas;
- Estereótipos são superados ouvindo e vendo a realidade destes brasileiros, nativos de hoje que não vivem mais como viviam a séculos atrás, diferentes do diz nos livros didáticos;
- Equipe de funcionários se envolve, aos poucos e estas ações inspiram mais professoras a acrescentar e incluir em suas práticas;
- Acesso a outros brinquedos e brincadeiras variam e alegram as crianças;
- Reflexões sobre a real história do Brasil diferente do que recebemos nos livros didáticos.

No Artigo 27 dos Direitos Humanos universais também contempla que "Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria".



Palavras chaves: Educação. Origens. Terra. Socioambiental. Infância.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***204*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO-CONVENCIONAIS NO ESPAÇO DE VIVÊNCIAS AGROECOLÓGICAS, SABERES E SABORES (EVAS) DO CETEP- CD I- WAGNER-BA

FERNANDA SANTOS DE ARAÚJO

Bióloga, professora do Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia. fernandaraujo.20@gmail.com

MARIA DO AMPARO CARVALHO

Agrônoma, professora do Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia. mocinhagcarvalho@gmail.com

ELIZÂNGELA SILVA SOUZA

Monitora de Campo. Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia. elizangelabit@gmail.com

Relataremos uma aula viva de campo com a turma Juventude Camponesa para identificação das PANCs no Espaço de Vivências Agroecológicas, Saberes e Sabores (EVAs) no Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CDI no munícipio de Wagner-BA. De acordo com Kinupp e Lorenzi (2014), as PANCs são plantas que não estão acessíveis no circuito global de comercialização e dispõem de uma ou mais partes comestíveis, por exemplo, raízes tuberosas, tubérculos, bulbos, rizomas, cormos, talos, folhas, brotos, flores, frutos e sementes, ou ainda látex, resina ou goma ou indiretamente quando são usadas para obtenção de óleo e gorduras alimentícias. O método utilizado para a realização do trabalho foi o método de caminhamento por toda a área do EVAs no CETEP. Alguns exemplares de plantas foram coletadas para troca de saberes entre docentes e discentes sobre as plantas subutilizadas na roda Paulo Freire, espaço de aula não-formal presente no EVAs. Foram registradas 51 espécies, entre essas espécies existem algumas famílias botânicas mais representada como: Asteraceae, Fabaceae, Myrtaceae, Cactaceae, Curcutibaceae, Solanaceae, e Portulacaeae, com representação das famílias consecutivamente, *Bidens pilosa* L. (Picão-preto); *Cajanus cajan* (L.) Huth (andu); *Plinia cauliflora* (Mart.) Kausel (jabuticaba); *Opuntia ficus-indica* (L.)Mill (palma); *Momordica charantia* L. (Melão-de-são-caetano); *Solanum americanum* Mill. (maria-pretinho); *Portulaca oleracea* L. (belgroega). Estas espécies estão distribuídas nas seguintes formas de vida: espécies arbóreas, arbustivas,

subarbustivas, herbáceas e trepadeiras. Essas espécies apresenta um alto valor nutricional, além de fazerem parte da alimentação de várias comunidades.

Palavras-chave: Levantamento botânico. PANCs. Agroecologia.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **206** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

VEJO ALIMENTO ONDE VOCÊ VÊ MATO: PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO-CONVENCIONAIS NA COMUNIDADE UBIRAITÁ-ANDARAÍ/BA

JAMILE LOPES DA SILVA
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia
KÉSIA LETÍCIA ARAÚJO
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia
FERNANDO DANTAS
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia
PAULA MOREIRA
Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina- CETEP-CD I/ Wagner- Curso Técnico de Agroecologia

Neste relato de experiência, iremos relatar sobre as PANCs, plantas que vêm cada vez mais ocupando espaço na mesa das famílias, além de apresentarem boas fontes de vitaminas para a saúde humana, tendo baixo teor de gorduras, carboidratos e açúcar. Na maioria das vezes essas plantas nascem espontaneamente nos quintais produtivos ou cultivados em pequena escala. Essas plantas atualmente estão sendo denominadas de plantas alimentícias-não- convencionais (PANC) a Kinupp e Lorenzi (2014). O método utilizado no levantamento das espécies foi o de caminhamento por toda área da comunidade Ubiraitá no município de Andaraí- Ba. Todo o material botânico foi identificado em campo pelos moradores da comunidade com seus nomes populares e depois pelo sistema de classificação o APGIV. Foram registradas 42 espécies de PANCs na Comunidade. As famílias com maior número de espécies registrada na comunidade Asteraceae, Fabaceae, Cactaceae e Portulacaceae. Dentre as espécies mais consumidas na comunidade estão, serralha (*Sonchus oleraceus* L.); almeirão-roxo (*Lactuca canadenses* L.); andú (*Cajanus cajan* (L.) Huth); fava (*Phaseolus lunatus* L.); beldroega (*Portulaca olerecea* L.); Palma (*Opuntia ficus-indica* (L.)Mill; caruru (*Amaranthus deflexus* L.); língua-de-vaca (*Talinum triangulare* (Jacq.) Gaertn); hortelã-de-borda-branca (*Mentha suaveolens* var, variagata).

Palavras-chave: PANCs. espécies alimentícias.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **207** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

RELATO DE EXPERIÊNCIA: GUARDIÕES DAS SEMENTES CUIDANDO, MULTIPLICANDO E PARTILHANDO RIQUEZAS E DIVERSIDADES

RAQUEL DA SILVA MARCIAL
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEP Milton Santos. raquel.enzolu@gmail.com
TIAGO DE JESUS, CAVALCANTE
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEP Milton Santos. raquel.enzolu@gmail.com
CARINA SANTANA SILVA
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia.CEEP Milton Santos. Carina.santana07061982@gmail.com
ELENILDO SOUZA SANTOS
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia.CEEP Milton Santos
ADRIENE VIANA LIMA
Professora de Geografia e Artes Visuais, CEEP Milton Santos, nene.viana@hotmail.com

Este texto tem por objetivo relatar as vivências e experiências adquiridas no trabalho do curso Agroecologia PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos) que funciona na modalidade da Pedagogia da Alternância no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do chocolate Milton Santos situado no Assentamento Terra Vista. O enfoque do presente trabalho é relatar os conhecimentos populares acerca do cultivo das sementes de feijão e milho crioulas e a troca de sabres com os povos indígenas, quilombolas e os movimentos urbanos. Desse modo, um dos caminhos é buscar alternativas, como exemplo a escolha dos responsáveis e pessoas da comunidade para serem responsáveis pelas sementes crioulas que recebem o nome de guardiões das sementes que tem o objetivo de resgatar sabres tradicionais e ancestrais para organizar um banco de sementes em nossas comunidades que vai servi para novas gerações.
Palavras-chave: Agroecologia. Troca de Saberes. Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a experiência, da turma Técnico Profissionalizante em Agroecologia em Alternância com alguns companheiros indígenas, quilombolas e movimentos urbanos.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***208*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

De acordo com Caldart (2008), a Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas.

No Assentamento Terra Vista, tem uma experiência excelente de Educação do Campo e Pedagogia da Alternância e o assentamento surgiu da luta dos movimentos sociais do campo. A comunidade atualmente tem um banco de sementes de milho e feijão organizado coletivamente pelos assentados e os centros educacionais Florestan Fernandes e Milton Santos com objetivo de preservar e melhorar as diversidades das sementes criolas e garantindo assim a soberania alimentar para as famílias e troca das sementes com outras comunidades parceiras.

A foto 1 são espigas de milho crioulo e a foto 2 são sementes de feijão carioca colhidos no mês de julho de 2019 pelos estudantes e visitantes.

Figura 1: sementes de milho crioulo



Figura 2: feijão carioca



FONTE: Cassiana Paula (2019)

A agroecologia prorpociona a diversificação de cultura e criações. Logo,percebemos que a preservação das sementes criolas é fundamental para a agricultura familiar. Para uma das lideranças do assentamento Terra Vista, Joelson Ferreira, "Assim como escolhemos uma linda roupa para uma festa, as sementes criolas não são diferentes tem que ser a mais bonita".

Diante do que foi exposto percebemos que é importante organizar um banco de sementes em nossas comunidades. Conforme Barboza et al. (2010), destaca que por intermédio das sementes crioulas é possível preserva a agro biodiversidade, o equilíbrio e a qualidade das plantas.

Cabe destacar que os assentados do Terra Vista têm buscado fortalecer o banco de sementes através das trocas de sementes criolas para garantir uma alimentação saudável. De acordo Norgaad, (1989), a prática frequentemente realizada pelos agricultores da agricultura familiar é a troca de sementes crioulas possibilitando assim a disseminação das espécies de plantas mais importantes para alimentação.

Sendo assim, os assentados buscaram parcerias para a construção de um banco de sementes crioulas com intuito de preservar dos recursos naturais dos povos indígenas, quilombolas e assentados. Com isso surgiu a ideia de escolher pessoas na comunidade para serem guardiões da semente criolas dentro e fora do assentamento.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Os Guardiões das Sementes

Os agricultores familiares do assentamento Terra Vista têm se preocupado muito com a conservação das sementes crioulas e por isso, vem desenvolvendo técnicas empíricas, para preserva as sementes criolas.

E para isso é escolhido uma pessoa da comunidade para ser o responsável pelas sementes crioulas que recebe o nome de guardiões das sementes crioulas que tem como objetivo, resgatar saberes tradicionais e ancestrais de seu povo um dos exemplos é o jovem "Tiago França da Silva sempre foi agricultor e liderança jovem Quilombola e estudante de Agroecologia. Para eles, os guardiões das sementes são aqueles que guardam as sementes crioulas, que as comunidades tradicionais já tem essa tradição de preservar guardando essas sementes, que é livre de qualquer produto químico e agrotóxico, e são passadas de geração a geração, são sementes que vem desde nossos ancestrais quilombolas,indígenas,os guardiões são aquelas pessoas responsáveis em fazer a seleção das sementes boas, e quais são as sementes melhores para plantar, temos costume de guarda-lás em garrafas pets para conservar para que não se estrague, então guardião fica responsável em guardar as sementes para que seja repassado de geração para geração".

A Educação do Campo com a Pedagogia da Alternância permite que os estudantes iniciem suas pesquisas voltadas para da realidade local e possibilitando a promoção e desenvolvimento dos jovens camponeses que analisam as memórias, trajetórias e desafios encontrados dentro da sua comunidade tornando assim sujeitos de sua história.

Percebe-se que essa experiência nos mostrar a importância de pensar uma educação do campo que vai além da sala de aulas principalmente nos cursos técnico profissionalizante em agroecologia, pois sabemos que as sementes crioulas são tão importantes quanto assegurar terra trabalho para as famílias camponesas. Essa atividade realizada prática contribuiu no processo de ensino e aprendizagem buscando repensar a importância da pessoas que são considerados os guardiões das sementes crioulas e que tem um papel fundamental para a multiplicação, cuidado e partilha das riquezas e diversidade das sementes que garanti com a sustentabilidade.

Figura 3: Jovem Agricultor Quilombola Tiago França da Silva

Figura 4: Semente Crioulas Minho e feijão



FONTE: Raquel da Silva (2019)



FONTE: Tiago de Jesus (2019)

Jápara dona Tereza da Silva Santos, que é uma das guardiãs das sementes e agricultora do assentamento Terra Vista, ser uma guardiã das sementes é a gente plantar aquela semente que vai servi para novas gerações, a semente crioula é uma semente resistente, essas sementes foi cultivada desde nossos bisavós, essas sementes da garantia de sustentabilidade, semente que não tem nada químico, mais sim uma semente orgânica. Essas sementes criolas chegaram aqui por intermédio de Joelson que trouxe essas sementes de Rio Grande do Sul, que mi passou 250 gramas dessas sementes que plantei e hoje essas sementes estão espalhadas por muitas comunidades.

RESULTADO

Como argumentamos ao longo deste texto, a experiência do curso de formação de base no assentamento Terra Vista, serviu para nos orientar a organizar melhor um banco de sementes crioulas em nossas comunidades.

Assim Sendo, um dos caminhos é buscar alternativas para organizar um banco de sementes em nossas comunidades que vai servi para as novas gerações.

Diante do exposto, só nos resta continuar fazendo as trocas de sementes crioulas entre as comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas entre outros. Na buscar de aumentar o número de guardiões de sementes crioulas.

Figura 4: A agricultora dona Tereza



FONTE: Naiane (2019)

REFERÊNCIAS

BARBOZA, V.L; VIDOTTO, R.C:T. P; erosão genética e segurança alimentar sic-simpósio internaciond de ciência integradas, realizado na UNAERP-Campus Guarujá; Artigo p.03,2018.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**Brasília:MDA,2008.

NORGAADD, B. A base epistemológica da agroecologia. IN: AL TIERI, M.A(Ed). Agroecologia: as bases cientificas da agricultura alternativa Rio de Janeiro:pta/ Fase, 1989 p.42-8.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **212** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATIVIDADE DO TEMPO COMUNIDADE DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA EM ALTERNÂNCIA

CASSIANA PAULA OLIVEIRA DE JESUS
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEPFCC Milton Santos. cassianapaulapradense@gmail.com
JOÃO PEDRO,CAVALCANTE
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEPFCC Milton Santos. joaopedro22cassiano@gmail.com
DANIELE JESUS DA SILVA
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEPFCC Milton Santos. danieledejesussilva@hotmail.com
MARIA AJUDA JESUS
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, CEEPFCC Milton Santos
dajudamaria490@gmail.com
ADRIENE VIANA LIMA
Professora do CEEPFCC Milton Santos. nene.viana@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O texto apresenta o relato de experiência, da atividade do Tempo Comunidade dos estudantes do curso de Agroecologia PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos) que funciona com Pedagogia da Alternância no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do chocolate Milton Santos no Assentamento Terra Vista no município de Arataca - Bahia.

A experiência apresentada foi realizada no assentamento 1º de Abril município de Prado Bahia, e foi uma proposta de atividade do Tempo Comunidade, na segunda sessão do ano letivo de 2018 do curso de Agroecologia na Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância acredita na agricultura familiar e no desenvolvimento do campo através de pequenas propriedades e até em trabalho coletivo com afirma (Zamberlan,1996, p. 09).

A Pedagogia da Alternância utiliza o Plano de Estudo como um dos instrumentos pedagógico, pois é através dele que se faz a integração da comunidade onde o estudante reside com a escola, criando no estudante o

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **213** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

hábito de ligar a reflexão com a ação e ajuda o jovem a reconhecer de forma mais científica seu ambiente. Na escola, são elaboradas perguntas juntamente com o coordenador pedagógico, professor e estudantes. Este questionário será trabalhado e pesquisado durante o tempo que os estudantes estão na Comunidade. E ao retornar para a escola, as respostas dos questionários serão apresentadas para aos colegas e professores uma reflexão.

Desta forma a educação do campo e a Pedagogia da Alternância propõe um diálogo entre as atividades participativas que nos permite contextualizar o cotidiano vivenciado pelos estudantes. Observa-se que os espaços pedagógicos de formação não ocorrem apenas em sala de aula, mas também na família e na comunidade.

De acordo com Caldart (2002), os sujeitos do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ele. Por isso, que precisamos acreditar em uma educação diferenciada onde os sujeitos do campo possam continuar lutando e buscando transformar a vida e a realidade do lugar onde mora.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de um dos instrumentos pedagógicos da Alternância que é o Plano de Estudo Curso de Agroecologia PROEJA que funciona com Pedagogia da Alternância no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do chocolate Milton Santos no Assentamento Terra Vista no município de Arataca – Bahia.

A atividade prática do Tempo Comunidade que vamos apresentar é o resultado de um estudo que foi orientado pelos professores e foi aplicado no Assentamento 1º de Abril e teve como objetivo construir um ponto de ônibus escolar com a finalidade de proteger os estudantes e os assentados que residem na comunidade 1º de Abril que precisam pegar o coletivo para irem à escola que fica 14 km de distância do assentamento.

Essa prática aqui relatada explica como se deu a primeira atividade do Tempo no Assentamento 1º de Abril, depois do primeiro Tempo Escola, a turma foi orientada a fazer um diagnóstico para identificar quais eram as principais deficiências encontradas na comunidade. Após essa análise, foi feito uma roda de conversa expondo o resultado da investigação que foi feito durante o Tempo Comunidade, a partir daí realizou um planejamento de ação com os jovens, mulheres, estudantes e as famílias da comunidade.

No segundo Tempo Comunidade a orientação foi colocar em prática o planejamento de ação que foi feito com os estudantes e os assentados. A partir desse momento deu início aos trabalhos práticos escolhidos como prioridades no momento que foi a construção de um ponto de ônibus escolar com objetivo proteger os estudantes que precisam pegar o coletivo para ir à escola.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **214** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

Figura 1: roda de conversa



FONTE: João Pedro 2018.

Ao perceber que todas as vezes que os estudantes e outras pessoas da comunidade saiam de suas casas para embarcar no ônibus escolar tinham que ficar em pé com as mochilas pesadas nas costas e tomando sol e chuva. Então a turma do curso de agroecologia em alternância teve a ideia de maravilhosa de construir com a comunidade um ponto de ônibus agroecológico dentro da comunidade rural.

Desta maneira, podemos observar que a turma pensou em construir um ponto de ônibus bem localizado, agradável, confortável com bancos de apoio e cobertura. A última etapa foi o momento da construção o ponto de ônibus utilizando material reciclado e reaproveitamento de madeiras encontradas no assentamento como exemplo bambu, restos de construção, pregos reutilizados, Eternit usada e tabuas.

Com essa ação, a turma do curso de agroecologia teve a oportunidade de multiplicaram seus conhecimentos e experiências em suas resistências, adquirindo, desta formar uma melhor qualidade de vida e pensando na sustentabilidade.

Percebe-se que a escola do Campo é um lugar excelente para trabalhar com os conhecimentos dos povos, valorizando os sabres e promover as produções. “Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende; outro, que aprendendo ensina” (FREIRE, 1987, p. 77).

Figuras 2 e 3: construção do ponto

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **215** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com



FONTE: João Pedro 2018



FONTE: João Pedro 2018

RESULTADO

As atividades práticas do Tempo Comunidade no Assentamento 1º de Abril apresentaram ótimos resultados, uma vez que os estudantes e morados se encontravam motivados e engajados na prática de construção sustentável do ponto de ônibus.

Os valores agroecológicos apreendidos na Pedagogia da Alternância ultrapassaram o ambiente escolar, pois a turma do curso de agroecologia levou o conhecimento para o local onde residem e disseminando a ideia de um ponto de ônibus sustentável.

Desta maneira, conclui-se que essa atividade prática contribuiu muito para o ensino aprendizagem.

Vale ressaltar que a construção do ponto de ônibus utilizando produtos voltados para a sustentabilidade contribuiu para uma maior visibilidade aos trabalhos coletivos na comunidade. Além de fortalecer a ideia de que a agroecologia vai além das práticas de cultivos.

Conclui-se que a prática possibilitou o ensino aprendizagem em agroecologia no contexto da educação do campo e a pedagogia da alternância serviu para a integração entre os estudantes e comunidade contribuiu muito para a conscientização e sensibilização da preservação do ambiente.

Desta forma, fica claro que é precisamos de escolas do campo que promovam o desenvolvimento sustentável, contemplando o interesse local e comunitário.

Palavras-chave: Assentamento. Pedagogia da Alternância. Estudante.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. KOLLING, Edgar Jorge, Et-al. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Publicas.** São Paulo. 2002.
Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância. MEPES.** 2ª.ed. Anchieta/ES: Gráfica Mansur,1996. MEPES. Regimento Comum das Escolas FamíliasAgrícolas. Anchieta/ES, 2006.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **216** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

CONECTA JUVENTUDE: A BUSCA POR DIREITOS, PROTAGONISMO E PERTENCIMENTO ATRAVÉS DO COMITÊ DE ARTICULAÇÃO DOS JOVENS DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CASSURUBÁ

DANILO FERREIRA ALMEIDA FARIAS
Conecta Juventude
PABOLA SANTOS SOUZA
Conecta Juventude
ELIANA MATOS MENEZES DE SOUZA
Conecta Juventude
PALOMA SERAFIM PEREIRA
Conecta Juventude
MARILENE ROCHA BATISTA
Conecta Juventude

O Conecta Juventude é uma iniciativa de articulação de jovens no âmbito da Reserva Extrativista do Cassurubá com a finalidade de promover o fortalecimento comunitário a partir do protagonismo da juventude.O Comitê de articulação dos jovens da Reserva Extrativista de Cassurubá é um grupo de jovens solidários e com objetivo de alçar a esperança e informação para a comunidade apoiando e gerando oportunidades para favorecer cada jovem e o que cada um sonha em seguir num modelo de organização horizontal, democrática e de engajamento.O protagonismo da juventude da Resex-Cassuruba foi pensado quando das reivindicações e necessidades da comunidade beneficiária apontadas na participação comunitária do Plano de Manejo da Resex-Cassurubá, uma vez que se percebeu a ausência de iniciativas de inserção dos Jovens nos espaços deliberativos e de construções de atividades voltadas para juventude no território. Diante dessa questão, esforços dos servidores da gestão, bolsistas e comunitários se direcionaram para a construção desse coletivo da juventude, ação esta que resultou primeiro encontro do Conecta da Juventude no dia 14 de setembro de 2018. Desde então, o grupo se organizou em encontros ordinários para pensar a estrutura do comitê, realizou a divisão do comitê em grupos de trabalhos GT's com planos de ações definidos e voltados para área de educação, economia solidária, geração de

renda e meio-ambiente, engajamento e mobilização, saúde e esporte, cultura e comunicação. O Conecta Juventude obteve nesse 1(um) ano de construção o apoio dos jovens em formações variadas, adesão ao Projeto Aliança Solidária e a construção do evento do II Conecta Juventude.

Palavras-chave: Protagonismo da Juventude. Território Tradicional. Engajamento.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **218** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

CRIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM AGROECOLOGIA UNEB

MARIA DORATH BENTO SODRÉ
Doutora, professora na UNEB, m.dorath@hotmail.com
ROSANA MARA CHAVES RODRIGUES
Doutora, professora na UNEB – coordenadora do CAECDT, rmararodrigues@yahoo.com.br
EDVALDO REINALDO
Engenheiro agrônomo, técnico do BahiAter, edvaldoreinaldo@hotmail.com
EDILEUSA ALVES DA SILVA
Mestre, professora na UNEB, leucurianga@gmail.com

A criação do curso de Bacharelado em Agroecologia na Universidade do Estado da Bahia em Agosto de 2019 decorre de um processo de acolhimento dessa demandada nas discussões no Território de Identidade de Irecê. Quando os atores da sociedade civil e poder público construíram o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território de Irecê (versões 2007/2017), a sociedade explicitou a necessidade de realizar a transição para a agroecologia, como modelo de desenvolvimento econômico e sustentável. No início essa demanda era pelo curso de Agronomia, depois compreenderam ser Agroecologia por ter referência desse curso em outros estados brasileiros e, porque não precisaria ficar colocando indicações pra ser de base agroecológica, pode ser então concebido e estruturado como Agroecologia. A elaboração foi assumida por professores da UNEB que trabalham com Educação do Campo e têm experiência de PRONERA e, o Agrônomo Edvaldo Reinaldo da BahiAter, reconhecido por trabalhos pioneiros em Agroecologia. A primeira e a segunda versão da proposta do curso foram apresentadas em Audiências Públicas com a participação dos representantes do Colegiado Territorial e muitos interessados como os agricultores que já fazem a agricultura de base agroecológica. Ganhou a adesão de outros tantos sujeitos sociais interessados nesse curso de várias áreas da Bahia, os Movimentos Sociais Populares, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Redes de Famílias Agrícolas – REFAISA e AECOFABA, que enviaram Cartas de Apoio. Assim sua oferta atenderá os territórios Semiáridos de Irecê e Coité, através do Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial - CAECDT/UNEB.

Palavras-chave: Graduação Pública. Educação. Oferta.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **219** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

CENTRO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – CAECDT: AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA OS POVOS DO CAMPO NA UNEB

ROSANA MARA CHAVES RODRIGUES
Doutora em Educação
CAECDT - Universidade do Estado da Bahia
rmararodrigues@yahoo.com.br
JOSEANE ALVES BATISTA
Bacharel em Sociologia
CAECDT - Universidade do Estado da Bahia
joproex@hotmail.com

O presente relato, apresenta o CAECDT e suas ações, a partir das construções coletivas de professores e movimentos sociais da educação do campo da UNEB ao longo de sua trajetória, de 2015 em diante, traduzidas em vários relatórios, projetos e documentos. O CAECDT se constitui em um espaço de referência para a produção de conhecimentos acerca dos fenômenos educativos em diferentes áreas, que abrangem as demandas dos trabalhadores/a vinculados ao Movimento Nacional e Regional da Educação do Campo. Trata-se de um lugar institucional de natureza político-educativa ancorado na articulação, entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, em consonância ao movimento da produção da vida na sua totalidade, respeitando as especificidades locais com objetivo de coordenar, integrar, sistematizar, orientar e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, numa perspectiva interdisciplinar, assegurando o suporte necessário à elaboração e desenvolvimento de ações que atendam, dimensões da Formação de Educadores, Formação Profissional e Tecnológica em nível de Graduação e Pós-Graduação, com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário. As aatividades desenvolvidas são: Articulação dos Departamentos da UNEB que tenham ação em Educação do Campo; Cursos de Extensão de Formação de Professores e Agricultores do Campo; Oficinas Agroecológicas em Assentamentos de Reforma Agraria; Feiras Agroecológicas, No campus I e X; Jornada Universitária em defesa da Reforma Agraria ; Encontro Baiano de Educação do Campo, em sua terceira edição; Bacharelado em Agroecologia, implantação 2020.1; Mestrado em Educação do Campo, aguardando aprovação da CAPES; Especialização em Educação do Campo;

Especialização em Educação do Campo e Agroecologia. Enfim, o CAECDT se traduz numa experiência concreta de implantação da política de educação do campo na UNEB, em articulação com os Movimentos Sociais, Sindicais, e Instituições Sociais de natureza popular.

Palavras-chave: Educação do Campo. Política. Povos do Campo.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***221*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

UTILIZAÇÃO DO BIOGEL EM MANEJO AGROECOLÓGICO – CETEP MÉDIO SUDOESTE - ANEXO/ NOVA CANAÃ-BA, CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA

DANIEL AMORIM VIEIRA ALEIXO
Engenheiro Agrônomo, Professor-orientador, Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia. contatoproagro@mail.com
CAROLINA DA SILVA VIANA
Licenciada em Geografia, Professora-orientadora, Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia. carolinaviana19@otmail.com
KEILA PEREIRA DE JESUS
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia. anexocetepnovacanaa@gmail.com
MAXSUEL ANDRADE VIANA
Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste da Bahia.anexocetepnovacanaa@gmail.com

Este relato de experiência é fruto da utilização do biogel em atividades voltadas ao manejo agroecológico. O Biogel é o cultivo de microorganismos vivos que, quando aplicados em sementes, superfície da planta, ou solo, promove o crescimento da mesma. Os objetivos com sua utilização são aumentar a disponibilidade de nutrientes e combater pragas e doenças por meio do aproveitamento da ação dos microorganismos. O referido projeto está em desenvolvimento no Anexo do Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste, no município de Nova Canaã-Bahia e é destinado às produções agrícolas sujeitas à observação e análise do biogel como insumo orgânico, na área destinada ao estágio dos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia. São realizadas aulas teóricas e práticas em um ambiente favorável à adoção de novas tecnologias pensadas a partir das demandas da formação profissional propondo formas de produção baseadas na solidariedade, na ética, no respeito ao meio ambiente. Com o emprego do biogel, além do seu baixo custo, e variada composição, especialmente à sua boa concentração de nutrientes busca-se uma maior utilização de insumos orgânicos em substituição aos agrotóxicos. Dessa forma, o emprego de tecnologias agrícolas objetivando a oferta de alternativas para o aumento da produtividade agrícola de forma sustentável amplia as

condições favoráveis para aprendizagem, com o desenvolvimento e compartilhamento de saberes, levando em consideração o desenvolvimento de ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos, auxiliando no fortalecimento da agricultura familiar a partir dos princípios agroecológicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar. Educação.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***223*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

RELATOS DO TRABALHO DE UMA TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA

RAQUELICE JESUS CARDOSO DOS SANTOS
Discente de graduação do curso de Agronomia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – campus Cruz das Almas

O trabalho extensionista leva ao campo não apenas as técnicas para melhor desempenho das atividades, mas tem a missão de resgatar, reestruturar e aprimorar valores de uma comunidade. Valores esses, concretos e abstratos. Tornando a comunidade mais unida, ativa e decidida a conquistar melhorias socioeconômicas. Durante a atuação profissional, como técnica em agropecuária e realizando cursos de capacitação de convivência com o semiárido em organizações não governamentais mais a vivência no campo como filha de agricultores no Território do Vale do Jiquiriçá - Ba, foi possível entender que um extensionista exerce função com olhar aos detalhes de forma diferenciada. A cada encontro é importante ressaltar que as pessoas saem de suas casas deixando muitas atividades, ou seja, deixando coisas importantes para ouvir outras pessoas, ouvir na expectativa de adquirirem informações que possam transformar positivamente suas vidas, seja no trabalho, seja pessoal. Em meio as discussões geradas em visitas técnicas, dia de campo, cursos, foram identificados casos de agricultores que são ligados a associação ou cooperativas e conseguem políticas públicas que otimizam a vida no campo assim como agricultores que são ligados a essas organizações e não conseguem políticas públicas, casos de mulheres batalhadoras que já sofreram algum tipo de repreensão machista, casos em que há famílias que conseguem dialogar entre si e outras não. Sendo assim, o extensionista tem o papel fundamental de não apenas levar o saber acadêmico, mas também uma série de informações que possam contribuir para o desenvolvimento social da comunidade podendo gerar ação interventora na comunidade.

Palavras-chave: Campo. Sensibilidade. Gestão de Pessoas.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **224** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

SISTEMA DE IRRIGAÇÃO "BATATA DE SALVAÇÃO"

LEONARDO LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS MARQUES
Discente, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. santosmarques29@gmail.com;
EMANUELA PINTO DE MENEZES
Discente, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. emanuela-menezes@hotmail.com;
EDMILE DA SILVA FARIAS
Discente, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. edmilesilvafarias@hotmail.com;
MÁRCIA CRISTINA DUARTE CAVALCANTE
Discente, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. marciad376@gmail.com;
JANE DE JESUS ANDRADE
Discente, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. janeandrade160@gmail.com.

O tipo de irrigação selecionado "batata de Salvação" foi uma decisão econômica, em relação a alguns sistemas de irrigação convencional que exige um grande investimento por unidade de área, em comparação com essa tecnologia social, que foi desenvolvida para salvar e evitar o estresse hídrico visando à economia e a sustentabilidade do meio ambiente. No dia 12/06/2019 foi realizado a confecção dos pavis e a instalação da Tecnologia Social "batata de salvação" como o sistema de irrigação. Para a confecção das batatas foram utilizados 15 garrafas PETS de 2 litros, barbantes para a confecção dos pavis, arame liso e isopor para a confecção das bóias que será para mostrar o nível da água, com o uso de enxadas foram feitos o total de 5 canteiros medindo 5 m cada, também foi usado um cavador para fazer os buracos onde as garrafas serão enterradas, foram utilizadas 3 garrafas por canteiros, 2 pavis medindo 2,5 m. O sistema depois de instalado tem a duração de 15 a 20 dias com água no reservatório, isso não quer dizer que não precise de rega, precisa sim, pois a "batata de salvação" é desenvolvida para salvar e evitar o estresse hídrico. Essa tecnologia social foi implantada na Associação Pestalozzi que fica localizada na Praça João XXIII, na cidade de Cruz das Almas – Bahia, como ferramenta de produção de hortaliças, mas também com aspecto lúdico para auxiliar no desenvolvimento terapêutico promovendo inclusão dos alunos na implantação do sistema de irrigação em uma horta com princípios agroecológico.

Palavras-chave: Agricultura. Pestalozzi. Tecnologia social.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***225*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA UFSB: DIÁLOGO DE SABERES E DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

DIRCEU BENINCÁ
Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Paulo Freire em Teixeira de Freitas/BA. E-mail: **dirceuben@gmail.com**
FREDERICO MONTEIRO NEVES
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Paulo Freire em Teixeira de Freitas/BA. E-mail: frederico.neves@ufsb.edu.br

A Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Paulo Freire, em Teixeira de Freitas/BA surgiu do diálogo da Universidade com movimentos sociais do campo. Iniciou suas atividades em abril de 2018 e tem edições quinzenais, envolvendo comunidade acadêmica, agricultores familiares e a comunidade em geral. Seus princípios são: a agroecologia, o respeito à sociobiodiversidade, a economia popular solidária, a ecologia de saberes e de práticas, a soberania e a segurança alimentar, e a sustentabilidade da produção ao pós-consumo, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, da educação libertadora, da democracia e etnodesenvolvimento. Especificamente, pretendeu-se analisar as fragilidades e potencialidades da Feira enquanto mediadora de um processo articulador da agroecologia na região de Teixeira de Freitas. Observou-se que a Feira consiste em uma importante experiência de extensão universitária popular e de integração social, bem como em um espaço de resistência diante da vasta monocultura do eucalipto e das pastagens para criação de gado. Por outro lado, verificou-se uma série de dificuldades para a produção de alimentos agroecológicos em função do uso intensivo de agrotóxicos na região, da escassez de água, da falta de políticas de fomento à agroecologia, etc. Concluiu-se que a produção e o consumo de produtos agroecológicos representam um vetor fundamental para a sustentabilidade ambiental e a saúde integral. Percebeu-se também a significativa contribuição que a Universidade pode prestar nesse processo e seu grande desafio na promoção do etnodesenvolvimento, articulando o conhecimento científico com saberes, culturas e práticas populares na perspectiva da agroecologia.

Palavras-chave: Ecologia de saberes. Economia popular solidária. Alimentação saudável.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **226** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

CULTIVO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS NA AMBA-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO EM AÇÃO:INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

SILVANA SANTOS SOUSA

Estudante do curso Técnico em Agroecologia – Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner - Curso Técnico de Agroecologia. CETEP-CD I – sousasilvana002@gmail.com.

O produto orgânico não é apenas um produto cultivado sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos. É um produto limpo, saudável, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza e todo o manejo agrícola. Está baseado no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais. A agricultura orgânica promove a fertilidade do solo e a conservação dos recursos naturais e o aumento da biodiversidade. A implantação de hortas orgânicas comunitárias é uma importante alternativa para a ocupação de áreas improdutivas ou mal utilizada nas cidades, tendo em vista a possibilidade da produção local de alimentos sem a adição de produtos químicos, como forma de garantir a qualidade de alimentos para a população, aliando a isso uma maior proximidade e sensibilização das pessoas na conservação de seu entorno, melhorando assim as condições de vida, ambiente e seus recursos. Esse estudo nasce das vivências durante as aulas práticas no Tempo Escola do curso Técnico em Agroecologia do CETEP-CD I e das viagens de estudo que é de grande importância no intercâmbio de conhecimentos. O intuito foi incentivar os moradores a praticarem uma alimentação saudável, livre de produtos químicos e agrotóxicos e estimular o trabalho coletivo buscando uma alternativa de renda com a comercialização dos excedentes.

Palavras-chave: Agroecologia. Hortaliças. Associação.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **227** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

PROCESSO EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA FEIRA AGROECOLOGICA DA VOLTA DO AMÉRICO – LENÇOIS / BA: O EPICENTRO DA TRANSFORMAÇÃO

ZENILDA JOSE DE SOUZA
Estudante EJA – turma Ana Primavesi. Escola Municipal João Macário de Souza – Turma Ana Primavesi - EJA / Associação dos Produtores Rurais da Volta do Américo (APRUVA)
FABIANA SOUZA DE ARAÚJO
Estudante EJA – turma Ana Primavesi. Escola Municipal João Macário de Souza – Turma Ana Primavesi - EJA / Associação dos Produtores Rurais da Volta do Américo (APRUVA)
HELENITA CRUZ SILVA
Estudante EJA – turma Ana Primavesi. Escola Municipal João Macário de Souza – Turma Ana Primavesi - EJA / Associação dos Produtores Rurais da Volta do Américo (APRUVA)
JACI ALVES DOS SANTOS
Estudante EJA – turma Ana Primavesi. Escola Municipal João Macário de Souza – Turma Ana Primavesi - EJA / Associaçao dos Produtores Rurais da Volta do Américo (APRUVA)
JOSE CARLOS MARTINS DOS ANJOS
Estudante EJA – turma Ana Primavesi. Escola Municipal João Macário de Souza – Turma Ana Primavesi - EJA / Associação dos Produtores Rurais da Volta do Américo (APRUVA)
PEDRO PORFIRO DE ARAÚJO
Estudante EJA – turma Ana Primavesi. Escola Municipal João Macário de Souza – Turma Ana Primavesi - EJA / Associação dos Produtores Rurais da Volta do Américo (APRUVA)

Neste relato de experiência, apresentamos o processo de construção da Feira Agroecológica da Volta do Américo, realizada pela associação e escola da comunidade Volta do Américo localizada no município de Lençóis- Ba. A feira acontece uma vez ao mês, no primeiro domingo, sendo um espaço de afirmação da cultura camponesa, onde ocorre venda e trocas de produtos e saberes agroecológicos oriundos dos quintais familiares no intuito de gerar saúde e renda para a comunidade. A valorização dos produtos dos quintais surge a partir de um grupo de mulheres e junto a turma de EJA – Ana Primavesi, que participou de uma feira organizada pelo conselho do território, a associação toma força e concretiza a primeira feira na comunidade. Utilizamos uma metodologia

participativa e as decisões são tomadas de forma coletiva. A cada feira e uma nova aprendizagem, aprendemos sobre a agroecologia, fazendo, seja nos quintais, nos mutirões, no preço justo ou nos cuidados um com o outro e com a natureza. Além de produtos oferecemos um almoço com comidas da terra vendido a preço simbólico e cobramos aos feirantes o valor de dez por cento em cima do lucro. E assim, reafirmamos que "o campo e lugar de vida e não de produção agrícola".

Palavras-chave: Agroecologia. Educação do Campo. Associativismo.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **229** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

MANEJO AGROECOLÓGICO DO SOLO E AS PLANTAS BIOINDICADORAS NA UNIDADE DE PRODUÇÃO DO NÚCLEO DE AGROECOLOGIA DA UFRB

ANDERSON DE SOUSA SECUNDO
Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza; Técnico em Agropecuária e bolsista de extensão do Laboratório Vivo: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia da UFRB. andersonsecundo1998@gmail.com
GILSON MACHADO DA CRUZ
Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza; Assentado em área de reforma agrária; Técnico em Agropecuária pelo PRONERA e extensionista do Laboratório Vivo: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia da UFRB;
EMANUELA SILVA TERRA NOVA
Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza; trabalha com PANC e é extensionista do Laboratório Vivo: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia da UFRB;
SILVANA LÚCIA DA SILVA LIMA
Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Coordenadora do Laboratório Vivo: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia e Educação do Campo.

O Núcleo de Estudos em Agroecologia e Educação do Campo (NEA Educampo) é um projeto financiado pelo CNPq, fruto de edital específico para fomento de estudos e práticas agroecológicas. Na sua realização implantamos quatro unidades de produção agroecológicas que são acompanhadas por estudantes bolsistas no desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão. Em meio a produção de alimentos, identificamos no solo plantas espontâneas que surgem no ambiente sem necessidade do seu plantio, sempre condicionadas às características edafoclimáticas locais. A literatura mostra que elas são indivíduos pioneiros da sucessão ecológica na natureza e ponto de partida para a formação de um ecossistema. O objetivo deste trabalho é fazer a identificação, catalogação e caracterização das plantas bioindicadoras como parte da análise do solo. Guiados por um método de observação e pela abordagem sistêmica, realizamos práticas de manejo agroecológico com destaque para a capina seletiva, a cobertura do solo e a produção de biomassa, processo que contribui no ressurgimento da vida microbiana e na porosidade do solo permitindo sua respiração. A consequência é a

manutenção de um solo rico, profundo e saudável e, a conservação da biodiversidade com aumentando o número dos organismos e microrganismos do solo responsáveis pelo equilíbrio ecológico. Com a observação de campo identificamos plantas em maior abundância na área do NEA que indicam presença em excesso de nitrogênio em relação ao cobre, fruto do plantio sucessivo da leguminosa Feijão de porco na fase inicial do projeto. Muitas dessas plantas são comestíveis e/ou carregam propriedades medicinais.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **231** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE SEMENTES NO ASSENTAMENTO MOCAMBO, ANDARAÍ-BA: SABERES E ORGANIZAÇÃO POPULAR TECENDO A AGROECOLOGIA

FLÁVIA SOUZA DOS SANTOS

Estudante do curso Técnico em Agroecologia – Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia CETEP-CD I- flavianasouzza12@gmail.com

JÉSSICA MACEDO DOS SANTOS

Estudante do curso Técnico em Agroecologia Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia – CETEP-CD I

MAIRES DE JESUS DOS SANTOS

Estudante do curso Técnico em Agroecologia. Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner – Curso Técnico de Agroecologia – CETEP-CD I – mairessantos97@gmail.com

NARA SILVA DAS NEVES

Estudante do curso Técnico em Agroecologia. Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner - Curso Técnico de Agroecologia – CETEP-CD I- narabarreto796@gmail.com

SILVANA SANTANA PEREIRA

Estudante do curso Técnico em Agroecologia. Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina – CETEP-CD/ Wagner - Curso Técnico de Agroecologia – CETEP-CD I- silvanasantana470@gmail.com

Neste relato de experiência, apresentamos o processo de implantação de um Banco de Sementes no Assentamento Mocambo situado no município de Andaraí-BA. As sementes crioulas possuem originalidade própria sem melhoramentos genético, e geralmente são preservadas por agricultores familiares, mantendo a tradição de ser passada de geração em geração. A necessidade de um Banco de Sementes na comunidade surgiu a partir do desenvolvimento de um Plano de Estudo sobre o levantamento das Sementes Crioulas da comunidade, encaminhado como atividade no Tempo Comunidade do curso Técnico em Agroecologia do CETEP-CD.

Utilizamos uma metodologia participativa, considerando alguns momentos. Primeiro houve a visita a três agricultores/as para observar as culturas plantadas, a origem das sementes e a forma de conservação; em seguida aconteceu uma roda de conversa para dialogar sobre a viabilidade da implantação de um Banco de Sementes na comunidade e depois se efetivou a mobilização coletiva e a criação do banco, com doações de sementes que cada um/a mantinha em casa.

Palavras-chave: Agroecologia. Sementes Crioulas. Banco de Sementes.

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **233** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

RAÇÃO ALTERNALIVA PARA TILÁPIA *(Oreochromis niloticus*), COM INGREDIENTES REGIONAIS DA REGIÃO SUL DA BAHIA, NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA, ARATACA, BAHIA

LUDIMILA LIMA SANTANA
LÁZARO SILVA SANTOS

A tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) se destaca na piscicultura continental por ter rápido crescimento, apresentar excelente desempenho em sistemas intensivos (SCORVO FILHO et al., 2010), possui hábito alimentar onívoro e aceitar rações com grande facilidade. O cultivo da espécie é indicada desde que sejam realizados os procedimentos de aclimatação gradual à salinidade do ambiente (BASIAO et al., 2005). Na piscicultura intensiva, os custos relacionados à alimentação podem atingir até 70% do custo da produção total (GUIMARÃES et al., 2008). Assim, estudos que envolvem a exploração de alimentos alternativos como componentes de rações se tornam cada vez mais frequentes. Ao se considerar a necessidade de redução dos custos com a alimentação, uma das alternativas seria a utilização de constituintes de baixo custo para a confecção da ração, como a folha da bananeira e semente de jaca. O principal o objetivo é a produção de uma ração alternativa para tilápia do nilo (*Oreochromis niloticus*), com o intuito de minimizar os custos numa unidade de piscicultura semi intensiva no Assentamento Terra Vista em Arataca, Bahia. O trabalho foi realizado por alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em um viveiro escavado do assentamento Terra vista. Para a formulação da ração foi utilizado o programa Super Crac 5.7 master, baseando-se na exigência nutricional da tilápia do nilo, utilizando alimentos regionais. Os resultados esperados são: Aceitabilidade da ração alternativa pelos peixes; Crescimento e desempenho positivo dos peixes comparando os dois experimentos; Observar qual das rações alternativas apresentou melhor resultado em relação a custos, crescimento do peixe, proteção a parasitas entre outros; Observar se a inclusão da ração pode ser utilizada em todas as fases do peixe, ou apenas em 20% da produção

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **234** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

Alimentos	Quantidade (g)	Custo Unitário	Custo Total
Leite desnatado pó	0,20	1,50	3,00
Capim Brachiaria	0,50	0,00	0,00
Sal comum	0,15	0,50	0,50
Milho grão	0,385	0,00	0,00
Oleo de soja	0,205	2,00	2,00
Folha de mandioca	0,51	0,00	0,00
Aveia	0,10	2,00	2,00
Sementes de abóbora	0,03	0,00	0,00
Vitaminico (Cenoura, couve)	0,10	1,50	1,50
Calcário	0,20	0,00	0,00
Caroço de jaca	0,20	0,00	0,00
Ração (28%) proteína	1,00	1,50	3,00
Gliricidia	0,35	0,00	0,00
TOTAL	**4,037**		**12,00**

Alimentos	Quantidade (g)	Custo Unitário	Custo Total
Leite desnatado pó	0,20	1,50	3,00
Capim Brachiaria	0,50	0,00	0,00
Sal comum	0,15	0,50	0,50
Milho grão	0,385	0,00	0,00
Oleo de soja	0,205	2,00	2,00
Folha de mandioca	0,51	0,00	0,00
Aveia	0,10	2,00	2,00
Sementes de abóbora	0,03	0,00	0,00
Vitaminico (Cenoura, couve)	0,10	1,50	1,50
Calcário	0,20	0,00	0,00
Folha de bananeira	0,20	0,00	0,00
Ração (28%) proteína	1,00	1,50	3,00
Gliricidia	0,35	0,00	0,00
TOTAL	**4,037**		**12,00**

Palavras-chave: Nutrição. Tilápia. Agricultura familiar.



TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***235*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: EIXO 4: ECONOMIA, ETNODESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

A IMPORTÂNCIA SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL DA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB/CAMPUS X

LUZENI FERRAZ DE OLIVEIRA CARVALHO
Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB/Campus X- Teixeira de Freitas - Bahia
Email: luzenicarvalho@yahoo.com.br
MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAÚJO BOGO
Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB/Campus X - Teixeira de Freitas - Bahia
E-mail: mnaraujo@uneb.br
ANA ODÁLIA VIEIRA SENA
Mestre em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus X
E-mail: odaliasena@gmail.com

A atual conjuntura político-econômica no Brasil encontra-se permeada de retrocessos em várias frentes, incluindo a agricultura familiar, como a desestruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e enfraquecimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a legalização e liberação de cerca de 300 agrotóxicos só em 2019, dentre outras. Mas na contramão, há um movimento de enfrentamento à lógica hegemônica em andamento, que rechaça e denuncia a avassaladora agressividade do agronegócio, com distintas iniciativas, a exemplo da realização de Feiras de Agricultura Familiar Agroecológica em distintos espaços. Neste sentido, este trabalho objetiva relatar a experiência da Feira de Agricultura Familiar Agroecológica e Economia Solidária da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus X, em Teixeira de Freitas, Bahia, analisando sua importância sócio-político- cultural no contexto da Universidade pública. A experiência em análise encontra-se em andamento, tendo seu início em 2015,

tem apontado que com a Feira, foi possível ampliar na universidade o debate sobre a temática do campo brasileiro, no tocante ao acesso à terra, Agroecologia (como contraposição ao modelo do agronegócio). E ainda, tem contribuído para que os agricultores deem visibilidade às práticas sustentáveis vivenciadas por eles. A metodologia utilizada nesse trabalho é desenvolver e organizar a Feira Agroecológicas, mensalmente, no Campus X, buscando envolver estudantes, professores e técnicos, bem como comunidade externa com os/as agricultores/as, ribeirinhos, trabalhadores da Economia Solidária e outros trabalhadores autônomos que produzem distintos produtos na perspectiva agroecológica (mel, linguiças, mudas de plantas) etc. A Feira tem sido importante espaço sociocultural e político de incorporação do debate da questão agrária no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Feira de Agricultura Familiar Agroecológica e Economia Solidária. Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus X. Práticas Agroecológicas. Articulação campo e cidade.